

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Ciências Sociais
Doutorado em Ciências Sociais

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

**POBREZA E RIQUEZA NO BRASIL: ANÁLISE DE CLASSES DO
PERÍODO 2002-2014**

Juiz de Fora
2016

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

**POBREZA E RIQUEZA NO BRASIL: ANÁLISE DE CLASSES DO
PERÍODO 2002-2014**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Desigualdade Social e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos.

Juiz de Fora

2016

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

Pobreza e Riqueza no Brasil: Análise de Classes do Período 2002-2014

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Desigualdade Social e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em /09/2016.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor José Alcides Figueiredo Santos (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de fora

Professor Doutor Marcelo Medeiros
Universidade de Brasília

Professor Doutor Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Fernando Tavares Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Luiz Flávio Neubert
Universidade Federal de Juiz de Fora

Aos trabalhadores e às trabalhadoras, financiadores e
fonte de inspiração para este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente àqueles que tornaram possível a realização deste trabalho: o professor orientador José Alcides Figueiredo Santos, que guiou o caminho; o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, que aceitou o projeto; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que financiou a pesquisa por meio do projeto Demanda Social. Agradeço também aos colegas de doutorado e aos professores do programa pela companhia e apoio. Agradeço aos meus pais Luiz e Deolinda, minha irmã Lívia e seu esposo Alexandre, pelo amor, apoio e incentivo, bem como pela compreensão das dificuldades de um trabalho acadêmico e das necessárias ausências em momentos familiares importantes. Estendo meu agradecimento aos meus pais a toda minha família. Agradeço especialmente à Mari, minha esposa, que me encorajou e apoiou, suportando mais do que ninguém os problemas que a realização do trabalho trouxe em seu decorrer. Agradeço aos amigos e às amigas de Itanhandu, Ouro Preto e Juiz de Fora, que mesmo a distância, estiveram presentes e souberam entender quando eu não pude estar presente.

“O mundo não pode ser mudado racionalmente a menos que seja adequadamente interpretado” (Roy Bhaskar)

RESUMO

Nossa tese é de que a distribuição desigual de ativos produtivos importantes afeta as possibilidades de vida de milhões de pessoas. Os problemas relacionados à conceituação e à mensuração de pobreza e riqueza continuam a desafiar os especialistas, mas algumas contribuições foram feitas nos últimos anos a fim de caracterizar os fenômenos e de explicar os diferenciais encontrados nas chances de ser rico ou nos riscos de ser pobre. Aproveitando essa tendência, nosso trabalho analisa o problema da pobreza e as questões relativas à riqueza no Brasil, sob uma perspectiva sociológica, avaliando os resultados por meio de clivagens sociais relevantes, em especial a de classes sociais. Utilizamos os dados das PNADs de 2002 a 2014 para comparar a evolução dos indicadores de pobreza e riqueza no país. A partir de modelos logísticos foi possível considerar o nível e a tendência das probabilidades de pobreza e de riqueza em razão das diversas categorias dos grupos sociais. A definição de pobreza é feita a partir de diferentes conceitos e operacionalizada em diferentes espaços. Para definição dos ricos, utilizamos o ordenamento da renda mensal de todas as fontes, com linhas traçadas para os 10%, 5% e 1%. Nossos resultados mostram a melhora da situação da população em relação às condições de sobrevivência e atendimento das necessidades básicas, ao mesmo tempo que permanecem muito vivas as distinções de classe e outras clivagens para noções mais relativistas de pobreza e também para as chances de riqueza.

Palavras-chave: Pobreza. Riqueza. Análise de classes.

ABSTRACT

Our thesis is that the unequal distribution of important assets affects the possibilities of life of millions of people. The problems related to the conceptualization and measurement of poverty and wealth continue to challenge the specialists, but some contributions have been made in recent years in order to characterize the phenomena and to explain the differentials found in the chances of being rich or the risks of being poor. Taking advantage of this trend, our work looks at the problem of poverty and the issues of wealth in Brazil, under a sociological perspective, assessing the results through relevant social divides, especially of social classes. We use data from the PNAD 2002-2014 to compare the evolution of the indicators of poverty and wealth in the country. Through logistic models was possible considering the level and trend of the probabilities of poverty and wealth as a result of the various categories of social groups. The definition of poverty is take from different concepts and operationalized in different spaces. For definition of the rich, we use the monthly income from all sources, with lines drawn for the 10%, 5% and 1% richer. Our results show the improvement of the situation of the population in relation to survival conditions and meeting the basic needs, while at the same time remain very vivid the distinctions of class and other divisions for more relativistic notions of poverty and also to the chances of wealth.

Keywords: Poverty. Richness. Class analysis.

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Capítulo um: Conceitos básicos e estratégias analíticas.....	23
Justificativa, objetivos e hipóteses	25
O problema da pobreza	26
A questão da riqueza	31
Classe social	36
Outras clivagens importantes	46
As fontes das evidências empíricas	49
Os fatores de interesse e controle	51
Os espaços de mensuração	57
Recursos estatísticos utilizados	65
A ideia de justiça que permeia esse trabalho.....	71
Capítulo dois: Pobreza Familiar no Brasil.....	74
Incidência da pobreza.....	82
Intensidade da pobreza	94
Severidade da pobreza.....	103
Efeitos médios sobre as probabilidades de pobreza	112
Conclusões parciais	127
Capítulo três: Pobreza Domiciliar no Brasil.....	129
As dimensões da pobreza domiciliar.....	132
Incidência de pobreza domiciliar	136
Efeitos médios sobre as probabilidades de pobreza domiciliar.....	153
Conclusões parciais	165
Capítulo quatro: Riqueza de Renda no Brasil	167
Escolhas metodológicas e definições iniciais.....	168

O perfil do 1% mais rico	172
Índices de riqueza.....	176
Os efeitos sobre as probabilidades de riqueza.....	187
Explorando a superfície de resposta dos modelos.....	199
Conclusões parciais	206
Conclusão	209
Referências Bibliográficas.....	214

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Percentual da população por agrupamentos de classe e centis da renda domiciliar per capita – Brasil – 2014	19
Gráfico 2 – Percentual da população por agrupamentos de classe e centis do índice de recursos do domicílio – Brasil – 2014	21
Gráfico 3 – Resultados para a população considerando a classe de índices FGT e probabilidades médias de pobreza absoluta e relativa – Brasil – 2002 a 2014	82
Gráfico 4 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe e idade – Brasil – 2014	123
Gráfico 5 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe e idade – Brasil – 2014	123
Gráfico 6 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe e idade – Brasil – 2014	124
Gráfico 7 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe e idade – Brasil – 2014	124
Gráfico 8 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014	125
Gráfico 9 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014	126
Gráfico 10 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014	126
Gráfico 11 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014	127
Gráfico 12 – Intensidade absoluta de riqueza (RMedeiros) por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014	182
Gráfico 13 – Efeitos sobre a probabilidade de riqueza em pontos específicos do contínuo de experiência das pessoas – Brasil - 2014	204
Gráfico 14 – Efeitos sobre a probabilidade de riqueza em pontos específicos do contínuo de esforço das pessoas – Brasil - 2014	206

Lista de tabelas

Tabela 1 – Observações e números totais da população considerando domicílios, famílias e pessoas por ano de coleta da pesquisa – Brasil – 2002 a 2014.....	50
Tabela 2 – Distribuição das pessoas por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014	52
Tabela 3 – Distribuição das pessoas por posições de classe da pessoa de referência na família – Brasil – 2002 a 2014.....	53
Tabela 4 – Distribuição dos domicílios por posições de classe da pessoa de referência – Brasil – 2002 a 2014	54
Tabela 5 – Distribuição das pessoas por grupos de anos de estudo – Brasil – 2002 a 2014	55
Tabela 6 – Distribuição das pessoas por categorias de sexo, cor e faixa etária – Brasil – 2002 a 2014	56
Tabela 7 – Distribuição das pessoas por macrorregião, área censitária e situação do domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	57
Tabela 8 – Descritivas da renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014.....	59
Tabela 9 – Descritivas da renda familiar <i>per capita</i> – Brasil – 2002 a 2014	60
Tabela 10 – Descritivas da renda domiciliar – Brasil – 2002 a 2014.....	61
Tabela 11 – Distribuição dos itens que compuseram o índice de recursos do domicílio – Brasil – 2002 a 2014	62
Tabela 12 – Descritivas do índice de recursos do domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	63
Tabela 13 – Percentual de pessoas e domicílios por graus de insegurança alimentar – Brasil – 2004/2009/2013	64
Tabela 14 – Linhas de pobreza absoluta regionalizadas – Brasil – 2002 a 2014	79
Tabela 15 – Linhas de pobreza relativa regionalizadas – Brasil – 2002 a 2014	80
Tabela 16 – Incidência de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por posição de classe (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	85
Tabela 17 – Incidência de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características das pessoas (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	86
Tabela 18 – Incidência de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características dos domicílios (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	88
Tabela 19 – Incidência de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por posição de classe (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	90
Tabela 20 – Incidência de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características das pessoas (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	92

Tabela 21 – Incidência de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características do domicílio (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	93
Tabela 22 – Intensidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por posição de classe (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	95
Tabela 23 – Intensidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características das pessoas (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	97
Tabela 24 – Intensidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características do domicílio (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	98
Tabela 25 – Intensidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por posição de classe (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	100
Tabela 26 – Intensidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características das pessoas (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	102
Tabela 27 – Intensidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características dos domicílios (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	103
Tabela 28 – Severidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por posição de classe (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	105
Tabela 29 – Severidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características das pessoas (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	106
Tabela 30 – Severidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características dos domicílios (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	107
Tabela 31 – Severidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por posição de classe (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	109
Tabela 32 – Severidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características das pessoas (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	110
Tabela 33 – Severidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> por características dos domicílios (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	111
Tabela 34 – Efeitos parciais médios sobre a probabilidade de ser pobre em renda familiar <i>per capita</i> (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014.....	115
Tabela 35 – Efeitos parciais médios sobre a probabilidade de pobreza de renda familiar <i>per capita</i> (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014.....	118
Tabela 36 – Incidência de pobreza de renda domiciliar por posição de classe da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	137
Tabela 37 – Incidência de pobreza de renda domiciliar por características individuais da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	139

Tabela 38 – Incidência de pobreza de renda domiciliar por características de localização do domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	141
Tabela 39 – Incidência de pobreza de recursos domiciliares por posição de classe da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	143
Tabela 40 – Incidência de pobreza de recursos domiciliares por características individuais da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	145
Tabela 41 – Incidência de pobreza de recursos domiciliares por características de localização do domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	146
Tabela 42 – Grau de (in) segurança alimentar domiciliar por posição de classe da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2004/2009/2013.....	148
Tabela 43 – Grau de (in) segurança alimentar domiciliar por características individuais da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2004/2009/2013.....	150
Tabela 44 – Grau de (in) segurança alimentar domiciliar por características de localização do domicílio – Brasil – 2004/2009/2013.....	152
Tabela 45 – Efeitos médios de classe sobre a probabilidade de pobreza de renda domiciliar – Brasil – 2002 a 2014.....	156
Tabela 46 – Efeitos médios de classe sobre a probabilidade de pobreza de recursos domiciliares – Brasil – 2002 a 2014.....	159
Tabela 47 – Efeitos médios de classe sobre a probabilidade insegurança alimentar – Brasil – 2002 a 2014.....	163
Tabela 48 – Linhas e percentual da renda total apropriada pelos 1%, 5% e 10% mais rico – Brasil – 2002 a 2014.....	170
Tabela 49 – Distribuição (%) das pessoas pelas posições de classe, com destaque para as posições que sofreram alteração no critério de alocação – Brasil – 2002 a 2014.....	171
Tabela 50 – Características do grupo de pessoas na posição de 1% mais rico em renda mensal de todas as fontes por ano – Brasil – 2002 a 2014.....	175
Tabela 51 – Incidência de riqueza por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014.....	180
Tabela 52 – Índice convexo de intensidade de riqueza padronizado (RFGTT2 α 1) por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014.....	184
Tabela 53 – Índice convexo de intensidade de riqueza exponenciado (RFGTT2 α 2) por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014.....	185
Tabela 54 – Número de observações por grupos de renda – Brasil – 2002 a 2014.....	186
Tabela 55 – Efeitos sobre as probabilidades médias de ser rico (1% + rico em renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014.....	188

Tabela 56 – Efeitos médios sobre as probabilidades médias de ser rico (5% + rico em renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014	194
Tabela 57 – Efeitos médios sobre as probabilidades médias de ser rico (10% + rico em renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014	197
Tabela 58 – Efeitos médios sobre as probabilidades de riqueza por posição de classe e grupos de escolaridade, sexo e cor – Brasil – 2002 a 2014.....	200
Tabela 59 – Efeitos médios sobre as probabilidades de riqueza por posição de classe e grupos de localização do domicílio – Brasil – 2002 a 2014.....	202

INTRODUÇÃO

Os últimos anos são de grande importância para os interessados na distribuição de bem-estar e resultados econômicos no Brasil. A queda da desigualdade e a melhora dos níveis de pobreza apontados pelas pesquisas foram destaques na imprensa e renovaram o interesse de pesquisadores em relação ao tema. A estabilidade da desigualdade e dos níveis de pobreza (BARROS *et al*, 2000) passou a ser contestada a partir dos dados de pesquisas domiciliares, especialmente de 2002 em diante. Estudos já na década passada apontavam para um país que não era mais o mesmo daquele dos anos 90 ou 80. Estaríamos perante a um novo cenário, em que era possível constatar o aumento do poder de compra dos setores antes excluídos, a diminuição da distância entre ricos e pobres, a melhoria da qualidade de vida etc. Essa frente de otimismo espalhou-se na política e na academia. Mesmo a crise mundial de 2008 não afetou a boa tendência descrita pelos diversos indicadores econômicos e sociais. Isso fica patente na onda de trabalhos publicados recentemente (WILKINSON e PICKETT, 2009; STIGLITZ, 2012; ROCHA, 2013b; HOFFMAN, 2014; PIKETTY, 2014; ATKINSON, 2015). E essa onda não é privilégio do Brasil, os países da América Latina, em geral, mostraram um bom desempenho econômico em conjunto com a redução da pobreza e da desigualdade (DE LA TORRE *et al*, 2014). A queda da desigualdade de renda das famílias, medida pelo coeficiente de Gini, foi significativa e sem precedentes no subcontinente.

Ao menos em parte, o saneamento dos problemas relacionados à distribuição dos resultados econômicos foi atribuído às políticas públicas (ROCHA, 2013b), conduzidas em diversos eixos, como a transferência de renda focalizada e a valorização do salário mínimo. Outra parcela seria devida aos bons resultados econômicos do país, crescimento econômico com distribuição dos resultados, bem como pelo crescente comprometimento com iniciativas de combate aos altos níveis de pobreza por parte de entidades da esfera privada. Apenas agora (2016) temos notícias de uma diminuição no ritmo da queda das desigualdades e da pobreza. E essa narrativa depende decisivamente das formas de concepção dos fenômenos e também dos resultados encontrados utilizando dados de pesquisas por amostra de domicílios. Dadas as grandes diferenças nos resultados que podemos encontrar, a depender da forma de concepção dos problemas (TOWNSEND, 1979; LISTER, 2004; DUCLOS e ARAAR, 2006; SEN, 2008;

FOSTER *et al* 2013) e das limitações conhecidas desse tipo de levantamento de dados (DE LA TORRE, 2014; MEDEIROS *et al*, 2015), há fortes razões para sermos cautelosos.

Essa preocupação com os resultados do sistema econômico não é nova na política, nem na academia, mas o assunto volta à agenda sempre que há uma alteração significativa em seus marcadores. Os trabalhos sobre pobreza sempre estiveram, em maior ou menor medida, nas preocupações dos cientistas sociais. Recentemente, ganhou destaque a questão relacionada ao outro polo, a riqueza (PIKETTY, 2014; MEDEIROS, 2015), e a relacionada ao aumento da desigualdade nas economias desenvolvidas (WILKINSON e PICKETT, 2009; STIGLITZ, 2012; PIKETTY, 2014; ATKINSON, 2015). E nessa esteira entra o nosso trabalho. Pois, quando se discute a distribuição das vantagens econômicas, sempre estarão por perto os preconceitos e os interesses de classe (WRIGHT, 1994; PIKETTY, 2014). As desvantagens geradas pela não detenção de ativos produtivos em uma economia de corte capitalista não são simplesmente um infeliz subproduto da busca do lucro capitalista, são uma condição necessária para essa persecução (WRIGHT, 1994). A acumulação depende da exploração e da reserva de oportunidades, mas não é derivada somente delas, um sistema muito mais complexo de controle de ativos produtivos importantes está ligado aos diferenciais nos resultados econômicos. A privação e o privilégio são fortemente influenciados pelos recursos controlados por indivíduos e famílias, o que torna a abordagem sociológica da análise de classes essencial para o estudo desses fenômenos. Onde quer que a privação ocorra por causa da falta de recursos materiais, pode-se dizer que essas pessoas estão em situação de pobreza. O conceito de riqueza também se associa fortemente à dimensão econômica da vida das pessoas. As benesses sociais e o gozo de uma vida tranquila, sem atribulações, são identificados, facilmente, com a posse de montantes vultosos de recursos econômicos. Esse privilégio é seguramente afetado pelos ativos controlados por pessoas e suas famílias, o que, assim como no caso da pobreza, torna indispensável a análise de classes da riqueza.

Mesmo sem recorrermos a modelos estatísticos complexos, é possível demonstrarmos como essa visão categórica dos fenômenos é importante ao olharmos para a distribuição de recompensas materiais. A maneira como agrupamentos de classe têm proporções distintas ao longo da distribuição de renda ou de recursos pode ser tomada como exemplo. Para tanto, dividimos a renda domiciliar *per capita* em centis e a organizamos de forma crescente. Em cada uma dessas pequenas divisões é possível sabermos qual a composição por privilegiados, controladores de pequenos ativos, trabalhadores não destituídos e destituídos. Privilegiados são aqueles indivíduos em domicílios onde a pessoa de referência possui uma posição de classe

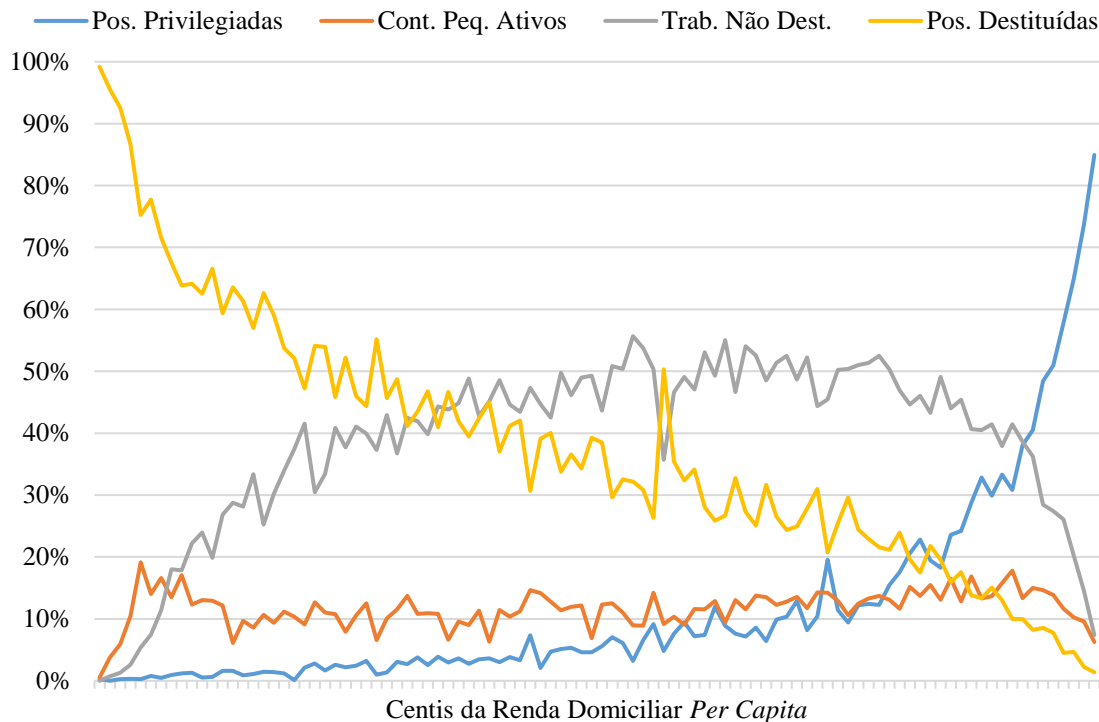
considerada por nós privilegiada: capitalistas e fazendeiros, especialistas autônomos, gerentes, empregados especialistas e pequenos empregadores. Controladores de pequenos ativos são aqueles indivíduos em domicílios cuja pessoa de referência foi classificada como autônomo com ativos ou autônomo agrícola. Trabalhadores não destituídos são os membros de domicílios onde a pessoa de referência ocupa uma posição de trabalhador qualificado, supervisor ou trabalhador típico. Destituídos são aqueles indivíduos em domicílios cuja pessoa de referência foi classificada como trabalhador elementar, autônomo precário, empregado doméstico, agrícola precário, trabalhador de subsistência ou trabalhador excedente. No Gráfico 1, apresentamos a composição dos centis por agrupamentos de posições de classe.

No total da população, privilegiados são 9% (12% se considerarmos apenas os casos válidos), controladores de pequenos ativos, autônomos com ativos e autônomos agrícolas e trabalhadores não destituídos, empregados qualificados, supervisores e trabalhadores típicos perfazem 9% (12% válidos) e 28% (38% válidos), respectivamente, e destituídos 28% (38% só os válidos), quando sem posição atribuída são 26%. Privilegiados aumentam proporcionalmente sua participação na medida em que avançamos pelo contínuo de renda, controladores de pequenos ativos mantém uma participação em torno de um décimo ao longo da distribuição, trabalhadores não destituídos caracterizam-se por uma curva em forma de sino, a mais próxima do padrão normal, e destituídos diminuem sua participação consistentemente ao longo do eixo de renda. Mas o que queremos destacar é o fato das proporções por agrupamentos de classes privilegiadas e destituídas serem distintas ao longo do contínuo da renda, apresentando tendências opostas, sendo as linhas que os representam cruzadas por volta do centil 80. O comportamento das curvas reflete não só a tendência da composição dos centis, mas também a dominância dos destituídos nos centis mais baixos de renda e a preponderância dos privilegiados nos centis mais altos. No primeiro, por exemplo, destituídos são 97% e privilegiados menos de 1%, enquanto no último privilegiados são 82% e destituídos menos de 2%.

Repetimos esse exercício para outros vetores de rendas, como a renda mensal de todas as fontes, utilizando apenas a informação de classe do indivíduo para os agrupamentos; os resultados são sempre similares, as curvas têm o mesmo comportamento e no primeiro centil 100% são destituídos e menos de 1% são privilegiados, quando no último centil 84% são privilegiados e menos de 2% são destituídos. O mesmo vale para as rendas do trabalho, de todos ou a principal do trabalho principal, com pouca alteração nos percentuais nos centis mais altos e mais baixos, mas com o mesmo comportamento. E isso ocorre em todos os anos da pesquisa

com a qual estamos trabalhando, as curvas são as mesmas e o percentuais nas extremidades da distribuição de renda semelhantes, sem grandes alterações no período analisado (2002 a 2014).

Gráfico 1 – Percentual da população por agrupamentos de classe e centis da renda domiciliar *per capita* – Brasil – 2014



Fonte: PNAD 2014/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

Dispensamos a apresentação aqui dos resultados para outras formas de operacionalizar a renda por acharmos que ela seria redundante, mas achamos relevante olharmos para esse padrão em outro espaço, de estoque de recursos do domicílio, para o qual criamos um índice¹. Na literatura, encontramos a afirmação de que as dimensões de fluxo e estoque não possuem uma correlação muito alta, dando a entender que cada uma delas fornece informações parciais (KEISTER, 2014). Já que estamos com os bancos de dados da última década, podemos colocar essa concepção um pouco à prova. Calculando o coeficiente de correlação² entre a renda total

¹ Fornecemos mais informações sobre a construção desse índice nos capítulos um e quatro.

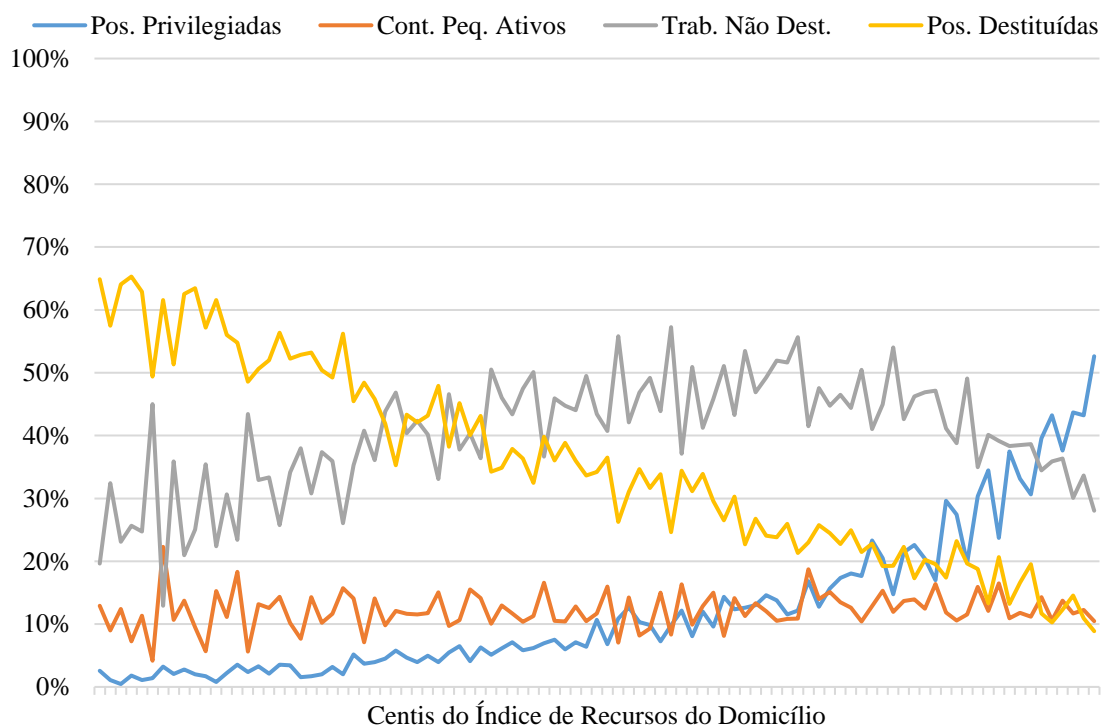
² Trata-se do coeficiente de correlação produto momento de Pearson, fórmulas e demais especificações podem ser encontradas no manual do usuário do Stata.

do domicílio e o índice que criamos para sintetizar os recursos do domicílio, obtivemos respectivamente para 2002 a (excluindo-se 2010) 2014 os seguintes valores: 0,58, 0,59, 0,54, 0,56, 0,54, 0,52, 0,53, 0,48, 0,48, 0,41, 0,46, 0,46. A correlação não pode ser considerada muito alta, mas para variáveis socioeconômicas como as nossas, renda (fluxo) e recursos (estoque), no início do período, essa relação era considerável, chegando a quase 60%. Essa relação diminuiu bem ao longo do tempo, mas isso pode ter acontecido em razão da drástica alteração na distribuição dos indicadores que compõem o índice, como veremos adiante.

No Gráfico 2, apresentamos da mesma maneira os percentuais dos agrupamentos de classe por centis desse índice. Podemos notar que o padrão é bem parecido, mas as diferenças são menos pronunciadas, e isso ocorre porque a distribuição do índice possui uma menor assimetria, não sendo capaz de captar bem a informação no extremo mais alto do espaço. Entraremos em detalhes a frente, mas adiantamos que, ao menos para nós, isso ocorre porque os itens disponíveis para a construção do índice não conseguem caracterizar bem os domicílios mais abastados. Falta não só amplitude, mas também profundidade, dada a ausência de informação sobre valores ou qualidade dos bens, serviços e características da moradia. O comportamento das curvas é o mesmo daquele no espaço da renda domiciliar *per capita*, os destituídos vão diminuindo sua participação em cada um dos pontos do contínuo na medida em que avançamos para os centis mais altos do índice. Trabalhadores não destituídos possuem uma distribuição, aproximadamente, convexa ao longo do eixo de recursos. Controladores de pequenos ativos oscilam sua participação em torno de um décimo ao longo da distribuição. Os privilegiados apresentam um comportamento espelhado ao dos destituídos, as linhas que representam os grupos dos privilegiados e dos destituídos cruzam-se próximo ao centil 80. No primeiro centil da distribuição dos recursos do domicílio, os destituídos são 70% e privilegiados menos de 1%; já no último, os últimos são 55% e os primeiros 9%.

Além dessa primeira abordagem mais descritiva, realizamos também análises de variância em todos os bancos a fim de rejeitar a hipótese nula mais geral, qual seja: não há diferenças significativas nas médias de renda e recursos das posições de classe. Esse teste considerou as rendas domiciliar, familiar *per capita* e mensal de todas as fontes, bem como o índice de recursos do domicílio. Conseguimos rejeitar essas hipóteses a um nível de confiança de 99%. Também realizamos esses testes para os grupos de sexo, cor, educação, idade, experiência, esforço, região, área censitária e situação do domicílio: em todos, a hipótese nula geral pôde ser descartada. Assim, podemos dizer que esses fatores estão, ao menos em alguma medida, ou para algum contraste, relacionados às recompensas nesses espaços.

Gráfico 2 – Percentual da população por agrupamentos de classe e centis do índice de recursos do domicílio – Brasil – 2014



Fonte: PNAD 2014/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

Esses foram apenas ensaios para eliminar de nosso caminho as dúvidas sobre a adequação da análise de classes para o estudo da pobreza e da riqueza. Para aprofundá-lo, estruturamos a tese em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo trata das definições teóricas e metodológicas mais gerais, além de adiantar alguns pontos e a análise descritiva dos fenômenos e fatores de interesse. O segundo capítulo aborda o problema da pobreza a partir da visão mais comum nos estudos nacionais, inovando na comparação entre diferentes formas de concepção e definição dos pobres, além da análise de classe sobre os resultados. O terceiro capítulo explora o fenômeno da pobreza em diferentes espaços, além da renda, temos a caracterização do problema na dimensão dos recursos do domicílio e da insegurança alimentar. O quarto capítulo trata do outro extremo da distribuição, olhamos para os “ricos” em renda no país a partir da ótica de classes. Por fim, oferecemos nossas conclusões finais.

A pesquisa acadêmica nunca vai pôr fim ao conflito político violento que a desigualdade instiga, inevitavelmente (PIKETTY, 2014), mas a procura por fatos e padrões, bem como a análise dos mecanismos econômicos, sociais e políticos que poderiam explicá-los, pode informar o debate democrático e chamar a atenção para as perguntas certas. O trabalho de especialistas pode ajudar a redefinir os termos desse debate, desmascarar noções preconcebidas ou fraudulentas e submeter todas as posições ao escrutínio crítico constante. Esperamos que nosso trabalho ajude a ampliar discussões nesse sentido.

CAPÍTULO UM: CONCEITOS BÁSICOS E ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS.

O primeiro capítulo de nossa tese visa estabelecer os principais conceitos a serem utilizados ao longo do trabalho, bem como enunciar o caminho que a análise irá seguir. Executamos essa tarefa a partir de uma visão ontológica que focaliza os elementos constitutivos fundamentais de um fenômeno. A filosofia realista tem uma longa história, mas aqui nos referimos especialmente aos trabalhos de Roy Bhaskar (1993) e Thomas Brante (2001). Segundo eles, o mundo é uma realidade objetiva e por meio da investigação científica é possível apreender os mecanismos causais em funcionamento. Não advogamos a existência de uma grande teoria capaz de dar acesso a todos os níveis subjacentes dos fenômenos, mas acreditamos que seja indispensável partir de recomendações teóricas para o exame de fenômenos sociais. Consideramos fenômenos sociais, como a pobreza ou a riqueza, os processos multifatoriais em que essência e aparência, muitas vezes, não são o reflexo perfeito uma da outra, e por isso é necessária a reunião de evidências que ajudem a explicá-los.

Os conceitos são elementos essenciais para organizar racionalmente a investigação empírica visando à descrição e à explicação dos fenômenos sociais. Aliás, Jonh Gerring (2012) reforça que é impossível conduzir um trabalho sem utilizar conceitos, afinal, são eles que respondem a pergunta mais básica da pesquisa social: sobre o que estamos falando? Nossas escolhas por termos e definições foram teoricamente orientadas e ajustadas de acordo com os resultados encontrados. Assumimos com isso uma forma empirista de conceituar os fenômenos sociais e as relações entre eles. Ainda, segundo Gerring (2012), é preciso distinguir quatro elementos em um conceito empírico:

(a) the term (a linguistic label comprising one or a few words); (b) attributes that define those phenomena (the definition, intension, connotation, or properties of a concept); (c) indicators that help to locate the concept in empirical space (the measurement or operationalization of a concept); and (d) phenomena to be defined (the referents, extension, or denotation of a concept) (GERRING, 2012, p.116).

Pobreza, riqueza e classe social são alguns com os quais trabalhamos, e por serem conceitos clássicos das ciências sociais, possuem diversos significados, a depender da tradição teórica, do autor, do momento histórico etc. Eles já foram definidos e redefinidos diversas vezes, guardando em si a história da disputa simbólica pela interpretação de fatos sociais que há muito tempo fazem parte do debate acadêmico (e político).

Em relação aos termos, rótulos linguísticos utilizados, não recorremos a neologismos, por não achar necessário dado o escopo da tese. Acerca dos atributos, buscamos as definições em trabalhos clássicos e contemporâneos, referenciados na revisão de literatura feita nas subseções deste capítulo. Por vezes, mais de uma definição pode ser levada em conta a fim de ampliar as possibilidades de compreensão dos fenômenos. Por exemplo, pobreza é definida em termos absolutos para conseguirmos captar os aspectos ligados à subsistência ou às necessidades básicas das pessoas, famílias e domicílios (ROCHA, 1996, 2000, 2006; HOFFMANN, 2000). Também a definimos em termos relativos para conseguir captar a ideia de privação relativa (JENCKS, 1972; TONWSEND, 1954; 1979).

Acerca dos indicadores, escolhemos os mais utilizados pela literatura revisada ao implementar análises descritivas e causais. Não há inovação nesse aspecto por considerarmos as estratégias de identificação e agregação existentes suficientes para os argumentos desenvolvidos em nossa pesquisa. A fim de mensurarmos os fenômenos com os quais estamos preocupados e, posteriormente, estabelecermos as relações de interesse entre eles e fatores de interesse que julgamos relevantes, primeiro escolhemos o espaço em que serão medidos, logo após a estratégia de identificação e, por fim, a forma de agregação.

Não há em nosso trabalho inovações classificatórias, utilizamos as soluções estabelecidas na literatura por diversos autores. Isso vale tanto para pobreza e riqueza quanto para classe, sexo, cor, idade, região etc. O que pretendemos adicionar ao campo de estudos é a relação entre essas clivagens sociológicas típicas, especialmente, classe social e a situação em termos de pobreza/riqueza, para assim contribuirmos com a compreensão das desigualdades sociais no Brasil. Estudar pobreza e riqueza é uma estratégia arriscada, mas tem muito a acrescentar acerca do que sabemos sobre a desigualdade. Este trabalho está alinhado com o que a sociologia e a economia têm feito há muitos anos, insere-se na ordem de pesquisas feitas pelos especialistas em estratificação social, sobretudo, os de orientação marxista, que utilizam uma abordagem via esquema de classes. A importância desse tipo de estudos foi apontada por Scalon e Figueiredo Santos (2010).

A seguir, em subseções distintas, conceituamos os fenômenos que irão ser tratados como variáveis dependentes – pobreza e riqueza – e os fatores que entendemos como variáveis independentes (explicativas), sejam elas atinentes aos indivíduos³ – como a posição de classe,

³ Alguns dos fatores “individuais” podem ser atribuídos ao domicílio, ou mesmo aos outros integrantes da família ou do domicílio, a depender da escolha da unidade de análise.

o nível educacional, o sexo, a cor/raça, a experiência (em anos de trabalho), o esforço (em horas totais trabalhadas na semana) – ou que dizem respeito à localização do domicílio – macrorregião, área censitária (*proxy* para tamanho do município) e a situação (urbano/rural). Essas são as dimensões levadas em consideração nas análises e por isso são conceituadas a seguir, mas antes precisamos fornecer a justificativa para o trabalho, os objetivos da pesquisa e as hipóteses adiantadas em nossa tese.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E HIPÓTESES

Há razões para suspeitar da conexão entre os fenômenos pobreza, riqueza e classe social. Esses são temas clássicos para as ciências sociais, mas muitas vezes aparecerem dissociados ou ligados a outros objetos de estudo. Cabe então a nós, vinculados à tradição marxista de análise de classes, debruçarmo-nos sobre o tema e fornecermos uma interpretação que considere elementos-chave da teoria crítica do capitalismo, como o controle sobre ativos produtivos importantes, exploração e opressão econômicas, na explicação das tendências e dos níveis de pobreza e riqueza nos últimos anos. Essa tarefa não trata de superar ou combater teorias “rivais”, mas sim contribuir com uma perspectiva sobre o problema que é, por vezes, deixada de lado.

Pela revisão de literatura que realizamos, tanto no escopo quanto na extensão em que pretendemos analisar as questões, nosso trabalho coloca-se como inédito na produção científica brasileira e internacional. Esse ineditismo, no entanto, não diz respeito à construção de algo inteiramente novo, apenas ao avanço na compreensão dos fenômenos no país. De forma mais geral, o que pretendemos é estender a compreensão sobre pobreza e riqueza no Brasil por meio da análise de classes de dados empíricos sobre a distribuição de recursos e recompensas. Para isso, precisamos antes descrever e caracterizar essas distribuições, logo após, analisar a possível relação entre elas. Por fim, construir uma narrativa científica para os resultados da pesquisa, sabendo que diferentes teorias criaram abordagens e agendas distintas de pesquisa acerca do tema sobre o qual nos debruçamos aqui. Isso também leva à formulação de hipóteses dissonantes que, para reforçarem a teoria, precisam ser confirmadas.

Por exemplo, há explicações para pobreza e riqueza com base no ciclo de vida: nelas supõe-se que o indivíduo acumule recursos ao longo dos anos e assim consiga proteger-se melhor da pobreza e projetar-se para a riqueza. Nessa medida, haveria um conflito intergeracional, mas não intrageracional por esses recursos. Há também as teorias baseadas no capital humano, para as quais poderíamos observar mais proteção contra a pobreza e chances de riqueza na medida dos diferenciais de talento e esforço dos indivíduos. Com nossa perspectiva, a intenção não é desbancarmos essas teorias, mas sim especificarmos melhor algumas questões e assim demonstrarmos como elas só fazem sentido se considerarmos também a clivagem de classes. Assim, supomos que as vantagens do talento, experiência e esforço individuais façam mais sentido se pensarmos, conjuntamente, como a estrutura de classes impacta as recompensas materiais.

A primeira hipótese que gostaríamos de confirmar é: destituição leva a pobreza. Ou seja, não controlar ativos produtivos importantes aumenta o risco de ser pobre, consideravelmente. Por contraste, o controle de ativos protege contra essa situação. O controle de recursos valiosos, como capital, autoridade e perícia, é um importante fator protetivo e também condiciona os efeitos de outros fatores, sejam eles baseados em características individuais, como sexo, cor, idade, ou baseados na segmentação do mercado de trabalho, como região, área ou situação do domicílio. A segunda hipótese que pretendemos ratificar é: privilégio leva a riqueza, ou, pelo menos, aumenta, consideravelmente, as chances de alguém ser rico. Ativos de capital, autoridade e perícia garantem melhores chances em comparação ao *status* ou local de moradia da pessoa. Também acreditamos na hierarquização dos ativos e imaginamos que os de capital superem os de autoridade e qualificação. As clivagens de classe, embora não suficientes, são necessárias e mais relevantes do que outras para explicar as chances de ser rico.

O PROBLEMA DA POBREZA

A noção de pobreza refere-se sempre a algum tipo de privação, material ou não, e o fenômeno é complexo. A fim de sistematizar a pesquisa na área, em geral, a literatura especializada parte da construção de um conceito amplo, que irá fornecer o âmbito (*framework*) no qual as definições e medidas serão melhor desenvolvidas (LISTER, 2004, p.3-4). Durante o século XX, três conceitos de pobreza evoluíram fornecendo as bases para o trabalho

internacional e comparativo (TOWNSEND, 1993, p.30). Esses conceitos basearam-se, principalmente, nas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. O conceito que parte da ideia de subsistência considera apenas a renda necessária para o consumo da quantidade mínima de nutrientes indispensáveis à manutenção física dos indivíduos e suas famílias (TOWNSEND, 1993, p.30). Essa é a estratégia de identificação adotada pelo Banco Mundial, que fixou para a definição os valores em dólares por dia por pessoa. A segunda estratégia mais comum ao se definir o ponto de corte é nomear necessidades básicas e determinar qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Assim, a definição depende do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto. A adoção da linha de pobreza oficial pelos Estados Unidos é um exemplo de adoção dessa natureza. A terceira estratégia envolve a definição dos pontos de corte de forma relativa. Não importa um nível absoluto, mas sim a posição em relação aos demais membros da comunidade (concidadãos). Exemplo é a adoção da linha relativa de 60% da mediana da renda pelos países europeus. É possível notar que a estratégia que tem como fundamento a definição das necessidades básicas é uma ampliação da noção precedente. A estratégia que aborda o problema da pobreza a partir da noção de privação relativa é também uma ampliação das demais, mas com um salto qualitativo, ou seja, a passagem de noções absolutas para uma relativa. Mas isso não revela uma evolução natural, ou acabada. Os debates acerca da melhor forma de conceituar, definir e mensurar a pobreza continuam, e diferentes instituições adotam uma ou outra, fazendo com que convivamos ainda hoje com essas várias estratégias.

Conceituar e definir o fenômeno, bem como escolher os procedimentos de mensuração adequados só pode resultar da análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica (ROCHA, 2006, p.10). No Brasil, as metas de combate à pobreza, bem como a maioria dos trabalhos acadêmicos, supõem que a pobreza é uma condição absoluta ao invés de relativa. Trazemos isso baseados, inclusive, em trabalhos acadêmicos e relatórios de organismos estrangeiros. O próprio Amartya Sen, advogado da supremacia das concepções relativas sobre as absolutas, diz que no caso dos países subdesenvolvidos, a segunda deve ser mantida (2008, p.169). Boa parte das notícias positivas que encontramos sobre a eliminação da pobreza no Brasil estão relacionadas à linha internacional de pobreza, definida e atualizada pelo Banco Mundial (última atualização⁴: US\$ 1,90 em paridade de poder de compra), estratégia sem dúvida relacionada à ideia de subsistência. Alguns trabalhos recentes demonstraram (vide

⁴ Atualizada em outubro de 2015 para refletir as alterações nas diferenças de custo de vida das pessoas, segundo o Banco Mundial.

especialmente ROCHA, 2013) também a melhoria do quadro no país quando considerarmos pobreza definida a partir da noção de necessidades básicas. Em trabalhos acadêmicos, inclusive, essa é a forma mais usual de conceber o fenômeno. A utilização das necessidades nutricionais para o estabelecimento da cesta alimentar básica vem sendo mantida e aperfeiçoada ao longo do tempo por ser considerada o fundamento conceitual mais sólido quando se trata de estimação de linhas de pobreza (ROCHA, 2000, p.111). Porém é preciso dizer que, no Brasil, o que utilizamos é o parâmetro dado pelas necessidades calóricas, em vez de nutricionais. A justificativa estaria no fato de que as calorias constituem o elemento restritivo, ou seja, garantir a satisfação das calorias requeridas é o mesmo que garantir a satisfação da necessidade de outros nutrientes (ROCHA, 2000, p.111). Essa definição das necessidades calóricas deve ser feita de maneira contextualizada, para tanto, os especialistas consideram, principalmente, os aspectos referentes à localização das pessoas no território brasileiro. Alguém morando na área rural da região Norte, certamente, deve precisar de mais calorias para trabalhar do que alguém na área urbana da região Sudeste, ao menos em média, por isso a abordagem regionalizada proposta por Sônia Rocha (1997, 2000) faz tanto sentido para as demais pesquisas. Uma vez definidas as necessidades calóricas para determinada área (contextualização), trata-se de obter a cesta alimentar observada (e não apenas estimada) de menor custo que permita o atendimento delas. Esse procedimento vai estabelecer a linha de indigência como parâmetro básico, em vez da linha de pobreza, o que previne a adoção de um componente crescentemente arbitrário no estabelecimento do valor associado ao consumo não alimentar (ROCHA, 2000, p.119). A linha de indigência, endogenamente construída, refere-se somente à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo (BARROS *et al*, 2000, p.23). A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos referentes a, entre outros, vestuário, habitação e transportes (BARROS *et al*, 2000, p.23). Assim, a definição da pobreza com base nas necessidades básicas incorpora o imprescindível para o consumo privado de uma família (comida, abrigo, roupas, alguns móveis, equipamentos para a casa) e alguns serviços essenciais providos pela/para a comunidade (fornecimento de água potável, transporte público, educação básica, saúde, saneamento básico). Assumidos esses pressupostos, vários trabalhos mostram um progresso constante em direção à eliminação da pobreza, ou seja, cada vez menos pessoas encontram-se abaixo das linhas regionalizadas absolutas de pobreza (ROCHA, 2013).

No entanto, as linhas absolutas de pobreza envolvem uma série de outras dificuldades conceituais. Não há, por exemplo, um único nível de subsistência que possa ser refletido pela linha absoluta. Mesmo em se tratando de nutrição, há dificuldades em se determinar os requisitos mínimos com precisão (REIN, 1970, p.49; ATKINSON, 1975, p.187). A quantidade e o custo da comida que deve ser consumida dependem das atividades exercidas pelas pessoas e dos costumes dietéticos observados, bem como do tipo de alimento socialmente disponibilizado pela produção e circulação nos mercados (TOWNSEND, 1993, p.31). Qualquer conceito de subsistência depende de critérios que definam o que é um nível de vida adequado ou viável, e todos esses critérios envolvem julgamentos subjetivos e culturalmente variáveis ao invés de medidas absolutas da necessidade (TOWNSEND, 1970). O absoluto é histórico e culturalmente relativo, assim, qualquer medida da pobreza é inevitavelmente relativa às circunstâncias sociais (SCOTT, 1994, p.11). Além disso, a definição das necessidades básicas depende de pressupostos sobre o funcionamento e o desenvolvimento das sociedades, se há pobreza existe também uma estrutura social da pobreza, com grupos na população vivenciando um risco mais alto dessa pobreza e com, reconhecidamente, maior empobrecimento do que os outros (TOWNSEND, 1993, p.32).

Não obstante, os defensores da abordagem com base nas noções de subsistência ou das necessidades básicas argumentam que as linhas absolutas são mais úteis para a maioria dos países subdesenvolvidos porque por meio delas é possível supor que um determinado nível de aquisição de mercadorias essenciais é necessário para o bem-estar material e pode ser ligado a outras definições absolutas de bem-estar, tais como mortalidade infantil, expectativa de vida e ingestão calórica (BRADY, 2003, p.720-1). Mas, afora os problemas conceituais que cercam a definição da linha de pobreza a partir do critério absoluto, operacionalmente, é necessário considerar que, numa economia em constante crescimento, a diferença entre o nível hipotético recalibrado e o padrão histórico pode ser muito grande (FOSTER, 1998, p.336). Uma linha de pobreza absoluta é um ponto de corte fixo, aplicado a todas as potenciais distribuições. Se a linha é verdadeiramente independente da distribuição na qual se está interessado, uma questão que pode ser levantada é: como se pode ter certeza de que o padrão escolhido é o adequado? (FOSTER, 1998, p.336). A linha absoluta é tipicamente calibrada num período inicial, usando estudos sobre orçamento familiar, e depois é carregada adiante, desconsiderando se o mesmo procedimento aplicado aos dados utilizados renderia resultado igual ou parecido. No caso dos trabalhos de Sônia Rocha (1997, 2000, 2006, 2013), por exemplo, são utilizadas cestas derivadas de pesquisas de orçamento familiar dos anos 70 e 80. Em contraste, a definição da

pobreza com base na noção de privação relativa utiliza os dados atuais, parte de alguma noção sobre o padrão de vida para a distribuição, como a média ou a mediana, e define o corte a partir de uma porcentagem da norma (linhas móveis, ou relativas). O “custo de vida” não é fixo entre sociedades e espaços de tempo, e a participação plena na vida social depende em grande parte do quanto as outras pessoas (ou famílias) gastam habitualmente para participar (JENCKS, 1972, p.5). Assim, podemos dizer que o aumento dos rendimentos dos pobres não vai eliminar a pobreza se os rendimentos dos outros subirem ainda mais rápido. Se as pessoas com renda inferior à metade da média nacional não podem pagar o que “todos” consideram “necessidades”, a única maneira de erradicar a pobreza é fazer com que todos tenham pelo menos um rendimento próximo à metade da média (JENCKS, 1972). A pobreza também deve ser situada ao longo do tempo em relação à estrutura social e institucional e não, simplesmente, ser denotada como baixa disponibilidade de renda para adquirir determinadas mercadorias essenciais (TOWNSEND, 1993, p.35).

Por essas e outras razões, especialistas e instituições consideraram adequado reconhecer a interdependência entre o conceito de pobreza e a estrutura social e assim avançar em direção um terceiro conceito mais compreensivo, baseado na ideia de privação relativa (TOWNSEND, 1993, p.33). Quanto mais o conceito de pobreza está restrito à insuficiência de renda dos indivíduos, ou mesmo aos bens e serviços coletivos, mais fácil é argumentar que o crescimento econômico nacional é por si suficiente para superar o problema; já quanto mais o conceito é ampliado (incluindo saúde, bem-estar, cidadania), mais se faz necessário admitir uma complexa combinação de crescimento, redistribuição e reorganização das trocas e outras relações institucionais (TOWNSEND, 1993, p.33). As formas objetivas de privação material e consequente privação social merecem a reflexão e a mensuração adequadas, as quais levam tempo e podem ser a chave para a pesquisa sobre a pobreza (TOWNSEND, 1993, p.35-6). Um bom ponto de partida é definir que as pessoas são pobres (relativamente privadas) se não conseguem obter, total ou suficientemente, as condições de vida que permitiriam realizar as atividades, participar das relações e adotar o comportamento que é esperado delas em função de seu pertencimento à determinada sociedade (TOWNSEND, 1993, p.36). Aqueles que ficam muito abaixo da norma, seja ela qual for, são excluídos, são pobres.

Por fim, a pobreza é hoje amplamente definida em termos relativos (WATSON *et al*, 2010, p.196), mesmo Sônia Rocha (2013, p.2) reconhece que a pobreza absoluta já deixou de significar ameaça à sobrevivência física e que, por essa razão, o gasto alimentar não é o grupo de despesas preponderante, mesmo para as famílias pobres. A adoção de uma linha de pobreza

estritamente relativa passa a ser então uma questão de escolha – política ou analítica (ROCHA, 2013, p.2). Se “a premissa seria privilegiar o objetivo de maior igualdade” (ROCHA, 2013, p.2), acreditamos que a adoção de linhas relativas de pobreza são a melhor opção de análise sobre a evolução recente do fenômeno no país. Linhas relativas de pobreza, que traduzem operacionalmente a noção de privação relativa⁵, são úteis para capturar mudanças nas necessidades humanas através do tempo e do espaço, o que é particularmente relevante para alguns estudos. Elas proporcionam a possibilidade de mensurar a pobreza no tempo e no espaço a partir de padrões na distribuição de renda (BRADY, 2003, p.722), com um custo de operacionalização muito baixo. Mas, dada a tradição ainda muito forte em nosso país de se definir a pobreza a partir de critérios absolutos (subsistência e necessidades básicas), decidimos apresentar uma perspectiva comparada no capítulo dois, informando para o período selecionado os resultados de acordo com ambos os critérios de definição: necessidades básicas⁶ operacionalizadas por meio das linhas regionalizadas absolutas e privação relativa, identificando os de pobreza por meio de linhas regionalizadas relativas, construídas para os mesmos estratos regionais a partir de 60% das medianas específicas.

A QUESTÃO DA RIQUEZA

O estudo do topo da estrutura social não é novidade na sociologia. A segunda metade do século passado foi permeada por trabalhos preocupados com as classes dirigentes, eles ficaram conhecidos como o corpo do que foi chamado de teoria das elites. No entanto, o uso indiscriminado do termo “elite” e seu escopo classificatório extremamente amplo resultou na falta de significado (SCOTT, 2008). Além disso, o declínio do “socialismo real” levou à falsa conclusão de que alternativas ao sistema capitalista e sua nova força, o neoliberalismo, estariam esgotadas e, portanto, as críticas à acumulação seriam infundadas. Importante notar que, apesar do declínio dos estudos nessa área, em momento nenhum o tema em si deixou de ser relevante. O enorme crescimento da desigualdade nos países desenvolvidos (ATKINSON, 2015; PIKETTY, 2015; WILKINSON e PICKETT, 2015), sem precedentes históricos quando

⁵ São uma forma, não a única, Townsend (1993) mesmo demonstra formas mais sofisticadas de operacionalizar a noção de privação relativa.

⁶ Ao tratarmos da pobreza definida em termos absolutos preferimos escolher a abordagem a qual utiliza a ideia de cesta básica, pois consideramos que ela é menos arbitrária e melhor fundamentada pelos especialistas.

consideramos apenas uma geração (SAVAGE e WILLIAMS, 2008), recoloca a necessidade de se voltar ao estudo das elites, algo que está no próprio fundamento das disciplinas das ciências sociais, vide os trabalhos de Karl Marx e Max Weber, na criação dessa teoria das elites, inspirada especialmente pelos trabalhos de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, e na compreensão mais profunda da desigualdade (MEDEIROS e SOUZA, 2014).

Os novos ventos sobre o estudo das elites procuram também dar conta das novas questões, como a globalização e os novos atores (*players*), como os muito bem pagos *Chief Executive Officers* (CEO's), que já não figuram como donos das empresas, mas possuem o poder de regê-las e garantir a si mesmos supersalários, enquanto deslocam as empresas para países com legislação trabalhista mais permissiva (*outsourcing*), criando massas locais para elites globais (SAVAGE e WILLIAMS, 2008). Mas usar a figura das elites, ou classes dirigentes, é interessante na medida em que ajuda a desvendar as continuidades por meio das quais grupos conseguem manter seus privilégios. Ou seja, no fundo, o que está por trás da formação das elites não é o resultado em si, mas a forma como esses grupos conseguem utilizar seu poder para manter as coisas no seu devido lugar e aumentar suas recompensas. O poder, como notam John Scott (2008), Mike Savage e Karel Williams (2008), é o que subjaz os principais debates nessa área. Os últimos, no entanto, opõem-se à necessidade colocada pelo primeiro de se restringir a definição das elites enquanto aqueles que possuem formalmente uma relação com o poder. Há aí uma ideia de liquidez, para tomar a expressão tão utilizada por Zygmunt Bauman, por trás da concepção das elites contemporâneas. Isso tudo em razão do processo de financeirização do capital e, conseqüentemente, das elites. Haveria, portanto, uma maior dinâmica, maior mobilidade, nesse grupo do que a teoria clássica conseguiu prever. Não obstante, seria errado jogar fora a teoria clássica, pois o processo de financeirização não se dá de forma totalitária e, para compreender muitos dos processos em curso, é preciso lançar mão de conceitos não tão abertos que ajudem a desvendar as interconexões entre dinheiro e poder. Especialmente, sabendo-se que em diversos estudos encontramos pouca permeabilidade nas elites, há grande importância da herança na constituição das grandes fortunas, o que é a mobilidade mais comum dentro do topo e não da base para o topo (MEDEIROS e SOUZA, 2014).

Analiticamente, é importante distinguir o que tratamos por topo da estrutura de classes e o grupo dos ricos, os quais concretamente podem se sobrepor. O topo são as posições privilegiadas de classe: capitalistas e fazendeiros, especialistas autônomos, gerentes, empregados especialistas e pequenos empregadores. Ricos são aqueles com um grande estoque

de bens, que acumulam o controle sobre propriedades substanciais, e/ou aqueles com um grande fluxo de renda, com rendimentos muito altos derivados de uma ou mais fontes (SCOTT, 1994; KEISTER, 2014; MEDEIROS e SOUZA, 2014). Nenhuma delas se confunde com o conceito de elite. “As elites são analiticamente distinguíveis das classes sociais e grupos de *status*, não importa quão entrelaçadas podem estar em situações reais. Um dos problemas recorrentes na investigação das elites, no entanto, tem sido a tendência a confundir esses conceitos e usá-los de forma intercambiável” (SCOTT, 2008, p.34, tradução nossa). As elites são compostas pelas classes sociais e pelos grupos de *status* mais privilegiados, por isso elas se mostram tão marcadas por essas clivagens⁷. Por essa razão, torna-se tão difícil distinguir, analiticamente, esses conceitos (SCOTT 2008), mas a separação é fundamental para a pesquisa. Sobre classes sociais e grupos de *status*, trataremos nas duas seções seguintes, aqui cabe ainda a definição do que seria o grupo dos ricos. Chamamos de ricos o grupo que pode ser considerado a elite econômica, o grupo com muito dinheiro, que pode – por vezes encontramos na história provas – e faz prevalecer sua “vontade”.

As duas dimensões consideradas, ao definirmos o que é riqueza, estoque e fluxo, apresentam vantagens e desvantagens para a compreensão do fenômeno. A renda é um fluxo de riqueza que pode chegar aos indivíduos e aos domicílios por meio de salários, retorno de investimentos, pensões etc. Ela é analiticamente importante porque por meio dela são pagas as despesas ordinárias (KEISTER, 2014), feitos os investimentos de curto prazo, realizada a conversão em outros tipos de ativos produtivos, como qualificação, por exemplo, ou outros tipos de capitais, para uma leitura mais bourdiesiana, como o capital cultural (SCOTT, 1994). O fluxo de rendimentos também é importante, pois, quando poupado, ou reinvestido em longo prazo, pode vir a se tornar estoque de recursos (SCOTT, 1994; KEISTER, 2014). Essa forma de riqueza, no entanto, pode ser menos segura do que a primeira, se considerarmos o aspecto intergeracional. O privilégio de um alto salário só pode ser garantido às gerações subsequentes de forma indireta, por meio do investimento em qualificação (capital cultural), ou da construção de patrimônio que forneça algum retorno em forma de rendimento, como exemplo podemos pensar no investimento em imóveis destinados à locação. O estoque de riqueza, podendo ser considerada a posse ou propriedade de terras, de pequenas empresas (comércios ou indústrias), da casa e/ou apartamento (ou das casas e/ou apartamentos), mas, principalmente, de grandes empreendimentos (urbanos ou rurais), é o elemento constitutivo do poder econômico dos ricos. A base da estrutura social não possui estoque, ou quase não possui, os setores intermediários

⁷ Vide capítulo 4 abaixo, especialmente a seção destinada ao perfil do 1% mais rico.

em geral são proprietários do imóvel habitado e os bens que o compõem, enquanto o estrato superior possui uma gama mais diversificada de propriedades (MEDEIROS e SOUZA, 2014). Esse tipo de riqueza é, conhecidamente, um fator importante para diversos aspectos do bem-estar, como maior alcance educacional, mais saúde, longevidade etc. (KEISTER, 2014; SANTOS, 2011). O estoque de riquezas é fundamental para momentos de anormalidade na vida das pessoas, sejam eles derivados de uma crise financeira (geral ou específica), de um acidente, de problemas de saúde, entre outros (KEISTER, 2014). Essa garantia protege não só dos aspectos mais concretos, mas também garante maior tranquilidade psicológica, o que pode ser traduzida em melhores escolhas financeiras. Além disso, riqueza investida transforma-se em renda, que pode ser reinvestida e gerar ainda mais estoque. É possível com isso garantir não só os privilégios presentes, mas também os futuros, inclusive de outras gerações, perpetuando-os (SCOTT, 1994, KEISTER, 2014; MEDEIROS e SOUZA, 2014). Trabalhos, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, apontam que boa parte das presenças entre os ricos é de herdeiros (SCOTT, 1994; KEISTER, 2014; MEDEIROS e SOUZA, 2014). A herança exerce um papel fundamental sob o fenômeno da riqueza (SCOTT, 1994; KEISTER, 2014; MEDEIROS e SOUZA, 2014), mas é dificilmente considerada de forma metódica em estudos, dada a dificuldade da análise da transmissão intergeracional, ou mesmo *inter vivos*, já que o registro das sucessões patrimoniais carece de levantamento sistemático (MEDEIROS e SOUZA, 2014).

Aliás, uma desvantagem compartilhada entre estudos sobre o fluxo ou o estoque de riqueza é a lacuna de informações. Tanto em um caso quanto em outro, os estudos lidam de alguma maneira com as limitações proporcionadas pelos dados coletados ao tratarmos desse segmento. Os muito ricos são parcialmente invisíveis às pesquisas domiciliares, justamente por se tratarem de um segmento na extremidade superior da distribuição e também por serem mais arredios ao tratar de suas posses e rendimentos (SAVAGE e WILLIAMS, 2008; DE LA TORRE *et al*, 2014; KEISTER, 2014; MEDEIROS e SOUZA, 2014; MEDEIROS *et al*, 2015). Uma das soluções encontradas para esse problema foi trabalhar com dados de fontes tributárias, estratégia que também permite desenhos de pesquisas com recortes temporais mais dilatados (ATKINSON, 2007; DE LA TORRE *et al*, 2014; PIKETTY, 2014; MEDEIROS *et al*, 2015). O problema com fontes tributárias seria a possibilidade de elas também estarem sujeitas a distorções, mesmo que de outra natureza, e destaca-se o fato de não podermos computar qual o papel dos mecanismos de sonegação, evasão e elisão fiscal desempenhado no acobertamento da renda ou estoque de recursos dos ricos. Cientes disso, os autores responsáveis por esse cabedal de novos estudos sobre a riqueza incorporam em suas análises as cautelas, tratamentos

e limitações às conclusões necessárias para a compreensão do fenômeno com esse tipo de fonte de dados (DE LA TORRE *et al.*, 2014; PIKETTY, 2014; MEDEIROS *et al.*, 2015).

Os desafios teóricos e metodológicos encontrados para se estudar os ricos não são de hoje (SAVAGE e WILLIANS, 2008; SCOTT, 2008; KEISTER, 2014), e as soluções encontradas são diversas. Em nosso caso, a solução de Piketty e Medeiros e outros limitaria o próprio escopo da tese, visto que não é possível, por ora, transpor a solução classificatória de Santos (2005) para os dados tributários, sem exceder o prazo limite do relatório final. Soluções de compatibilização de dados tributários e provenientes de pesquisas domiciliares já estão sendo desenvolvidas por Medeiros, em uma agenda de pesquisa que envolve diversos autores, mas consideramos essa também uma solução inviável nesse momento. Por essa razão, manteremos o estudo com dados das (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) tomando as devidas cautelas em relação à análise e limitando nossas conclusões no que for necessário. Essa decisão, infelizmente, implica também abandonar o foco sobre o estoque de riqueza e manter o estudo sobre o fluxo de rendimentos. Isso porque os dados das PNADs fornecem informações bem razoáveis na segunda dimensão, quando a captação de informações sobre recursos é bastante limitada. A pesquisa básica permite construir um índice de recursos do domicílio, com informações sobre as características da moradia, os bens que a concernem e os serviços que a atendem. Mas esse tipo de dado é razoável para o estudo da base e do meio da estrutura social brasileira, não tanto para o topo, visto que os itens do questionário não versam mais profundamente sobre a propriedade de ativos de capital, ou similares, limitando em muito a possível amplitude que o constructo deveria adquirir para caracterizá-los melhor – não só, mas ao longo do tempo, muitos dos itens tornaram-se cada vez menos escassos, diminuindo ainda mais a sua capacidade de fornecer informações sobre o estrato mais alto. Sendo assim, o índice criado será utilizado apenas para descrição, não para a operacionalização de uma variável representativa do espaço de mensuração da riqueza – que posteriormente servirá como dependente.

Essas escolhas têm implicações teóricas e metodológicas importantes. Definir o grupo dos ricos com base no fluxo de riquezas, implica escolher como espaço de mensuração a renda. Assim, o que se entende por rico fica restrito ao grupo daqueles que mais ganham com seus rendimentos. Não é uma solução pouco usual (MEDEIROS e SOUZA, 2014; KEISTER, 2014), conforme aponta Scott (1994), com alguma preocupação:

Studies of wealth holding have remained firmly wedded to the statistical approach that was used in the pioneer studies: the wealthy are defined simply as the top X per

cent of the population, with little consideration being given to the sociological rationale for using any particular cut-off level (SCOTT, 1994, p.87).

Ele mesmo, adiante, faz ressalvas à sua própria crítica:

The top 1 per cent of income recipients come closest to being those who could be regarded as living above an officially recognized ‘wealth line’, as this is the upper level that has been identified in official reports on income distribution. It is, however, an arbitrary statistical categorization, lacking the foundation in citizenship the official poverty line. Nevertheless, it can be employed as a useful indicator of wealth (SCOTT, 1994, p.90-1).

Os percentis são um ordenamento da renda e por essa razão a utilização deles para a definição dos ricos tem uma vantagem operacional muito grande sobre as demais, o grupo pode ser facilmente identificado nas bases de dados, são as pessoas com renda acima da linha que demarca o percentil “x” da distribuição de renda. A clareza na definição e a facilidade na operacionalização são consideradas por nós uma grande vantagem, apesar de desdenhadas em muitos trabalhos. A demarcação dos ricos como o grupo do “1%”, por exemplo, tem o que pode ser chamado de validade aparente. Ganhou notoriedade no cenário internacional após o movimento conhecido como *Occupy Wall Street*, cujos participantes estabeleceram uma agenda de conscientização sobre a diferença no bem-estar e os privilégios gozados por esse grupo do topo, em oposição ao que os demais “99%” passam, especialmente, quando uma forte crise atinge a economia (KEISTER, 2014; ATKINSON, 2015). No entanto, como já temos notícia (MEDEIROS *et al*, 2015), as pesquisas domiciliares tendem a subestimar a renda no topo e, por isso, concentrar-se apenas no grupo do 1% pode não ser sempre adequado. Importante notar que qualquer subestimação das rendas mais altas que não afete a posição no ordenamento não tem a mínima importância para as estimativas que vamos realizar. No caso de medidas de desigualdade isso importa, pois o montante de renda é afetado, mas o mesmo não é verdadeiro para as medidas de pobreza ou riqueza. Ainda assim, pelo fato do percentil 90 e 95 minimizarem grande parte da subestimação das rendas mais altas pela PNAD em comparação aos dados do imposto de renda, esses serão utilizados. Portanto, iremos trabalhar com o grupo do 1% via de regra, mas considerando quando acharmos necessário os grupos dos 5% e dos 10% mais ricos.

CLASSE SOCIAL

Conforme afirma John Scott (1994, p.xii), a pesquisa sobre pobreza e riqueza tem sido amplamente realizada de forma isolada dos principais debates que concernem à estratificação

social, e essas agendas precisam ser mais estreitamente integradas. Segundo o mesmo, é necessário explorar com mais profundidade as relações entre esses fenômenos. Pobreza e riqueza são fenômenos intimamente ligados à desigualdade, fenômenos que existem em um espaço relacional, em que indivíduos ou grupos inteiros de indivíduos apropriam-se de recursos valiosos a despeito de outros. Isso é o que podemos entender por desigualdade categórica, ou seja, são formas de benefício desigual entre conjuntos inteiros de pessoas, em que as diferenças entre categorias são mais pronunciadas do que aquelas ocorridas no interior delas (TILLY, 2006a, p.48). Esse processo constitui os fenômenos de pobreza e riqueza na medida em que a relação, composta por reiteradas interações dentre e entre os grupos, dá-se de forma assimétrica, produzindo e reproduzindo resultados vantajosos para poucos. Isso se torna ainda mais crítico quando o excedente é utilizado para reforçar essas transações (TILLY, 2006a, p.50). Essas divisões categóricas podem inspirar-se em diversos critérios.

A desigualdade categórica duradoura refere-se a diferenças nas vantagens organizadas por gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, comunidade e outros sistemas classificatórios similares. Ela ocorre quando as transações através de uma fronteira categórica (por exemplo, masculino-feminino) (a) gera regularmente vantagens líquidas a pessoas em um dos lados da fronteira e (b) reproduzem a fronteira. Embora a forma e o grau da desigualdade categórica variem dramaticamente conforme o tempo e o lugar, toda população humana de grandes dimensões manteve sistemas substanciais de desigualdade categórica (TILLY, 2006a, p.51).

Essas diversas formas de desigualdades categóricas são o objeto dos estudos em estratificação social. São situações de *status*, constituídas por definições culturais, fatores que acabam por servir de base para julgamentos sociais de superioridade e inferioridade (SCOTT, 2008). Tratamos conceitualmente das clivagens de sexo, cor, idade, região etc. na seção seguinte, elas serão por vezes em nosso trabalho consideradas nos modelos explicativos enquanto variáveis independentes de controle. Por ora, no entanto, queremos nos concentrar em um tipo especial de divisão social relevante: as categorias de classe, divisões baseadas na propriedade, nos empregos, que servem de base para a desigualdade de riqueza e de chances de vida, medidas por esquemas de classe (SCOTT, 2008). Tomamos classe social como nossa variável independente focal por acreditar que essa clivagem representa uma forma especial de categorização social que ajuda a explicar, ao menos em parte⁸, a forma como os fenômenos da pobreza e riqueza no Brasil se estruturam.

⁸ Essa ressalva é importante, pois consideramos esses fenômenos plurifatoriais e entendemos, assim como Wright (*et al* 1993; 2015), que a tradição de análise de classes não mais está preocupada em se estabelecer como um paradigma total e unificante. Classe pode ser tomada como um conceito explicativo importante para alguns tópicos, para outros ela é uma dentre um conjunto de outras causas e pode até mesmo não ter qualquer importância explicativa em alguns casos.

Diferentes estratégias de análise de classe estão ancoradas em preocupações sociológicas distintas, e para cada uma delas é possível definirmos o conceito de maneira diferente. Para o estudo de mobilidade social, autores preferem a estratégia ligada à tradição weberiana, quando para o estudo de desigualdades no plano cultural, autores adotam a tradição bourdieusiana, já para uma crítica do capitalismo, autores amparam-se na tradição marxista (WRIGHT, 2015; SCALON e FIGUEIREDO SANTOS, 2010). Há ainda estratégias de mensuração que concebem e operacionalizam o conceito em forma de uma dimensão contínua, criando índices para representar as ocupações, ou os níveis socioeconômicos (SCALON e FIGUEIREDO SANTOS, 2010). Essas diferentes tradições teóricas identificam diversos tipos de processos causais e procuram comprovar o poder explicativo de suas estratégias analíticas, construindo, assim, uma agenda de pesquisa. Por vezes é possível notar a intersecção de agendas e até um horizonte de integração analítica (SCALON e FIGUEIREDO SANTOS, 2010). Para nós, elas todas formam um interessante corpo de ideias de valor científico na medida em que identificam com sucesso mecanismos de funcionamento relevantes para uma ampla gama de problemas sociais importantes. Mas consideramos a tradição marxista com mais apreço, pois a agenda de pesquisa está organizada em torno de questões ignoradas ou marginalizadas por outras tradições e pelo seu compromisso com ideais emancipatórios (WRIGHT, 2015). Essas questões dizem respeito à própria natureza do capitalismo, seus danos e contradições, bem como às possibilidades de transformação (WRIGHT, 2015).

A categorização de classe vista pela tradição marxista é concebida pela noção de distribuição desigual de poderes e direitos sobre os ativos produtivos relevantes (WRIGHT, 1993; FIGUEIREDO SANTOS, 2002; 2005), e isso resulta em processos que levam à privação (pobreza) ou ao privilégio (riqueza) (SCOTT, 1994). O foco sobre as divisões de classe justifica-se pela ligação entre elas, os diferenciais em recompensas materiais que proporcionam e as atividades em que as pessoas se engajam para manter ou elevar suas possibilidades de ganho (FIGUEIREDO SANTOS, 2005).

O poder causal da posição de classe é exercido ao se condicionar o acesso aos recursos produtivos e ao se moldar as experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. O que a pessoa tem (ativos produtivos) determina o que ela obtém (bem-estar material) e o que deve fazer para conseguir o que obtém (oportunidades, dilemas e opções) (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p.28).

A atividade econômica exercida sobre os recursos produtivos que uma pessoa possui a leva a defrontar-se com uma estrutura de riscos e oportunidades, com a qual ela deve se comprometer ao perseguir seus objetivos materiais. O controle sobre os ativos produtivos

relevantes garante proteção e melhores chances econômicas, contanto que o detentor explore a atividade em consonância com o tipo de recurso possuído. Classes privilegiadas, assim, têm interesse em impedir a distribuição de recursos valiosos que dão ensejo às suas vantagens. Controladores de pequenos ativos lutam para que esses sejam cada vez mais escassos e potencialmente mais proveitosos. Trabalhadores não destituídos buscam por diversos meios adquirir uma parcela mais generosa das recompensas e se resguardar contra as intempéries econômicas. Destituídos estão sempre atrás de melhores meios de subsistência, para que assim estejam um pouco mais protegidos da pobreza e das conseqüentes mazelas que a acompanham (insegurança, sofrimento, doença). Classe condiciona dessa maneira os riscos (chances) de pobreza (riqueza) das pessoas e suas famílias. Disso resulta a ideia de que deve haver um mecanismo, ou mecanismos, em ação. Por mecanismo entendemos o caminho causal por meio do qual um fator julgado relevante afeta o fenômeno de interesse, assim, o termo abrange qualquer aspecto considerado como parte do processo pelo qual X (variável independente focal) afeta Y (variável dependente) (GERRING, 2012, p.215). Erik Wright (2015) trata de três grupos de mecanismos que afirma ser a base das tradições de análise de classe ligadas à estratificação, aos trabalhos de Weber e aos de Marx. As abordagens via estratificação fundamentam-se em mecanismos causais relativos aos atributos individuais, a tradição weberiana baseia-se nos mecanismos ligados à reserva de oportunidades, e a tradição marxista apoia-se em mecanismos referentes à opressão e à exploração.

For simplicity in this discussion, I focus on three clusters of class-relevant causal processes, each associated with different strands of sociological theory and approaches to class analysis. The first identifies class with the attributes and material conditions of the lives of individuals. The second focuses on the ways in which social positions give some people control over economic resources of various sorts while excluding others from access to those resources. And the third identifies class, above all, with the ways in which economic positions give some people control over the lives and activities of others. I call these three approaches the individual-attributes approach to class, the opportunity-hoarding approach, and the domination and exploitation approach. The first is associated with the stratification tradition, the second with the Weberian tradition, and the third with the Marxist tradition (WRIGHT, 2015, p.13).

Para a tradição de análise ligada à estratificação social, classe é o conceito apropriado para falar sobre a ligação entre os atributos individuais e as condições materiais de vida, assim, a posição de classe da pessoa serve para identificar os atributos economicamente importantes que moldam as oportunidades e escolhas numa economia de mercado e, assim, as condições materiais de vida (WRIGHT, 2015, p.14). De modo que, para essa tradição, a preocupação central está em entender como as pessoas adquirem os atributos que os levam a determinada posição, e o eixo central da agenda de pesquisas é o processo pelo qual as pessoas adquirem os recursos culturais, motivacionais e educacionais que afetam suas ocupações no mercado de

trabalho (WRIGHT, 2015, p.14-5). Habilidades, educação e motivação são determinantes muito importantes das perspectivas econômicas de um indivíduo. O que falta nessa abordagem, no entanto, é qualquer consideração séria acerca das desigualdades entre as próprias posições que as pessoas ocupam, algo considerado nas duas outras tradições (WRIGHT, 2015, p.15). A ideia definidora da agenda da tradição weberiana diz respeito às vantagens especiais que determinadas posições de trabalho conferem aos seus ocupantes (ex.: alta renda), assim, para que eles protejam seus benefícios é importante que eles acionem meios de excluir outras pessoas do acesso a esses postos (WRIGHT, 2015, p.15) – isso por vezes aparece na literatura como processo de “fechamento social”. Diplomas de ensino superior são o melhor exemplo desse processo, especialmente para os “cursos de elite” (ex.: medicina), mas também podemos citar os concursos públicos para altos cargos, ou para serviços muito rentáveis. É possível também pensar na propriedade dos meios de produção como a credencial que garante o acesso à “posição de trabalho” de capitalista, que garante importantes privilégios (ex.: lucro), mas o usufruto dessas benesses depende da capacidade de exclusão dos demais, cerceando aos demais os “direitos de propriedade” (WRIGHT, 2015, p.16). A diferença fundamental entre essas duas primeiras tradições é que na análise via reserva de oportunidades as vantagens econômicas das pessoas em posições privilegiadas estão causalmente ligadas às desvantagens de pessoas excluídas dessas posições de classe, quando na análise via atributos individuais as vantagens e desvantagens são independentes umas das outras por serem constituídas por processos atrelados aos indivíduos especificamente (WRIGHT, 2015, p.17).

Sob a tradição marxista, classe opera segundo os mecanismos da exploração e dominação⁹ econômicas (WRIGHT, 2015). De fato, mecanismos por meio dos quais as distintas posições de classe buscam por seus interesses materiais são vários, mas essa abordagem ressalta esses dois¹⁰. Ambos são destacados em razão de sua importância teórica e hermenêutica para essa tradição, ou seja, eles importam tanto para a constituição dos conceitos quanto para a interpretação dos resultados. Para Wright (1994, p.46), a exploração de classe é definida por três principais critérios: o princípio do bem-estar interdependente inverso, o princípio de exclusão e o princípio da apropriação. Sucessivamente, significam que o bem-estar material dos exploradores causalmente depende das privações materiais do explorado, ou seja, o bem-estar do explorador dá-se à custa do bem-estar do explorado. A relação causal que gera

⁹ Por vezes na literatura vemos o termo dominação ser substituído por opressão, mas sem que sua definição se altere, por isso consideramos os mesmos como sinônimos em nosso trabalho.

¹⁰ Na ocasião da dissertação de mestrado discutimos mais detalhadamente esses mecanismos, incluindo outros como: emulação, adaptação, hierarquização, distanciação, enfileiramento etc.

o primeiro princípio envolve a exclusão assimétrica do explorado, do acesso e do controle sobre certos recursos produtivos importantes. Tipicamente, essa exclusão é apoiada por força dos direitos de propriedade, mas em casos especiais pode não ser. O mecanismo causal que transforma essa exclusão em bem-estar diferencial envolve a apropriação dos frutos do trabalho do explorado por aqueles que controlam os recursos produtivos relevantes. Frequentemente, autores marxistas referem-se a ela como apropriação do produto excedente. Se apenas as duas primeiras dessas condições estão reunidas, tem-se aquilo que pode ser chamado de opressão econômica, ou dominação, mas não a exploração. Dominação diz respeito à habilidade de controlar as atividades de outras pessoas, exploração, adicionalmente, envolve a aquisição de benefícios econômicos provenientes do trabalho delas (WRIGHT, 2015, p.18). Essas são formas mais fortes de conexão causal do que a considerada pelo mecanismo da reserva de oportunidades, pois a relação entre as categorias é contínua e refere-se às atividades das pessoas (explorador/explorado, dominador/dominado) e não apenas às suas condições (incluído/excluído) (WRIGHT, 2015, p.18). Charles Tilly (2006a, p.51-52) também se inclina sobre a noção de mecanismos e assim define as causas da desigualdade categórica. O autor conceitua a exploração como a relação proveniente de quando as pessoas, as quais controlam um recurso valioso, arregimentam e organizam o esforço de outras para produzir um valor que será em grande parte excluído da conta dessas outras não controladoras. Já o conceito de reserva de oportunidade é definido como a relação em que uma categoria limita o acesso a recursos produtores de valor a integrantes de um dado grupo. Tilly (2006a; 2006b) não reduz esses mecanismos a relações de classe, extrapola para as diversas classificações baseadas em sexo, etnia etc. John Scott (1994; 2008) trabalha essa noção de mecanismos para descrever os tipos ideais de relações de poder e, a depender delas, os tipos ideais de elite (coercivas, indutoras, especialistas e comandantes) que podemos encontrar embaralhadas na evidência empírica, mas que ainda assim podem ajudar no estudo do topo da estrutura social.

Desafiadora, no entanto, é a aplicação dessa estratégia de análise via mecanismos causais identificados a partir da estrutura de classes (ou de outros grupos) com base em informações oriundas de pesquisas domiciliares (SCALON e FIGUEIREDO SANTOS, 2010). Mas, cientes desse limite, vários outros trabalhos já trouxeram importantes contribuições para a compreensão da desigualdade, pobreza e riqueza a partir da abordagem de classe em termos de agregados de empregos¹¹. A fim de endereçar as questões relativas à pobreza e à riqueza por

¹¹ Para a revisão de literatura mais completa sobre esses trabalhos ver SCALON, C. e FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2010) *Desigualdades, Classes e Estratificação Social*.

meio da análise de classes, iremos operacionalizar o conceito e considerar os mecanismos a partir da estratégia de classificação socioeconômica definida por Figueiredo Santos (2002; 2005) para o Brasil. A classificação desenvolvida por ele é um bom instrumento para a descrição e a explicação dos processos sociais que ocorrem nas esferas da produção, da reprodução e da distribuição de recompensas materiais. A classificação também é importante para a compreensão da estrutura social em si e de suas consequências para os resultados obtidos pelas pessoas, suas famílias e domicílios. Para se realizar a demarcação das categorias de classe, Figueiredo Santos (2005, p.37) levou em consideração a posição na ocupação (*status* do emprego), mas desagregando com base em critérios sociológicos os agrupamentos presentes nas variáveis originais. A nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – compatível com a *International Statistical Classification of Occupation* (ISCO-88) – aplicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da PNAD de 2002 possui um detalhamento de 519 grupos ocupacionais, o que possibilitou novas divisões (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p.39). A abordagem via análise de classes com base na ideia de controle de ativos produtivos já se mostrou adequada para lidar com a heterogeneidade da estrutura social e econômica brasileira. A solução unificadora de Figueiredo Santos permite pensar as várias situações que afetam o poder social e as chances de vida, como os privilégios, as situações intermediárias, a tipicidade do trabalho e a destituição. Pensando dessa maneira, podemos distinguir na classificação quatro grandes agrupamentos de posições de classe: os privilegiados, que comportam as posições de capitalistas e fazendeiros, especialistas autônomos, gerentes, empregados especialistas e pequenos empregadores; os controladores de pequenos ativos, como os autônomos com ativos e autônomos agrícolas; os trabalhadores não destituídos, como empregados qualificados, supervisores e trabalhadores típicos; e, por fim, os destituídos, em que temos trabalhadores elementares, autônomos precários, empregados domésticos, agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e trabalhadores excedentes. A seguir temos o detalhamento das posições específicas de classe.

A classe de capitalistas e fazendeiros fica claramente demarcada devido à sua importância para um estudo de corte marxista e também pela própria estruturação do sistema capitalista. O grupo é composto por pessoas com posição na ocupação de empregador, empregador não agrícola com 11 ou mais empregados, empregador agrícola com 11 ou mais empregados permanentes, empregador agrícola que emprega simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e seis ou mais empregados temporários, empregador agrícola com 1.000 hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados. Essa clivagem

reflete o extrato mais privilegiado da estrutura social, o topo da classificação. Conforme é possível deduzir, ela envolve um número bem pequeno de observações, mas isso não chega a ser um problema para o nosso trabalho aqui. Os dados disponíveis permitem categorizar os empregadores com 11 empregados ou mais, talvez, para uma solução mais rigorosa de classificação, a informação sobre o número de empregados permitisse um corte acima desse ponto. O problema, claro, seria a escassez ainda maior de casos. As demais posições privilegiadas permitem a reflexão mais detalhadas sobre os próprios ativos produtivos. As posições de especialistas, autônomos e empregados, gerentes e pequenos empregadores são o que costumeiramente chamamos de “classe média”. A classe definida como especialistas autônomos é composta por pessoas cuja posição na ocupação é de “conta-própria” e de especialista por título ou grupo ocupacional, conforme categorização de especialista usada na tipologia, por reclassificação como autoempregado especialista do empregador especialista (advogado, médico etc.) com até cinco empregados. Nesse caso, a propriedade de ativos de qualificação sobrepõe-se à condição de empregador de trabalhadores auxiliares, como técnicos, secretárias etc. Distintiva para a posição é o controle de conhecimento perito, não o fato de contratar força de trabalho. A posição de classe de gerentes é composta por pessoas com posição na ocupação de empregado, gerente de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio. Essas atribuições denotam que a pessoa está inserida numa posição de autoridade na estrutura hierárquica de comando. A classe de empregados especialistas é formada por pessoas com posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior. A inclusão desses dois últimos grupos é o retrato de um critério mais amplo, menos rigoroso na classificação dos empregos de especialistas, adotado por Figueiredo Santos, em 2005. Adiante no capítulo quatro será preciso rever esse critério, especialmente para trabalhar com o estudo do 1% mais rico. A classe de pequenos empregadores é formada por pessoas com posição na ocupação de empregador, empregador não agrícola que ocupa de um a dez empregados, empregador agrícola que ocupa de um a dez empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de seis a dez empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários. A diferenciação desse grupo dá-se em relação aos capitalistas por escala e modalidade de divisão do trabalho, ou seja, ele emprega menos, por isso se apropria de menos trabalho excedente e também, tipicamente, ele trabalha lado a lado, realizando a mesma atividade.

Na estrutura social também são especificadas classes não empregadoras que possuem ativos de capital limitados. Os autônomos com ativos distinguem-se por possuírem posição na ocupação de conta-própria, com atividade de natureza não agrícola, cujo empreendimento ou o titular possui ou estabelecimento (loja, oficina etc.), ou veículo automotor (taxi, caminhão, van etc.), ou ocupação qualificada. Já os autônomos agrícolas possuem posição na ocupação de “conta-própria” e ocupação nas atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou piscicultura. Outro segmento da estrutura social possui fatores diferenciadores vinculados ao emprego. Os supervisores são compostos por pessoas com posição na ocupação de empregado, supervisor, chefe, mestre ou contramestre, de acordo com o grupo ocupacional. Já os empregados qualificados são formados por pessoas com posição na ocupação de empregado, empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores no ensino infantil e fundamental, professores de nível médio no ensino profissional, professores em educação física e educação especial. A posse de qualificações e autoridade “escassas” geram essas situações ambíguas, porém, limitadas. Essa limitação leva à aproximação com a classe trabalhadora não destituída e o distanciamento das posições privilegiadas. O trabalhador típico é a classe mais densa, composta por pessoas com posição na ocupação de empregado, trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem, trabalhador de semirrotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia, trabalhador de semirrotina em serviços administrativos, comércio e vendas, trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria, trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas. Esse trabalhador típico expressa a relação mais característica de interdependência assimétrica, estando claramente subordinado no âmbito da organização social do trabalho, mas com controle sobre o próprio esforço. Essas cinco posições de classe são tomadas como os setores intermediários da classificação, a diferença crucial entre as duas primeiras posições e as três últimas é o assalariamento. Assim, temos autônomos com ativos e agrícolas no agrupamento de controladores de pequenos ativos, e os empregados qualificados, supervisores e trabalhadores típicos no agrupamento da classe trabalhadora não destituída.

A exclusão do controle de ativos é o que unifica e ao mesmo tempo explica o caráter de destituição das posições de classe encontradas na base da estrutura social. São diferentes os processos pelos quais cada posição é excluída, por isso elas não são tratadas como um grande bloco. O critério unificador desse agrupamento é a destituição, a restrição ou a depreciação dos

ativos produtivos (FIGUEIREDO SANTOS, 2005). Os trabalhadores elementares são formados pelas pessoas com posição na ocupação de empregado, trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga, trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem. Já os autônomos precários agrupam indivíduos com posição na ocupação de “conta-própria” e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: ou estabelecimento, ou veículo automotor usado para o trabalho, ou ocupação qualificada no emprego principal. Empregados domésticos são definidos por sua posição na ocupação e título ou grupo ocupacional. Autônomos agrícolas são os autônomos precários caracterizados por possuírem parcela de terra ínfima ou insuficiente, aqui consideramos o mínimo de dois hectares de terra, ou por serem posseiros, ou por venderem a totalidade, ou a maior parte, da produção principal para o “consumidor direto”. Trabalhadores de subsistência são aqueles com posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo. Finalmente, trabalhadores excedentes são integrados por pessoas sem trabalho, que tiveram alguma iniciativa de procurar trabalho, ou posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.

A categorização não é contaminada pelo uso de critérios distintos de classe social, o conceito é mantido diferenciado de fatores como educação ou renda para poder ser relacionado nas análises (FIGUEIREDO SANTOS, 2013). Renda, em suas diversas formas, é tomada muitas vezes como o espaço de mensuração dos resultados, é o signo das recompensas dadas ao emprego dos diferentes ativos no processo produtivo. Educação e também sexo, cor etc. são fatores concorrentes na determinação das recompensas da atividade econômica, por isso os consideramos enquanto controles em nossas estimativas e fornecemos na seção seguinte um pouco mais de detalhes sobre como os concebemos em nosso trabalho. Embora as pesquisas domiciliares não consigam captar todas as informações relevantes para a determinação ou os mecanismos de classe, os empregos e as condições as quais as pessoas estão submetidas ao ocupá-los revelam aspectos fundamentais na estruturação das chances de vida. Os dados relativos aos grupos ocupacionais fornecem os indícios de controle de ativos, bem como as características das situações de trabalho e mercado que influenciam a desigualdade material de recompensas, a pobreza e a riqueza. Além disso, durante a análise concreta das situações de pobreza e riqueza, as posições de classe direcionam a interpretação dos resultados, tanto nos níveis quanto nas tendências encontradas (FIGUEIREDO SANTOS, 2013).

OUTRAS CLIVAGENS IMPORTANTES

Além das posições de classe, há outros fatores que podem influenciar o nível e a evolução dos fenômenos de interesse. Os grupos sociais constroem os padrões de interação econômica, estabelecendo diferenciais nos resultados, conforme Tilly (2006a; 2006b) explicita em sua teoria da desigualdade. Fatores relacionados à localização do domicílio das pessoas também são relevantes, apesar de terem uma natureza um pouco diferente, eles dizem respeito à segmentação do mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico desigual em um país de proporções continentais como o Brasil. As posições de classe, em certa medida, refletem esses diferenciais, pois classe enfeixa muitos fatores. As posições destituídas, por exemplo, agregam várias categorias desprivilegiadas. Como fato, podemos dizer que muitas mulheres negras (pardas, pretas ou indígenas) são empregadas domésticas; ou que há um grande percentual de negros nas posições precárias (autônomos e agrícolas) enquanto a maioria dos capitalistas é branca (e amarela); e, também, pessoas com baixa escolaridade, via de regra, não ocupam posições de classe que controlam ativos produtivos importantes etc. Mas há o efeito “líquido” desses outros fatores, e temos a interação entre eles e classe, que, por vezes, pode esconder transformações significativas. Incluir em nossas análises outros fatores importa para a melhor especificação do efeito de interesse, mas também importa à abordagem sociológica mais ampla dos problemas e, por isso, precisamos deixar mais claro o que entendemos acerca dessas dimensões.

Gênero, raça e idade são compreendidos aqui como construções sociais, usadas muitas vezes para constituir, justificar e explicar desigualdades (ABBOTT, 2000; TELLES, 2002; VINCENT, 2000). As disparidades em termos de recompensas (ex.: salários) já foram apontadas em diversos locais e épocas, em razão do interesse tanto de sociólogos quanto de economistas. As diferenças nessas dimensões servem de base para o julgamento social envolvendo superioridade e inferioridade (SCOTT, 2008), posicionando as pessoas em grupos de *status* relativo e proporcionando assim os processos de discriminação, que podem assumir várias formas. A discriminação alocativa refere-se ao juízo acerca de determinadas posições. Socialmente julgamos adequados alguns empregos para mulheres, jovens ou negros e em lugares nos quais o acesso para esses grupos não é obstruído. Outros empregos, os quais não

consideramos adequados para esses grupos, são envolvidos em diversas barreiras, por vezes, intransponíveis. Assim, convertamos essas formas de desigualdade em desigualdade de classe. Isso pode ser mensurado, por exemplo, constatando em que medida os grupos oprimidos estão sobrerrepresentados nas posições destituídas e sub-representados nas posições privilegiadas. Outra forma de discriminação diz respeito ao julgamento social sobre o “quanto vale” do trabalho das pessoas, a depender da categoria em que ela se encaixa. Mas, ainda quando as pessoas possuem a mesma posição, o mesmo emprego, também encontramos desigualdade e essa é o que podemos chamar de discriminação interna. A discriminação é o mecanismo típico das relações de opressão. Mulheres, negros e jovens, enquanto categorias, sofrem diferentes tipos de prejuízo em virtude dos padrões sociais prevalentes nas interações com seus pares (homens, brancos e adultos). As opressões de classe, gênero, raça e idade podem variar bastante independentemente uma da outra. As lutas contra a desigualdade de gênero, por exemplo, encontraram uma amplitude dentro do capitalismo maior do que o marxismo conseguiu prever (WRIGHT, 2015). Em um estudo de Figueiredo Santos (2008), o gênero revelou-se uma divisão social mais autônoma em relação à classe social do que a divisão de raça. Por outro lado, vemos que a vantagem racial de renda a favor dos brancos está presente em quase todas as categorias de classe, mas seu efeito é significativamente moderado por essa condição (FIGUEIREDO SANTOS, 2005). Menos estudos foram conduzidos em relação à idade, ela se destaca como o “primo pobre” da estratificação social, no entanto, os mesmos padrões de discriminação e desigualdade se aplicam. Em termos de operacionalização, gênero e raça são tomados de forma categórica (dicotômica), enquanto idade é tratada por vezes de forma contínua, outras de forma categórica (politômica), com a divisão por faixas etárias.

Educação, experiência e esforço são também utilizados como marcadores para constituir, justificar e explicar as desigualdades. Mas essas dimensões apresentam uma característica um pouco distinta das anteriores, pois são também consideradas como *input* para o trabalho. Ser mais escolarizado, experiente e esforçado é signo para a possibilidade de envolver-se em atividades mais complexas e rentáveis (SHULTZ, 1963; MINCER, 1974; BROWN *et al*, 2011). Os rendimentos derivados da atividade econômica são considerados, na pesquisa econômica e sociológica, o produto desses fatores (SHULTZ, 1963; MINCER, 1974; BROWN *et al*, 2011). A educação, inclusive, independentemente do programa político com o qual as pessoas simpatizam, foi tomada como “meio para solucionar nossos problemas sociais, especialmente a pobreza” (THUROW, 1972, p.66). Temos também que obter determinado grau de escolaridade, ter certos anos de experiência, ou disponibilidade para trabalhar “*x*” horas é

pré-requisito para alguns empregos. No entanto, a conversão desses fatores em melhores resultados econômicos não é automática, ao menos não como preconiza a teoria do capital humano, ela depende da estrutura social. A educação também não se mostrou tão salvadora ao final, necessária, mas não suficiente (BROWN *et al*, 2011). Gênero, raça e, especialmente, classe, ainda importam muito (WRIGHT, 1994; ROYCE, 2009). A depender do pertencimento de classe, pessoas têm mais ou menos acesso à educação de qualidade. A classe de origem (posição dos pais) determina em muito a classe de destino (BREEN *et al*, 2010). A crítica, claro, é feita à interpretação desses fatores, pois sabemos da importância deles para as recompensas econômicas e também para a melhor especificação dos efeitos de outras dimensões relevantes. Além disso, esses fatores são muito utilizados para justificar as desigualdades, visto que, quando encontradas diferenças nessas dimensões, o custo de manutenção das demais desigualdades diminui em muito (TILLY, 1998; THERBON, 2006). Por exemplo, é sempre mais aceitável a explicação das diferenças salariais entre supervisores e trabalhadores de rotina, brancos e negros, homens e mulheres, adultos e jovens, se for possível destacar o grau a mais de escolaridade, experiência e esforço que os primeiros realizam em relação aos outros. No que tange à operacionalização desses fatores, educação é sempre tomada de forma categórica (dicotômica e politômica), dando preferência aos níveis, ou aos grupos por anos de escolaridade, quando experiência e esforço são tratados como variáveis contínuas.

O desenvolvimento desigual no Brasil tem raízes antigas, bastante estudadas por autores clássicos das nossas ciências sociais (PRADO JR, 2004; FURTADO, 2005). O resultado disso foi um desenvolvimento concentrado em áreas litorâneas e de pequena integração inter-regional. Com isso, regiões periféricas acabaram servindo como fornecedoras de produtos primários e consumidoras finais de bens manufaturados, num modelo que alimentou as discrepâncias internas de desenvolvimento no país. Ocorre dessa maneira também a segmentação do mercado de trabalho, com as posições mais privilegiadas concentradas no centro-sul, nas regiões metropolitanas e na área urbana, enquanto os empregos precários e a economia de subsistência restaram para o Norte e Nordeste, sobretudo o interior e a área rural. Os processos migratórios e a urbanização do país ao longo das décadas, além de algumas políticas sociais de redistribuição, amenizaram as discrepâncias regionais. Mas nenhum desses processos foi suficiente para corrigir essa distorção, por isso ainda é relevante considerar a localização das pessoas ao tratarmos dos resultados econômicos. Basicamente trabalhamos com as grandes divisões regionais, a área censitária e a situação do domicílio. Essas são tratadas de forma categórica (dicotômica e politômica). As grandes divisões são Norte, Nordeste, Sudeste,

Sul e Centro-Oeste, ou a divisão entre norte-nordeste e centro-sul. A área censitária é um bom *proxy* para o tamanho dos municípios, dividindo as pessoas em regiões metropolitanas (grandes), autorrepresentativos (médios), e não autorrepresentativos (pequenos), ou simplesmente em metropolitano e não metropolitano. A divisão por situação do domicílio é entre urbana e rural.

AS FONTES DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Trabalhar temas ligados aos problemas colocados pela ideia de justiça distributiva, a nosso ver, exige em algum grau a análise baseada em dados, especialmente, se for necessário estabelecer factualmente quem fica com o quê. Mas, em geral, a questão mais profunda que segue essa primeira é por que isso se dá de determinada forma e não de outra. A fim de angariar evidências, é necessário coletar dados, e qualquer que seja a escolha do método, um princípio básico é fazer isso especificamente para cada pesquisa. Planejar e executar o levantamento de dados, incluindo a construção dos instrumentos, garante informações “sob medida”. O problema para os pesquisadores nesse caso advém da necessidade de recursos para tal fim. Como não dispúnhamos dos recursos necessários (inclusive tempo), recorreremos aos microdados das PNADs dos últimos anos, mesmo sabendo que esse levantamento poderia trazer algumas limitações à pesquisa.

A PNAD conduzida pelo IBGE investiga anualmente, com pausa decenal apenas para a coleta do Censo Demográfico, características gerais da população, dentre elas, nos é de especial interesse as relativas ao trabalho, rendimento, educação, habitação, entre outras. O levantamento de informações como essas se tornou um importante instrumento de investigação acadêmica, economizando tempo e outros recursos, permitindo o avanço do entendimento sobre aspectos cruciais para o desenvolvimento de políticas públicas no país.

Selecionamos 12 bancos de microdados disponíveis, cobrindo o período que vai de 2002 a 2009 e de 2011 a 2014. A decisão acerca do período foi tomada porque metodologicamente não se impõem grandes desafios para a compatibilização das variáveis e comparação dos resultados entre os anos. Esse também é o período em que tantos outros trabalhos parecem ter encontrado alterações significativas no âmbito econômico e social da população brasileira. A

seguir, na Tabela 1, podemos ver um breve resumo do número observações e totais da população considerando domicílios, famílias e pessoas.

As estatísticas para as pessoas correspondem ao número exato divulgado pelo IBGE, números de famílias e domicílios são um pouco menores, pois apagamos do banco os casos sem informação, assim foi possível combinarmos a base de domicílios e pessoas sem desconfiguração das variáveis ou duplicação dos casos. Em relação ao número de observações para domicílios e famílias, os valores são muito próximos ao longo do período, podemos ver somente um pequeno aumento entre 2003 e 2004, quando houve inclusão na amostra a área rural da região Norte do país. Essa parcela não possui um peso proporcional tão grande para o país, já que a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE, ao todo, o número de domicílios particulares permanentes e de pessoas residentes nesse estrato representa 2% ou menos do total para o país. Mas, como estamos tratando de pobreza e de riqueza, a população da área rural da região Norte tem um significado considerável para o estudo da relação entre esses fenômenos e os fatores geográficos que podem impactá-los. Assim, as comparações entre período inicial e final podem ser feitas sem esse ruído quando consideramos a diferença de 2014 com 2004.

Tabela 1 – Observações e números totais da população considerando domicílios, famílias e pessoas por ano de coleta da pesquisa – Brasil – 2002 a 2014

Ano	Obs. Dom.	Nº. Dom.	Obs. Fam.	Nº. Fam.	Obs. Pes.	N. Pes.
2002	105984	48590434	115432	52626588	385431	175076603
2003	107846	50181943	117010	54147004	384834	177360349
2004	112716	52196792	122517	56468678	399354	183439253
2005	116452	53463710	126552	57794948	408148	185651425
2006	118590	54856850	128881	59284176	410241	187851823
2007	117858	56501661	126147	60154104	399964	189953924
2008	118138	58340778	125224	61647408	391868	191999849
2009	121163	59372211	129333	63061475	399387	193995123
2011	111986	62297211	117796	65269897	358919	197825297
2012	114906	63916144	120657	66914580	362451	199688907
2013	116543	65300857	122447	68419581	362554	201466785
2014	119001	67174162	124769	70266062	362627	203190852

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em relação aos indivíduos, podemos ver na Tabela 1 que o número de observações a partir de 2011 segue um padrão um pouco diferente da década anterior, os casos parecem ter

diminuído em torno de 30.000, mas não encontramos nas notas técnicas do IBGE informações acerca da alteração da metodologia de seleção. No início do período (2002), a média de pessoas por domicílio era de 4,5, valor que caiu consistentemente ao longo do tempo, até chegarmos em 2014 com uma média de 3,8 pessoas. Considerando as famílias a tendência é a mesma, com 4 membros em média no início e 3,5 no final. Em ambas, os desvios padrão também caíram, indicando aumento na uniformidade do número de componentes. Assumimos, portanto, que essa redução é resultante da tendência de baixa na taxa de natalidade e consequente diminuição da população jovem no país. Essas alterações demográficas podem ter efeitos sobre nossas análises, na medida em que afetam a distribuição dos fatores de interesse. Por isso iremos fazer um breve exame das nossas variáveis a partir de estatísticas descritivas e, nelas, verificar se e como a alteração da população pode ter afetado a distribuição dos fatores relevantes. Considerações sobre a construção das variáveis também serão feitas na análise específica das estatísticas descritivas destas. As estimativas estão arredondadas e por isso não há casas decimais.

OS FATORES DE INTERESSE E CONTROLE

Começamos pela variável independente focal, a tipologia de classe, expressando a distribuição percentual das pessoas pelas posições (Tabela 2), a distribuição das pessoas quando a classe da pessoa de referência na família é atribuída a outros membros (Tabela 3) e o mesmo processo, mas utilizando a posição da pessoa de referência no domicílio (Tabela 4). A posição de classe da pessoa de referência é atribuída aos membros da família ou do domicílio a depender do espaço onde estaremos mensurando os fenômenos. Quando a renda familiar é o objeto de análise, a posição da pessoa de referência na família é atribuída, em outro caso, quando se está investigando o impacto de classe sobre os recursos do domicílio, a posição da pessoa de referência no domicílio é atribuída. Isso é feito para ajustar melhor a variável independente à dependente. A atribuição da posição de classe não é incomum em trabalhos que utilizam esquemas de classe, a ideia por trás é que o nível de bem-estar, os riscos ou chances são experienciados a partir da localização de classe da família, ou do domicílio, não apenas a individual (NOLAN e WHELAN, 1999; WHELAN *et al*, 2006; WATSON *et al*, 2007). Essa solução operacional permite também ser mais abrangente com os casos em análise.

Os capitalistas formam o menor seguimento da estrutura de classes, em termos percentuais são 0,5%, que arredondados não chegam a 1% em 2007 e 2009. Quando há atribuição da posição aos outros membros da família ou quando olhamos para a distribuição de domicílios segundo a posição de classe da pessoa de referência, os valores arredondados estão na casa do 1% em todo o período, sem alterações expressivas. Esses valores correspondem também à distribuição de pessoas e domicílios para os especialistas autônomos. Ao final do período os valores chegam a ultrapassar 1%, mas os valores arredondados não expressam a pequena variação. O mesmo ocorre quando a posição é atribuída aos membros da família ou quando olhamos para a distribuição dos domicílios. Gerentes perfazem 2% a 3% da distribuição das pessoas pelas classes, no caso das posições dos indivíduos esse valor vai de 2% nos anos iniciais a 3% nos finais. Quando a posição é atribuída aos membros da família ou olhamos para os domicílios, há flutuações, mas os valores estão sempre mais próximos de 3%. Empregados especialistas são o segmento que claramente aumenta suas proporções, em 2 pontos percentuais no caso dos indivíduos, 1 ponto percentual nos demais casos. Pequenos empregadores diminuem sua participação no período, isso não é notado na distribuição considerando apenas os indivíduos, pois a alteração não chega a ser expressiva o suficiente para fazer o valor arredondado cair, mas a tendência fica mais clara quando tratamos da posição atribuída ou do domicílio.

Tabela 2 – Distribuição das pessoas por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014

Posições de Classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	1%	1%	0%	0%	1%	0%	1%	0%	1%	1%	1%	1%
Esp. Aut.	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Gerente	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	3%
Emp. Esp.	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	5%	5%	5%
Peq. Emp.	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Aut. Ativ.	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	5%	6%	6%	6%	7%
Aut. Agr.	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	3%	2%	2%	2%
Emp. Qual.	6%	6%	6%	6%	6%	7%	7%	6%	7%	7%	7%	7%
Supervisor	2%	1%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Trab. Típ.	28%	28%	29%	29%	29%	30%	32%	31%	34%	34%	34%	33%
Trab. Elem.	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	9%	9%	9%	8%	8%
Aut. Prec.	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	8%	8%	8%	9%
Emp. Dom.	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	6%	6%
Agr. Prec.	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Trab. Sub.	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Trab. Exc.	13%	13%	12%	13%	12%	11%	10%	11%	9%	8%	8%	9%
N obs. (mil)	186	186	195	204	207	202	200	206	180	184	183	188

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os autônomos com ativos representam 6% dos casos quando mensuramos classe no nível individual, apenas em 2014 o valor chega a 7%. Ao atribuímos a posição a outros membros da família ou olharmos para os domicílios, eles representam também em torno de 9% dos casos. Os autônomos agrícolas apresentam a maior diferença relativa quando passamos da mensuração no nível individual para o das famílias ou domicílios, praticamente dobram sua participação, que é de aproximadamente 3% no primeiro caso, para 6% nos outros dois. Ainda assim, a diminuição é clara ao longo do tempo, para o caso das famílias e domicílios a queda é maior, refletindo não só a diminuição na composição da estrutura, mas também a diminuição das famílias.

Tabela 3 – Distribuição das pessoas por posições de classe da pessoa de referência na família – Brasil – 2002 a 2014

Posições de classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Esp. Aut.	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Gerente	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	3%	3%	3%
Emp. Esp.	3%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%
Peq. Emp.	5%	5%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	4%	4%	4%	4%
Aut. Ativ.	9%	8%	8%	8%	8%	8%	7%	7%	8%	8%	8%	8%
Aut. Agr.	6%	6%	6%	6%	6%	5%	5%	4%	5%	4%	4%	3%
Emp. Qual.	5%	5%	5%	5%	5%	6%	5%	5%	5%	5%	6%	6%
Supervisor	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Trab. Típ.	28%	28%	28%	28%	29%	29%	30%	30%	32%	32%	32%	31%
Trab. Elem.	12%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	10%	10%	10%	9%
Aut. Prec.	10%	11%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Emp. Dom.	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	6%	6%	5%	6%	6%
Agr. Prec.	4%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Trab. Sub.	2%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%
Trab. Exc.	6%	7%	6%	6%	6%	6%	5%	6%	5%	5%	5%	5%
N obs. (mil)	315	315	326	333	333	317	307	314	271	272	269	271

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Empregados qualificados aumentam sua participação de 6% para 7% no período ao considerarmos apenas os empregos das pessoas. Quando consideramos a posição atribuída a expressão é menor, mas a tendência de aumento é um pouco maior. As posições de empregado especialista e empregado qualificados apresentam essa tendência de aumento, provavelmente devido ao aumento da escolaridade média das pessoas que foram absorvidas em empregos que comportam esse tipo ativo. Os grupos por anos de estudo são analisados em seguida. O

percentual de casos classificados como supervisores diminui no período, mas no caso da posição atribuída essa variação não é captada pelos valores arredondados. Os trabalhadores típicos são a categoria mais densa dentro da estrutura de classe, em torno de 30%. A tendência é de aumento em todos os casos.

Tabela 4 – Distribuição dos domicílios por posições de classe da pessoa de referência – Brasil – 2002 a 2014

Posições de classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Esp. Aut.	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Gerente	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Emp. Esp.	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Peq. Emp.	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	4%
Aut. Ativ.	9%	9%	9%	9%	8%	8%	8%	7%	8%	9%	8%	9%
Aut. Agr.	6%	6%	6%	6%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	4%
Emp. Qual.	5%	5%	5%	5%	5%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%
Supervisor	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Trab. Típ.	28%	28%	28%	28%	29%	28%	30%	29%	31%	31%	31%	30%
Trab. Elem.	11%	11%	11%	11%	11%	11%	11%	11%	10%	10%	9%	9%
Aut. Prec.	11%	11%	10%	11%	10%	11%	10%	11%	10%	10%	10%	10%
Emp. Dom.	4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	6%	6%	6%	6%	6%
Agr. Prec.	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Trab. Sub.	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%
Trab. Exc.	6%	6%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	5%
N obs. (mil)	84	85	88	91	93	90	89	92	81	83	83	85

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso do domicílio (v4611 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Dentre os destituídos, as categorias de trabalhadores elementares e autônomos precários são as mais representativas. Somadas, elas são boa parte das situações de destituição encontradas na estrutura social brasileira. Apesar do nível parecido, a tendência é um pouco diferente, enquanto elementares apresentam uma diminuição no período, os valores dos autônomos precários são mais estáveis. Empregados domésticos apresentam a evolução mais contraditória, enquanto há uma tendência de queda no percentual de pessoas nesse tipo de emprego, há uma tendência de elevação quando consideramos a posição atribuída aos membros das famílias ou a distribuição de domicílios. Tudo isso em um cenário de diminuição desses agregados. Em termos absolutos, ou seja, olhando para o número de pessoas expandido pelo peso (v4729 na PNAD), os casos individuais aumentam (de 6.170 mil para 6.491 mil casos), e o número de pessoas na família dos empregados domésticos aumenta ainda mais (de 5.912 mil

para 8.593 mil casos). Proporcionalmente, podemos então dizer que a destituição ligada a esse tipo de emprego afeta menos indivíduos, mas mais famílias e domicílios. Agrícolas precários são em torno de 2% da estrutura de classes, embora ao atribuímos a posição aos membros da família ou do domicílio chegamos a 4%. No caso da posição atribuída vemos uma diminuição que condiz com o dado para a população geral. Trabalhadores de subsistência representam 4% da estrutura social, com grande estabilidade no período, mas as pessoas em famílias e os domicílios de pessoas de referência com essa situação aumenta 2 pontos percentuais, apesar da tendência de diminuição das famílias e domicílios, o que é um agravante para a sociedade brasileira, especialmente se tomamos a condição de destituição ligada a esses casos. A tendência é de queda para trabalhadores excedentes, o que acompanha bem as estatísticas de desocupação no período. A queda é mais expressiva quando tomamos os valores para os indivíduos. Quando tomamos as famílias e domicílios essa tendência é menos acentuada, no entanto, isso ocorre em razão da representatividade desse segmento ao considerarmos a posição atribuída.

Tabela 5 – Distribuição das pessoas por grupos de anos de estudo – Brasil – 2002 a 2014

Anos de estudo	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Até 3 anos	41%	40%	39%	38%	37%	36%	35%	34%	33%	31%	31%	30%
4 a 7 anos	27%	27%	26%	26%	26%	25%	24%	24%	22%	23%	22%	22%
8 a 10 anos	13%	13%	13%	13%	14%	14%	14%	14%	15%	15%	15%	15%
11 anos	12%	13%	14%	15%	16%	16%	17%	18%	19%	19%	19%	20%
12 a 14 anos	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%
15 anos ou mais	4%	4%	4%	5%	5%	5%	6%	6%	7%	7%	8%	8%
N (mil)	383	383	397	406	409	399	391	398	358	362	362	362

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A distribuição das pessoas por grupos de anos de estudo mostra o processo de aumento da escolaridade média. Pessoas sem instrução ou com até três anos de instrução, o que equivale ao primeiro ciclo de escolarização, diminuem 11 pontos percentuais no período. Pessoas com o ensino fundamental ainda incompleto (quatro a sete anos de estudo) passam de 27% a 22%, enquanto pessoas com o ensino fundamental completo (oito a dez anos de estudo), mas ensino médio incompleto aumentam 2 pontos percentuais (11 anos de estudo). Pessoas com ensino médio completo (12 a 14 anos de estudo) passam de 12% a 20%, maior aumento absoluto. Pessoas com o ensino superior incompleto (15 anos ou mais de estudo) têm o maior aumento

relativo (50%) no período, o aumento absoluto fica em 4 pontos percentuais. O aumento de pessoas com o diploma de graduação é perceptível no grupo das pessoas em empregos qualificados e de especialistas. Esperamos encontrar uma diminuição do impacto relativo desse ativo, já que o bem é agora menos raro na sociedade brasileira, no entanto, acreditamos que ele ainda seja significativo, considerando o grau de relativa escassez em comparação com outras economias ocidentais.

A composição da população pelo sexo não apresenta surpresas, mulheres com uma pequena superioridade relativa, algo que aparece 1 ponto percentual maior em 2014. A composição pela cor ou raça autodeclarada modifica-se de forma significativa no período, com aumento da representação de pardos e pretos em detrimento de brancos. Amarelos e indígenas ainda são uma parcela bem pequena da população. A composição por estratos etários demonstra bem o processo de transição demográfica da população, com claro envelhecimento, tomando a diminuição da representatividade da base da pirâmide e aumento do ápice.

Tabela 6 – Distribuição das pessoas por categorias de sexo, cor e faixa etária – Brasil – 2002 a 2014

Car. Individuais	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo												
<i>Feminino</i>	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	52%
<i>Masculino</i>	49%	49%	49%	49%	49%	49%	49%	49%	49%	49%	49%	48%
Cor/raça												
<i>Amarela</i>	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	0%	0%
<i>Branca</i>	53%	52%	51%	50%	50%	49%	49%	48%	48%	46%	46%	45%
<i>Parda</i>	41%	41%	42%	43%	43%	43%	44%	44%	43%	45%	45%	45%
<i>Preta</i>	6%	6%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	8%	8%	8%	9%
<i>Índigena</i>	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Faixa etária												
<i>Até 25 anos</i>	49%	48%	48%	47%	46%	45%	44%	43%	42%	41%	40%	40%
<i>De 26 a 35 anos</i>	15%	15%	15%	16%	16%	16%	16%	16%	16%	16%	16%	16%
<i>De 36 a 45 anos</i>	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%
<i>De 46 a 55 anos</i>	10%	10%	10%	10%	11%	11%	11%	12%	12%	12%	12%	12%
<i>De 56 a 65 anos</i>	6%	6%	7%	7%	7%	7%	7%	8%	8%	9%	9%	9%
<i>Mais de 65 anos</i>	6%	6%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	8%	8%	8%	9%
N obs. (mil)	385	385	399	408	410	400	392	399	359	363	363	363

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A distribuição das pessoas pelo território brasileiro não sofre grandes alterações no período, mas algumas são passíveis de destaque. O aumento da representatividade da região

norte em 2004 é devido à inclusão da área rural na composição da amostra da PNAD. Fora essa mudança, as alterações na distribuição das pessoas não ultrapassam o 1 ponto percentual. Em termos da área censitária, que atua como *proxy* para tamanho do município em que as pessoas vivem, há a diminuição relativa de pessoas nas regiões metropolitanas e municípios pequenos em favor dos municípios de médio porte (autorrepresentativos). A alteração na situação das pessoas é de 1 ponto percentual em favor da área urbana.

Tabela 7 – Distribuição das pessoas por macrorregião, área censitária e situação do domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Car. do dom.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Macrorregião												
<i>Norte</i>	6%	6%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	9%
<i>Nordeste</i>	29%	29%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%	28%
<i>Sudeste</i>	43%	43%	42%	42%	42%	42%	42%	42%	42%	42%	42%	42%
<i>Sul</i>	15%	15%	15%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%
<i>Centro-Oeste</i>	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	8%
Área censitária												
<i>Reg. Metrop.</i>	32%	32%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%
<i>Autorepres.</i>	21%	22%	21%	21%	21%	21%	21%	22%	26%	26%	26%	26%
<i>Não autorepr.</i>	47%	47%	48%	48%	48%	48%	48%	47%	44%	44%	43%	43%
Situação censitária												
<i>Urbano</i>	84%	84%	83%	82%	83%	83%	83%	84%	85%	85%	85%	85%
<i>Rural</i>	16%	16%	17%	18%	17%	17%	17%	16%	15%	15%	15%	15%
N (mil)	385	385	399	408	410	400	392	399	359	363	363	363

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

OS ESPAÇOS DE MENSURAÇÃO

A escolha do espaço de mensuração dos fenômenos depende mais de uma consideração prática do que conceitual: a disponibilidade de informação. Pobreza e riqueza podem ser caracterizadas em diversas dimensões, mas acreditamos que elas devem ser medidas naquelas que tem alguma natureza material, ligadas ao bem-estar. Para tanto, sem dúvida, a informação mais disponível no Brasil (e no mundo, pelo que temos notícia) é sobre a renda das pessoas. Boa parte dessa informação coletada por meio de pesquisas de levantamento por amostra de domicílios, ou censos. Há também os dados administrativos, como os do imposto de renda, ou os do cadastro único para programas do estado. Cada qual possui vantagens e desvantagens

para construção do vetor de mensuração dos fenômenos nos quais estamos interessados. Comentamos acima um pouco sobre essa questão, ela é recorrente em nosso trabalho, vista a importância dessa escolha para os resultados que podemos encontrar. A renda é importante porque é por meio dela que as pessoas custeiam as despesas cotidianas próprias e de suas famílias e, assim, conseguem manter-se e perseguir os objetivos almejados, além de desenvolver suas capacidades (SEN, 2010) etc. Em sua forma pecuniária, ela se demonstra um ativo com alta volatilidade, que facilmente se converte em outras coisas, como abrigo, saúde, educação e outras, caras ao bem-estar físico e psicológico. Além do que, se poupada, a renda se converte em estoque. Outra dimensão do bem-estar para a qual temos informações disponíveis é o próprio domicílio das pessoas, suas características, bens que o guarnecem e serviços que o atendem. Os recursos do domicílio são importantes, pois garantem conforto, alento e, em certa medida, segurança econômica – por exemplo, bens podem ser vendidos em épocas de atribulação. A depender da maneira como empregados pelos moradores podem também favorecer oportunidades econômicas, abrindo outros canais para o fluxo de renda – como exemplo podemos citar o aluguel de um cômodo ou da edícula, a utilização da garagem como ponto de venda etc. Além da renda e dos recursos do domicílio, iremos trabalhar com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. A segurança alimentar é uma dimensão cara ao bem-estar e intrínseca ao fenômeno da pobreza.

A renda dos brasileiros é pesquisada pelo IBGE, bem como suas diversas fontes, em um bom grau de detalhamento, pelo menos no que se trata da renda do trabalho (são especificadas a renda principal e secundária, para os trabalhos principal, secundário e demais), insumo que gera diversas variáveis nos bancos de dados, incluindo versões agregadas, como a renda mensal de todas as fontes, ou a renda domiciliar. Já sobre o estoque de recursos, temos respostas para questões sobre a propriedade e as características do domicílio (título, material utilizado na construção de paredes etc.), os bens de consumo duráveis que o compõe (eletrodomésticos, eletroeletrônicos etc.) e os serviços públicos que o atendem (água encanada, esgoto, luz, coleta de lixo), a partir dos quais foi construído o índice de recursos do domicílio. As informações sobre segurança alimentar são retiradas do módulo suplementar aplicado pelo IBGE em algumas ocasiões de levantamento de dados pela PNAD, no período recortado por nós, em 2004, 2009 e 2013. As diferenças entre essas dimensões podem ser percebidas de forma empírica pelas estatísticas descritivas. Nelas notamos as diferenças em termos de nível de mensuração – intervalar/razão ou ordinal –, de agregação – a renda pode ser individual, familiar ou domiciliar, quando o índice e a escala são essencialmente domiciliares –, de tendência central

– destaque para a grande diferença entre a média e mediana das rendas, algo que não acontece nesse grau com o índice –, de dispersão – desvio padrão e amplitude bem menores no caso dos recursos do domicílio –, de formato da distribuição – assimetria menos marcante no caso do indicador –, bem como a evolução ao longo do tempo – o indicador teve sua distribuição “achatada” e a mediana elevou-se devido a menor escassez dos itens que o compõe nos domicílios brasileiros.

Em relação ao fluxo de renda, iremos trabalhar especificamente com a renda mensal de todas as fontes, a renda mensal familiar *per capita* e a renda mensal domiciliar. A primeira serve para caracterizar a entrada individual de renda, especialmente útil para o estudo dos fatores que afetam as chances individuais de ser rico. Apesar de ser quase que exclusivamente composta pela renda do trabalho, achamos melhor trabalhar com a renda total das pessoas, assim é possível captar todas as possibilidades de *input* de renda dadas pelas informações contidas nos bancos de dados. A renda familiar *per capita* é o espaço usual nos estudos de pobreza no Brasil, isso porque a família seria a unidade em que as decisões econômicas são tomadas. O mesmo pode ser dito para os domicílios, pois, conforme vimos acima, boa parte dos domicílios é composta por uma única família. A renda domiciliar será utilizada para caracterizar o fluxo total de renda no domicílio, isso permite a análise dos fatores internos e externos ao determinarmos os riscos de pobreza para essa unidade. Todas as rendas foram deflacionadas para 2014 por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)¹².

Tabela 8 – Descritivas da renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014

Ano	N	Freq.	Méd.	P50	Mín.	Máx.	D. P.	P90	P95	P99
2002	311335	141925018	850	425	0	327199	2163	2018	3200	8975
2003	312067	144441702	792	434	0	93556	1831	1808	3073	8190
2004	324130	149284293	802	441	0	203428	1912	1831	3119	8476
2005	334066	152544407	847	484	0	371598	2018	1937	3229	8071
2006	337999	155252373	917	549	0	207015	2106	2040	3296	8946
2007	330643	157492659	958	583	0	184690	2143	2269	3526	9198
2008	325841	160124453	975	580	0	209605	2114	2096	3493	8964
2009	333198	162237061	997	622	0	468304	2546	2170	3613	9366
2011	298199	164896444	1050	651	0	250884	2233	2389	3584	9557
2012	303632	167584244	1135	705	0	398578	2921	2324	3911	9636
2013	303403	168924779	1165	725	0	192377	2438	2565	4061	10688
2014	306756	172128732	1196	724	0	331200	2400	2520	4000	10000

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; renda em valores R\$ de 2014, deflacionada pelo INPC.

¹² O INPC é calculado pelo IBGE e constitui uma aproximação de variação do custo de vida no Brasil.

O número de observações e a frequência dos casos assumem outro significado quando olhamos para renda, pois eles dizem respeito à quantidade de pessoas (na amostra e na população) com fluxo de renda válido. Apesar da diminuição do número de observações, há aumento do número de casos, após a expansão da amostra, com valores válidos para renda mensal de todas as fontes, em torno de 21% de aumento na comparação de 2014 com 2002. As medidas de tendência central apontam para o aumento dos valores reais da renda, a diferença absoluta (relativa) das médias de 2014 e 2012 é de R\$ 346 (41%) e das medianas é de R\$ 299 (70%). O desvio padrão também aumenta no período, R\$ 237 (11%). A menor amplitude é encontrada em 2003 e a maior em 2009, a diferença entre 2014 e 2002 aponta também para o aumento da dispersão. Há aumento nos valores dos percentis que destacam o topo da distribuição, temos para P90, P95 e P99, respectivamente, as diferenças absolutas (relativas) entre 2014 e 2002: R\$ 502 (25%), R\$ 800 (25%) e R\$ 1025 (11%). Os valores máximos, e para os percentis P99 e P95 estão subestimados, conforme estudos recentes (MEDEIROS e SOUZA, 2014; MEDEIROS *et al*, 2015).

Tabela 9 – Descritivas da renda familiar *per capita* – Brasil – 2002 a 2014

Ano	N obs.	Freq.	Méd.	P50	Mín.	Máx.	D. P.	P90	P95	P99
2002	375508	170598822	695	355	0	327199	1443	1487	2407	5737
2003	374578	172645335	651	343	0	73127	1157	1401	2251	5402
2004	388739	178269232	659	353	0	103833	1205	1407	2204	5086
2005	399164	181462197	701	379	0	104174	1253	1466	2357	5650
2006	400081	182929509	766	419	0	156948	1351	1569	2550	6016
2007	389846	184617541	803	460	0	91977	1363	1686	2606	6132
2008	380026	185974185	823	482	0	209605	1383	1708	2649	6055
2009	387514	187605817	844	502	0	126668	1458	1739	2676	6222
2011	339755	187036342	901	557	0	149336	1462	1792	2787	6571
2012	347445	191085802	973	604	0	204921	1960	1914	2947	6802
2013	344108	190751246	1002	637	0	87638	1589	2009	3099	7268
2014	349613	195278480	1031	662	0	331200	1660	2000	3158	7166

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; renda em valores R\$ de 2014, deflacionada pelo INPC.

O nível e a tendência para as rendas agregadas, na família ou no domicílio, não são muito diferentes dos resultados encontrados para a renda individual. A renda familiar, individualizada, apresenta tendência clara de aumento de seus valores reais. O número de observações cai, enquanto o de casos, após a expansão com o peso, sobe (14%). A média da renda é maior em 2014 do que em 2002, R\$ 336 (48%), assim também ocorre para a mediana, R\$ 307 (87%). O desvio padrão cresce R\$ 217 (15%) e a diferença na amplitude é igual ao da

renda mensal de todas as fontes. Os valores para os percentis mais altos são maiores em 2014 do que em 2002, a diferença absoluta (relativa) é de R\$ 513 (34%) R\$ 751 (31%) R\$ 1.429 (25%). Para a renda domiciliar, apesar da diminuição no número de observações, temos aumento no número de casos com disponibilidade de informação 14%. A diferença entre 2014 e 2002 para média e mediana é de R\$ 758, 29% e 53% de aumento, respectivamente. O desvio padrão cresce R\$ 435 (11%) e a amplitude o mesmo que para as demais R\$ 4.001, resultando em uma diferença relativa de 1%. Os valores para os percentis mais altos da distribuição crescem R\$ 1.086 (20%), R\$ 1.101 (13%) e R\$ 1.703 (9%) para P90, P95 e P99, respectivamente. Esses resultados apontam para a melhora geral das rendas, já a diminuição da dispersão fica difícil avaliar, dada a subestimação das rendas no topo, mas, nos dados das PNADs, temos a diminuição da desigualdade.

Tabela 10 – Descritivas da renda domiciliar – Brasil – 2002 a 2014

Ano	N obs.	Freq.	Méd.	P50	Mín.	Máx.	D. P.	P90	P95	P99
2002	376078	170826010	2543	1424	0	327199	3935	5418	8499	18697
2003	375300	172969669	2334	1338	0	102324	3433	5010	7593	16813
2004	389200	178440084	2360	1373	0	305143	3619	5052	7629	16512
2005	399983	181800341	2484	1453	0	312525	3690	5141	7991	17434
2006	400786	183228364	2700	1609	0	217844	4079	5493	8475	18834
2007	389164	184284983	2796	1702	0	300458	4159	5825	8585	18395
2008	379216	185625643	2814	1740	0	221482	3924	5756	8664	18864
2009	386728	187231322	2863	1813	0	380007	4220	5887	8684	18531
2011	338740	186552270	2990	1925	0	279664	4167	5973	8721	19354
2012	346612	190673195	3178	2087	0	399485	4893	6258	9069	19838
2013	343223	190277978	3254	2138	0	193101	4532	6413	9619	21161
2014	348959	194918103	3291	2172	0	331200	4370	6504	9600	20400

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; renda em valores R\$ de 2014, deflacionada pelo INPC.

Além dos espaços da renda, utilizamos uma abordagem mais próxima daquela que emprega indicadores de privação para a definição de pobreza. Método advogado especialmente por autores europeus, herdeiros da abordagem dada por Townsend em seus estudos sobre a Grã-Bretanha e a Europa (1979; 1992). Em razão de sua origem, esse método é utilizado principalmente em países europeus, por meio de procedimentos próprios de coleta e tratamento das informações. Aqui utilizamos informações das PNADs, portanto, há concessões que devemos fazer e que nos afastam das regras de ouro e boas práticas elencadas pela literatura. Essa abordagem é muito próxima da tradição de construção de índices compostos para representar fenômenos complexos, muito importantes nas áreas da economia, sociologia e

psicologia e não tão incomum, após a divulgação por organismos internacionais e nacionais dos seus índices de desenvolvimento, ou índices de pobreza multidimensional. Essa abordagem é considerada multidimensional por ponderar várias características, atributos ou situações em uma mesma medida, ou em um mesmo conjunto de medidas.

Tabela 11 – Distribuição dos itens que compuseram o índice de recursos do domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Variável	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Domicílio próprio	75%	75%	75%	75%	75%	76%	76%	75%	76%	76%	75%	75%
Seis cômodos ou +	51%	52%	50%	51%	52%	51%	53%	52%	51%	51%	52%	52%
Até 2 pess. p/ dorm.	39%	41%	41%	41%	43%	45%	46%	47%	49%	50%	51%	51%
Dois banheiros ou +	23%	23%	23%	24%	25%	25%	26%	25%	26%	27%	28%	28%
Banheiro exclusivo	91%	92%	92%	93%	93%	94%	95%	95%	96%	96%	97%	97%
Água da rede de dist.	89%	89%	89%	88%	88%	88%	88%	89%	88%	89%	88%	88%
Esgoto ligado a rede	48%	49%	49%	49%	49%	51%	53%	53%	55%	57%	58%	57%
Coleta de lixo direta	75%	76%	75%	77%	78%	78%	78%	81%	82%	82%	83%	82%
Luz elétrica	96%	97%	96%	97%	97%	98%	98%	99%	99%	99%	100%	100%
Celular	35%	39%	48%	61%	65%	69%	78%	81%	89%	91%	92%	93%
Telefone fixo	52%	50%	48%	47%	45%	44%	44%	42%	40%	39%	38%	37%
Fogão	98%	98%	98%	98%	98%	98%	98%	99%	99%	99%	99%	99%
TV a cores	85%	86%	87%	89%	91%	94%	95%	96%	97%	98%	98%	98%
Geladeira	86%	87%	87%	87%	88%	90%	92%	93%	96%	97%	97%	98%
Geladeira de 2 portas	13%	14%	15%	17%	19%	21%	25%	27%	33%	37%	40%	43%
Freezer	19%	18%	17%	17%	17%	17%	17%	16%	17%	17%	18%	17%
Máquina de lavar	33%	34%	33%	35%	36%	38%	41%	44%	51%	55%	58%	59%
Computador	14%	15%	16%	18%	22%	27%	32%	36%	45%	49%	52%	52%
Internet	10%	11%	12%	13%	17%	20%	24%	28%	38%	42%	45%	45%

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Essa abordagem tem recebido mais atenção atualmente, em razão do potencial de ampliar o conhecimento sobre a pobreza e o bem-estar, bem como pelos desafios metodológicos inerentes. Nosso índice de recursos do domicílio será mais explicado no capítulo três, mas apresentamos os indicadores que o compõem e as descritivas por ano. A distribuição dos itens que compõem o índice é importante, pois cada um deles foi ponderado pela escassez, ou seja, pelo complemento da frequência relativa, antes de ser somado. Utilizamos apenas itens presentes nos 12 anos da pesquisa, o que nos fez perder alguns bens, como automóvel, que são um bom indicador para o nível de bem-estar das pessoas no domicílio. A distribuição da propriedade de domicílios não se alterou no período, o número de cômodos dos domicílios ficou praticamente o mesmo, a razão entre pessoas por dormitório melhora no período, bem como o

número de domicílios com dois banheiros ou mais. Alguns bens, ou serviços, encontram-se praticamente universalizados no início do período, como banheiro exclusivo, água encanada, fogão. Ao final do período, somam-se celular, TV em cores e geladeira. O maior aumento absoluto é o do celular, 58 pontos percentuais, o maior aumento relativo é o do acesso à internet, 350%. Essas alterações se refletem no índice, especialmente no que diz respeito ao limite superior.

Tabela 12 – Descritivas do índice de recursos do domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Ano	N	Freq.	Méd.	P50	Mín.	Máx.	D. P.	P90	P95	P99
2002	322972	148000000	3,25	2,72	0,11	8,68	1,94	6,32	7,29	8,44
2003	325881	152000000	3,23	2,69	0,08	8,55	1,94	6,28	7,19	8,55
2004	338212	156000000	3,27	2,72	0,08	8,49	1,94	6,30	7,15	8,49
2005	349529	160000000	3,26	2,78	0,07	8,25	1,90	6,32	7,17	8,25
2006	355871	164000000	3,24	2,80	0,09	8,01	1,90	6,36	7,17	8,01
2007	351037	167000000	3,21	2,74	0,08	7,75	1,87	6,16	6,91	7,75
2008	348843	171000000	3,18	2,77	0,05	7,41	1,82	5,99	6,58	7,41
2009	359176	175000000	3,14	2,79	0,05	7,23	1,78	5,85	6,39	7,23
2011	325658	181000000	3,08	2,90	0,05	6,73	1,66	5,45	5,90	6,73
2012	333250	184000000	3,04	2,89	0,04	6,48	1,59	5,32	5,66	6,48
2013	333582	186000000	3,03	2,94	0,03	6,34	1,55	5,24	5,52	6,34
2014	337271	189000000	3,00	2,90	0,03	6,30	1,53	5,18	5,47	6,30

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O índice é a soma ponderada pela escassez dos itens acima. Assim, as fortes alterações na distribuição de alguns bens, características e serviços do domicílio afetam bastante a amplitude da medida. É possível notar crescimento no número de observações e frequência dos casos, já com o fator expansão, com pelo menos um item, o que é suficiente para obter um valor válido. Assim como a renda domiciliar, preferimos apresentar os valores para as pessoas, não apenas para os domicílios, isso nos dá uma medida melhor para o bem-estar da população. São maiores os números de observações e de frequência dos casos, após aplicação do fator de expansão, em 2014 do que em 2002 (4% e 28%), o que pode ser explicado pelas alterações na distribuição dos itens, mais pessoas têm acesso a pelo menos um deles. A diminuição da escassez de praticamente todos os itens (apenas telefone fixo fica mais escasso) faz com que a média, o desvio padrão, o mínimo, o máximo, a amplitude e os percentis mais altos diminuam de valor ao longo do tempo. A mediana do índice, ao contrário, sobe. Esses resultados indicam claramente a melhoria do bem-estar medido pelos recursos do domicílio. Algo que corrobora e faz sentido em um contexto de elevação da renda.

Para caracterizar a dimensão da pobreza relativa à fome e à desnutrição, iremos utilizar, como dissemos, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Esse instrumento foi adaptado da escala criada para os Estados Unidos e já demonstrou ser válido e confiável (CORRÊA, 2007; CORRÊA e LEON, 2009). Além disso, algumas análises já mostraram o valor de um instrumento psicométrico para ampliar o leque de opções para o estudo da pobreza (HOFFMANN, 2008; 2013). Esse instrumento é aplicado em um módulo suplementar da PNAD, assim, temos informações apenas nos anos em que a pesquisa contou com ele: 2004, 2009 e 2013. A segurança alimentar nos domicílios e das pessoas deles aumenta no período, a diferença absoluta (relativa) é de 12 pontos percentuais (18%) e 14 pontos percentuais (23%), respectivamente, entre 2013 e 2004. Em 2009, vemos aumento apenas da insegurança alimentar leve, o que aparece agora como apenas um evento transitório, de um estado de mais insegurança em 2004 e maior segurança em 2013.

Tabela 13 – Percentual de pessoas e domicílios por graus de insegurança alimentar – Brasil – 2004/2009/2013

Grau de (in)segurança alimentar	Domicílios			Pessoas		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Não tem	65%	70%	77%	60%	66%	74%
Leve	16%	19%	15%	18%	21%	17%
Moderada	12%	7%	5%	14%	7%	5%
Grave	7%	5%	3%	8%	6%	4%
N obs. (mil)	113	121	117	399	399	363

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso dos domicílios (v4611) e das pessoas (v4729).

Em relação ao problema da identificação, definimos as unidades pobres, sejam elas pessoas, famílias ou domicílios, aquelas que estão abaixo de diferentes linhas de pobreza no espaço da renda. O que define o valor da linha é o critério, a depender também de outras escolhas metodológicas. Essas escolhas são desenvolvidas mais detalhadamente nos capítulos específicos. Para o índice de recursos do domicílio, adotamos a estratégia de criar limiares já para a medida agregada, não para os indicadores individualizados. O valor de 60% da mediana nos pareceu o mais adequado após algumas análises iniciais, especialmente por apresentar resultados não tão distintos dos encontrados para outras dimensões, como a renda ou a insegurança alimentar. Em relação à dimensão alimentar, definimos como pobres aquelas unidades em que há, em qualquer grau, insegurança.

RECURSOS ESTATÍSTICOS UTILIZADOS

Trabalhar sob o paradigma do realismo crítico é acreditar que não há acesso direto à realidade e, por essa razão, só é possível inferir algo sobre os processos sociais que nos interessam por meio de modelos analíticos. Então, para que seja possível levantar evidências empíricas robustas é necessário formular estratégias de análise a partir dos conceitos operacionalizados, não se restringindo apenas à clarificação semântica ou ao oferecimento de uma definição, mas vinculando os achados a uma explicação científica razoável. Denominamos modelo analítico a forma mais genérica de abordar os problemas colocados. Eles têm a função de guiar a pesquisa e podem ser traduzidos em modelos matemáticos, que nos ajudam a construir o corpo de evidências da tese.

Modelos matemáticos são construções abstratas que contribuem para a compreensão de fenômenos sociais na medida em que são teoricamente justificados e suficientemente representativos, ou seja, na medida em que tenham uma boa aderência aos dados. São eles que nos ajudam a estabelecer e testar nossos conceitos, bem como as relações entre os conceitos. Eles vão dos mais simples, comumente conhecidos como estatísticas descritivas univariadas e bivariadas, até os mais complexos, como as regressões, análises de variância etc. Os primeiros nos ajudam a sintetizar os dados, ampliando nosso conhecimento sobre o nível, a distribuição e a tendência dos fenômenos estudados; os outros nos ajudam a demonstrar as relações entre fenômenos, nas quais estamos interessados, comprovando a existência e quantificando o grau de associação entre elas.

Descrevemos os dados para conhecermos melhor a realidade com a qual estamos trabalhando e assim elaborarmos melhor nossa estratégia explicativa. Conhecer a distribuição dos fatores e a possível associação “bruta” entre variáveis dependentes e independentes (através de tabelas 2x2, 2x2x2 etc.) é o primeiro passo para compreender a relação e nos ajudar a construir modelos mais complexos. “*Description rightly comes first; one must describe in order to explain (causally)*” (GERRING, 2012, p.108). Em nosso caso, além de preceder a análises mais complexas dos dados, saber as frequências, os percentuais, as médias, as medianas, os mínimos, os máximos e os percentis das variáveis dependentes é considerado intrinsecamente importante, dada a natureza dos fenômenos estudados. Nós precisamos saber os números

relacionados a pobreza e riqueza, como elas variam de acordo com atributos das pessoas e seus domicílios e no tempo. Por isso, ao longo de todo o trabalho, iremos utilizar estatísticas descritivas.

Dentre as formas de descrever os dados, as medidas de tendência central (especialmente aqui nos interessam a média e a mediana) são o tipo mais simples de modelo estatístico que podemos utilizar para resumir os dados. Por meio delas podemos sintetizar a informação e esses valores que podem ser calculados para qualquer conjunto ou subconjunto de dados. Há também medidas de dispersão que podem nos ajudar a definir melhor o grau de desigualdade entre grupos, ou o ajuste das medidas de tendência central. Por exemplo, os desvios-padrão podem ser pensados como o erro do modelo da média (ANDY, 2009). Essa ideia nos fez adotar o desvio padrão da distribuição amostral das estatísticas calculadas, mais conhecido por erro padrão, como medida de qualidade para vários de nossos resultados. Um erro padrão grande em relação à estatística calculada informa que existe muita variabilidade entre as diferentes amostras que podem ser retiradas e, dessa forma, o resultado pode não ser muito representativo. Um erro padrão pequeno indica que os resultados de diversas possíveis amostras são similares e, por isso, as estatísticas retiradas são provavelmente representativas da população. Ao avaliar os coeficientes das diversas análises também nos atentamos aos intervalos de confiança; quando muito grandes indicam uma medida pouco precisa e, por isso, pouco confiável, quando pequenos, tendemos a aceitar as estimativas sem tanta preocupação. Não apresentamos os intervalos nas tabelas finais por poluírem muito a visualização, mas nos anexos eles podem ser verificados, com outras medidas de ajuste. Também consideramos em várias análises a estatística “z” e o p-valor para dizer que uma estimativa é estatisticamente significativa, ou seja, se a variável independente está contribuindo para a previsão. Em alguns casos, apresentamos esses valores, ou sinalizamos em que grau o coeficiente é significativo (95%, 99% ou 99,9%).

As distribuições de frequência e de proporções foram muito úteis para nós. Os indicadores de incidência (ex.: P0 em FGT), tanto para pobreza quanto para riqueza, são estabelecidos via o cálculo de proporções. As proporções também compõem o cálculo das medidas de intensidade e severidade (P1 e P2 em FGT). Essas medidas ajudam a satisfazer as exigências encontradas na literatura para as medidas de pobreza¹³. São pelo menos três condições a serem satisfeitas: (1) ela deve refletir a incidência, (2) deve captar a intensidade e (3) deve considerar a desigualdade (FOSTER *et al*, 1984; ROCHA, 1997, 2000, 2006; SEN,

¹³ Que também servirão para as medidas de riqueza.

2008; MEDEIROS, 2012). Diversos indicadores foram criados visando atender uma, duas ou até mesmo três condições simultaneamente. A medida mais corriqueira capta unicamente a incidência da pobreza, usualmente denominada *Headcount* (H). Ela permite apurar o número e a proporção daqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza. Apesar de sua útil simplicidade, é alvo de várias críticas porque ignora a distribuição de renda entre os pobres e não contém nenhuma informação sobre a intensidade da pobreza. Outra medida criada visa estimar a profundidade da pobreza, trata-se do *Income Gap*, ou “hiato de renda” (I), convencionalmente calculado pela diferença média da renda para determinada linha de pobreza preestabelecida (BRADY, 2003, p.728). Essa distância média afere a renda adicional que seria necessária para elevar os pobres até o nível da linha de pobreza. Outra estratégia incorpora ambas medidas em um índice ($H*I$), refletindo ao mesmo tempo a incidência e a intensidade da pobreza. Índice que contempla concomitantemente a incidência e a intensidade, mas ainda desconsidera a desigualdade (WATTS, 1969; SEN, 1976; FOSTER *et al*, 1984). Inspirados pela teoria da justiça de John Rawls, especialmente pelo preceito “*maxmin*” (derivada da segunda parte do “Princípio da Diferença”), diversos especialistas elaboraram, então, formas de mensuração que garantem o maior impacto da situação dos mais desprivilegiados no índice utilizado. Os índices construídos dessa forma levam de algum modo em conta a desigualdade entre os pobres e refletem a preocupação com a condição suportada pelos profundamente pobres. Dependendo dos interesses teóricos, cada medida oferece certas vantagens e também desvantagens. A principal questão no contexto da mensuração da pobreza enquanto insuficiência de renda é a necessidade de prestar atenção a todos os três aspectos: incidência, intensidade e desigualdade (SEN, 2008, p.169; MEDEIROS, 2012, p.166). A classe de índices propostos por Foster, Greer e Thorbecke (1984) atende às três condições essenciais e adicionalmente à possibilidade de agregação/desagregação para os grupos de interesse na população. O que foi a característica técnica decisiva para a adoção dessa classe em nosso trabalho. Além disso, por serem aditivas, essas medidas de pobreza permitem decompor os efeitos das alterações dos valores no tempo. Para análise de tendência da pobreza ao longo do tempo isso é fundamental. Ser aditiva significa que os valores globais para a população são iguais à soma ponderada das medidas de pobreza dos subgrupos da população, com os pesos definidos pela densidade desses subgrupos em relação ao todo. Essa propriedade torna viável a análise da contribuição dos subgrupos de classe, educação, sexo etc., para as mudanças na pobreza da população ao longo do tempo. A mudança geral pode ser decomposta em efeitos dados às mudanças na pobreza em categorias específicas, efeitos das mudanças na pobreza devido à evolução das quotas de população dos subgrupos e efeitos interativos – quando ocorre

correlação entre os dois efeitos anteriores. A escolha dessa classe de indicadores resolve o problema da agregação (MEDEIROS, 2012). As medidas apresentadas pretendem refletir o nível dos diferentes aspectos considerados relevantes para o problema.

Além desses modelos mais simples, podemos citar a análise de variância e regressões logísticas. Anteriormente, comentamos sobre o teste que fizemos para eliminar a hipótese nula mais geral – de não há diferenças significativas entre as médias dos grupos de classe, sexo, educação etc. no espaço das rendas ou dos recursos do domicílio –, para isso utilizamos a análise de variância, técnica mais apropriada quando há mais de dois níveis em uma mesma variável explicativa. Trataremos de forma mais aprofundada a regressão logística, porque ela é a técnica mais utilizada, e também porque a revisão de literatura mostrou a necessidade de precauções especiais em relação à interpretação das saídas.

A maioria dos modelos utilizados nas ciências sociais está baseada em modelos lineares (FIELD, 2009), assim seus pressupostos, procedimentos e interpretações não são um grande problema. Mas a regressão logística é um tipo de análise derivada da família de modelos estatísticos conhecidos por modelos lineares generalizados, em que os modelos são não lineares para as probabilidades e lineares para a transformação dessas probabilidades (BEST e WOLF, 2015). Assim, em vez de obtermos o valor esperado para a variável dependente a partir das informações das variáveis independentes, prevemos a probabilidade de “Y” ocorrer, dados os valores de “X1”, “X2” etc. (FIELD, 2009). Assim como na regressão linear padrão, os modelos logísticos usam um único ou múltiplos preditores, que podem ser categóricos ou contínuos, permitem termos polinomiais e interação entre preditores, permitem a escolha dos métodos de entrada ou interativos, fornecem diagnósticos de ajuste e permitem a análise de resíduos (FIELD, 2009). Exemplos da utilização desse tipo de análise são encontrados em vários trabalhos nas ciências sociais, tratando de variáveis que apropriadamente compreendidas ou definidas como dicotomias existentes em qualquer substantiva área de estudo, no nosso caso, a que nos interessa diz respeito ao pertencimento/não pertencimento a determinado grupo de bem-estar: pobre/não pobre e rico/não rico.

A regressão logística fornece uma estratégia de modelagem flexível e versátil para a análise de dados binários na forma de resultados dicotômicos. Todos os modelos são estimados por máxima verossimilhança (MVS), em que os valores para os parâmetros são aqueles com a maior probabilidade de observarmos na amostra da população (LONG e FREEZE, 2001) dada a relação entre valores previstos e observados (FIELD, 2009). Nesses modelos, tipicamente

designamos o valor “1” para o pertencimento ou para a ocorrência de um evento, e “0” para o não pertencimento ou para a não ocorrência de um evento. A ideia básica da regressão logística é presumir uma variável dependente (Y^*) não observável (latente) que causa os resultados observáveis dicotômicos (0s e 1s) (LONG e FREEZE, 2001; LONG e CHENG, 2004; BEST e WOLF, 2015). A regressão logística usa uma função de ligação para transformar as probabilidades de resposta condicional no respectivo logaritmo natural das chances, chamados de logits (*ln-odds*), em que as chances são o quociente que compara a probabilidade de sucesso à probabilidade de fracasso. Os logits são úteis na modelagem de regressão porque eles formam uma medida contínua que estende a reta real, diferentemente da probabilidade que está limitada entre 0 e 1, ou as chances, que tem um limite inferior de 0. Entretanto, essa transformação das probabilidades faz com que a interpretação da escala dos coeficientes não tenha significado relevante na maioria dos casos. Podemos apenas interpretar o sentido do efeito das variáveis independentes, já que a relação entre Y^* e $Y=1$ é monotônica. Mais importante para a interpretação dos resultados da regressão logística seria então observar o indicador da mudança nas chances resultantes da mudança nas variáveis previsoras, o $\text{Exp}(B)$, a razão de chances (*odds ratio*), ou como preferimos: as chances relativas. Isso leva a um modelo multiplicativo e não aditivo, em que a interpretação dos coeficientes é radicalmente diferente (BEST e WOLF, 2015). A chance é a razão entre a probabilidade do evento ocorrer sobre a probabilidade do evento não ocorrer, a razão de chance dá-se entre diferentes grupos de uma mesma variável nominal, entre diferentes níveis de uma mesma variável ordinal ou entre a mudança em uma unidade de uma mesma variável intervalar. A proporção de mudança é o valor que configura a chance relativa, assim podemos interpretá-la da seguinte maneira: quando o valor é maior do que 1, a mudança na categoria da previsora significa um aumento na chance dessa categoria em relação à chance da categoria base; quando é menor do que 1, a mudança na categoria da previsora significa uma diminuição na chance dessa categoria em relação à chance da categoria base. Mais genericamente, se a chance é maior do que 1, a relação é positiva naquela medida, e se a chance é menor do que 1, a relação é negativa naquela medida; o valor neutro é o 1, e não o 0.

Várias questões são levantadas em relação à interpretação dos coeficientes desse modelo, especialmente as mudanças ao longo do tempo, entre grupos, modelos ou amostras diferentes (ALLISON, 1999; WOOLDRIDGE, 2002; LONG e CHENG, 2004; MOOD, 2010; KOHLER *et al*, 2011; KARLSON *et al*, 2012; BREEN *et al*, 2013; WHELAN e MAÎTRE, 2014; BEST e WOLF, 2015). A primeira questão levantada diz respeito à dificuldade de

interpretação dos coeficientes, que muitas vezes são confundidos com a noção corriqueira de probabilidade. As chances são as razões entre probabilidades, as chances relativas as razões entre chances, e a relação entre chances e probabilidades não é linear, o que significa que elas variam a depender do nível das probabilidades. Uma segunda preocupação está na interpretação dos coeficientes como efeitos substantivos da variável explicativa (ou variáveis), porque a transformação logarítmica das chances e as chances relativas refletem também a heterogeneidade não observada. Quando utilizamos modelos probabilísticos não lineares, tais como a regressão logística, para fazer comparações, não podemos dizer ao certo se as diferenças nos coeficientes representam diferenças reais nos efeitos. O problema surge porque os coeficientes desses modelos não são independentes da escala gerada pelo modelo. O valor dos coeficientes depende não só do efeito da variável de interesse, mas também do tamanho da variância do erro condicional no modelo subjacente, mesmo que o erro e a variável explicativa não estejam relacionadas. Em outras palavras, não podemos saber se as diferenças nos coeficientes das variáveis explicativas são causadas por diferenças reais no efeito da variável ou por diferenças na variação residual. A terceira questão diz respeito à comparabilidade dos coeficientes entre modelos com diferentes variáveis explicativas, seria problemático porque a heterogeneidade não observada pode variar entre modelos. Por fim, uma quarta preocupação está relacionada ao problema de comparação ao longo do tempo, entre amostras, ou grupos dentro de amostras, e isso até quando usamos modelos com as mesmas variáveis, porque a heterogeneidade não observada pode variar entre amostras, grupos ou pontos no tempo.

Para lidar com os problemas apontados acima algumas soluções foram pensadas, envolvendo a utilização de coeficientes padronizados, das probabilidades médias, dos efeitos médios sobre as probabilidades, ou mesmo recorrendo a modelos de mínimos quadrados ordinários (MQO). Sabendo que os *logits* são facilmente (re)transformados em probabilidades, conhecidas como probabilidades condicionais em um ou mais preditores, preferimos trabalhar com elas ao invés dos coeficientes (*logit* ou chances relativas) e reportamos em nosso trabalho os efeitos parciais médios sobre as probabilidades previstas pelos modelos, afinal, essa saída pode ser comparada em diferentes amostras e é de fácil interpretação – eles refletem o aumento nas probabilidades dada uma mudança da variável explicativa (BEST e WOLF, 2015). Também nos apoiamos na estratégia desenvolvida por Karlson *et al* (2012), conhecido como método KHB. Esse método calcula os efeitos relativos que não são afetados pela alteração na escala dos coeficientes porque usa a razão dos coeficientes de regressão no cálculo, anulando assim o parâmetro de reescalagem. O método calcula os resíduos da variável explicativa (X) sobre a

variável de confusão (Z) em uma regressão de MQO e inclui esses resíduos na forma de uma variável explicativa adicional no modelo logístico em que não temos a variável confundidora, esse modelo é denominado modelo “reduzido” e tem a mesma escala do modelo chamado de “completo”, já que a variância explicada é a mesma. O método permite a decomposição do efeito da variável explicativa de interesse, com e sem a presença da confundidora, na mesma escala. Os autores denominam esses efeitos como direto e indireto e buscam pela interpretação do efeito “mediador” de Z , mas esse é um método geral, e a interpretação não precisa ser necessariamente em termos da mediação, na verdade eles chegam a utilizar os termos confundidor e mediador de forma intercambiável (ANESHENSEL, 2013). A decomposição pode ser aplicada a todas as outras questões de investigação que visam quantificar a extensão em que uma variável de confusão explica a relação entre uma variável independente contínua ou categórica e uma variável dependente categórica (BARG, 2013), nos ajudando por vezes a “limpar” o efeito da variável explicativa de interesse em relação às variáveis de controle, ou a relação de endogeneidade entre a primeira e as últimas – é o caso, por exemplo, da relação entre educação e classe, cuja informação sobre educação é utilizada para definir a ocupação.

Em nossas análises iremos utilizar o método KHB quando for importante saber exatamente o papel confundidor de uma variável de controle sobre o efeito da variável de interesse. Mais significativo para nossas análises é, no entanto, o próprio efeito médio sobre as probabilidades. Por vezes, lançamos mão da representação gráfica desses efeitos, pois o tamanho dele depende também do nível das outras variáveis presentes no modelo, já que os resultados em termos de probabilidades não são lineares. Reportar probabilidades médias e algumas funções que as tomem por base também pode ser útil para a compreensão, por isso também apresentamos em alguns casos essas saídas em formas de tabelas, ou gráficos. Tanto as probabilidades quanto os efeitos sobre elas são calculados a partir de comandos ordinários do Stata, já para os resultados do método criado por Karlson et al (2012) foi necessário a instalação de um pacote extra desenvolvido pelos próprios autores.

A IDEIA DE JUSTIÇA QUE PERMEIA ESSE TRABALHO

Essas estratégias e recursos utilizados nas análises somam-se às razões, fins e suposições que fazemos em nossa tese. Sabemos que elas não estão livres de nossos julgamentos sobre o

que é e o que deveria ser nossa sociedade. Toda pesquisa está, em alguma medida, demarcada por valores, ao contrário do que uma suposta postura de afastamento científico possa propagar. Eles afetam desde a escolha do tema até a das chaves interpretativas para os resultados, passando por todas as inúmeras (micro)decisões tomadas ao longo do processo. Por essa razão e por não acreditarmos que seria possível sermos isentos diante de temas que levantam tanto as paixões, o que podemos fazer é deixar claro quais são nossos valores, pressupostos e projeções.

Para diversos especialistas os níveis e as tendências relativas a desigualdade, pobreza e riqueza não podem ser consideradas ruins, boas ou razoáveis em si. A distribuição não tem significado moral inerente. O debate acerca de quem fica com o que deve ser realizado em termos da concepção de justiça proposta pela filosofia, pela política. Concordamos com esse ponto de vista e acreditamos que a questão da justiça é mais do que uma discussão técnica envolvendo especialistas. Primeiro porque esse assunto concerne a todas as pessoas que convivem sob o mesmo sistema e segundo porque no âmbito das divergências podemos encontrar concepções conflitantes sobre o que é justo em razão dos interesses particulares. Assim, o debate acerca de como distribuir os frutos da prosperidade, os fardos dos tempos difíceis (SANDEL, 2009) e os limites para a desigualdade, a pobreza e a acumulação com a qual estamos dispostos a conviver em nossas sociedades deve ser abrangente e mais transparente. O problema, em nosso ponto de vista, é que os debates mais aprofundados sobre a ideia de justiça normalmente não vêm acompanhados de análises empíricas, esclarecendo, por exemplo, qual o impacto de determinadas posições sobre a vida das pessoas. O que temos são tradições de pesquisas praticamente separadas. A teoria política e a teoria social quase nunca propõem conceitos ou interpretações com base em evidências empíricas, apenas em argumentos reciclados. Por outro lado, poucas pesquisas empíricas fundamentam seus estudos em determinada concepção de justiça. Por vezes, o que encontramos é a avaliação de certas proposições políticas via modelos contrafactuais, ou a avaliação de impacto de políticas públicas¹⁴, mas esses são exemplos que já se afastam da discussão sobre justiça. Essa é a regra, não engloba, claro, a totalidade.

Nossa preocupação de ligar a pesquisa a uma noção de justiça clara vem da necessidade que Amartya Sen (2011) aponta de a compreensão de justiça ser baseada na realização, ou seja, de que o conceito não possa ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato. Sob essa lógica de compreensão da justiça, nossa tarefa não mais consistiria em adotar concepções

¹⁴ Ver, por exemplo, o estudo de ROCHA, S. (2013) Transferência de renda no Brasil: O Fim da pobreza?

que busquem uma sociedade perfeitamente justa, mas sim aquelas que ajudem a prevenir injustiças manifestas e alcançar mais justiça em comparação com o passado ou com outras sociedades. Essa renúncia à lógica transcendental da República de Platão, do Contrato de Rousseau, ou do novo contratualismo de Rawls, não deve ser vista como algo que compromete a posição igualitária, apenas outra forma de pensar a conexão entre os princípios mais amplos de justiça e as consequências desses para a construção da pesquisa.

Comprovadamente, a desigualdade material tem um custo social muito elevado, desperdício de recursos, problemas de saúde, baixo desempenho educacional, maiores níveis de desconfiança e estresse, alta insegurança e criminalidade, são apenas alguns exemplos (STIGLITZ, 2012; ATKINSON, 2015; WILKINSON e PICKETT, 2015). Além disso, a defesa do igualitarismo radical é a marca fundamental para o pensamento de esquerda (SAFATLE, 2012, p.21) e essencial à tradição marxista, correntes as quais nos declaramos filiados. Por essa razão, o que pretendemos ao final é a crítica ao sistema capitalista em si (WRIGHT, 2015), mostrando que a distribuição dos níveis atuais dos riscos de pobreza e das chances¹⁵ de riqueza não minimamente aceitáveis.

¹⁵ Preferimos o termo chance ao termo risco quando tratamos sobre a riqueza, pois achamos que ficaria um pouco estranho o primeiro, mas analiticamente não há diferenças.

CAPÍTULO DOIS: POBREZA FAMILIAR NO BRASIL

O ponto de partida de nossa análise é o estudo da pobreza a partir da abordagem mais característica na literatura especializada nacional, que considera as pessoas pobres se elas têm uma renda familiar *per capita* abaixo de um limiar que represente um nível mínimo de consumo observado considerado adequado (ROCHA, 1997; 2000; 2006; HOFFMANN, 2000; BARROS *et al*, 2000; AFONSO *et al*, 2011). Apesar da grande heterogeneidade no estabelecimento de conceitos e estratégias de análise, boa parte dos estudos nacionais organiza-se em torno de características básicas da nossa sociedade e das informações disponíveis.

Em relação ao espaço de mensuração a grande maioria dos trabalhos utiliza a renda, em qualquer das formas que ela possa assumir (essencialmente do trabalho principal, familiar, domiciliar *per capita* etc.). Isso não ocorre sem motivo. Nossa economia é altamente monetizada (ROCHA, 2006, p.43), por exemplo, no período analisado (2002 a 2014), mais de 97% das pessoas vivem em famílias ou domicílios com renda diferente de 0 e em 2014 o percentual chega a 99%. Assim, conforme aponta S. Rocha (2006, p.43), a renda revela-se uma boa *proxy* de bem-estar. Esse fato também se demonstrou como condição favorável para o sucesso das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. É comum também a adoção da família como unidade de análise, por vezes, escolhe-se o domicílio, mas sabemos que boa parte deles abrange apenas uma unidade familiar – mais de 90% dos domicílios em todos os anos considerados. A justificativa para essa decisão em geral recai sobre a maior abrangência que o exame pode tomar, possibilitando considerar o maior número de pessoas nas análises. Além disso, essa estratégia contempla a forma de sobrevivência mais comum adotada pelas pessoas sem renda: recorrer aos indivíduos da família que possuem renda (ROCHA, 2006, p.36). Escolhida a renda como espaço de mensuração e a família como unidade de análise, ainda é preciso definir qual das possíveis rendas adotar e, no que se refere às análises da pobreza, costumeiramente se adota o somatório de todas elas, a renda familiar. Mas, como o tamanho da família é algo a ser considerado nestes estudos, a divisão equânime entre os componentes é a saída encontrada para responder à necessidade de individualização no tratamento dos dados, e também ao imperativo de se considerar o dos diferenciais em razão do tamanho da família. Utilizar a renda familiar *per capita* como critério de pobreza por insuficiência de renda também implica na afirmação da família enquanto ente

canalizador de ganhos e organizador do consumo (ROCHA, 1997; 2000; 2006). Importante é saber que assumir a renda igualmente repartida entre os componentes da família implica afirmação de desigualdade nula dentro da família, e também saber que, rigorosamente, estamos falando de indivíduos em famílias pobres, e não propriamente em indivíduos pobres (MEDEIROS, 2012, p.155-6).

Escolhidos o espaço, a unidade de análise e o vetor de renda, resta ainda definir qual conceito de pobreza será operacionalizado na análise. Aqui cabe a retomada de um pouco da discussão sobre pobreza absoluta e relativa. Costumeiramente as análises sobre pobreza no Brasil trabalham com o conceito de pobreza absoluta. Vários são os argumentos a favor dessa abordagem. Dentre eles, Rocha (1997; 2000; 2006) e Sen (2008; 2010) destacam que quando amplas parcelas da população ainda não dispõem de recursos para atender suas necessidades básicas, o consenso entre especialistas é do conceito de pobreza relevante ainda é o de pobreza absoluta. Esse conceito comporta, conforme Townsend (1993), diferentes definições e formas de operacionalização. Adotando como definição para pobreza o mínimo necessário para a subsistência das pessoas, em geral, encontramos as chamadas linhas de indigência, as quais consideram como limiar o valor de uma cesta alimentar que supra as necessidades alimentares das pessoas. Essa definição pode considerar o quanto em termos de nutrientes as pessoas necessitam para sobreviver, mas também as necessidades calóricas médias, esta última sendo a mais comum, já que o verdadeiro elemento restritivo no país é a caloria ingerida pela pessoa (ROCHA, 1993).

Já para a definição dos pobres a partir da noção de necessidades básicas, em geral temos calculadas as linhas de pobreza. Aliás, essa é a diferença conceitual estabelecida entre miséria e pobreza, miséria refere-se a uma condição de não suprimento do mínimo adequado em termos apenas alimentares, já a pobreza diz respeito a uma situação um pouco mais ampla, contemplando também necessidades não alimentares. Assim, quando falamos em pobreza, o mínimo é estendido para incluir a renda suficiente para atender não só a necessidade de ingestão de alimentos, mas também aqueles atinentes à habitação, ao transporte, ao vestuário etc.

Como não se dispõe de normas que permitam estabelecer qual o consumo mínimo adequado de itens não-alimentares, o valor associado a eles é obtido de forma simplificada, geralmente correspondendo à despesa não-alimentar observada quando o consumo alimentar adequado é atingido (ROCHA, 2006, p.50).

Da citação acima podemos depreender que entre as formas de situar linhas de pobreza, a utilização de informações sobre o consumo observado adiciona um pouco mais de sofisticação científica em relação às linhas estabelecidas de forma arbitrária – como é o caso típico das

linhas definidas pelo Banco Mundial (atualmente US\$ 1,90 ou US\$ 3,10 por pessoa/dia), ou a partir de múltiplos do salário mínimo nacional (HOFFMANN, 2000), ou também utilizando o valor de políticas de transferência de renda (OSÓRIO *et al*, 2011).

Interessante notar que apesar da denominação – linhas “absolutas” – e da suposta maior objetividade, várias definições discricionárias são encontradas no passo a passo em que as linhas são definidas. Por exemplo, não há padrão para o valor mínimo de consumo não-alimentar, ou ainda, o próprio consumo alimentar adequado é definido com base em critérios médios de necessidades calóricas, variáveis de acordo com o contexto. Mas simplificações e arbitrariedades são frequentemente aceitas, já que são inevitáveis (DUCLOS e ARAAR, 2006; ROCHA, 2006, p.46). Assim, temos a linha de pobreza derivada da linha de indigência, por algum critério mais ou menos discricionário, em que a primeira pode ser, por exemplo, o dobro da segunda. Embora, nos casos em que o consumo observado é levado em conta, o procedimento adotado é o de calcular o valor da cesta alimentar e da cesta não alimentar, no decil mais baixo de renda para o qual o consumo efetivo observado permite atender às necessidades calóricas, o somatório delas define o limiar (ROCHA, 1997; 2000; 2006). Esse procedimento é preferível à utilização de coeficientes como o de Engel¹⁶, no qual é preciso assumir que a relação entre consumo alimentar e consumo total é constante (ROCHA, 1997).

A incorporação da noção de um mínimo essencial observado para que as pessoas “funcionem” no contexto socioeconômico parece ser a forma mais adequada de se estabelecer uma linha de pobreza (ROCHA, 2006, p.176), essa ideia atende aos preceitos da teoria sobre a pobreza enquanto insuficiência de renda (SEN, 2008; 2010). Mas, esse procedimento deve considerar também as diferenças advindas da heterogeneidade espacial no caso do Brasil, já que em termos de necessidades calóricas e de preços dos produtos que irão compor as cestas há muita variação. Por essa razão, desde as primeiras estimativas até a apresentação dos resultados, as divisões espaciais são consideradas no estabelecimento dos valores das linhas. A divisão territorial mais característica encontrada em trabalhos nacionais é a dada pelas clivagens administrativas de região que dividem o país em: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Além dessa, a divisão em razão do tamanho dos municípios, que os divide entre regiões metropolitanas e não metropolitanas, é considerada em boa parte dos trabalhos, especialmente, porque as pesquisas de orçamentos familiares observam apenas as primeiras. Por fim, a divisão dada pela localização urbana ou rural é também típica, já que ela é muito importante em termos

¹⁶ Maiores informações sobre essa estratégia de ajuste das linhas é dada por Sônia Rocha em seus trabalhos de 1997 e 2006; além dela, pode-se consultar também DUCLOS e ARAAR (2006).

de padrões de consumo e de repartição da renda. Essas diversas divisões territoriais visam explorar ao máximo a variação espacial permitida pelas bases de dados existentes.

Optamos aqui por não calcular, nós mesmos, as linhas regionalizadas de pobreza absoluta, pois o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) divulga os valores calculados por Sônia Rocha. Recairíamos em uma tarefa desnecessária, se fossemos nós mesmos recalculá-los o valor das linhas. O que decidimos fazer é fornecer uma perspectiva comparada, por meio da análise dos resultados obtidos com as linhas absolutas e relativas. A pobreza definida a partir de linhas relativas fornece uma visão da situação considerando a ideia de privação relativa (REIN, 1970; JENCKS, 1972; TOWNSEND, 1976; 1993; SCOTT, 1994). E em tempos em que a melhoria de bem-estar parece ter gerado uma situação de miséria residual e pobreza absoluta controlada (BARROS *et al*, 2006c; OSÓRIO *et al*, 2011; ROCHA, 2013a; 2013b), uma abordagem do problema a partir de uma visão relativa é não só desejável, mas necessária. “No Brasil, a pobreza absoluta já deixou de significar ameaça à sobrevivência física, e, sintomaticamente, o gasto de alimentar já há muito não é o grupo de despesas preponderante, nem mesmo dentre as famílias pobres. Nessas condições, a escolha é do analista ou do político” (ROCHA, 2013a, p.2).

Para que o resultado seja o mais comparável possível as linhas relativas também foram definidas de forma regionalizada, utilizando a mediana da renda familiar *per capita* em cada um dos estratos regionais. As linhas relativas foram traçadas a partir do padrão comumente encontrado em trabalhos que a utilizam: linha a 60% da mediana. As linhas relativas começam a 50% da renda mediana (BRADY, 2003, p.721), outros preferem a média (JENCKS *et al*, 1972), mas vemos tanto em estatísticas oficiais (como é o caso da União Europeia) quanto em trabalhos acadêmicos linhas de 40% a 70% da mediana. A questão de qual proporção de medida de tendência central utilizar guarda sempre um grau de arbitrariedade. Estudos sobre a sensibilidade dos indicadores em razão da escolha da linha de pobreza podem ser úteis nesses casos, outros preferem abordagens mais sistemáticas, com base em estudos aprofundados acerca do impacto da escolha da linha sobre os resultados e sobre o que significariam esses resultados (TOWNSEND e GORDON, 1993). O ideal é que não haja grandes flutuações nos indicadores em razão de pequenas alterações no valor estipulado para as linhas. Para nós, utilizar a mediana é uma melhor estratégia, pois ela é menos afetada pelos valores extremos, e essa medida traduz melhor o que a maioria das pessoas experiencia em termos econômicos (SANTOS, 2015a; 2015b), já que a distribuição de renda é altamente assimétrica (ATKINSON, 1998, p.14). Quanto ao múltiplo, 60% é a escolha mais usual, pois nos resultados ela parece

refletir bem o percentual de pessoas que podem ser consideradas pobres já que se distanciam da renda normalmente recebida pelas pessoas. Em termos empíricos, no início do período analisado, esse patamar é também aquele que fornece o resultado mais próximos das linhas absolutas. Há uma grande alteração dessa relação ao longo do tempo, mas esse é um dos motivos que nos levou a decidir por uma perspectiva comparada – outras razões são de cunho mais teórico do que empírico, quais sejam, a forte adoção de linhas absolutas pela literatura nacional e a possibilidade de se ter resultados que traduzam duas concepções de pobreza: necessidades básicas e privação relativa.

Assim, teremos para o estudo descritivo e analítico da pobreza linhas regionalizadas absolutas e relativas. As absolutas serão dadas pelos valores calculados por Sônia Rocha e disponibilizados pelo IETS, e as relativas serão dadas com valores calculados por nós a partir das bases de dados de que dispomos. Acreditamos que esses procedimentos fornecem um bom ajuste para a comparação dos resultados. As tabelas as quais tivemos acesso no site do IETS não continham as informações para 2014, assim, os valores de 2013 foram deflacionados utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Essa é a forma corriqueira pela qual os valores são atualizados (ROCHA, 2000, p.122). No caso das linhas relativas, as mesmas foram estimadas a partir do múltiplo 0,6 da mediana da renda familiar *per capita* para os mesmos estratos definidos por Sônia Rocha (1997; 2006). Essa renda aparece como a variável derivada (v4750) nos bancos a partir de 2007, antes desse período foi necessária divisão da renda familiar (v4721) pelo tamanho da família (v4724) a fim de obter o valor *per capita*. As duas tabelas abaixo trazem os valores – nominais no caso das linhas relativas pois esses foram efetivamente os valores utilizados para a definição dos pobres nos bancos.

A princípio é preciso explicar as lacunas nas tabelas. Não há linhas absolutas para o estrato Norte rural, pois o mesmo não foi pesquisado pelo Estudo Nacional da Despesa Familiar, base para o cálculo das linhas absolutas. No caso das linhas relativas, não há informação para Goiânia, pois a mesma não é definida como região metropolitana nas PNADs, assim não é possível obter informações separadas para esse estrato. Na tabela com as linhas relativas, incluímos uma linha para o país, apenas para o comparativo com os valores dos demais estratos. Os menores valores são sempre para as áreas rurais do Nordeste e Norte. Os valores para o estrato Norte rural em 2002 e 2003 puderam ser calculados, mas esses referem-se apenas aos dados de Tocantins, único estado a ser pesquisada nesses anos. Assim, as demais famílias desse estrato são consideradas pobres ou não a partir das informações para esse estado, por isso os resultados serão olhados com essa ressalva. Mas preferimos isso a descartar a informação, ou

mesmo, a ajustar a comparabilidade eliminando da análise esse estrato. Em termos do estudo da pobreza, essa é uma área muito significativa, apesar de não ter um impacto sobre a pobreza global, pois tem pouco peso demográfico, ali encontramos uma proporção de pobres diferenciada. Além disso, trata-se da pobreza quase invisível, em razão do isolamento em que essas famílias vivem.

Tabela 14 – Linhas de pobreza absoluta regionalizadas – Brasil – 2002 a 2014

Estratos Regionais		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Norte	<i>Belém</i>	115	135	143	151	155	164	182	190	211	225	242	259
	<i>Urbano</i>	100	117	125	132	135	143	159	166	184	196	211	226
	<i>Rural</i>			62	66	68	72	80	83	92	99	106	113
Nordeste	<i>Fortaleza</i>	112	132	140	147	151	158	170	178	198	211	229	245
	<i>Recife</i>	159	192	200	212	223	232	252	265	292	313	336	359
	<i>Salvador</i>	147	175	181	188	195	209	225	236	262	280	296	316
	<i>Urbano</i>	98	117	123	128	134	141	152	160	177	189	203	217
	<i>Rural</i>	59	71	74	77	81	85	92	96	107	114	122	130
MG/ES	<i>Belo Horizonte</i>	137	163	175	186	196	208	224	232	260	278	294	314
	<i>Urbano</i>	92	110	118	125	132	140	150	156	175	187	198	212
	<i>Rural</i>	55	65	70	74	78	83	89	92	103	111	117	125
RJ	<i>Metrópole</i>	166	197	210	218	227	236	252	266	296	319	338	361
	<i>Urbano</i>	103	122	131	136	141	147	157	165	184	198	210	224
	<i>Rural</i>	75	89	95	99	103	107	115	121	134	145	154	165
SP	<i>Metrópole</i>	206	238	251	262	266	280	301	316	358	377	398	425
	<i>Urbano</i>	132	152	160	167	170	179	192	202	229	241	254	271
	<i>Rural</i>	83	96	101	105	107	113	121	127	144	152	160	171
Sul	<i>Curitiba</i>	135	156	169	174	176	184	196	205	236	249	264	282
	<i>Porto Alegre</i>	106	124	132	138	142	150	162	169	186	198	210	224
	<i>Urbano</i>	90	105	113	117	119	125	134	140	158	168	178	190
	<i>Rural</i>	61	71	76	79	80	84	91	95	107	113	120	128
Centro-Oeste	<i>Brasília</i>	187	226	240	252	265	276	294	308	347	363	385	411
	<i>Goiânia</i>	176	207	223	235	243	255	276	289	319	338	357	382
	<i>Urbano</i>	134	158	170	179	185	194	210	220	243	258	272	291
	<i>Rural</i>	77	91	97	103	106	112	120	126	139	148	156	167

Fonte: Sônia Rocha/IETS.

Notas: Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS.

Os maiores valores variam mais a depender do critério utilizado para estimar a linha, absoluta ou relativa, mas é destaque a constância com a qual Brasília e São Paulo (metrópole e urbano) aparecem, indicando uma elevada renda relativa, mas também elevado custo para se obter o mínimo necessário de consumo. As regiões metropolitanas do Sul aparecem com altos valores no caso das linhas relativas, já não são tão presentes no topo das linhas absolutas.

Tabela 15 – Linhas de pobreza relativa regionalizadas – Brasil – 2002 a 2014

Estratos Regionais		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Norte	<i>Belém</i>	84	92	107	120	135	156	176	182	230	259	269	293
	<i>Urbano</i>	75	86	101	115	127	135	162	175	208	240	270	289
	<i>Rural</i>	45	48	64	72	85	85	107	112	127	139	151	178
Nordeste	<i>Fortaleza</i>	76	81	86	108	120	131	160	175	223	248	271	305
	<i>Recife</i>	80	84	91	108	120	134	150	180	216	261	280	321
	<i>Salvador</i>	87	89	105	120	146	157	185	206	260	276	324	360
	<i>Urbano</i>	60	70	78	90	105	114	134	142	179	209	235	260
	<i>Rural</i>	36	41	48	54	60	69	79	89	109	124	141	162
MG/ES	<i>Belo Horizonte</i>	126	137	156	180	210	227	256	282	355	415	443	480
	<i>Urbano</i>	105	120	133	157	178	197	232	247	309	354	400	434
	<i>Rural</i>	58	67	78	90	105	114	124	147	192	221	240	284
RJ	<i>Metrópole</i>	150	168	190	196	228	240	270	289	334	373	420	468
	<i>Urbano</i>	138	144	169	178	209	228	249	279	292	332	390	434
	<i>Rural</i>	87	90	106	100	135	129	171	180	203	220	265	289
SP	<i>Metrópole</i>	165	177	189	222	240	270	300	308	394	449	480	525
	<i>Urbano</i>	150	177	190	220	240	268	300	323	387	438	457	517
	<i>Rural</i>	82	98	114	129	151	166	198	225	325	321	376	384
Sul	<i>Curitiba</i>	161	165	200	225	232	288	330	350	420	476	525	585
	<i>Porto Alegre</i>	157	180	204	225	240	262	292	313	382	424	491	540
	<i>Urbano</i>	141	160	182	206	231	255	290	312	382	430	480	535
	<i>Rural</i>	90	120	129	135	164	180	203	240	296	338	407	434
Centro-Oeste	<i>Brasília</i>	165	180	190	236	265	294	319	320	418	470	553	600
	<i>Goiânia</i>												
	<i>Urbano</i>	110	128	147	156	180	199	232	252	327	373	407	446
	<i>Rural</i>	70	75	91	107	120	133	150	178	232	277	315	367
Brasil	<i>Total</i>	96	107	120	135	153	170	196	213	269	307	338	397

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Cabe destacarmos também a amplitude dos valores. A relação entre a diferença dos valores menores e maiores (delta) e os maiores valores (razão delta / > valor) é quase constante, sempre mais alto do que 70% e mais baixo do que 80%, para ambas as concepções de pobreza. A tendência, no entanto, é um pouco diferente. Para as linhas relativas, a amplitude relativa cai de 78% em 2002 para 73% em 2014, mas como a região Norte rural só conta com os dados de Tocantins, melhor é a comparação com 2004, que chega a 76%. Já para as linhas absolutas, o valor sempre gira em torno de 74%, oscilando entre 73% e 75%.

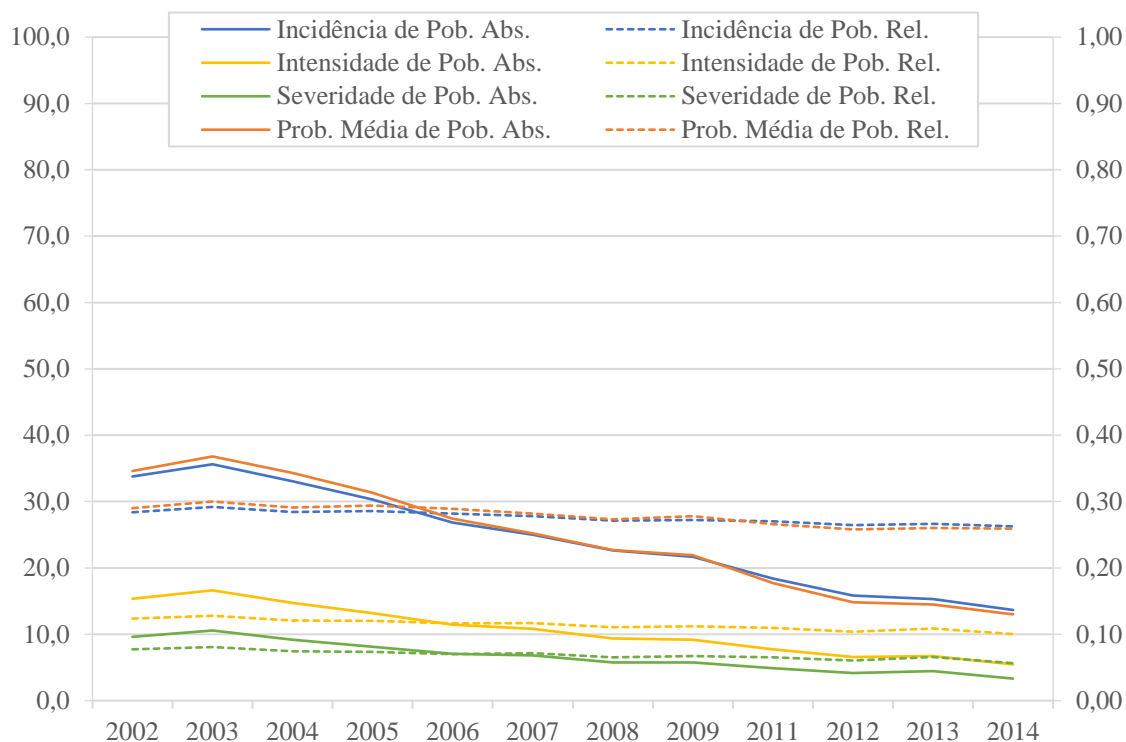
Por fim, gostaríamos de avaliar a sensibilidade dos indicadores de pobreza, classe Foster, Greer e Thorbecke (FGT), dada a escolha das linhas de pobreza¹⁷. A análise de sensibilidade dá-se a partir das flutuações nos indicadores em razão das alterações nos valores

¹⁷ Fizemos o cálculo da sensibilidade com ajuda do *software* ADePT distribuído gratuitamente pelo Banco Mundial. Não apresentamos as tabelas, pois são muito longas e não queremos nos ater tanto a esse ponto. Trata-se apenas de uma análise sobre a estabilidade dos resultados em razão da escolha das linhas.

das linhas. Com isso, queremos saber se aumentarmos em 5%, 10% ou 20% os valores das linhas, qual será o percentual de aumento nos valores de incidência (P0), intensidade (P1) e severidade (P2) da pobreza. Como as alterações são muito próximas para as três medidas, vamos nos concentrar na sensibilidade de P0. Em relação à tendência, podemos dizer que ambas aumentam ao longo do tempo, mas as linhas relativas têm uma sensibilidade muito mais estável. A razão entre sensibilidades inverte-se ao longo do tempo, no início do período, 2002 a 2007, a das linhas absolutas era menor em relação a das linhas relativas, já para o final, 2008 a 2014, ela é maior. Por exemplo, em 2004, para pegarmos um ano em que todo o Brasil já era pesquisado, os aumentos de 5%, 10% e 20% nos valores das linhas absolutas geram um aumento respectivo de 6%, 12% e 22% na incidência de pobreza. Para as linhas relativas, esse aumento é de 6%, 14% e 26%. Dez anos depois, em 2014, os aumentos respectivos são 9%, 17% e 37% para as linhas absolutas e 7%, 14% e 28% para as linhas relativas. A diminuição nos valores em -5%, -10% e -20% tem resultados bem semelhantes, indicando que a sensibilidade é a mesma para cima e para baixo. A maior sensibilidade no período mais atual em relação às linhas relativas indica que há um contingente de famílias vivendo muito próxima ao limiar, alterando facilmente sua situação de pobreza (pobre/não pobre) em razão dos custos dos itens da cesta básica mínima.

Antes de entrar na análise mais detalhada, gostaríamos de oferecer uma síntese dos resultados para a população, assim é possível notar o nível e a tendência do fenômeno no país. O risco absoluto (P0, incidência) e ajustado (probabilidades médias) reflete o grau em que a situação de pobreza acomete a população. Intensidade (P1) e severidade (P2) informam a dificuldade de retirar as pessoas pobres dessa situação. Como é possível notar, a tendência é bem diferente para as diferentes formas de determinar quem é pobre e quem não é, o problema da identificação (MEDEIROS, 2012). Até 2005, os níveis de pobreza absoluta superam os de pobreza relativa, em 2006 eles são praticamente iguais e após a posição na distribuição de renda é um problema maior do que a renda necessária para garantir as necessidades básicas. Por ora, basta notar os padrões bem distintos de evolução dos indicadores a depender da escolha da forma de identificação. A seguir, iremos detalhar os valores em seções específicas.

Gráfico 3 – Resultados para a população considerando a classe de índices FGT e probabilidades médias de pobreza absoluta e relativa – Brasil – 2002 a 2014



Fonte: PNAD 2014/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

INCIDÊNCIA DA POBREZA

Começamos nossa análise a partir dos resultados sobre a proporção de pobreza existente na população como um todo. Em 2002, 34% da população brasileira estava abaixo das linhas regionalizadas de pobreza absoluta, indicando que um terço dos indivíduos vivia em famílias que não conseguiam adquirir a renda suficiente para cobrir as despesas com suas necessidades básicas. Esse percentual sobe um pouco em 2003 (36%) e depois passa a cair consistentemente. De 2004 a 2013, respectivamente, temos os percentuais 33%, 30%, 27%, 25%, 23%, 22%, 18%, 16%, 15%, até atingirmos o nível de 14% em 2014. Uma queda bruta de 20 pontos percentuais e, em comparação com o início do período, uma queda relativa de 60%. Esses resultados não são novidade, encontramos os mesmos em diversos estudos, inclusive alguns com um recorte temporal mais amplo (ROCHA, 2013a; 2013b), nos quais podemos ver que o patamar de 34% é o padrão para toda a década de 90, antecedida por quedas no início da década e final dos 80.

Para podermos entender melhor o que ocorreu no período, não podemos nos ater apenas aos resultados gerais, algo que também não faz sentido em um trabalho sociológico. Muitos recortes podem ser pensados para nos ajudar a pensar sobre os fatores relevantes para a queda da pobreza absoluta. Gostaríamos de começar pela estratificação dos resultados por posições de classe, pois esse é um dos interesses primordiais de nossa tese, ou seja, a verificação dos diferenciais de classe. Para tanto, utilizamos a classificação elaborada pelo professor José Alcides Figueiredo Santos (2005; 2010) em sua forma mais ampla, com 16 posições, que trata especificamente da estrutura social brasileira, com aplicação operacionalizada para os estudos amostrais do IBGE. Neste capítulo utilizamos, visando a um melhor ajuste dos modelos e conformação com as variáveis dependentes escolhidas, a posição da pessoa de referência na família para determinar a classe de todos os seus componentes, assim conseguimos ter uma noção mais ampla de como a pobreza afeta a vida das famílias.

Apresentamos, primeiro, os resultados ano a ano de pobreza absoluta para as diferentes posições nos quatro grandes agrupamentos de privilegiados, controladores de pequenos ativos, trabalhadores não destituídos e destituídos. A proporção de pobres é bem diferente entre os agrupamentos de posições. É possível notar que a incidência é bem menor nas posições privilegiadas, bem maior nas posições destituídas e mediana nas demais. Os valores para capitalistas e fazendeiros não puderam ser calculados em 2004, 2008 e 2013, pois não havia casos em situação de pobreza absoluta. Todos os outros valores estão arredondados, dessa forma, o 0 significa que a proporção não chega a 0,5%. A incidência de pobreza é totalmente residual no topo da classificação, chegando inclusive a ser um tanto artificial os valores de 1% em 2003 e 2005. Ao final do período, 2013 e 2014, o percentual de pobres dentre os privilegiados não ultrapassa os 2%. Entre os controladores de pequenos ativos, é possível ver certa distinção entre os setores urbano e rural, afinal os resultados são bem diferentes. Os autônomos com ativos têm resultados um pouco melhores em relação aos trabalhadores típicos, já os agrícolas precários apresentam resultados próximos dos de posições destituídas. Entre os trabalhadores não destituídos, é possível ver o papel protetivo dos ativos a mais que os empregados qualificados e supervisores têm, afinal os resultados são um pouco melhores do que os de trabalhadores típicos. Essas posições enfrentam situações muito semelhantes em termos de trabalho e recompensas, mas a qualificação e a autoridade demonstram, ao longo de todo o período, a sua vantagem em relação à proteção contra a situação de pobreza. Para a população como um todo, é importante a melhoria das condições da classe de trabalhadores típicos, visto que o ocorrido com essa posição impacta profundamente os resultados globais.

Em razão de sua densidade demográfica, a queda relativa entre 2002 e 2014 é muito próxima daquela da população, em torno dos 21% brutos e 60% em relação aos valores do início do período. Dentre os destituídos, a queda é considerável para os trabalhadores elementares, autônomos precários e trabalhadores domésticos. Já para agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e excedentes, há queda, mas ela é menor em termos relativos. O que acreditamos trazer tanta desvantagem para essas últimas três é o fato de não terem acesso a um fluxo estável de renda. Como a própria definição da pobreza dá-se a partir da insuficiência de renda, essas posições sempre se encontrarão na situação mais vulnerável.

Interessante ainda, ao falarmos dos diferenciais de classe em termos de pobreza absoluta, é a decomposição dos fatores que causaram a mudança nas proporções de pobres. O *software* ADePT permite decompor as alterações em três fatores: os efeitos da mudança dentro dos grupos, os efeitos da mudança na densidade dos grupos e os efeitos interativos entre essas. Da mudança total entre posições de classe, há diminuição de 22%, o efeito das mudanças dentro dos grupos responde por 21%, ou seja, 98% do total da mudança. O efeito da mudança na densidade dos grupos é inverso, aumenta a pobreza em 1%, mas é compensado pelo efeito interativo. Os maiores responsáveis pela queda são os trabalhadores típicos, que respondem por 26% da mudança dentro dos grupos, seguidos dos trabalhadores elementares (21%) e autônomos precários (12%). Isso nos permite depreender que a queda na proporção de pobres dá-se em razão da queda da pobreza dentro dos grupos, e não por alterações relativas a mobilidade entre as posições de classe. Temos menos pobreza absoluta porque as proteções como um todo aumentam, e não porque temos menos pessoas em posições destituídas. O ganho expressivo é para as categorias que têm emprego, ou uma fonte de renda mais estável.

Além das decomposições por posições de classe, outras características dos indivíduos são importantes para sabermos a tendência e desvendarmos os fatores por trás da queda da pobreza absoluta. Quanto ao sexo das pessoas, a queda é homogênea entre homens e mulheres, mas não esperávamos um grande diferencial nesse fator, já que a renda utilizada é a familiar, a possível distância entre os grupos fica restrita a famílias monoparentais ou casais homoafetivos. Brancos e amarelos demonstram os menores níveis de pobreza ao longo do período, mas a tendência de queda é maior para pardos, pretos e indígenas. Ainda assim, os diferenciais de cor mostram-se relevantes, pois, ao final do período, esses três grupos ainda estão a uma distância considerável dos dois primeiros. A queda em si, dá-se quase que totalmente pela tendência dentro dos grupos, e não por uma alteração na participação desses na população.

Tabela 16 – Incidência de pobreza de renda familiar *per capita* por posição de classe (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0%	1%		1%	0%	0%		0%	0%	0%		0%
	0,04	0,19		0,20	0,09	0,12		0,08	0,14	0,06		0,07
Aut. Esp.	3%	2%	3%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	0%
	0,39	0,30	0,40	0,25	0,15	0,15	0,11	0,18	0,20	0,16	0,19	0,07
Gerente	7%	5%	5%	5%	4%	3%	3%	3%	2%	1%	1%	1%
	0,30	0,27	0,25	0,25	0,23	0,20	0,22	0,23	0,20	0,17	0,15	0,12
Emp. Esp.	2%	3%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	0%
	0,17	0,22	0,19	0,18	0,14	0,17	0,11	0,10	0,10	0,08	0,08	0,07
Peq. Emp.	7%	6%	6%	7%	5%	4%	5%	3%	3%	2%	1%	1%
	0,22	0,22	0,20	0,22	0,19	0,18	0,19	0,17	0,20	0,17	0,11	0,13
Aut. Ativ.	22%	24%	22%	21%	17%	15%	14%	13%	10%	9%	8%	8%
	0,28	0,29	0,28	0,28	0,25	0,25	0,25	0,25	0,23	0,21	0,21	0,19
Aut. Agr.	37%	38%	33%	31%	27%	26%	24%	20%	20%	13%	13%	12%
	0,38	0,39	0,36	0,36	0,35	0,37	0,37	0,37	0,39	0,36	0,36	0,36
Emp. Qual.	11%	11%	11%	10%	8%	8%	6%	5%	4%	4%	3%	3%
	0,28	0,29	0,28	0,26	0,24	0,22	0,20	0,19	0,19	0,17	0,15	0,16
Supervisor	19%	19%	16%	17%	14%	12%	5%	5%	5%	4%	3%	2%
	0,50	0,57	0,51	0,51	0,46	0,46	0,32	0,38	0,41	0,34	0,32	0,27
Trab. Típ.	29%	31%	29%	26%	22%	19%	17%	16%	12%	10%	9%	8%
	0,17	0,17	0,17	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,12	0,11	0,11
Trab. Elem.	56%	58%	51%	47%	41%	38%	35%	33%	25%	21%	20%	18%
	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,27	0,28	0,27	0,29	0,27	0,28	0,26
Aut. Prec.	41%	44%	44%	39%	33%	30%	29%	27%	20%	17%	16%	15%
	0,30	0,30	0,30	0,29	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,25	0,25	0,24
Emp. Dom.	55%	56%	54%	50%	45%	41%	36%	36%	27%	22%	24%	20%
	0,48	0,48	0,47	0,46	0,44	0,43	0,42	0,40	0,41	0,38	0,39	0,35
Agr. Prec.	58%	60%	57%	52%	51%	43%	37%	37%	33%	31%	26%	27%
	0,53	0,52	0,50	0,50	0,53	0,56	0,56	0,53	0,57	0,55	0,54	0,55
Trab. Sub.	36%	40%	39%	38%	34%	42%	36%	37%	40%	38%	38%	29%
	0,66	0,64	0,62	0,58	0,53	0,57	0,55	0,54	0,57	0,57	0,53	0,50
Trab. Exd.	75%	77%	76%	73%	70%	66%	65%	65%	60%	58%	58%	51%
	0,34	0,32	0,35	0,36	0,37	0,39	0,42	0,39	0,48	0,49	0,48	0,47
População	34%	36%	33%	30%	27%	25%	23%	22%	18%	16%	15%	14%
	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06
N (mil)	306	305	317	325	324	309	298	305	256	260	255	261

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

Em relação à idade, olhando para os resultados decompostos por faixa etária, os mais velhos demonstram a maior queda relativa. É possível notar também uma clara vantagem para pessoas mais velhas em relação aos grupos mais novos, retratando ano a ano o avanço na queda das taxas de incidência, mas sempre se mantendo a vantagem dos mais velhos em relação aos mais novos em termos de proteção contra a pobreza absoluta.

Tabela 17 – Incidência de pobreza de renda familiar *per capita* por características das pessoas (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo da pessoa												
<i>Masculino</i>	33%	35%	32%	30%	26%	24%	22%	21%	18%	15%	15%	13%
	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09
<i>Feminino</i>	34%	36%	34%	31%	27%	25%	23%	22%	19%	16%	16%	14%
	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09
Cor ou raça da pessoa												
<i>Indígena</i>	44%	51%	49%	42%	37%	31%	32%	27%	25%	24%	27%	25%
	1,97	2,03	2,05	1,86	1,58	1,47	1,53	1,68	1,17	1,23	1,22	1,16
<i>Branca</i>	24%	25%	23%	21%	18%	16%	15%	15%	12%	10%	10%	9%
	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08
<i>Preta</i>	42%	45%	42%	37%	34%	32%	28%	27%	22%	20%	20%	17%
	0,37	0,36	0,35	0,33	0,31	0,29	0,30	0,29	0,27	0,26	0,26	0,23
<i>Amarela</i>	16%	18%	16%	12%	15%	15%	12%	10%	14%	9%	8%	6%
	1,06	1,11	1,11	0,85	0,96	0,90	0,84	0,86	0,89	0,82	0,76	0,73
<i>Parda</i>	45%	48%	44%	40%	36%	34%	30%	28%	24%	21%	20%	18%
	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,10
Faixa etária da pessoa												
<i>0 a 25 anos</i>	43%	46%	43%	40%	36%	34%	31%	31%	26%	23%	23%	21%
	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12
<i>26 a 35 anos</i>	32%	35%	32%	29%	26%	24%	22%	21%	17%	14%	14%	13%
	0,21	0,22	0,21	0,20	0,19	0,19	0,18	0,18	0,17	0,16	0,16	0,15
<i>36 a 45 anos</i>	28%	30%	28%	26%	22%	21%	19%	18%	16%	13%	13%	11%
	0,22	0,22	0,21	0,20	0,19	0,19	0,19	0,18	0,18	0,17	0,16	0,16
<i>46 a 55 anos</i>	21%	22%	20%	18%	16%	15%	13%	13%	11%	10%	10%	8%
	0,23	0,24	0,22	0,21	0,19	0,19	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15
<i>56 a 65 anos</i>	16%	17%	15%	13%	11%	10%	10%	9%	8%	7%	7%	6%
	0,27	0,27	0,25	0,23	0,20	0,20	0,19	0,18	0,18	0,16	0,16	0,14
<i>66 anos ou +</i>	11%	11%	9%	7%	6%	6%	5%	4%	4%	3%	3%	2%
	0,23	0,23	0,21	0,19	0,16	0,16	0,15	0,14	0,13	0,12	0,11	0,09
Grupos por anos de estudo da pessoa												
<i>0 a 3 anos</i>	47%	49%	46%	42%	38%	36%	33%	32%	27%	24%	23%	21%
	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,13
<i>4 a 7 anos</i>	35%	38%	35%	33%	29%	27%	25%	24%	20%	18%	18%	16%
	0,16	0,17	0,17	0,16	0,15	0,16	0,16	0,15	0,16	0,15	0,15	0,14
<i>8 a 10 anos</i>	25%	29%	27%	25%	23%	21%	20%	19%	17%	15%	15%	13%
	0,22	0,23	0,22	0,21	0,20	0,19	0,19	0,19	0,19	0,17	0,17	0,16
<i>11 anos</i>	13%	16%	15%	14%	13%	12%	11%	11%	10%	9%	9%	8%
	0,17	0,18	0,17	0,16	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12
<i>12 a 14 anos</i>	4%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
	0,21	0,24	0,22	0,21	0,19	0,18	0,17	0,18	0,19	0,18	0,18	0,16
<i>15 anos ou +</i>	1%	1%	2%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	0,11	0,10	0,12	0,09	0,09	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09	0,08

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

Cabe destaque para os resultados decompostos em razão dos anos de estudo. Apesar da melhor situação em termos de nível, aqueles com 12 a 14 e com 15 ou mais, que correspondem a curso superior incompleto e completo, respectivamente, não acompanham a tendência de queda. Há grande estabilidade para essas duas categorias ao longo do tempo. Já para as outras,

os resultados melhoram de forma progressiva, indicando uma diminuição nos diferenciais entre elas. Os níveis ainda mantêm proteções desiguais, mas isso diminui muito na última década e início desta. Como há uma alteração significativa em termos de mobilidade educacional na última década, cabe escrutinar o papel de cada um dos efeitos sobre as alterações na pobreza. A queda bruta total para aqueles que têm informação sobre a educação é de 20%, desses, a queda da pobreza dentro dos grupos é responsável por 90% (ou seja, 18 dos 20), enquanto o efeito da alteração por movimentos da população entre os grupos é de -5%, ou 26% em termos relativos, compensado pelo efeito interativo que aumenta a pobreza em 3%. Assim, podemos dizer que a alteração da distribuição desse ativo tem sua contribuição, mas o verdadeiro responsável pela melhora nos resultados globais é a melhora dentro dos grupos mais desprivilegiados educacionalmente. Uma outra leitura que pode ser feita é a de que esse ativo protege cada vez menos os ocupantes do topo em termos relativos.

Acerca das decomposições por características ligadas à localização do domicílio, as clivagens por situação, tamanho e macrorregião mostram-se ainda presentes ao final do período. A tendência de queda é clara, mas diferente para as categorias dessas variáveis. Em relação a 2002, há uma diferença visível na queda da incidência de pobreza absoluta para a área urbana e rural, a diferença é de 19 pontos percentuais para os domicílios localizados na primeira de 25 para os na segunda. Essa diferença diminui bastante se consideramos o contraste de 2014 com 2004, quando toda a área rural da região Norte era pesquisada, temos uma queda de 19 e 20, respectivamente. As taxas de incidência caem para todas as macrorregiões brasileiras e, apesar do nível bem mais baixo de pobreza absoluta ao final, as desigualdades setoriais ainda são evidentes. Os melhores resultados são da região Sul, seguidos pelos das regiões Sudeste e Centro-Oeste, sendo que o nível se iguala para essas duas últimas ao final do período, acabando com a vantagem relativa da segunda em relação à terceira – isso tanto para a comparação com 2002, quanto para com 2004. A maior queda absoluta é a do Nordeste (28 pontos percentuais), seguida pelo Norte (22 pontos percentuais), considerando-se os resultados de 2002, que não mudam se tomarmos 2004 no caso do Nordeste, mas se alteram um pouco para o Norte, que tem uma incidência um pouco menor, mesmo com a ampliação da amostra para a área rural. Mas a razão entre a diferença entre 2002 e 2014 e o nível em 2002 nos dá outra visão. A queda relativa é maior para o Sul, -75%, seguido por Centro-Oeste, -68%, Sudeste, -60%, e só depois Nordeste, com -57%, e Norte, com -56%. Em relação ao *proxy* para o tamanho dos municípios, os médios (autorrepresentativos) ampliam a sua vantagem relativa, apesar de ter a menor queda absoluta. Explicando essa constatação um pouco melhor, temos a queda em todas as categorias

e, portanto, a distância absoluta dos níveis de incidência entre as três categorias diminui, mas se colocarmos o nível de pobreza absoluta dos municípios médios como denominador da diferença entre eles e as demais categorias, as distâncias relativas entre essas aumenta com a queda.

Tabela 18 – Incidência de pobreza de renda familiar per capita por características dos domicílios (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação do domicílio												
<i>Urbana</i>	33%	35%	32%	30%	26%	24%	22%	21%	18%	15%	15%	13%
	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07
<i>Rural</i>	40%	41%	36%	33%	30%	28%	25%	23%	21%	19%	18%	16%
	0,22	0,22	0,20	0,20	0,19	0,19	0,19	0,18	0,19	0,18	0,18	0,17
Macrorregião do domicílio												
<i>Norte</i>	39%	42%	34%	32%	28%	28%	24%	24%	24%	19%	20%	17%
	0,26	0,26	0,24	0,23	0,22	0,21	0,21	0,21	0,20	0,18	0,18	0,17
<i>Nordeste</i>	49%	52%	49%	45%	41%	39%	35%	34%	29%	25%	24%	21%
	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14
<i>Sudeste</i>	29%	30%	29%	26%	22%	20%	19%	18%	15%	13%	12%	12%
	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11
<i>Sul</i>	16%	16%	15%	13%	11%	9%	8%	8%	6%	5%	5%	4%
	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09
<i>Centro-oeste</i>	37%	37%	34%	33%	29%	26%	24%	22%	16%	14%	14%	12%
	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22	0,21	0,20	0,19	0,18	0,18	0,17
Área censitária do domicílio												
<i>Reg. metrop.</i>	37%	40%	39%	35%	31%	29%	27%	26%	21%	20%	18%	17%
	0,15	0,16	0,16	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12
<i>Auto repres.</i>	24%	27%	24%	22%	19%	17%	16%	15%	13%	11%	11%	9%
	0,16	0,17	0,16	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10
<i>Não auto rep.</i>	36%	37%	33%	31%	27%	26%	23%	22%	19%	16%	16%	14%
	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

A decomposição da queda da incidência de pobreza absoluta traz os mesmos resultados para as categorias de situação, macrorregião e tamanho dos municípios (área censitária). Toda a queda deveu-se às alterações nos níveis dentro das categorias. Assim, em nenhum caso, as alterações globais deveram-se às alterações demográficas ou à interação entre queda intra e intersetores, seja na comparação dos resultados de 2014 com 2002, ou com 2004. A pobreza absoluta diminui porque as pessoas, dentro das áreas urbanas e rurais, dentro das regiões, dentro dos municípios, seja qual for o tamanho, tornaram-se menos pobres. E não porque houve migração, ou menos nascimentos em uma das categorias.

Os resultados gerais e específicos são bem diferentes quando alteramos o critério de definição para as linhas de pobreza de absoluto (necessidades básicas) para relativo (privação relativa). Como as linhas relativas movem-se com a distribuição, ser pobre tem um significado posicional muito mais forte. Se a tendência para a pobreza absoluta é de queda no período, a para a pobreza relativa pode ser considerada de estabilidade. Em 2014, a taxa de incidência para a população como um todo é de 28% em 2002 e de 26% em 2014, uma queda em 2 pontos percentuais, com oscilação ao longo do tempo. É justamente nesses casos que a possibilidade de decomposição por subgrupos se torna valiosa.

Acerca dos diferenciais de classe, podemos notar que os privilegiados gozam dos melhores níveis, com baixíssima pobreza, que se mantém ao longo do período, com flutuações que não excedem um ponto percentual. Dentre os controladores de pequenos ativos, a posição de o autônomo agrícola obteve uma melhora de três pontos percentuais no período, enquanto o autônomo com ativos ficou estável. No entanto, o autônomo agrícola continua a apresentar níveis bem superiores em relação ao com ativos e também em relação às demais posições não destituídas. Os qualificados e supervisores apresentam resultados bem mais confortáveis em relação aos típicos dentre os trabalhadores não destituídos. Resultados que também são bem melhores em comparação com a população como um todo. Os supervisores, inclusive, apresentam também uma tendência de queda bem superior a geral, alcançando a segunda posição, se ranqueamos as diferenças específicas das posições nos valores de 2014 e 2002. O nível de pobreza relativa dos trabalhadores típicos apenas flutua no período, com a pequena melhora de um ponto percentual. Os destituídos apresentam os piores níveis, como esperávamos, mas nesse agrupamento as tendências se mostraram bem diferentes entre as posições. Os trabalhadores elementares, os autônomos precários e os empregados domésticos apresentaram uma tendência de melhora nas taxas de incidência significativas, esses últimos apresentam até mesmo a maior queda. Trabalhadores excedentes também tiveram queda (-3 pontos percentuais), mas esses conservam ainda altos níveis de pobreza no final do período, seja nos valores absolutos, ou nas comparações com outras posições. Os agrícolas precários apresentam uma tendência de estabilidade, mas com uma incidência um ponto percentual pior no final do período. Em termos da evolução os trabalhadores de subsistência certamente obtiveram o pior resultado, pois aumentaram sua incidência de pobreza em cinco pontos percentuais, passando de 34% de pobres para 39%. O que dá para notar é que em termos relativos, não ter um fluxo de renda muito certo, como é o caso dos desempregados,

trabalhadores agrícolas ou engajados na produção para o próprio consumo, revelaram uma situação de completa vulnerabilidade e tendências muito ruins.

Tabela 19 – Incidência de pobreza de renda familiar per capita por posição de classe (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0%	1%	0%	1%	1%	0%		0%	1%	1%	1%	0%
	0,04	0,14	0,04	0,12	0,19	0,16	0,00	0,13	0,23	0,19	0,18	0,10
Aut. Esp.	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,33	0,23	0,39	0,16	0,18	0,16	0,15	0,26	0,24	0,22	0,23	0,26
Gerente	4%	3%	3%	4%	3%	4%	5%	4%	4%	5%	4%	4%
	0,25	0,22	0,20	0,23	0,23	0,23	0,27	0,26	0,30	0,30	0,25	0,25
Emp. Esp.	1%	2%	1%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	2%	2%
	0,14	0,16	0,14	0,16	0,17	0,16	0,14	0,13	0,14	0,14	0,15	0,15
Peq. Emp.	5%	5%	5%	6%	5%	5%	6%	6%	5%	4%	4%	5%
	0,19	0,20	0,19	0,21	0,19	0,22	0,22	0,22	0,26	0,23	0,21	0,25
Aut. c/ Ativ.	17%	18%	18%	19%	17%	17%	17%	17%	16%	17%	16%	17%
	0,26	0,26	0,26	0,27	0,26	0,26	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28
Aut. Agr.	30%	28%	28%	30%	29%	29%	29%	28%	29%	28%	27%	26%
	0,35	0,36	0,35	0,36	0,36	0,39	0,40	0,42	0,44	0,48	0,49	0,50
Emp. Qual.	8%	8%	8%	10%	8%	8%	7%	8%	10%	9%	8%	9%
	0,25	0,25	0,25	0,27	0,24	0,23	0,23	0,24	0,28	0,27	0,26	0,25
Supervisor	17%	15%	14%	19%	18%	15%	8%	9%	10%	8%	10%	10%
	0,49	0,53	0,49	0,54	0,53	0,52	0,44	0,47	0,57	0,46	0,54	0,53
Trab. Típ.	24%	25%	24%	25%	25%	24%	23%	23%	22%	22%	22%	23%
	0,16	0,17	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,17	0,16	0,16	0,16
Trab. Elem.	46%	47%	44%	44%	44%	43%	43%	43%	42%	40%	41%	40%
	0,28	0,28	0,27	0,27	0,28	0,28	0,29	0,29	0,33	0,33	0,34	0,34
Aut. Prec.	34%	36%	37%	36%	34%	32%	32%	31%	29%	29%	28%	29%
	0,29	0,29	0,29	0,29	0,29	0,28	0,29	0,29	0,31	0,31	0,30	0,30
Emp. Dom.	48%	48%	47%	48%	48%	46%	44%	45%	41%	39%	40%	38%
	0,48	0,48	0,46	0,46	0,44	0,44	0,44	0,42	0,46	0,45	0,45	0,43
Agr. Prec.	41%	41%	42%	42%	44%	40%	38%	40%	41%	41%	39%	42%
	0,52	0,52	0,50	0,50	0,53	0,55	0,56	0,54	0,59	0,58	0,60	0,61
Trab. Subis.	34%	36%	37%	35%	35%	42%	39%	41%	45%	45%	46%	39%
	0,65	0,62	0,62	0,57	0,54	0,57	0,55	0,55	0,58	0,58	0,55	0,53
Trab. Exd.	71%	73%	72%	72%	71%	69%	68%	71%	69%	70%	73%	68%
	0,35	0,34	0,37	0,36	0,36	0,38	0,41	0,37	0,45	0,45	0,42	0,43
População	28%	29%	28%	29%	28%	28%	27%	27%	27%	26%	27%	26%
	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
N (mil)	307	306	317	325	324	309	298	305	256	260	255	261

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60% da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

No que tange às características individuais não há diferenciais para as tendências entre homens e mulheres, o que parece ser uma queda de 3% para os homens, na verdade apenas é efeito do arredondamento, para os homens a pobreza caiu 2,4 pontos percentuais e para as mulheres 1,8 ponto percentual, se assumirmos os valores do início e do final do período analisado também com uma casa decimal. As diferenças entre as categorias também não são

muito relevantes, pois estão constrangidas pela escolha do tipo de renda, a familiar *per capita*. Acerca das categorias dadas pela cor ou raça autodeclarada, vemos que para os indígenas o nível de pobreza relativa apenas oscila. Chama a atenção nessa categoria e na de pessoas amarelas os altos erros-padrão encontrados, isso nos indica que os resultados para ambas devem ser olhados com cautela. A tendência para as pessoas brancas é a mesma da população, estabilidade, mas com um nível final menor em 2 pontos percentuais. Pardas e pretas demonstraram uma tendência comparativa razoável, já que caem as taxas para ambas acima do encontrado para a população e para pessoas brancas. No entanto, os diferenciais por cor ou raça permanecem significativamente altos em 2014. Em relação à idade, há uma melhora para as categorias de 25 a 35 anos e também para os mais velhos, com 66 anos ou mais. As demais apenas oscilam em seus resultados. É possível ver um claro gradiente entre as categorias, sempre com vantagem para os mais velhos em relação aos mais jovens.

Novamente, o resultado mais interessante, em termos das características das pessoas, é dado pelos grupos por anos de estudo. A tendência é de crescimento da pobreza relativa em todas as categorias, menos na com menor nível educacional. As maiores elevações ocorrem nas categorias intermediárias, entre 6 e 7 pontos percentuais. As pessoas com ensino superior completo (15 ou + anos) oscilam, mas com um pequeno aumento de 2 pontos percentuais ao final do período. A decomposição da mudança geral, mesmo que ela tenha sido pequena, nos revela que basicamente o que ocorre é uma queda devido a mudanças demográficas. O efeito da mudança na composição da população considerando os anos de estudo é de -4 pontos percentuais, enquanto a alteração dentro das categorias aumenta em 1 ponto percentual, e o efeito interativo também em 1 ponto, a incidência de pobreza. As pessoas com nenhum ou até três anos de estudo diminuem a sua participação consideravelmente na população total, de 41% para 30%.

A transição demográfica pela qual passa o Brasil deve ser considerada nesse caso. Afinal, cada vez mais nascem menos pessoas, as famílias e domicílios estão diminuindo. Vimos também que, os piores níveis de pobreza são encontrados dentre os mais jovens, esse grupo também apresenta os níveis mais baixos de escolaridade. Enquanto para a população total os sem instrução ou com até três anos de estudo são 41% no início do período e 30% ao final, para a faixa etária de 0 a 25 anos, eles são 50% em 2002 e 43% em 2014. O processo de inclusão escolar, as políticas de permanência e de ciclos também teve o seu papel, pois dentre as crianças e jovens de 9 – idade em que a criança, seja qual for o mês de nascimento, já deve ter cursado o 3º ano do ensino fundamental – a 18 anos – idade em que já deve ter completado o ensino

fundamental –, o percentual com até três anos de estudo caiu 6 pontos percentuais é de 36% no início do período analisado.

Tabela 20 – Incidência de pobreza de renda familiar *per capita* por características das pessoas (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo da pessoa												
<i>Masculino</i>	28%	29%	28%	28%	28%	27%	26%	26%	26%	26%	26%	25%
	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12	0,12
<i>Feminino</i>	29%	30%	29%	29%	29%	28%	28%	28%	28%	27%	27%	27%
	0,11	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12	0,12
Cor ou raça da pessoa												
<i>Indígena</i>	37%	48%	42%	43%	37%	33%	37%	36%	34%	38%	40%	38%
	1,92	2,04	2,04	1,87	1,57	1,50	1,59	1,81	1,30	1,44	1,36	1,32
<i>Branca</i>	23%	23%	23%	23%	22%	22%	21%	21%	21%	20%	21%	21%
	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12	0,12
<i>Preta</i>	36%	37%	36%	34%	34%	34%	32%	33%	31%	31%	32%	30%
	0,36	0,35	0,35	0,33	0,31	0,30	0,31	0,31	0,30	0,30	0,30	0,29
<i>Amarela</i>	12%	15%	14%	11%	15%	19%	15%	14%	19%	17%	15%	16%
	0,94	1,04	1,04	0,84	0,95	1,01	0,91	1,00	1,04	1,10	1,04	1,11
<i>Parda</i>	35%	36%	34%	34%	34%	34%	33%	33%	33%	32%	32%	31%
	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,12
Faixa etária da pessoa												
<i>0 a 25 anos</i>	37%	38%	37%	38%	38%	37%	37%	37%	37%	37%	38%	37%
	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,14	0,14	0,14	0,14
<i>26 a 35 anos</i>	27%	28%	27%	27%	27%	26%	26%	26%	25%	25%	25%	25%
	0,20	0,21	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,19	0,21	0,20	0,20	0,20
<i>36 a 45 anos</i>	24%	24%	24%	24%	24%	24%	24%	24%	24%	24%	23%	24%
	0,21	0,21	0,21	0,21	0,20	0,20	0,20	0,20	0,22	0,21	0,21	0,21
<i>46 a 55 anos</i>	17%	17%	17%	17%	17%	17%	17%	17%	18%	17%	18%	17%
	0,22	0,22	0,21	0,21	0,20	0,21	0,20	0,20	0,21	0,21	0,21	0,20
<i>56 a 65 anos</i>	13%	13%	12%	12%	12%	12%	13%	12%	13%	13%	13%	13%
	0,25	0,25	0,23	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,23	0,22	0,22	0,21
<i>66 anos ou +</i>	9%	8%	8%	7%	7%	8%	8%	7%	8%	8%	8%	7%
	0,22	0,21	0,21	0,19	0,18	0,20	0,19	0,18	0,20	0,19	0,18	0,17
Grupos por anos de estudo da pessoa												
<i>0 a 3 anos</i>	39%	40%	39%	39%	39%	39%	38%	38%	38%	37%	37%	36%
	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,16	0,16	0,16	0,16
<i>4 a 7 anos</i>	30%	31%	31%	32%	32%	31%	31%	31%	31%	31%	32%	31%
	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,17	0,17	0,17	0,19	0,18	0,19	0,18
<i>8 a 10 anos</i>	21%	23%	23%	24%	25%	25%	25%	25%	27%	27%	27%	28%
	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,22
<i>11 anos</i>	10%	11%	12%	12%	13%	14%	13%	15%	16%	16%	17%	17%
	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,16	0,15	0,15	0,16	0,16	0,16	0,16
<i>12 a 14 anos</i>	3%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	6%	7%	8%	9%	9%
	0,21	0,22	0,20	0,21	0,20	0,21	0,20	0,22	0,24	0,23	0,24	0,24
<i>15 anos ou +</i>	1%	1%	1%	1%	1%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
	0,11	0,09	0,11	0,09	0,10	0,11	0,12	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60% da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

Em relação às características de localização do domicílio, a pequena melhora ao final do período dá-se quase toda na área urbana, o 1 ponto percentual a menos na área rural é efeito do arredondamento. Dessa forma, a vantagem relativa dos domicílios da área urbana amplia-se um pouco. Dentro das categorias dadas pela macrorregião, a pobreza relativa cai mais na região Centro-Oeste do país, menos 5 pontos percentuais, seguido pela região Sul, com uma queda de 3 pontos. As demais têm uma pequena oscilação, com um resultado um pouco melhor ao final do período, entre 1 e 2 pontos percentuais. O total da queda deve-se a essas diminuições dentro das regiões, a alta densidade da região Sudeste impera sobre o tamanho do decréscimo, não deixando a melhora avançar. No que diz respeito ao tamanho do município, as regiões metropolitanas puxam a melhora na incidência de pobreza, com menos 4 pontos percentuais ao final do período, mas esse efeito foi controlado pela estabilidade dos resultados para os municípios médios e pequenos.

Tabela 21 – Incidência de pobreza de renda familiar *per capita* por características do domicílio (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação do domicílio												
<i>Urbana</i>	28%	29%	28%	28%	28%	27%	27%	27%	26%	26%	26%	26%
	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09
<i>Rural</i>	30%	30%	29%	29%	30%	30%	30%	30%	30%	30%	30%	29%
	0,21	0,21	0,19	0,19	0,19	0,20	0,20	0,20	0,22	0,21	0,21	0,21
Macrorregião do domicílio												
<i>Norte</i>	29%	29%	29%	28%	29%	28%	28%	28%	29%	28%	29%	27%
	0,23	0,24	0,23	0,22	0,22	0,22	0,23	0,22	0,21	0,21	0,20	0,20
<i>Nordeste</i>	28%	30%	29%	29%	29%	29%	28%	29%	29%	28%	28%	27%
	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,15	0,15
<i>Sudeste</i>	28%	29%	28%	28%	28%	27%	26%	26%	26%	26%	26%	26%
	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,15	0,14
<i>Sul</i>	28%	28%	28%	28%	27%	27%	27%	27%	25%	24%	25%	25%
	0,20	0,20	0,20	0,20	0,19	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
<i>Centro-oeste</i>	30%	30%	28%	30%	29%	28%	27%	28%	26%	26%	27%	25%
	0,23	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,23	0,23	0,24	0,23
Área censitária do domicílio												
<i>Reg. metrop.</i>	30%	30%	30%	29%	29%	28%	27%	27%	27%	26%	26%	26%
	0,14	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,14	0,14
<i>Auto repres.</i>	22%	24%	23%	23%	22%	22%	22%	22%	22%	22%	22%	22%
	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,16	0,15	0,16	0,15	0,15	0,15
<i>Não auto rep.</i>	31%	31%	30%	31%	30%	30%	29%	30%	30%	29%	30%	29%
	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,13

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60% da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

INTENSIDADE DA POBREZA

O índice P0 da classe FGT que retrata a incidência é a forma mais comum de agregação das informações sobre a pobreza. Mas ele não diz nada sobre o quão pobre são as pessoas e suas famílias, por isso, voltamos agora aos dados sobre a intensidade, captados por meio do índice P1 da classe FGT. Os valores estão padronizados, então são dados como percentuais das linhas regionalizadas de pobreza. A tendência da intensidade de pobreza absoluta para a população é a mesma vista para a incidência, os valores decrescem ao longo do período, refletindo uma melhora de 10 pontos percentuais ao final do período. Nos três primeiros anos, os resultados oscilam, 15%, 17% e 15% para 2002, 2003 e 2004, respectivamente, após esse período os valores decaem, com períodos de estabilidade entre 2006 e 2007, 2008 e 2009, 2012 e 2013, resultando num padrão que lembra degraus de escada.

Em termos de intensidade, a pobreza absoluta é ainda menor para as posições privilegiadas do que o que é visto para incidência. Ao final do período, nenhuma pessoa em famílias em que a pessoa de referência está localizada nessas posições pode ser considerada pobre. Os controladores de pequenos ativos obtêm uma melhora significativa, autônomos com ativos diminuem a intensidade em 6 pontos percentuais e autônomos agrícolas em 12 pontos (essa última maior do que a para a população), chegando a 2% e 4%, respectivamente, um pouco melhor do que os resultados para a população como um todo. Dentre os trabalhadores não destituídos, a queda leva os valores do P1 a níveis residuais ao final do período, deixando também para trás os diferenciais dentro desse agrupamento de classe, que agora não passam de 1 ponto percentual. Ainda assim, a queda demonstra como mesmo em um cenário de diminuição global do risco, os ativos de qualificação e autoridade ainda fazem diferença.

As posições destituídas são as mais desfavorecidas quando olhamos comparativamente para os níveis de intensidade da pobreza. Por essa razão, a queda global do risco ao longo do tempo favorece a tendência dessas posições de forma desproporcional. Apenas para o trabalhador de subsistência a tendência nesse indicador é a mesma da população, as outras todas têm quedas bem superiores. A queda favorece tanto mais algumas posições que agora trabalhadores elementares, autônomos precários e empregados domésticos apresentam o mesmo nível de intensidade da pobreza absoluta da população em 2014, resultado muito melhor do que em 2002 ou 2004. O trabalhador de excedente apresenta a maior queda, 22 pontos percentuais, mas ainda apresenta níveis bem superiores aos da população e das demais posições.

O trabalhador de subsistência apresenta a menor queda, o que piora a sua posição relativa ao final do período. As pessoas nessa posição têm uma vantagem sobre aquelas com empregos domésticos, elementares ou que estavam como agrícolas precários no início do período, no entanto, ao final, só não perdem a sua vantagem em relação ao trabalhador excedente.

Tabela 22 – Intensidade de pobreza de renda familiar *per capita* por posição de classe (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0%	0%		0%	0%	0%		0%	0%	0%		0%
	0,00	0,07	0,00	0,04	0,03	0,06	0,00	0,02	0,03	0,01	0,00	0,01
Aut. Esp.	1%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	0,14	0,10	0,23	0,04	0,05	0,07	0,02	0,05	0,07	0,08	0,11	0,02
Gerente	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	0%
	0,10	0,09	0,07	0,08	0,06	0,05	0,06	0,06	0,07	0,05	0,04	0,03
Emp. Esp.	1%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	0,05	0,07	0,04	0,06	0,05	0,06	0,03	0,03	0,04	0,03	0,02	0,01
Peq. Emp.	2%	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%
	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,06	0,05	0,08	0,06	0,05	0,04
Aut. Ativ.	8%	9%	8%	8%	5%	5%	4%	4%	3%	3%	2%	2%
	0,13	0,13	0,12	0,13	0,10	0,11	0,10	0,10	0,08	0,08	0,08	0,07
Aut. Agr.	16%	16%	14%	13%	11%	10%	9%	8%	7%	4%	4%	4%
	0,20	0,20	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,15	0,14	0,15
Emp. Qual.	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,11	0,11	0,10	0,10	0,07	0,08	0,07	0,06	0,06	0,04	0,04	0,04
Supervisor	6%	6%	4%	5%	4%	3%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,19	0,22	0,16	0,20	0,16	0,17	0,07	0,11	0,11	0,10	0,09	0,09
Trab. Típ.	10%	11%	10%	8%	6%	6%	5%	4%	3%	2%	2%	2%
	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03
Trab. Elem.	23%	24%	20%	17%	15%	13%	11%	11%	7%	6%	6%	5%
	0,15	0,15	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,09	0,10	0,09
Aut. Prec.	17%	19%	19%	16%	13%	11%	10%	10%	7%	5%	5%	5%
	0,15	0,16	0,16	0,15	0,14	0,13	0,13	0,12	0,11	0,09	0,10	0,09
Emp. Dom.	24%	25%	24%	21%	18%	16%	14%	13%	9%	7%	8%	6%
	0,27	0,28	0,26	0,24	0,22	0,21	0,20	0,18	0,17	0,15	0,17	0,14
Agr. Prec.	28%	30%	27%	24%	23%	18%	15%	16%	13%	11%	9%	9%
	0,33	0,33	0,31	0,30	0,30	0,29	0,27	0,28	0,26	0,25	0,23	0,24
Trab. Subis.	21%	24%	25%	21%	20%	28%	23%	24%	25%	22%	21%	16%
	0,47	0,47	0,47	0,40	0,37	0,44	0,40	0,40	0,41	0,38	0,35	0,30
Trab. Exd.	53%	55%	53%	50%	46%	44%	42%	42%	40%	36%	39%	31%
	0,31	0,30	0,33	0,32	0,32	0,33	0,35	0,33	0,40	0,40	0,40	0,35
População	15%	17%	15%	13%	11%	11%	9%	9%	8%	7%	7%	5%
	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03
N (mil)	306	305	317	325	324	309	298	305	256	260	255	261

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

Em razão das características pessoais, os indivíduos e as famílias não encontram grandes diferenciais dado o sexo, pela escolha da renda familiar *per capita* como espaço de mensuração, a intensidade da pobreza absoluta acompanha o total da população em níveis e tendência. Há

uma pequena desvantagem para o sexo feminino, o que reflete os casos nos quais não há uma pessoa do sexo masculino na família. Em razão da cor autodeclarada, os diferenciais para os grupos são um pouco mais pronunciados do que para o sexo. Pessoas e famílias indígenas encontram-se na pior posição relativa. A intensidade de pobreza nesse grupo é a maior ao longo do período, a tendência de queda acompanha a da população. No outro extremo, temos aquelas que se autodeclararam amarelas, com a melhor situação dentre os grupos de cor/raça. A tendência para os últimos é a pior, pois os níveis, apesar de manterem os mais baixos, são os que menos caem no período. Para ambos, os resultados devem ser vistos com cautela. Eles têm pouca densidade na população, por isso o erro padrão para eles é um pouco alto. Melhores estimativas só seriam alcançadas se a amostra sobre representasse os mesmos e, posteriormente, isso seria corrigido, utilizando técnicas de correção da ponderação. O grosso da população está dividido entre pessoas brancas, pardas e pretas, com preponderância dos dois primeiros, e para elas os resultados, além de mais confiáveis, são mais representativos para a população como um todo. Pardas e pretas apresentam níveis e tendências muito similares, com uma pequena vantagem para pardas, mas, com certeza, bem diferente do desnível em relação às brancas. Esses três grupos têm a intensidade de pobreza absoluta diminuída a quase um terço ao final do período, com o risco absoluto diminuído, mas diferenças mantidas. Para as clivagens de idade, a queda global da intensidade de pobreza dá-se de forma progressiva, revelando uma melhor tendência para os mais novos, que têm a sua desvantagem relativa bem diminuída ao longo do tempo. O mesmo ocorre para os grupos por anos de estudo, com uma diferença, as categorias mais privilegiadas, com ensino superior incompleto e completo, não apresentam diminuição da intensidade de pobreza no período, os valores do índice P1 mantêm-se em 2% e 1%, respectivamente. No entanto, esses são níveis bem baixos de intensidade, mesmo em 2014, quando a população está a 5% das linhas regionalizadas de pobreza absoluta, mas esses grupos já tinham essa situação no início do período. Essa vantagem pode também ser vista para aqueles com 11 anos de estudo, o que representa pessoas com a educação básica completa. A verdadeira desvantagem está para aqueles que não completaram o ensino médio, ela diminui bem ao longo do período. Ao final, podemos dizer que o índice cai mais pela queda dentro dos grupos, do que por uma alteração na distribuição das pessoas pelos grupos educacionais, mas ambos os efeitos têm uma importância significativa para a queda da pobreza absoluta.

Tabela 23 – Intensidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características das pessoas (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo da pessoa												
<i>Masculino</i>	15%	16%	14%	13%	11%	10%	9%	9%	7%	6%	6%	5%
	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04
<i>Feminino</i>	16%	17%	15%	14%	12%	11%	10%	10%	8%	7%	7%	6%
	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05
Cor ou raça da pessoa												
<i>Indígena</i>	22%	27%	25%	22%	16%	17%	15%	13%	10%	11%	14%	12%
	1,27	1,41	1,41	1,25	0,87	1,06	0,89	1,03	0,64	0,75	0,76	0,68
<i>Branca</i>	10%	11%	10%	9%	7%	7%	6%	6%	5%	4%	5%	4%
	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04
<i>Preta</i>	19%	22%	19%	17%	15%	14%	12%	12%	10%	8%	9%	7%
	0,22	0,23	0,21	0,19	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,14	0,15	0,12
<i>Amarela</i>	8%	9%	7%	6%	6%	8%	6%	5%	7%	4%	3%	3%
	0,61	0,64	0,60	0,48	0,50	0,55	0,50	0,49	0,50	0,42	0,39	0,37
<i>Parda</i>	21%	23%	20%	18%	15%	15%	13%	12%	10%	9%	9%	7%
	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05
Faixa etária da pessoa												
<i>0 a 25 anos</i>	21%	22%	20%	18%	16%	15%	13%	13%	11%	10%	10%	9%
	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06
<i>26 a 35 anos</i>	14%	16%	14%	12%	11%	10%	9%	9%	7%	6%	6%	5%
	0,12	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,08	0,09	0,08
<i>36 a 45 anos</i>	12%	13%	11%	10%	9%	8%	7%	7%	6%	5%	5%	4%
	0,11	0,12	0,11	0,10	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09	0,08	0,09	0,07
<i>46 a 55 anos</i>	9%	9%	8%	7%	6%	6%	5%	5%	5%	4%	4%	3%
	0,12	0,12	0,11	0,10	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,07
<i>56 a 65 anos</i>	6%	7%	6%	5%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	2%
	0,13	0,13	0,12	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,10	0,07
<i>66 anos ou +</i>	3%	3%	3%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,09	0,09	0,08	0,07	0,06	0,07	0,06	0,06	0,07	0,06	0,06	0,04
Grupos por anos de estudo da pessoa												
<i>0 a 3 anos</i>	22%	24%	21%	19%	17%	16%	14%	14%	12%	10%	10%	8%
	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,08	0,07
<i>4 a 7 anos</i>	15%	17%	15%	14%	12%	11%	10%	10%	8%	7%	8%	6%
	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07
<i>8 a 10 anos</i>	11%	12%	11%	10%	9%	9%	8%	8%	7%	6%	6%	5%
	0,12	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,10	0,08
<i>11 anos</i>	5%	7%	6%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	3%	4%	3%
	0,09	0,09	0,09	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06	0,07	0,06
<i>12 a 14 anos</i>	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	0,13	0,14	0,12	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,12	0,11	0,12	0,08
<i>15 anos ou +</i>	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,07	0,06	0,07	0,05	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06	0,05

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

Em razão das características de localização do domicílio, a clivagem urbano/rural mostra uma tendência bem similar, o índice P1 cai para ambas aproximadamente 10 pontos percentuais, mantendo a pequena vantagem para as pessoas e famílias que moram nas áreas urbanas. Esse diferencial perde muito da sua força em períodos anteriores ao analisado, como

mostra Sônia Rocha, em estudo mais recente (2013a, p.21-2), sobre a evolução da pobreza absoluta vista no longo prazo.

Tabela 24 – Intensidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características do domicílio (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação do domicílio												
<i>Urbana</i>	15%	16%	15%	13%	11%	11%	9%	9%	7%	6%	6%	5%
	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03
<i>Rural</i>	18%	19%	16%	14%	13%	12%	11%	11%	10%	8%	8%	7%
	0,13	0,13	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09
Macrorregião do domicílio												
<i>Norte</i>	19%	19%	15%	13%	12%	12%	10%	11%	10%	8%	9%	7%
	0,15	0,15	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11	0,12	0,11	0,10	0,10	0,09
<i>Nordeste</i>	24%	26%	23%	21%	18%	18%	15%	15%	13%	10%	11%	9%
	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08	0,07
<i>Sudeste</i>	12%	13%	12%	11%	9%	8%	7%	7%	6%	5%	5%	4%
	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05
<i>Sul</i>	6%	7%	6%	5%	5%	4%	3%	3%	3%	2%	3%	2%
	0,08	0,09	0,08	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05
<i>Centro-oeste</i>	16%	17%	14%	14%	11%	11%	9%	9%	6%	5%	6%	4%
	0,13	0,14	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,09	0,10	0,08
Área censitária do domicílio												
<i>Reg. Metrop.</i>	17%	19%	18%	16%	14%	12%	11%	11%	8%	8%	7%	6%
	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06
<i>Mun. Autor.</i>	11%	12%	11%	9%	8%	7%	6%	6%	6%	5%	5%	4%
	0,09	0,09	0,09	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06	0,07	0,06
<i>Mun. Não Aut.</i>	16%	17%	15%	14%	12%	11%	10%	10%	8%	7%	7%	6%
	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

A macrorregião do domicílio já fornece um impacto mais substantivo sobre a intensidade da pobreza absoluta. Os níveis são bem diferentes entre as categorias e a queda do risco global mostra tendências bem diferentes, com a melhora das posições relativas para as regiões que se encontravam em situação de desvantagem no início do período. Norte e Nordeste ainda apresentam os piores níveis em 2014, o Centro-Oeste igualou-se ao Sudeste em termos de intensidade e o Sul manteve sua situação privilegiada em relação aos demais. A área censitária fornece uma aproximação para a noção de tamanho dos municípios. Assim, podemos ver o que ocorre com municípios grandes (região metropolitana), médios (autorrepresentativos) e pequenos (não autorrepresentativos). A vantagem relativa é para as pessoas residentes em municípios médios, ao longo da queda, essa característica perde um pouco sua força. As diferenças entre pessoas morando em municípios grandes e pequenos desaparece.

Observando agora os resultados obtidos com base nas linhas regionalizadas relativas, podemos ver que um quadro um pouco diferente para a intensidade geral e específica da pobreza. A pobreza relativa global cai pouco no período, o que revela uma tendência de estabilidade se tomarmos linhas móveis ao invés de linhas fixas. No total, a intensidade da pobreza relativa pode ser dividida em dois momentos, no início do período (2002 a 2007) o valor para P1 varia entre 13% e 12% das linhas, e no final do período (2008 a 2014) em que o valor gira em torno de 11% e 10%. Os níveis e tendências específicos, no entanto, variam mais, e por isso nos dão informações para a intensidade quando temos “as coisas no seu lugar”, ou seja, quando não há uma queda global do risco de pobreza.

A clivagem por classe mostra um quadro ainda mais favorável para as posições privilegiadas quando olhamos para intensidade. Na análise da incidência, vimos que a pobreza, absoluta ou relativa, atinge essas posições de maneira bem residual, com valores para P0 variando em torno de 1% e 5%. Mesmo essas pessoas, quando acometidas pela situação, estão submetidas a uma experiência muito pouco intensa, vide os valores para o índice P1. Capitalistas e fazendeiros têm valores menores do que 1% em todo o período, e em 2008 uma estimativa não pode ser feita, já que não havia casos classificados como pobres. Autônomos especialistas, gerentes e empregados especialistas em alguns anos têm um valor para P1 em torno de 1%. Os pequenos empregadores oscilam ao longo do período, entre 1% e 2%. Para os controladores de pequenos ativos os resultados são um tanto diferentes em termos de nível e tendência. A posição de autônomos com ativos está sujeita a uma intensidade de pobreza que beira à metade da população, já a de autônomos agrícolas segue de perto a tendência e os níveis gerais. Os trabalhadores não destituídos apresentam níveis relativos melhores na comparação com a população, apresentando grande estabilidade nos valores de P1 ao longo do tempo. Apenas para os supervisores a tendência parece ser um pouco melhor, com uma queda de 3 pontos percentuais quando comparamos os resultados de 2014 com os de 2002.

As posições destituídas apresentam valores do P1 superiores aos da população, com uma pequena exceção para os autônomos precários, que se encontram muito próximos dos resultados gerais. A tendência para as pessoas nessa posição é um pouco melhor, tanto que ao final do período o grau de intensidade da pobreza é o mesmo do global, enquanto no início era um pouco maior. Para quase todas elas, a tendência é mais favorável do que a geral. Exceção para as posições de agrícolas precários, que caem menos, e trabalhadores de subsistência, que têm a mesma queda do que a população. Os trabalhadores excedentes têm a maior queda, mas continuam a apresentar os piores níveis absolutos e relativos em 2014. Logo após temos

empregados domésticos, trabalhadores elementares e autônomos precários com as melhores tendências, respectivamente: -6, -4 e -3 pontos percentuais.

Tabela 25 – Intensidade de pobreza de renda familiar *per capita* por posição de classe (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	0,02	0,09	0,00	0,02	0,04	0,06	0,00	0,03	0,08	0,06	0,04	0,04
Aut. Esp.	1%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%
	0,12	0,06	0,22	0,04	0,05	0,07	0,02	0,05	0,09	0,09	0,12	0,05
Gerente	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,07	0,07	0,05	0,07	0,06	0,06	0,08	0,08	0,09	0,09	0,08	0,06
Emp. Esp.	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	0,04	0,06	0,04	0,06	0,05	0,06	0,03	0,04	0,05	0,04	0,04	0,04
Peq. Emp.	1%	1%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	1%
	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,06	0,10	0,08	0,08	0,08
Aut. Ativ.	6%	6%	6%	7%	5%	6%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
	0,11	0,11	0,11	0,12	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Aut. Agr.	12%	11%	11%	12%	12%	11%	11%	11%	11%	9%	9%	10%
	0,18	0,17	0,17	0,17	0,18	0,18	0,19	0,20	0,20	0,20	0,22	0,23
Emp. Qual.	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	0,09	0,08	0,09	0,10	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,07	0,08	0,08
Supervisor	5%	4%	4%	6%	5%	4%	2%	2%	3%	2%	2%	2%
	0,17	0,20	0,16	0,21	0,18	0,20	0,12	0,14	0,20	0,17	0,17	0,16
Trab. Típ.	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	6%	6%	6%	6%
	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
Trab. Elem.	17%	17%	15%	15%	16%	15%	15%	15%	14%	13%	14%	13%
	0,14	0,14	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,13	0,14	0,14	0,15	0,14
Aut. Prec.	13%	14%	14%	14%	13%	12%	12%	12%	10%	10%	10%	10%
	0,14	0,14	0,15	0,14	0,14	0,13	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13
Emp. Dom.	20%	20%	19%	19%	19%	18%	17%	17%	14%	14%	15%	14%
	0,25	0,26	0,24	0,24	0,23	0,22	0,21	0,20	0,21	0,20	0,22	0,20
Agr. Prec.	17%	18%	18%	18%	18%	16%	15%	17%	16%	16%	14%	16%
	0,27	0,28	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,28	0,29	0,29	0,27	0,30
Trab. Subis.	19%	21%	23%	20%	20%	27%	23%	25%	27%	26%	26%	21%
	0,45	0,44	0,45	0,39	0,36	0,43	0,40	0,40	0,42	0,40	0,37	0,34
Trab. Exd.	49%	51%	49%	49%	46%	45%	44%	46%	45%	43%	47%	40%
	0,32	0,31	0,33	0,32	0,31	0,33	0,35	0,32	0,38	0,38	0,38	0,35
População	12%	13%	12%	12%	12%	12%	11%	11%	11%	10%	11%	10%
	0,04	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
N (mil)	307	306	317	325	324	309	298	305	256	260	255	261

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60% da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

O sexo não revela grandes diferenciais entre as categorias, ambas apresentam níveis e tendências muito similares aos da população, mas com uma pequena desvantagem para as mulheres. Algo esperado, já que o efeito está constrangido pela escolha do vetor de análise pobreza. Os diferenciais por cor ou raça autodeclarada mostram a clara desvantagem de indígenas, mas esses resultados têm um grau de imprecisão considerável, dado o alto erro

padrão. Amarelas aqui também apresentam os melhores resultados, com a mais baixa intensidade dentre os grupos, mas com uma imprecisão também relevante para as estimativas. Pardas e pretas possuem níveis e tendências muito próximas e em clara desvantagem quando as comparamos com pessoas brancas. A tendência as favorece, sendo maior a queda nessas categorias do que para a população. Em relação à idade, os níveis e as tendências apresentam-se de maneira quase ordinal. Quanto mais novos, piores os níveis e maior (um pouco) a queda, quanto mais velhos, melhores os níveis e menor (um pouco) a queda, quando existente. Há uma certa similaridade nos resultados dos grupos com 26 a 35 anos e 36 a 45 anos, ainda assim com certa vantagem para os mais velhos. Para os grupos por anos de estudo, a estabilidade é grande para os com ensino superior completo (15 anos ou mais de estudo), mantendo a sua posição privilegiada em não experienciar quase nenhuma intensidade de pobreza. Resultado muito similar aos das posições de classe privilegiadas. Os grupos intermediários, com anos completos de estudo que vão de oito a 14, têm uma piora na sua posição relativa. A intensidade de pobreza aumenta, embora muito suavemente, para esses grupos. Enquanto para aqueles com quatro a sete anos ela mantém-se no mesmo patamar, e para quem não tem ou tem até três anos de estudo, ele cai um pouco mais do que para a população, -3 pontos percentuais. Esses dois primeiros grupos representam aquelas pessoas que não completaram o ensino fundamental, e elas têm a sua densidade diminuída nesse período. Se tomarmos apenas as pessoas pobres, esses grupos também veem-se diminuídos na composição, enquanto todos os outros aumentam a sua participação. Considerando apenas as pessoas pobres, em 2002 tínhamos uma composição por anos de estudo da seguinte maneira: o primeiro grupo (zero a três) é 55%, o segundo 29% (quatro a sete), o terceiro 10% (oito a dez), o quarto 5% (11), quando os dois últimos (12 a 14 e 15 ou mais), somados, não chegam a 1%. Em 2014, o cenário modifica-se um pouco, temos, respectivamente, a seguinte composição da população relativamente pobre: 43%, 26%, 16%, 12%, 2% e 1%. Isso significa que as pessoas com o menor nível de educação melhoram em 12 pontos percentuais, aqueles com um pouco mais que o ciclo básico e menos do que o fundamental II melhoram em 3%, quem tem ensino fundamental e não tem ensino médio piora em 5 pontos percentuais, quem tem ensino superior incompleto em 2% e casos de quem tenha completado piora em 1 ponto percentual. Isso significa que o risco de pobreza é um pouco redistribuído entre os grupos educacionais.

Tabela 26 – Intensidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características das pessoas (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo da pessoa												
<i>Masculino</i>	12%	12%	12%	11%	11%	11%	11%	11%	10%	10%	10%	10%
	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
<i>Feminino</i>	13%	13%	13%	13%	12%	12%	12%	12%	11%	11%	11%	11%
	0,06	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
Cor ou raça da pessoa												
<i>Indígena</i>	17%	22%	21%	22%	16%	18%	17%	16%	14%	17%	20%	19%
	1,12	1,33	1,36	1,25	0,87	1,06	0,93	1,05	0,70	0,82	0,87	0,80
<i>Branca</i>	10%	10%	9%	9%	9%	9%	8%	8%	8%	8%	8%	8%
	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,05
<i>Preta</i>	16%	17%	16%	15%	15%	15%	13%	14%	13%	13%	13%	12%
	0,21	0,21	0,20	0,18	0,17	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,17	0,14
<i>Amarela</i>	6%	7%	6%	5%	6%	8%	6%	6%	8%	6%	6%	5%
	0,55	0,58	0,55	0,46	0,51	0,56	0,50	0,53	0,54	0,51	0,49	0,49
<i>Parda</i>	15%	16%	15%	15%	14%	14%	14%	14%	13%	13%	13%	12%
	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06
Faixa etária da pessoa												
<i>0 a 25 anos</i>	17%	17%	17%	17%	16%	16%	16%	16%	16%	15%	16%	15%
	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,07	0,08	0,07
<i>26 a 35 anos</i>	11%	12%	11%	11%	11%	11%	10%	10%	10%	9%	10%	9%
	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
<i>36 a 45 anos</i>	9%	10%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	8%
	0,10	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11	0,10	0,10	0,10
<i>46 a 55 anos</i>	7%	7%	7%	6%	6%	7%	6%	7%	7%	7%	7%	6%
	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09
<i>56 a 65 anos</i>	5%	5%	5%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	4%
	0,13	0,12	0,11	0,10	0,10	0,11	0,11	0,10	0,11	0,11	0,11	0,09
<i>66 anos ou +</i>	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	0,08	0,08	0,08	0,07	0,06	0,08	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,06
Grupos por anos de estudo da pessoa												
<i>0 a 3 anos</i>	18%	18%	17%	17%	17%	17%	16%	17%	16%	15%	16%	15%
	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,09	0,09	0,08
<i>4 a 7 anos</i>	12%	13%	12%	13%	12%	13%	12%	13%	12%	12%	13%	12%
	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,09	0,08	0,09	0,10	0,09	0,10	0,09
<i>8 a 10 anos</i>	9%	9%	9%	9%	9%	10%	9%	10%	10%	10%	11%	10%
	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,10
<i>11 anos</i>	4%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	6%	6%	6%	6%
	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,08	0,07	0,08	0,07
<i>12 a 14 anos</i>	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	4%	3%
	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,10	0,11	0,13	0,12	0,13	0,10
<i>15 anos ou +</i>	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,07	0,06	0,07	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,08	0,07	0,07	0,06

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60% da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

O quadro é de estabilidade ao considerarmos as divisões no território, especialmente se considerarmos a clivagem urbano/rural. Em 2014, ainda há uma pequena desvantagem para aquelas pessoas que se situam na área rural. Os diferenciais das regiões mantêm-se ao longo do tempo, pois os níveis caem de forma muito parecida, com uma pequena alteração na posição

para as pessoas que moram no Centro-Oeste do país. Os residentes em grandes municípios têm uma melhora do índice de intensidade um pouco superior ao da população, aqueles em municípios médios apresentam uma melhor igual e quem está em municípios menores estão sujeitos aos mesmos níveis do início do período.

Tabela 27 – Intensidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características dos domicílios (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação do domicílio												
<i>Urbana</i>	12%	13%	12%	12%	11%	11%	11%	11%	11%	10%	11%	10%
	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,05	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05	0,04
<i>Rural</i>	13%	13%	12%	12%	13%	13%	13%	13%	13%	12%	13%	12%
	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,12	0,11	0,12	0,11
Macrorregião do domicílio												
<i>Norte</i>	13%	13%	12%	12%	12%	12%	11%	12%	13%	11%	12%	11%
	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,10
<i>Nordeste</i>	13%	14%	13%	13%	13%	13%	12%	13%	13%	11%	12%	11%
	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08
<i>Sudeste</i>	12%	12%	12%	12%	11%	11%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
<i>Sul</i>	12%	12%	11%	12%	11%	11%	10%	10%	10%	9%	10%	9%
	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09
<i>Centro-oeste</i>	13%	13%	12%	12%	11%	11%	11%	11%	10%	10%	10%	9%
	0,12	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,12	0,11
Área censitária do domicílio												
<i>Reg. Metrop.</i>	13%	14%	13%	13%	12%	12%	11%	11%	10%	10%	10%	10%
	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
<i>Mun. Autor.</i>	10%	10%	10%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	8%
	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07
<i>Mun. Não Aut.</i>	13%	13%	13%	13%	13%	13%	12%	12%	13%	12%	12%	12%
	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60% da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

SEVERIDADE DA POBREZA

O índice P2 da classe FGT é muito útil para análise da pobreza, por mais que sua interpretação não seja tão fácil quanto a dos índices P0 e P1. Essa medida oferece um diagnóstico de aversão à pobreza. Por ser uma forma exponenciada das insuficiências de renda, fica difícil apresentá-la em percentuais – P0 é proporção de pobres, calculada entre 0 e 1, mas podemos expressá-la em percentuais da população, quando P1 é a distância média padronizada das rendas em relação às linhas de pobreza, também calculada com os limites 0 e 1, porém essa

distância pode também ser apresentada em termos percentuais das linhas de pobreza. No entanto, podemos utilizar uma escala que varia de 0 a 100, multiplicando a medida que varia entre 0 e 1 por 100, mantendo a mesma interpretação dos limites da escala de P1, quais sejam, o 0 significa que ninguém tem renda menor do que o valor das linhas de pobreza e o 100 que todos os pobres não têm renda.

Os valores sempre serão menores do que o que encontramos em P1, pois o que a medida traz é um foco maior sobre as grandes distâncias das linhas de pobreza. O importante é saber que quanto maior o valor, maior o grau de severidade da pobreza na população, ou no subgrupo específico. Os resultados para a população revelam a mesma tendência para a severidade que encontramos para intensidade e incidência de pobreza absoluta, com os valores caindo consistentemente ao longo do período. Ao final, em 2014, temos aproximadamente uma severidade global que não chega a um terço do encontrado no início, em 2002 ou 2004.

Uma das características do índice P2 da classe FGT é dar foco aos severamente pobres, e isso faz com que as posições privilegiadas praticamente desapareçam na distribuição dos valores calculados. Os pequenos empregadores ainda ficam com 1 ponto até 2008, após esse período, a medida não chega a 1 quando arredondamos as casas decimais. Controladores de pequenos ativos apresentam forte tendência de queda, chegando em 2014 com valores apenas residuais de severidade, 1 ponto para os autônomos com ativos e 2 para os autônomos agrícolas. Trabalhadores não destituídos chegam também a quase desaparecer com a queda da severidade global. Supervisores já em 2008, empregados qualificados em 2011. Trabalhadores típicos passam a ter níveis residuais de severidade. Ao estressar os hiatos médios padronizados, a medida P2 deixa aparecer mesmo os valores das posições destituídas. Essas, sim, sofrem em maior grau com a severidade da pobreza, pois as rendas, em geral, estão mais distantes das linhas de pobreza.

A queda global favorece todas as posições, mas em graus diferentes. Trabalhadores elementares, autônomos precários e empregados domésticos têm uma tendência de queda bem favorável, especialmente em termos relativos, pois essas posições estavam um pouco acima do nível de severidade da população nos primeiros anos, ao final, estão no mesmo ou um pouco abaixo. Os agrícolas precários também estão nessa situação, mas se encontram 1 ponto ainda acima do nível de severidade da população. A posição de trabalhadores de subsistência é a que menos se beneficia da queda da severidade global, apresenta a pior tendência, e ao final piora sua situação relativa dentre os destituídos. A maior queda é para os trabalhadores excedentes, -

20 pontos, no entanto essa posição é a que apresenta o maior nível de severidade ao longo de todo o período, e sempre superior ao da população como um todo.

Tabela 28 – Severidade de pobreza de renda familiar *per capita* por posição de classe (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0 0,00	0 0,04	0 0,00	0 0,02	0 0,01	0 0,03	0 0,00	0 0,01	0 0,01	0 0,00	0 0,00	0 0,00
Aut. Esp.	0 0,08	0 0,05	1 0,19	0 0,02	0 0,02	0 0,05	0 0,01	0 0,02	0 0,03	0 0,07	0 0,06	0 0,01
Gerente	1 0,05	1 0,05	0 0,03	0 0,04	0 0,03	0 0,02	0 0,03	0 0,02	0 0,03	0 0,02	0 0,02	0 0,01
Emp. Esp.	0 0,02	0 0,04	0 0,02	0 0,04	0 0,02	0 0,03	0 0,01	0 0,01	0 0,03	0 0,02	0 0,01	0 0,01
Peq. Emp.	1 0,04	1 0,05	1 0,05	1 0,04	1 0,03	1 0,04	1 0,04	0 0,02	0 0,05	0 0,04	0 0,04	0 0,02
Aut. Ativ.	4 0,08	5 0,09	4 0,08	4 0,08	2 0,06	3 0,07	2 0,05	2 0,06	1 0,05	1 0,04	1 0,04	1 0,04
Aut. Agr.	9 0,15	9 0,15	7 0,12	7 0,13	6 0,12	5 0,11	5 0,11	4 0,11	3 0,10	2 0,09	2 0,09	2 0,09
Emp. Qual.	1 0,06	1 0,06	1 0,06	1 0,06	1 0,03	1 0,04	1 0,04	1 0,04	0 0,03	0 0,02	0 0,02	0 0,02
Supervisor	3 0,11	3 0,12	2 0,08	2 0,12	2 0,08	1 0,10	0 0,02	0 0,05	0 0,04	0 0,04	0 0,03	0 0,04
Trab. Típ.	4 0,04	5 0,04	4 0,04	3 0,03	3 0,03	2 0,03	2 0,03	2 0,02	1 0,02	1 0,02	1 0,02	1 0,01
Trab. Elem.	12 0,10	13 0,11	10 0,09	9 0,08	7 0,08	6 0,08	5 0,07	5 0,07	3 0,06	2 0,05	2 0,05	2 0,05
Aut. Prec.	10 0,11	11 0,11	11 0,11	9 0,10	7 0,09	6 0,09	5 0,08	5 0,08	3 0,06	2 0,05	3 0,06	2 0,05
Emp. Dom.	14 0,20	15 0,20	13 0,18	11 0,17	10 0,15	9 0,14	7 0,13	7 0,11	4 0,10	3 0,09	4 0,10	3 0,08
Agr. Prec.	17 0,25	19 0,26	16 0,24	15 0,23	13 0,22	10 0,20	8 0,19	9 0,19	6 0,16	5 0,17	4 0,14	4 0,15
Trab. Subis.	16 0,43	18 0,42	20 0,43	16 0,36	15 0,33	22 0,40	18 0,35	18 0,35	19 0,34	15 0,31	15 0,29	10 0,24
Trab. Exd.	44 0,32	46 0,31	44 0,33	41 0,32	37 0,31	36 0,33	34 0,34	34 0,32	32 0,38	29 0,39	32 0,39	23 0,33
População	10 0,04	11 0,04	9 0,04	8 0,03	7 0,03	7 0,03	6 0,03	6 0,03	5 0,03	4 0,03	4 0,03	3 0,03
N (mil)	306	305	317	325	324	309	298	305	256	260	255	261

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

Em relação as características das pessoas, o sexo mostra uma tendência praticamente igual ao da população e temos níveis um pouco piores para as mulheres. Pardas e pretas têm uma queda um pouco maior do que a da população, o que melhora a sua posição relativa em termos de severidade da pobreza absoluta. Brancas e amarelas têm uma tendência um pouco pior, mas mantêm sua situação mais favorável ao longo do período. A melhora mais favorável

é dada para indígenas, mas a distância em relação a outras categorias e população continua grande. Esses valores são também os mais imprecisos, vide o erro padrão.

Tabela 29 – Severidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características das pessoas (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo da pessoa												
<i>Masculino</i>	9 0,05	10 0,06	9 0,05	8 0,05	7 0,04	6 0,05	5 0,04	5 0,04	5 0,04	4 0,04	4 0,04	3 0,03
<i>Feminino</i>	10 0,06	11 0,06	10 0,05	9 0,05	7 0,05	7 0,05	6 0,05	6 0,05	5 0,05	4 0,04	5 0,05	4 0,04
Cor ou raça da pessoa												
<i>Indígena</i>	15 1,03	18 1,26	18 1,31	15 1,14	10 0,69	13 0,97	10 0,74	9 0,89	7 0,53	7 0,63	10 0,61	8 0,56
<i>Branca</i>	6 0,05	7 0,05	6 0,05	5 0,04	5 0,04	4 0,04	4 0,04	4 0,04	3 0,04	3 0,04	3 0,04	2 0,03
<i>Preta</i>	12 0,18	15 0,19	12 0,17	10 0,15	9 0,14	9 0,14	7 0,13	7 0,13	6 0,12	5 0,12	6 0,12	4 0,09
<i>Amarela</i>	5 0,50	6 0,53	5 0,50	4 0,41	4 0,43	5 0,48	4 0,44	3 0,44	4 0,41	3 0,38	2 0,33	2 0,32
<i>Parda</i>	13 0,07	14 0,07	12 0,06	11 0,06	9 0,05	9 0,06	8 0,05	8 0,05	6 0,05	5 0,05	6 0,05	4 0,04
Faixa etária da pessoa												
<i>0 a 25 anos</i>	13 0,06	15 0,07	13 0,06	12 0,06	10 0,06	10 0,06	8 0,05	8 0,06	7 0,06	6 0,05	7 0,06	5 0,05
<i>26 a 35 anos</i>	9 0,09	10 0,10	8 0,09	7 0,08	6 0,08	6 0,08	5 0,07	5 0,07	4 0,07	4 0,07	4 0,07	3 0,06
<i>36 a 45 anos</i>	7 0,09	8 0,09	6 0,08	6 0,08	5 0,07	5 0,07	4 0,07	4 0,07	4 0,07	3 0,07	3 0,07	2 0,06
<i>46 a 55 anos</i>	5 0,09	6 0,09	5 0,09	4 0,08	4 0,07	4 0,08	3 0,07	3 0,07	3 0,08	3 0,08	3 0,08	2 0,06
<i>56 a 65 anos</i>	4 0,11	4 0,10	3 0,09	3 0,08	2 0,08	3 0,09	3 0,09	2 0,08	2 0,09	2 0,08	2 0,09	1 0,06
<i>66 anos ou +</i>	2 0,06	2 0,06	1 0,06	1 0,04	1 0,04	1 0,06	1 0,05	1 0,05	1 0,06	1 0,06	1 0,06	0 0,03
Grupos por anos de estudo da pessoa												
<i>0 a 3 anos</i>	14 0,07	16 0,07	14 0,07	12 0,07	11 0,06	10 0,07	9 0,06	9 0,06	7 0,06	6 0,06	7 0,06	5 0,05
<i>4 a 7 anos</i>	9 0,07	10 0,08	9 0,07	8 0,07	7 0,06	7 0,07	6 0,06	6 0,06	5 0,07	4 0,06	5 0,07	4 0,06
<i>8 a 10 anos</i>	7 0,10	7 0,10	7 0,09	6 0,09	5 0,08	5 0,08	5 0,08	5 0,08	4 0,08	4 0,08	4 0,08	3 0,07
<i>11 anos</i>	3 0,08	4 0,08	4 0,07	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	2 0,05	3 0,06	2 0,05
<i>12 a 14 anos</i>	1 0,11	2 0,13	1 0,11	1 0,10	1 0,10	1 0,10	1 0,08	1 0,09	2 0,12	2 0,11	2 0,11	1 0,07
<i>15 anos ou +</i>	1 0,06	0 0,06	1 0,07	0 0,05	0 0,05	1 0,06	1 0,06	1 0,06	1 0,07	1 0,06	1 0,06	1 0,05

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

Assim como para os outros índices, ao considerarmos a faixa etária, os níveis são crescentes e a melhora é decrescente, o que acaba por melhorar a posição relativa dos mais jovens em relação aos mais velhos. A queda global favorece assim uma diminuição na desigualdade da distribuição de severidade de pobreza absoluta. O mesmo acontece quando separamos os resultados por anos de estudo, em menor grau. Quem tem menos escolaridade acaba por se favorecer mais da queda geral da severidade de pobreza absoluta. Quem não tem, ou tem apenas o ciclo básico de educação, diminui em 9 pontos o grau de severidade da pobreza, quem tem mais educação, mas não tem ainda o ensino fundamental completo, diminui 5 pontos, quem tem ensino fundamental, mas não tem ensino médio, diminui 3 pontos e quem tem ensino médio, mas não tem ensino superior, diminuiu 1 ponto, quem tem curso superior, incompleto ou completo, não obtém melhoras no período. Apesar das distâncias entre os grupos ter diminuído, o desnível mantém-se, favorecendo quem tem mais escolaridade.

Tabela 30 – Severidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características dos domicílios (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação do domicílio												
<i>Urbana</i>	9	10	9	8	7	7	5	5	5	4	4	3
	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
<i>Rural</i>	11	12	10	9	8	8	7	7	6	5	5	4
	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	0,09	0,08	0,08	0,07
Macrorregião do domicílio												
<i>Norte</i>	12	12	9	8	8	8	6	7	6	5	6	4
	0,13	0,13	0,11	0,10	0,10	0,11	0,09	0,10	0,09	0,08	0,09	0,07
<i>Nordeste</i>	15	17	15	13	11	11	9	9	8	6	7	5
	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06	0,07	0,05
<i>Sudeste</i>	8	8	7	6	5	5	4	4	4	3	4	3
	0,06	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04
<i>Sul</i>	4	4	4	3	3	3	2	2	2	2	2	1
	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05
<i>Centro-oeste</i>	10	10	9	8	7	6	6	5	4	3	4	2
	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	0,07	0,08	0,06
Área censitária do domicílio												
<i>Reg. Metrop.</i>	11	12	11	10	8	8	7	6	5	5	5	3
	0,07	0,08	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,04
<i>Mun. Autor.</i>	7	8	7	6	5	5	4	4	4	3	4	3
	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,05
<i>Mun. Não Aut.</i>	10	11	9	8	7	7	6	6	5	4	5	4
	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas absolutas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha e disponibilizadas pelo IETS; erro padrão em baixo do coeficiente.

A severidade da pobreza absoluta cai de forma semelhante para as pessoas residentes nas áreas urbanas e rurais, o pequeno desnível entre elas é mantido. Já para as divisões por macrorregiões a queda é diferente e aproxima os graus de severidade de pobreza. A maior queda é para o Nordeste, seguido do Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em relação ao tamanho dos municípios, as pessoas residentes nas regiões metropolitanas obtêm a melhor tendência, e as diferenças entre essas, municípios médios e pequenos praticamente desaparece.

Quando tomamos a pobreza relativa, o quadro da severidade é muito mais estável, assim como para os demais índices da família FGT. Na população vemos uma pequena diminuição de 8 para 6 pontos na comparação temporal. Nessa situação, quem tem uma tendência mais favorável pode alterar a sua posição relativa na distribuição dos riscos de severidade da pobreza. Para os privilegiados a situação é muito favorável, apenas os pequenos empregadores apresentam valores que chegam a 1 em vários dos anos selecionados, temos o autônomo especialista em 2004, mas é algo muito pontual. Os controladores de pequenos ativos apresentam uma leve queda, próxima à da população, em que temos os autônomos com ativos com resultados mais favoráveis aos globais, e os autônomos agrícolas com uma vantagem um pouco menor ao longo do período. Os trabalhadores não destituídos apresentam uma situação mais favorável ainda. Os níveis de pobreza são bem menores do que os dos controladores de pequenos ativos e os da população. A tendência de queda é um pouco mais baixa, -1, quando chega a isso. Dentre os destituídos, podemos dizer que a situação menos desfavorável é para os trabalhadores elementares e autônomos precários, pois apresentam níveis e tendências muito próximos aos da população, os primeiros têm valores quase idênticos ao longo do período. Empregados domésticos estão numa situação um pouco pior, mas a tendência é melhor, assim, a desvantagem em relação à população é menor ao final do período. Agricultores precários têm níveis de severidade muito parecidos com os dos empregados domésticos, mas a tendência ao longo do tempo não é tão boa para eles, assim, acabam numa situação um pouco pior em 2014 quando os comparamos com outros destituídos e com a população. Mas, isso não chega à tendência desfavorável dos trabalhadores de subsistência, a queda é nula no período, os valores de severidade mantêm-se e, por isso, a sua posição relativa é pior em 2014 do que em 2002 ou 2004. Os trabalhadores excedentes têm a melhor evolução, com uma queda bem mais acentuada do que todas as outras posições e a população, mas isso ocorre para a categoria ainda com os piores níveis, bem superiores aos outros em todo o período.

Tabela 31 – Severidade de pobreza de renda familiar *per capita* por posição de classe (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0 0,01	0 0,05	0 0,00	0 0,00	0 0,01	0 0,03	0 0,00	0 0,01	0 0,03	0 0,02	0 0,01	0 0,02
Aut. Esp.	0 0,06	0 0,02	1 0,17	0 0,01	0 0,02	0 0,04	0 0,00	0 0,02	0 0,04	0 0,07	0 0,08	0 0,03
Gerente	0 0,04	0 0,04	0 0,02	0 0,03	0 0,03	0 0,03	0 0,04	0 0,04	0 0,04	0 0,04	0 0,04	0 0,02
Emp. Esp.	0 0,02	0 0,03	0 0,01	0 0,03	0 0,03	0 0,03	0 0,01	0 0,02	0 0,04	0 0,02	0 0,02	0 0,02
Peq. Emp.	1 0,03	1 0,04	1 0,05	1 0,03	1 0,04	1 0,04	1 0,04	0 0,03	1 0,06	1 0,05	0 0,05	1 0,04
Aut. Ativ.	3 0,07	3 0,07	3 0,06	3 0,08	2 0,06	3 0,07	2 0,06	3 0,07	2 0,06	2 0,06	2 0,07	2 0,06
Aut. Agr.	7 0,12	6 0,12	6 0,11	6 0,12	6 0,12	6 0,12	6 0,13	5 0,12	6 0,13	4 0,13	5 0,14	5 0,15
Emp. Qual.	1 0,05	1 0,05	1 0,05	1 0,06	1 0,04	1 0,05	1 0,04	1 0,04	1 0,04	1 0,04	1 0,04	1 0,04
Supervisor	2 0,09	2 0,11	1 0,08	3 0,12	2 0,09	2 0,11	1 0,05	1 0,06	1 0,10	1 0,09	1 0,07	1 0,08
Trab. Típ.	3 0,03	3 0,03	3 0,03	3 0,03	3 0,03	3 0,03	3 0,03	3 0,03	2 0,03	2 0,03	2 0,03	2 0,03
Trab. Elem.	8 0,09	8 0,09	7 0,08	7 0,08	7 0,08	7 0,08	7 0,08	7 0,08	6 0,08	6 0,08	6 0,09	6 0,08
Aut. Prec.	7 0,09	7 0,09	8 0,10	8 0,10	7 0,09	6 0,09	6 0,09	6 0,09	5 0,08	5 0,08	5 0,09	5 0,08
Emp. Dom.	11 0,18	11 0,18	10 0,17	10 0,17	10 0,15	9 0,15	9 0,14	9 0,13	7 0,13	7 0,13	8 0,15	7 0,13
Agr. Prec.	10 0,19	10 0,20	10 0,20	10 0,19	10 0,18	8 0,18	8 0,18	9 0,19	8 0,18	8 0,20	7 0,18	9 0,20
Trab. Subis.	14 0,41	16 0,39	18 0,41	15 0,35	14 0,32	21 0,39	18 0,35	19 0,35	20 0,35	18 0,33	18 0,31	14 0,27
Trab. Exd.	41 0,32	43 0,31	41 0,34	40 0,32	37 0,31	37 0,32	35 0,34	36 0,32	36 0,38	34 0,38	37 0,38	30 0,33
População	8 0,04	8 0,04	7 0,03	7 0,03	7 0,03	7 0,03	7 0,03	7 0,03	7 0,03	6 0,03	7 0,03	6 0,03
N (mil)	307	306	317	325	324	309	298	305	256	260	255	261

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60 da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

Pessoas do sexo feminino apresentam um nível de severidade um pouco pior do que o das pessoas do sexo masculino, a tendência é a mesma para ambas e para a população. Indígenas pioram de situação na comparação entre 2002 e 2014, melhoram se compararmos 2004 e 2014. Essa última é a comparação melhor, já que boa parte das pessoas com essa característica estão na região Norte rural. Dada a imprecisão da medida para esse grupo, o melhor é entender que a situação manteve mantêm-se estável, o que não é bom, já que a posição relativa para esse grupo é a pior. Pretas e pardas, grupos que também estão em desvantagem, têm uma tendência um pouco mais favorável, o que as leva a melhorar um pouco a sua posição relativa. Brancas e amarelas mantêm a sua situação privilegiada.

Tabela 32 – Severidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características das pessoas (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo da pessoa												
<i>Masculino</i>	7 0,05	8 0,05	7 0,05	7 0,05	7 0,04	7 0,05	6 0,04	6 0,04	6 0,05	6 0,04	6 0,05	5 0,04
<i>Feminino</i>	8 0,05	9 0,05	8 0,05	8 0,05	7 0,05	8 0,05	7 0,05	7 0,05	7 0,05	6 0,05	7 0,05	6 0,04
Cor ou raça da pessoa												
<i>Indígena</i>	11 0,94	14 1,23	15 1,30	15 1,15	10 0,71	13 0,97	11 0,77	10 0,90	9 0,57	10 0,67	14 0,71	13 0,64
<i>Branca</i>	6 0,05	6 0,05	6 0,04	6 0,04	5 0,04	5 0,04	5 0,04	5 0,04	5 0,05	4 0,04	5 0,05	4 0,04
<i>Preta</i>	10 0,17	11 0,18	10 0,16	9 0,15	9 0,14	9 0,14	8 0,13	8 0,13	8 0,13	8 0,13	8 0,13	7 0,11
<i>Amarela</i>	4 0,46	4 0,50	4 0,47	3 0,40	4 0,43	5 0,48	4 0,44	4 0,45	5 0,43	4 0,41	3 0,38	3 0,37
<i>Parda</i>	10 0,06	10 0,06	9 0,06	9 0,06	9 0,05	9 0,06	8 0,05	8 0,05	8 0,05	7 0,05	8 0,05	7 0,05
Faixa etária da pessoa												
<i>0 a 25 anos</i>	11 0,06	11 0,06	11 0,06	10 0,06	10 0,06	10 0,06	9 0,06	10 0,06	9 0,06	9 0,06	10 0,06	9 0,06
<i>26 a 35 anos</i>	7 0,09	8 0,09	7 0,08	7 0,08	6 0,08	7 0,08	6 0,08	6 0,08	6 0,08	5 0,08	6 0,08	5 0,07
<i>36 a 45 anos</i>	6 0,08	6 0,09	5 0,08	5 0,08	5 0,07	5 0,08	5 0,07	5 0,07	5 0,08	5 0,08	5 0,08	4 0,07
<i>46 a 55 anos</i>	4 0,09	4 0,09	4 0,08	4 0,07	4 0,07	4 0,08	4 0,07	4 0,08	4 0,08	4 0,08	4 0,08	3 0,07
<i>56 a 65 anos</i>	3 0,10	3 0,09	3 0,08	2 0,08	3 0,08	3 0,09	3 0,09	3 0,08	3 0,09	3 0,09	3 0,09	2 0,07
<i>66 anos ou +</i>	1 0,06	1 0,05	1 0,05	1 0,04	1 0,04	1 0,06	1 0,05	1 0,05	1 0,07	1 0,06	1 0,06	1 0,04
Grupos por anos de estudo da pessoa												
<i>0 a 3 anos</i>	11 0,06	12 0,07	11 0,07	11 0,06	10 0,06	11 0,07	10 0,06	10 0,07	10 0,07	9 0,07	10 0,07	8 0,06
<i>4 a 7 anos</i>	7 0,07	8 0,07	7 0,07	7 0,06	7 0,06	8 0,07	7 0,06	7 0,07	7 0,07	7 0,07	8 0,08	7 0,07
<i>8 a 10 anos</i>	6 0,09	6 0,09	6 0,09	6 0,08	6 0,08	6 0,08	6 0,08	6 0,08	6 0,09	6 0,08	6 0,09	6 0,08
<i>11 anos</i>	3 0,07	3 0,07	3 0,07	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	3 0,06	4 0,06	3 0,06
<i>12 a 14 anos</i>	1 0,11	2 0,12	1 0,10	1 0,11	1 0,10	2 0,10	1 0,09	2 0,10	2 0,12	2 0,11	2 0,11	2 0,08
<i>15 anos ou +</i>	0 0,06	0 0,05	1 0,07	0 0,05	1 0,05	1 0,07	1 0,06	1 0,06	1 0,07	1 0,06	1 0,06	1 0,05

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60 da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

A análise dos resultados para os grupos de idade revela aqui também uma melhora nos desníveis entre as categorias, bem menores quando comparada à tendência ao falarmos da pobreza absoluta, mas ainda assim relevantes. Mais jovens encontram-se em uma posição um

pouco melhor em relação ao grupo dos mais velhos em 2014. No caso dos grupos por anos de estudo, os patamares mantêm-se praticamente os mesmos ao longo do período. Apenas os menos escolarizados obtêm uma melhora um pouco superior à da população, diminuindo em 3 pontos o índice de severidade. Os demais grupos por anos de estudo apenas oscilam em seus resultados, mantendo a vantagem daqueles com pelo menos o ensino médio para com aqueles que não finalizaram a educação básica.

Tabela 33 – Severidade de pobreza de renda familiar *per capita* por características dos domicílios (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação do domicílio												
<i>Urbana</i>	8 0,04	8 0,04	7 0,04	7 0,04	7 0,04	7 0,04	6 0,03	6 0,03	6 0,04	6 0,03	6 0,04	5 0,03
<i>Rural</i>	8 0,09	8 0,09	8 0,09	8 0,08	8 0,08	8 0,09	8 0,09	8 0,09	8 0,09	7 0,09	8 0,09	7 0,08
Macrorregião do domicílio												
<i>Norte</i>	8 0,11	9 0,12	8 0,10	7 0,10	7 0,10	8 0,11	7 0,10	8 0,10	8 0,09	7 0,09	8 0,09	6 0,08
<i>Nordeste</i>	8 0,07	9 0,07	8 0,07	9 0,07	8 0,06	9 0,07	8 0,06	8 0,06	8 0,07	7 0,06	8 0,07	7 0,06
<i>Sudeste</i>	7 0,06	8 0,06	7 0,06	7 0,06	6 0,06	6 0,06	6 0,05	6 0,05	6 0,06	6 0,06	6 0,06	5 0,05
<i>Sul</i>	7 0,08	7 0,08	7 0,08	7 0,08	6 0,08	6 0,08	6 0,07	6 0,07	6 0,08	5 0,07	6 0,08	5 0,07
<i>Centro-oeste</i>	8 0,10	8 0,10	7 0,09	7 0,09	7 0,09	7 0,09	7 0,09	7 0,09	6 0,09	6 0,08	6 0,09	5 0,08
Área censitária do domicílio												
<i>Reg. Metrop.</i>	9 0,07	9 0,07	8 0,07	8 0,06	7 0,06	7 0,06	7 0,06	7 0,06	6 0,06	6 0,06	6 0,06	5 0,05
<i>Mun. Autor.</i>	6 0,07	6 0,07	6 0,07	6 0,06	5 0,06	5 0,06	5 0,06	5 0,06	5 0,06	5 0,06	6 0,07	5 0,06
<i>Mun. Não Aut.</i>	8 0,05	8 0,05	8 0,05	8 0,05	7 0,05	8 0,05	7 0,05	7 0,05	7 0,05	7 0,05	7 0,05	7 0,05

Fonte: tabela construída com o módulo de Pobreza e Desigualdade do ADePT usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas regionalizadas calculadas a 60 da mediana da renda familiar per capita de acordo com os estratos definidos por Sônia Rocha; erro padrão em baixo do coeficiente.

Quando consideramos o critério relativo as tendências e os níveis são um pouco diferentes para as variáveis relacionadas à localização do domicílio das pessoas. No caso da clivagem urbano/rural, a queda da severidade, mesmo que pequena, dá-se com vantagem para a área urbana. Em relação às macrorregiões, em termos de severidade da pobreza relativa, a região Nordeste é quem menos cai, apenas 1 ponto, enquanto Norte, Sudeste e Sul caem o mesmo tanto da população e Centro-Oeste cai 3 pontos. No entanto, os níveis são muito próximos entre as regiões, essas diferenças revelam uma grande proximidade entre a

experiência das pessoas vivendo nas diferentes regiões. Para a *proxy* de tamanho do município, vemos que a queda é maior para os grandes municípios, que se igualam aos resultados dos médios no final do período, mantendo diferença para com os menores.

EFEITOS MÉDIOS SOBRE AS PROBABILIDADES DE POBREZA

Até aqui, estimamos a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza por clivagens importantes. Os índices da classe FGT podem, em alguma medida, refletir o grau dos riscos absolutos de pobreza enfrentados pelas diferentes posições de classe e pelos demais grupos sociais. Agora, precisamos avaliar os efeitos das clivagens de classe sobre a propensão à pobreza absoluta e relativa recorrendo a modelos um pouco mais sofisticados. Para tanto, estimamos regressões logísticas e tomamos os efeitos médios sobre as probabilidades de ser pobre como síntese do impacto de classe. Preferimos essas saídas aos *logits*, probabilidades ou chances relativas por sua comparabilidade ao longo do tempo e por sua interpretação mais intuitiva. A categoria que escolhemos para a base de comparação é a de trabalhadores típicos. Tomamos essa decisão em razão da alta densidade demográfica e representatividade desse grupo, assim não teremos problemas com a ausência ou a pequena quantidade de casos nos grupos pobre e não pobre, e por sua representatividade, anteriormente neste trabalho os resultados revelaram certa proximidade entre as pessoas localizadas nessa posição e a população geral.

Nos modelos estimados, inserimos como variáveis de controle as características das pessoas: sexo, cor e idade. Com a ajuda do modelo desenvolvido por Karlson, Breen e Holm (2011) foi possível estimar os efeitos parciais médios sobre as probabilidades mantendo a escala gerada pela regressão logística constante. A correção proposta por esses autores é importante, pois assim a escala de resposta dos modelos com os controles pelas características das pessoas é a mesma do modelo completo, no qual inserimos o controle extra por educação. Além disso, a partir do programa desenvolvido por eles é possível extrair o percentual do efeito “confundido” de classe e educação, o que nos ajuda a endereçar o problema de endogenia entre classe e educação. Não incluímos nesses modelos as variáveis de características de localização do domicílio (macrorregião, área censitária ou situação), pois as mesmas já são utilizadas na construção das linhas regionalizadas de pobreza. Dessa forma, incluí-las aqui implicaria em

uma sobreposição de controles. Os sinais indicam a direção do efeito e os valores podem ser interpretados como a magnitude.

Em 2002, a probabilidade média de pobreza absoluta para uma pessoa em uma família em que a pessoa de referência está na posição de trabalhador típico é 0,280. Para alguém em uma família na qual a pessoa de referência é capitalista ou fazendeiro, a probabilidade diminui de 0,280 para 0,002, uma mudança discreta de -0,287 (com $p < 0,001$), essa mudança é de -0,278 se considerarmos o controle (extra) por educação. Para pessoas nessa posição de classe não foi possível calcular os efeitos nos anos 2004, 2008 e 2013, pois não há casos classificados como pobres. Essa vantagem sobe de 2002 para 2003, ano em que estimamos a maior probabilidade média para a posição (0,017), e depois cai gradualmente, chegando a aproximadamente -0,08 ao final do período (com uma probabilidade média praticamente igual à do início do período 0,002). A tendência é a mesma para todas as posições privilegiadas, os níveis dos efeitos médios mudam um pouco, mas já em 2011 se homogeneízam, e as vantagens médias em relação aos trabalhadores típicos passam a diferir muito pouco as pessoas dentro desse agrupamento de classes. As probabilidades médias para as pessoas nessas posições privilegiadas não ultrapassam 0,09 no período, o maior valor é para pessoas em que a pessoa de referência é gerente ou pequeno empregador em 2002: 0,089. Em 2014, os valores não ultrapassam 0,018 (pequeno empregador), sendo que a maior queda absoluta nas probabilidades médias é para pessoas em famílias de gerentes -0,077, já a maior queda relativa é para aquelas de famílias de especialistas autônomos, cujo valor em 2014 é menor em 95% do que valor em 2002.

Para os controladores de pequenos ativos, a vantagem do autônomo com ativos e a desvantagem do autônomo agrícola diminuem consideravelmente ao longo do tempo. Para o primeiro, a vantagem cai de -0,043 para -0,002, deixando inclusive de ser estatisticamente significativa em 2014 ($p > 0,05$), enquanto para o segundo o segundo a desvantagem cai de 0,109 para 0,060, permanecendo significativa em 2014. Já em 2011 as probabilidades médias das posições de autônomo com ativos e trabalhadores típicos não diferem tanto. Os autônomos agrícolas são os que permanecem com um grau um pouco maior de risco médio de pobreza absoluta em relação aos trabalhadores típicos. O risco médio de pobreza absoluta para as pessoas em famílias de empregados qualificados e supervisores também se aproximam bem daquele de pessoas em famílias de trabalhadores típicos, mas mantém a sua proteção relativa. Já em 2008 não há mais diferenças entre supervisores e empregados qualificados, as pessoas nessas posições estão numa mesma distância do risco dos trabalhadores típicos e apresentam

probabilidades médias de estar em situação de pobreza absoluta praticamente iguais, aproximadamente 0,05 em 2008 e 0,02 em 2014.

Todas as pessoas em famílias com posições de classe no agregado dos destituídos estão em desvantagem em relação aos trabalhadores típicos. Em um cenário de queda do risco, quem se mantém ou tem as suas probabilidades médias com menor diminuição do que a categoria de referência acaba em uma situação relativa ainda pior. Pessoas em famílias de trabalhadores elementares, autônomos precários, empregados domésticos e agrícolas precários diminuem a sua desvantagem em relação aos trabalhadores típicos. A melhor tendência é para as primeiras, mais de dois terços na comparação 2014-2002, seguido pelos domésticos com uma queda da discrepância relativa ($(2014-2002)/2002$) de 50%, e as outras duas apresentam diminuição em torno de um terço em relação ao início do período. Os casos que fogem ao padrão encontrado nas tendências de quase todas as posições são os das pessoas em famílias de trabalhadores de subsistência e excedentes. O primeiro grupo de pessoas aumenta a sua desvantagem relativa no período, com um efeito negativo maior em 0,104 (aumento relativo da desvantagem de quase 70%). O segundo tem uma melhora bem ao final do período (de 2013 para 2014), mas é tão pequena que pode ser considerada como estabilidade da desvantagem em relação aos trabalhadores típicos. As probabilidades médias que caem mais do que as dos trabalhadores típicos no período vão de 0,406 (autônomo precário) a 0,548 (agrícola precário) em 2002 em 2014 ficam entre 0,156 (trabalhador elementar) e 0,258 (agrícola precário). Valores ainda superiores ao encontrado para a população como um todo (0,130) indicam como a ausência de controle de ativos produtivos é pernicioso mesmo em um ambiente de “baixo” risco de pobreza. Para os trabalhadores de subsistência a probabilidade média cai de 0,433 para 0,335 (-0,098), já a de trabalhadores excedentes cai de 0,712 para 0,466, queda um pouco maior do que a dos típicos, mas isso só ocorre pela queda de 2013 para 2014.

Em geral, podemos dizer que as vantagens (desvantagens) dadas pelo controle (não controle) de ativos perderam um pouco da sua relevância na medida em que o risco absoluto de ser pobre caiu. No entanto, o que cabe ressaltar é a estabilidade da estrutura de efeitos – mesmo com a diminuição do risco, capital, autoridade e qualificação – protegem, mesmo que pouco, as pessoas da situação de pobreza absoluta. As diferenças entre os modelos com e sem o controle (extra) por educação só são relevantes mesmo para as posições de especialistas autônomos, gerentes e empregados especialistas. Para as demais, as diferenças são muito pequenas.

Tabela 34 – Efeitos parciais médios sobre a probabilidade de ser pobre em renda familiar *per capita* (linhas regionalizadas absolutas) – Brasil – 2002 a 2014

Classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cap. Faz.	-0,2874***	-0,2982***		-0,2494***	-0,2153***	-0,1916***
	-0,2781***	-0,2840***		-0,2362***	-0,2075***	-0,1835***
	(0,002)	(0,004)		(0,004)	(0,002)	(0,002)
Esp. Aut.	-0,2672***	-0,2948***	-0,2665***	-0,2480***	-0,2118***	-0,1896***
	-0,2270***	-0,2631***	-0,2293***	-0,2230***	-0,1969***	-0,1757***
	(0,007)	(0,006)	(0,008)	(0,005)	(0,003)	(0,003)
Gerente	-0,2207***	-0,2577***	-0,2423***	-0,2136***	-0,1807***	-0,1679***
	-0,1908***	-0,2311***	-0,2211***	-0,1870***	-0,1626***	-0,1515***
	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,003)	(0,003)
Emp. Esp.	-0,2734***	-0,2883***	-0,2735***	-0,2436***	-0,2076***	-0,1789***
	-0,2467***	-0,2522***	-0,2506***	-0,2159***	-0,1888***	-0,1554***
	(0,003)	(0,004)	(0,004)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Peq. Emp.	-0,2063***	-0,2324***	-0,2143***	-0,1818***	-0,1565***	-0,1485***
	-0,1906***	-0,2172***	-0,2014***	-0,1665***	-0,1449***	-0,1382***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Aut. Ativ.	-0,0428***	-0,0484***	-0,0446***	-0,0255***	-0,0341***	-0,0263***
	-0,0354***	-0,0406***	-0,0367***	-0,0178***	-0,0274***	-0,0197***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Aut. Agr.	0,1092***	0,0995***	0,0680***	0,0838***	0,0855***	0,0916***
	0,0995***	0,0886***	0,0590***	0,0729***	0,0757***	0,0818***
	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)
Emp. Qual.	-0,1832***	-0,1960***	-0,1839***	-0,1614***	-0,1361***	-0,1214***
	-0,1587***	-0,1709***	-0,1601***	-0,1378***	-0,1172***	-0,1022***
	(0,004)	(0,004)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Supervisor	-0,0888***	-0,1080***	-0,1175***	-0,0827***	-0,0795***	-0,0738***
	-0,0794***	-0,0940***	-0,1098***	-0,0720***	-0,0708***	-0,0652***
	(0,005)	(0,006)	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)
Trab. Típ.	(base 0,280)	(base 0,301)	(base 0,282)	(base 0,249)	(base 0,212)	(base 0,189)
Trab. Elem.	0,2259***	0,2211***	0,1815***	0,1766***	0,1551***	0,1490***
	0,2200***	0,2144***	0,1745***	0,1688***	0,1476***	0,1405***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Aut. Prec.	0,1262***	0,1326***	0,1493***	0,1400***	0,1152***	0,1149***
	0,1210***	0,1277***	0,1443***	0,1339***	0,1090***	0,1090***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Emp. Dom.	0,2249***	0,2167***	0,2147***	0,2130***	0,2057***	0,1821***
	0,2186***	0,2094***	0,2071***	0,2026***	0,1963***	0,1719***
	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,004)	(0,004)	(0,004)
Agr. Prec.	0,2681***	0,2600***	0,2568***	0,2414***	0,2666***	0,2190***
	0,2599***	0,2525***	0,2484***	0,2309***	0,2567***	0,2077***
	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)
Trab. Sub.	0,1529***	0,1587***	0,1736***	0,1988***	0,1851***	0,2644***
	0,1390***	0,1439***	0,1609***	0,1828***	0,1695***	0,2487***
	(0,007)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,005)	(0,005)
Trab. Exd.	0,4322***	0,4325***	0,4434***	0,4385***	0,4466***	0,4334***
	0,4357***	0,4344***	0,4445***	0,4397***	0,4463***	0,4342***
	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)
Pseudo R2	0,20	0,21	0,19	0,19	0,19	0,18
N (mil)	304	303	314	324	323	308

(continua)

(continuação da Tabela 34)

Classe	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.		-0,1559*** (0,002)	-0,1153*** (0,002)	-0,0960*** (0,001)		-0,0798*** (0,002)
Esp. Aut.	-0,1678*** (0,003)	-0,1522*** (0,004)	-0,1121*** (0,004)	-0,0901*** (0,003)	-0,0797*** (0,004)	-0,0799*** (0,002)
Gerente	-0,1417*** (0,003)	-0,1310*** (0,003)	-0,1015*** (0,003)	-0,0832*** (0,002)	-0,0757*** (0,002)	-0,0715*** (0,002)
Emp. Esp.	-0,1651*** (0,002)	-0,1506*** (0,002)	-0,1139*** (0,002)	-0,0922*** (0,002)	-0,0830*** (0,002)	-0,0770*** (0,002)
Peq. Emp.	-0,1161*** (0,003)	-0,1186*** (0,002)	-0,0847*** (0,003)	-0,0705*** (0,002)	-0,0752*** (0,002)	-0,0646*** (0,002)
Aut. Ativ.	-0,0176*** (0,003)	-0,0139*** (0,003)	-0,0057* (0,003)	0,0054* (0,003)	0,0050* (0,002)	0,0019 (0,002)
Aut. Agr.	0,0982*** (0,004)	0,0682*** (0,004)	0,1018*** (0,004)	0,0577*** (0,004)	0,0624*** (0,004)	0,0598*** (0,004)
Emp. Qual.	-0,1145*** (0,003)	-0,1059*** (0,002)	-0,0765*** (0,002)	-0,0615*** (0,002)	-0,0615*** (0,002)	-0,0510*** (0,002)
Supervisor	-0,1221*** (0,004)	-0,1019*** (0,004)	-0,0683*** (0,005)	-0,0582*** (0,004)	-0,0541*** (0,004)	-0,0555*** (0,003)
Trab. Típ.	(base 0,167)	(base 0,154)	(base 0,116)	(base 0,095)	(base 0,085)	(base 0,078)
Trab. Elem.	0,1397*** (0,003)	0,1353*** (0,003)	0,1114*** (0,003)	0,0925*** (0,003)	0,0970*** (0,003)	0,0781*** (0,002)
Aut. Prec.	0,1223*** (0,003)	0,1157*** (0,003)	0,0879*** (0,003)	0,0776*** (0,003)	0,0814*** (0,003)	0,0798*** (0,002)
Emp. Dom.	0,1663*** (0,004)	0,1747*** (0,004)	0,1362*** (0,004)	0,1164*** (0,004)	0,1410*** (0,004)	0,1115*** (0,003)
Agr. Prec.	0,1866*** (0,005)	0,2058*** (0,005)	0,2077*** (0,005)	0,2029*** (0,005)	0,1707*** (0,005)	0,1798*** (0,005)
Trab. Sub.	0,2397*** (0,005)	0,2721*** (0,005)	0,3103*** (0,006)	0,3142*** (0,006)	0,3261*** (0,005)	0,2566*** (0,005)
Trab. Exd.	0,4338*** (0,004)	0,4488*** (0,004)	0,4426*** (0,005)	0,4325*** (0,005)	0,4509*** (0,005)	0,3883*** (0,004)
Pseudo R2	0,18	0,19	0,18	0,19	0,21	0,19
N (mil)	295	304	256	260	253	261

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; coeficiente do modelo com controle adicional de educação em baixo do coeficiente com os controles de sexo, cor e idade; erro padrão, referente ao modelo com todos os controles em baixo dos coeficientes; probabilidade base calculada a partir do modelo com todos os controles; células em vazio indicam que os casos da categoria de classe foram retirados da análise por não haver pelo menos uma observação na categoria pobre; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

O padrão encontrado na análise dos resultados dos modelos construídos para a pobreza relativa é um pouco diferente, como já podíamos imaginar, especialmente em relação à tendência ao longo do tempo, visto os dados dos índices FGT. Como não tivemos uma queda do risco de pobreza relativa conforme tivemos para a pobreza absoluta, podemos notar que as vantagens e as desvantagens em relação ao trabalhador típico, em geral, mantêm-se. No entanto, alguns casos específicos demonstraram alterações consideráveis nos seus efeitos. Preferimos os efeitos já com os controles por educação, a não ser para as posições de especialistas e gerentes, nas quais esse controle, apesar de não alterar tanto o efeito médio, acaba por controlar a força do ativo de qualificação em si. Apesar de pequena em relação à pobreza absoluta, a queda da probabilidade média de pobreza relativa para as pessoas em famílias com trabalhadores típicos como pessoa de referência não é desprezível, de 0,231 em 2002 vai para 0,218 (-0,013, -6%) em 2014.

No início do período analisado, as probabilidades de pobreza diminuem em aproximadamente 0,238 para capitalistas e fazendeiros em relação aos trabalhadores típicos, 0,229 se considerarmos o controle por educação. Em 2008, não é possível estimar os efeitos porque não há casos de pobreza nessa categoria. Ao final, a vantagem gira em torno de 0,213. Especialistas autônomos e empregados especialistas se aproximam bem de capitalistas ao final do período se não consideramos o controle (extra) por educação, 0,213 e 0,209, respectivamente, com o controle os efeitos médios caem para 0,195 e 0,189. Gerentes e pequenos empregadores têm coeficientes um pouco menores, nessa ordem: 0,189 e 0,171. Esses movimentos em relação ao trabalhador típico ocorrem sob um nível baixo de probabilidades médias de pobreza relativa. Em todo o período o maior risco é enfrentado pelas pessoas em famílias de pequenos empregadores, com probabilidades médias de 0,073 em 2008. Isso indica a clara vantagem das pessoas nessas posições não só sobre aquelas na categoria de referência (trabalhador típico), mas também sobre as outras.

Com risco abaixo dos 0,10 só encontramos, além dos privilegiados, os empregados qualificados e supervisores – os últimos só a partir de 2008. Empregados qualificados mantêm uma vantagem em torno de 0,15 em relação aos trabalhadores típicos, com uma pequena queda em sua proteção, em torno de 0,02. Já os supervisores têm coeficientes que retratam uma vantagem oscilante no período, com um mínimo de -0,050 e máximo de -0,148 e com uma vantagem ao final do período de -0,122. A razão entre essa diferença e o coeficiente encontrado em 2002 é a maior dentre as categorias, a razão é da ordem de 80%.

Tabela 35 – Efeitos parciais médios sobre a probabilidade de pobreza de renda familiar per capita (linhas regionalizadas relativas) – Brasil – 2002 a 2014

Classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cap. Faz.	-0,2384***	-0,2439***	-0,2411***	-0,2391***	-0,2366***	-0,2352***
	-0,2299***	-0,2331***	-0,2341***	-0,2278***	-0,2252***	-0,2250***
	(0,002)	(0,003)	(0,002)	(0,002)	(0,003)	(0,003)
Esp. Aut.	-0,2255***	-0,2417***	-0,2242***	-0,2398***	-0,2368***	-0,2337***
	-0,1977***	-0,2214***	-0,1938***	-0,2243***	-0,2191***	-0,2172***
	(0,006)	(0,004)	(0,007)	(0,003)	(0,004)	(0,003)
Gerente	-0,2012***	-0,2198***	-0,2136***	-0,2118***	-0,2129***	-0,2075***
	-0,1813***	-0,2010***	-0,1982***	-0,1898***	-0,1950***	-0,1880***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Emp. Esp.	-0,2303***	-0,2390***	-0,2336***	-0,2340***	-0,2315***	-0,2266***
	-0,2120***	-0,2171***	-0,2183***	-0,2118***	-0,2084***	-0,2046***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Peq. Emp.	-0,1846***	-0,1939***	-0,1867***	-0,1818***	-0,1872***	-0,1825***
	-0,1722***	-0,1809***	-0,1758***	-0,1677***	-0,1747***	-0,1701***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Aut. Ativ.	-0,0543***	-0,0578***	-0,0507***	-0,0438***	-0,0604***	-0,0571***
	-0,0477***	-0,0507***	-0,0438***	-0,0363***	-0,0528***	-0,0494***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Aut. Agr.	0,0860***	0,0671***	0,0647***	0,0863***	0,0809***	0,0855***
	0,0770***	0,0568***	0,0561***	0,0754***	0,0705***	0,0755***
	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)
Emp. Qual.	-0,1638***	-0,1785***	-0,1682***	-0,1545***	-0,1662***	-0,1643***
	-0,1446***	-0,1594***	-0,1497***	-0,1318***	-0,1463***	-0,1437***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Supervisor	-0,0676***	-0,0986***	-0,0931***	-0,0500***	-0,0673***	-0,0883***
	-0,0593***	-0,0863***	-0,0863***	-0,0393***	-0,0571***	-0,0782***
	(0,005)	(0,006)	(0,005)	(0,006)	(0,005)	(0,005)
Trab. Típ.	(base 0,231)	(base 0,241)	(base 0,235)	(base 0,235)	(base 0,236)	(base 0,232)
Trab. Elem.	0,1944***	0,1900***	0,1743***	0,1746***	0,1687***	0,1631***
	0,1882***	0,1826***	0,1672***	0,1668***	0,1610***	0,1547***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Aut. Prec.	0,1101***	0,1156***	0,1310***	0,1296***	0,1078***	0,0903***
	0,1050***	0,1105***	0,1260***	0,1236***	0,1016***	0,0849***
	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)	(0,003)
Emp. Dom.	0,2201***	0,2061***	0,2078***	0,2158***	0,2127***	0,2007***
	0,2134***	0,1980***	0,1999***	0,2053***	0,2032***	0,1907***
	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,004)	(0,004)	(0,004)
Agr. Prec.	0,1721***	0,1577***	0,1739***	0,1743***	0,1894***	0,1602***
	0,1636***	0,1495***	0,1655***	0,1639***	0,1800***	0,1500***
	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)	(0,005)
Trab. Sub.	0,1774***	0,1867***	0,2016***	0,1839***	0,1877***	0,2295***
	0,1634***	0,1709***	0,1883***	0,1679***	0,1715***	0,2146***
	(0,007)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)
Trab. Exd.	0,4488***	0,4562***	0,4534***	0,4487***	0,4341***	0,4165***
	0,4517***	0,4579***	0,4541***	0,4503***	0,4351***	0,4188***
	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)	(0,004)
Pseudo R2	0,20	0,21	0,19	0,19	0,19	0,18
N (mil)	306	305	316	324	323	308

(continua)

(continuação da Tabela 35)

Classe	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. e Faz.		-0,2226*** (0,002)	-0,2108*** (0,004)	-0,2114*** (0,003)	-0,2130*** (0,003)	-0,2216*** (0,002)
Esp. Aut.	-0,2248*** (0,003)	-0,2175*** (0,005)	-0,2098*** (0,004)	-0,2071*** (0,004)	-0,2080*** (0,004)	-0,2133*** (0,005)
Gerente	-0,1853*** (0,004)	-0,1906*** (0,003)	-0,1819*** (0,004)	-0,1722*** (0,004)	-0,1857*** (0,003)	-0,1888*** (0,003)
Emp. Esp.	-0,2200*** (0,003)	-0,2163*** (0,002)	-0,2090*** (0,003)	-0,2048*** (0,003)	-0,2046*** (0,003)	-0,2090*** (0,003)
Peq. Emp.	-0,1610*** (0,003)	-0,1598*** (0,003)	-0,1621*** (0,003)	-0,1694*** (0,003)	-0,1771*** (0,003)	-0,1703*** (0,003)
Aut. c/ Ativ.	-0,0455*** (0,003)	-0,0462*** (0,003)	-0,0463*** (0,003)	-0,0347*** (0,003)	-0,0462*** (0,003)	-0,0425*** (0,003)
Aut. Agr.	0,0933*** (0,004)	0,0832*** (0,004)	0,1062*** (0,005)	0,0953*** (0,005)	0,0953*** (0,005)	0,0813*** (0,005)
Emp. Qual.	-0,1594*** (0,003)	-0,1513*** (0,003)	-0,1299*** (0,003)	-0,1353*** (0,003)	-0,1416*** (0,003)	-0,1439*** (0,003)
Supervisor	-0,1475*** (0,005)	-0,1395*** (0,005)	-0,1139*** (0,006)	-0,1379*** (0,005)	-0,1242*** (0,006)	-0,1218*** (0,006)
Trab. Típ.	(base 0,224)	(base 0,222)	(base 0,214)	(base 0,212)	(base 0,212)	(base 0,218)
Trab. Elem.	0,1682*** (0,003)	0,1704*** (0,003)	0,1706*** (0,003)	0,1615*** (0,003)	0,1678*** (0,003)	0,1529*** (0,003)
Aut. Prec.	0,1005*** (0,003)	0,0999*** (0,003)	0,0819*** (0,003)	0,0809*** (0,003)	0,0721*** (0,003)	0,0760*** (0,003)
Emp. Dom.	0,1914*** (0,004)	0,2033*** (0,004)	0,1736*** (0,004)	0,1628*** (0,004)	0,1698*** (0,004)	0,1505*** (0,004)
Agr. Prec.	0,1491*** (0,005)	0,1735*** (0,005)	0,1971*** (0,006)	0,1895*** (0,006)	0,1733*** (0,006)	0,1961*** (0,006)
Trab. Sub.	0,2155*** (0,006)	0,2454*** (0,005)	0,2787*** (0,006)	0,2823*** (0,006)	0,2826*** (0,005)	0,2244*** (0,005)
Trab. Exd.	0,4198*** (0,004)	0,4451*** (0,004)	0,4369*** (0,005)	0,4390*** (0,005)	0,4749*** (0,004)	0,4192*** (0,005)
Pseudo R2	0,18	0,19	0,18	0,19	0,21	0,19
N (mil)	295	304	256	260	255	261

Fonte: elaboração própria usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; coeficiente do modelo com controle adicional de educação em baixo do coeficiente com os controles de sexo, cor e idade; erro padrão, referente ao modelo com todos os controles em baixo dos coeficientes; probabilidade base calculada a partir do modelo com todos os controles; células em vazio indicam que os casos da categoria de classe foram retirados da análise por não haver pelo menos uma observação na categoria pobre; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

Dentre os controladores de pequenos ativos os efeitos são favoráveis para os autônomos com ativos e desfavoráveis para os autônomos agrícolas, oscilando em torno dos -0,045 para os primeiros e em torno dos 0,090 para os últimos, com probabilidades médias sempre pouco acima de 0,3 e sempre pouco abaixo de 0,2, respectivamente. As diferenças em relação aos trabalhadores típicos são significativas em todo o período. Os destituídos apresentam comportamentos distintos, com a aproximação dos trabalhadores elementares, autônomos precários e empregados domésticos em relação ao trabalhador típico, respectivamente, o efeito médio cai 0,042, 0,034 e 0,070 para essas posições. Já os agrícolas precários e trabalhadores de subsistência pioram a sua situação na comparação com o trabalhador típico, aumentando os efeitos médios em 0,024 e 0,047 se tomamos a diferença entre os resultados de 2014 e 2002. Trabalhadores excedentes melhoram a sua situação em relação aos típicos, mas ainda apresentam uma grande desvantagem, chegando a ter um efeito médio sobre as probabilidades de pobreza relativa da ordem de 0,419 em 2014, o que quer dizer uma probabilidade média de pobreza relativa de 0,637. Em um contexto de maior estabilidade do risco é possível notar como os efeitos de classe se comportam. Acerca das diferenças entre os modelos com e sem a variável educação, elas não passam de 0,01 para a maioria das posições, encontrado valores maiores apenas nas posições em que o controle de ativos de qualificação escassos é constitutivo, a ser notado nos resultados das pessoas em famílias dos empregados qualificados, empregados especialistas e autônomos especialistas.

Os efeitos médios sobre as probabilidades são bastante úteis para sumarizar os resultados, mas, como estamos tratando de modelos não lineares, a magnitude da mudança discreta não é constante. Ela depende também dos níveis das demais variáveis. Por isso, cabe por vezes explorar a superfície de resposta do modelo (LONG e CHENG, 2004). Poderíamos fazer isso para as diversas covariáveis, ou mesmo considerando fatores que não compuseram os modelos estimados. Mas, por estarmos interessados nos níveis e nas tendências, achamos mais significativo explorar os efeitos médios em razão da idade. Isso nos permite olhar para os diferenciais de classe enfrentados pelas pessoas controlando (graficamente) a época em que as mesmas se engajaram na atividade econômica. Por termos estimados modelos para posições de classe atribuídas a outros membros, é possível ver até mesmo para os mais novos (pessoas com 15 anos ou menos especialmente) esses diferenciais, mas eles dizem mais respeito aos efeitos dados pelas posições dos pais, do que pela posição em si. Apresentamos os efeitos parciais médios em quatro diferentes gráficos, considerando os dois critérios de identificação dos pobres e a direção dos coeficientes. Essa divisão entre efeitos negativos e positivos foi feita para

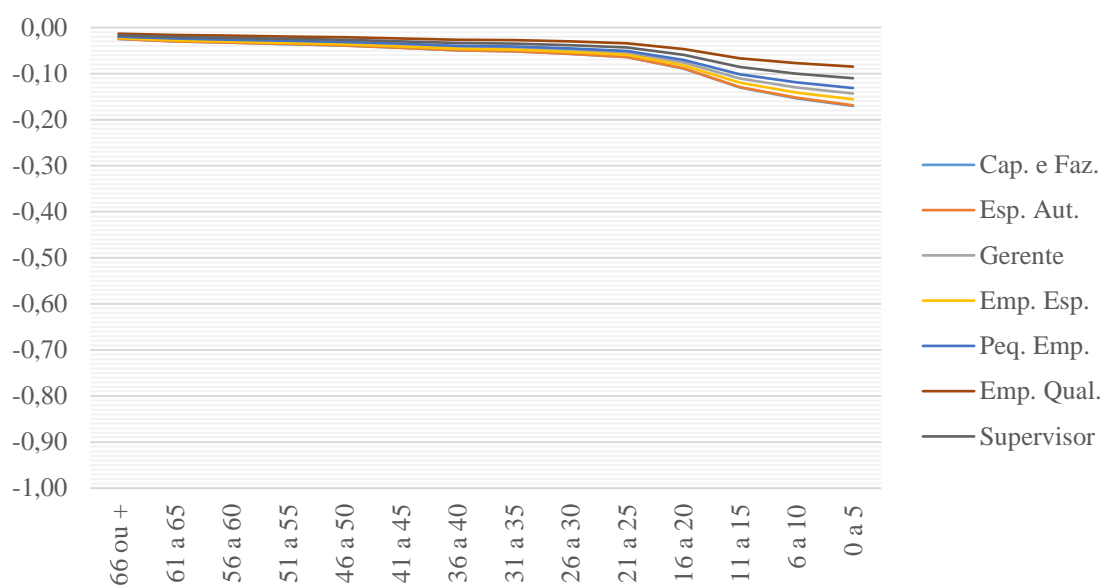
facilitar a visualização, já que estamos apresentando os resultados para as 15 outras posições em relação ao trabalhador típico. Invertemos a direção do eixo horizontal para que as pessoas mais velhas (66 ou mais) sejam o início da escala e as mais jovens (até 5) o final. Assim podemos notar melhor as diferenças entre a idade de engajamento na atividade econômica.

A princípio os resultados nos pareceram um tanto contraditórios, pois esperávamos encontrar efeitos mais díspares o quanto mais velhas as pessoas fossem, em razão de sua maior experiência, tempo de engajamento na atividade econômica e possibilidades de acumulação. Todas essas são propriedades para as quais a idade é um *proxy*, e elas tendem a dar retornos maiores para aqueles com o controle de ativos produtivos e menores para os destituídos. Mas os resultados mostram o contrário, revelam que a idade (aqui agrupada de cinco em cinco anos) reflete os diferenciais encarados pelas pessoas em diferentes posições a depender da época em que ingressaram no mercado de trabalho. Pessoas que começaram a trabalhar há pouco tempo enfrentam uma estrutura bem diferente de oportunidades daquelas que começaram a trabalhar há mais tempo. Para as últimas, os dilemas e as oportunidades de não ser pobre é menos desigual, pois as posições estão menos distantes daquelas alcançadas por trabalhadores típicos. Isso acontece tanto para as probabilidades de pobreza absoluta quanto para as probabilidades de pobreza relativa. Algo fácil de perceber é que a diferença dada pela idade é gradual, enquanto a dada pela posição de classe é descontínua e marcada pelas diferenças de controle sobre ativos produtivos.

Primeiro iremos tratar dos efeitos médios positivos sobre as probabilidades de pobreza absoluta em razão da idade das pessoas. Na situação de vantagem em relação ao trabalhador típico podemos encontrar as posições privilegiadas e os demais trabalhadores não destituídos. Por estarmos utilizando a base de dados mais recente, na qual vimos que o efeito médio dos autônomos com ativos não tem mais diferença significativa, os efeitos próximos de 0 estão no outro gráfico, com os efeitos positivos, indicando uma pequena desvantagem, mas que não é estatisticamente significativa. A medida em que as pessoas são mais novas e, portanto, encararam diferentes oportunidades de se proteger da pobreza, os efeitos se distanciam. Há um ponto de inflexão quando nos deparamos com os mais jovens, em que podemos interpretar um efeito indireto, dado pela posição dos pais. Capitalistas e fazendeiros, especialistas autônomos e empregados especialistas têm efeitos muito próximos, entre os primeiros a diferença está nas casas decimais, que preferimos não destacar, por acharmos irrelevantes essas diferenças decimais. Gerentes e pequenos empregadores estão pouca coisa menos distante ao longo da superfície dada pela idade. Mas são destacáveis as diferenças dessas posições privilegiadas em

relação às diferenças de trabalhadores não destituídos, que apresentam diferença dada também pelo controle de ativos, mesmo que em menor grau. O mesmo ocorre para as posições de autônomos agrícolas e dos destituídos, mas no sentido contrário. Como dissemos, os efeitos médios negativos ao longo da idade não diferem muito em relação ao trabalhador típico para os autônomos com ativos, e mesmo a pequena diferença entre os mais jovens não é significativa ($p > 0,05$). Trabalhadores excedentes, de subsistência e agrícolas precários são os que se encontram na pior posição relativa, e isso é ainda mais evidente para os mais jovens. Trabalhadores elementares, autônomos precários e empregados domésticos estão em uma situação de desvantagem muito parecida, e a tendência dada a idade é a mesma para essas posições. Essa estrutura de resultados mantém-se ao alterarmos os critérios de definição da identificação de pobreza, mas a situação é mais acentuada para o critério de privação relativa. O risco maior de pobreza que advém das linhas móveis no caso brasileiro parece exacerbar a importância do controle sobre ativos como fator protetivo. Encontramos maiores efeitos para cada uma das mudanças discretas de probabilidade entre as posições de classe e os trabalhadores típicos. Os degraus impostos pela idade também são maiores no caso da pobreza relativa. Enquanto o efeito médio das posições privilegiadas com 26 a 30 anos fica em torno dos -0,05 e -0,06 no caso da pobreza absoluta, com o critério relativo a mudança nas probabilidades é da ordem dos -0,13 a -0,17. Para os mais velhos, a vantagem em relação ao trabalhador típico é de -0,02 no primeiro critério e de -0,07 a -0,08 no segundo. Para os menores de 16 anos, temos efeitos negativos sobre a probabilidade que não passam dos -0,20 no primeiro caso, mas que superam os -0,45 no segundo. Outra diferença é que nesse caso encontramos os autônomos com ativos com efeitos negativos sobre a pobreza, esses efeitos são estatisticamente significativos, apesar de não tão marcantes como os dos trabalhadores não destituídos ou das posições privilegiadas. Os efeitos negativos sobre a probabilidade de pobreza relativa seguem essa mesma lógica. Eles aparecem mais amenos quando os comparamos aos efeitos sobre as probabilidades de pobreza absoluta, mas tivemos de alterar os limites dos gráficos a fim de melhorar a visualização dos resultados. A desvantagem dos trabalhadores excedentes é um pouco maior em relação ao trabalhador típico, apesar dos efeitos para os menores de 16 anos diminuírem, algo que não acontece quando tratamos da pobreza absoluta. Os efeitos médios dos trabalhadores de subsistência, dos agrícolas precários, dos trabalhadores elementares, dos autônomos precários e dos empregados domésticos também são maiores, mas para os últimos três grupos, em menor grau do que para os dois primeiros.

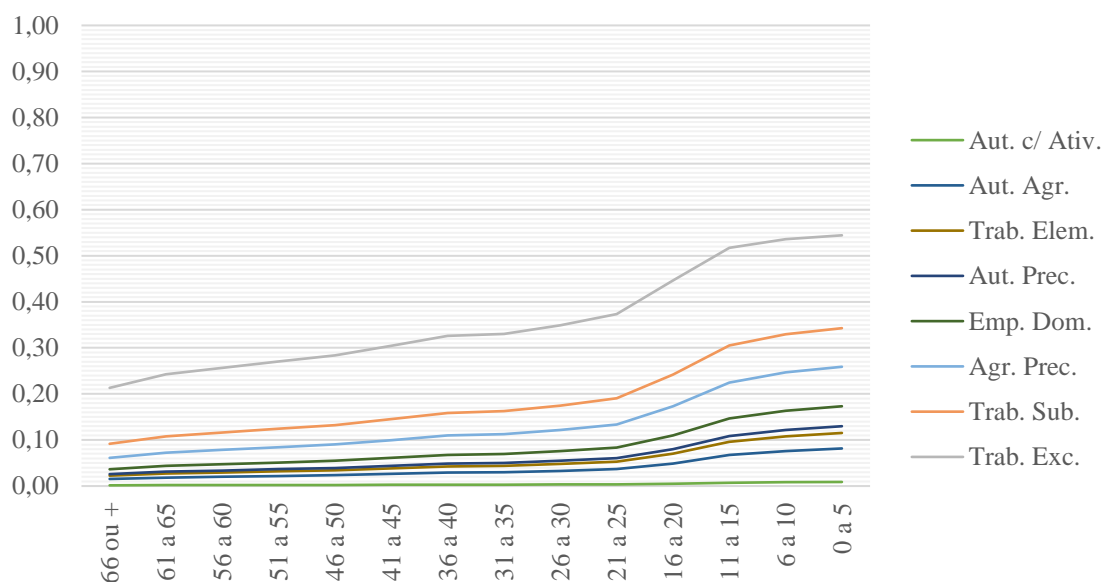
Gráfico 4 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

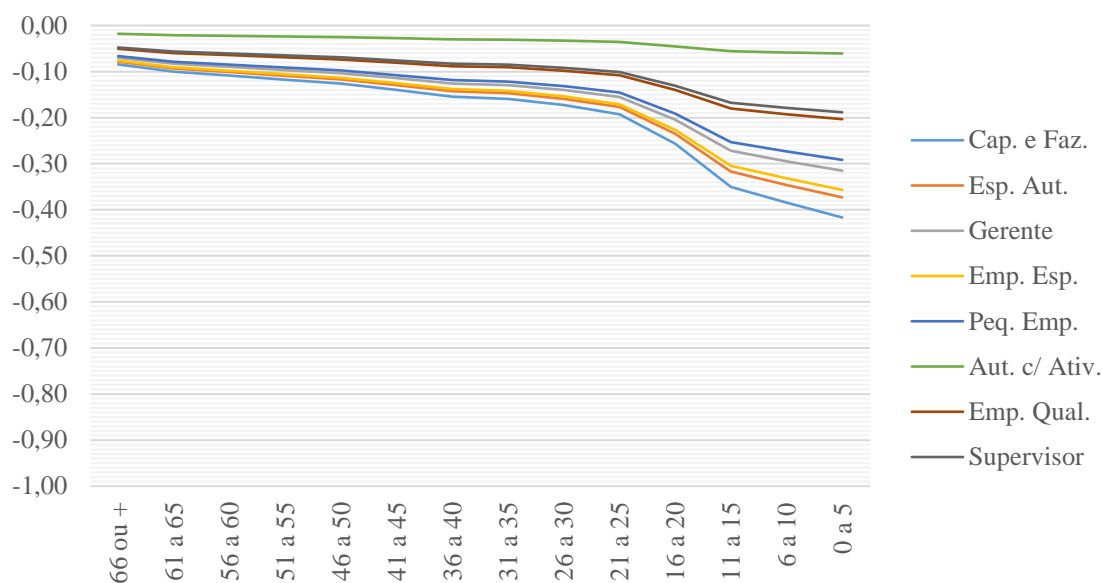
Gráfico 5 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

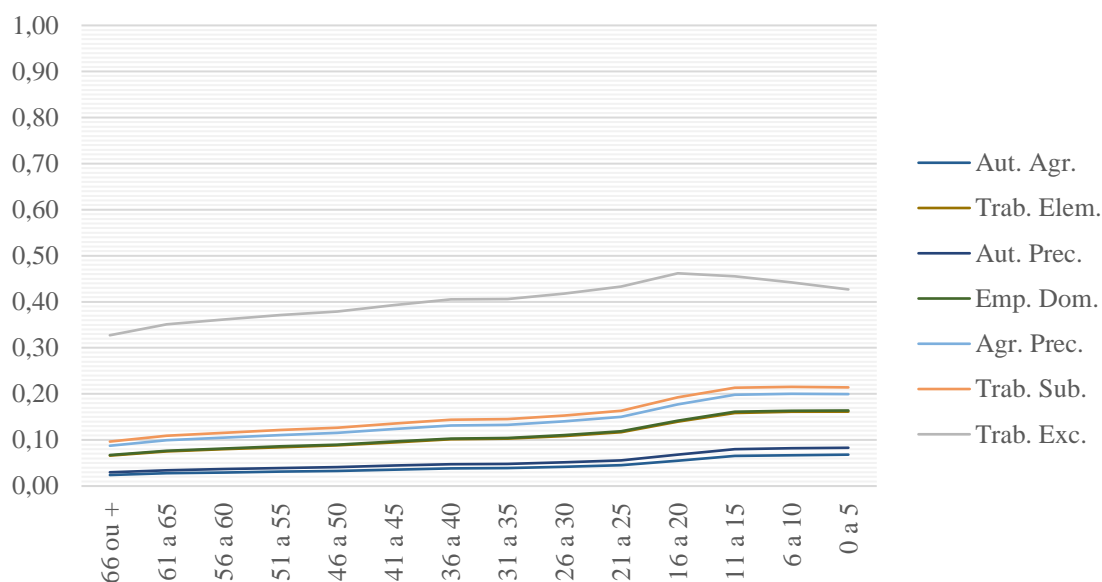
Gráfico 6 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

Gráfico 7 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe e idade – Brasil – 2014

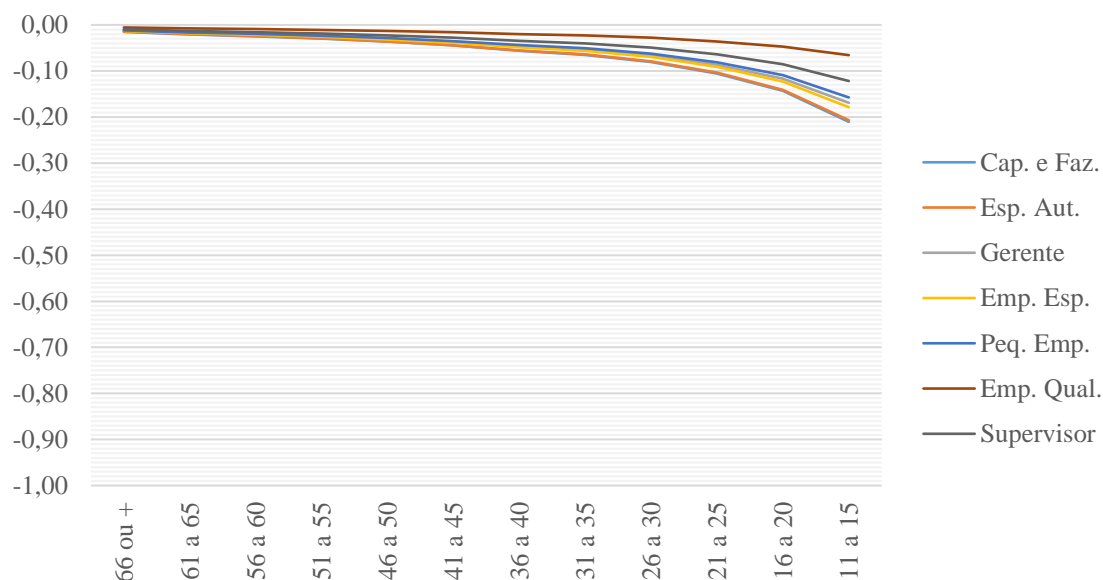


Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

Para eliminar o ruído que a decisão de atribuir a posição de classe da pessoa de referência na família pode gerar, repetimos as últimas análises apenas para eles. Quando inserimos essa condicionante na análise, o número de casos se reduz ao número de famílias em que a pessoa de referência tem posição de classe (de 261 mil para 87 mil), e não há informações para as categorias de idade com 10 anos ou menos. De forma geral, é possível notar que os coeficientes aumentam, indicando ainda mais desigualdade, enquanto a tendência para as diferentes posições sobre as faixas etárias é a mesma. O ponto de inflexão cuja superfície de resposta representa os efeitos sobre as probabilidades para os mais novos (21-25, 16-20, 11-15, 6-10 e 0-5 anos), acentuado nas estimativas para toda a população, não fica tão marcado nas estimativas somente para as pessoas de referência. Os resultados aparecem um pouco mais “limpos” no caso dos modelos para pobreza relativa, indicando uma diferença um pouco maior entre as posições de classe. Por exemplo, os resultados aparecem bem mais distintos entre capitalistas e fazendeiros e os demais privilegiados quando tratamos de pobreza relativa.

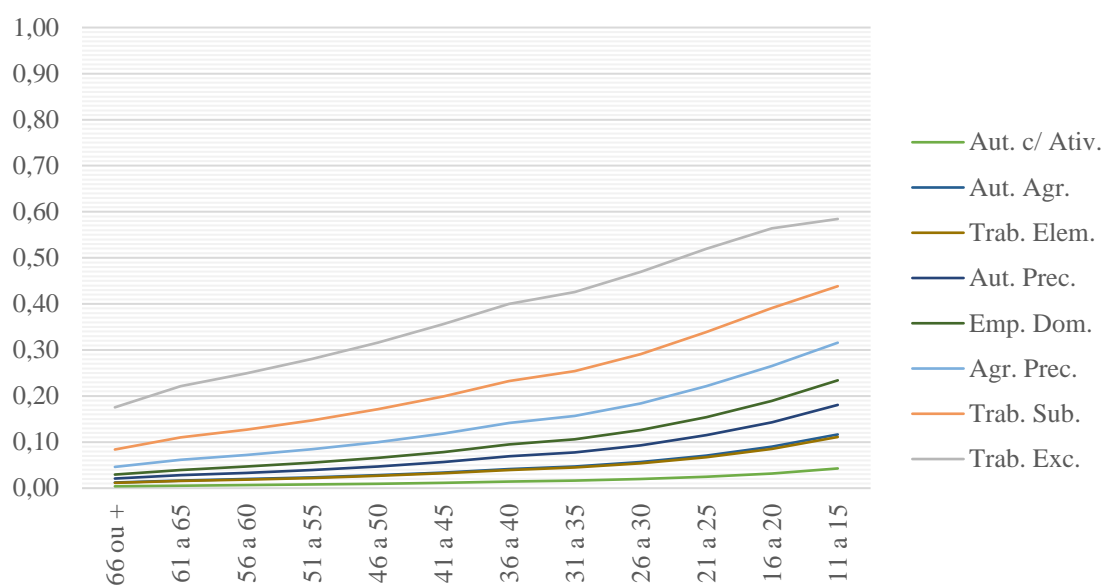
Gráfico 8 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

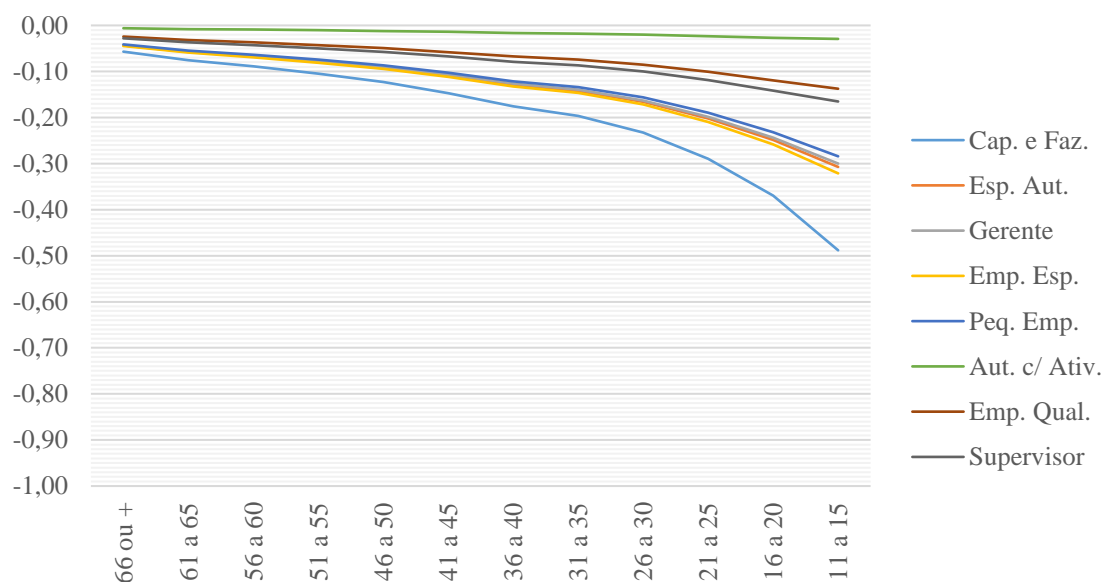
Gráfico 9 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza absoluta por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

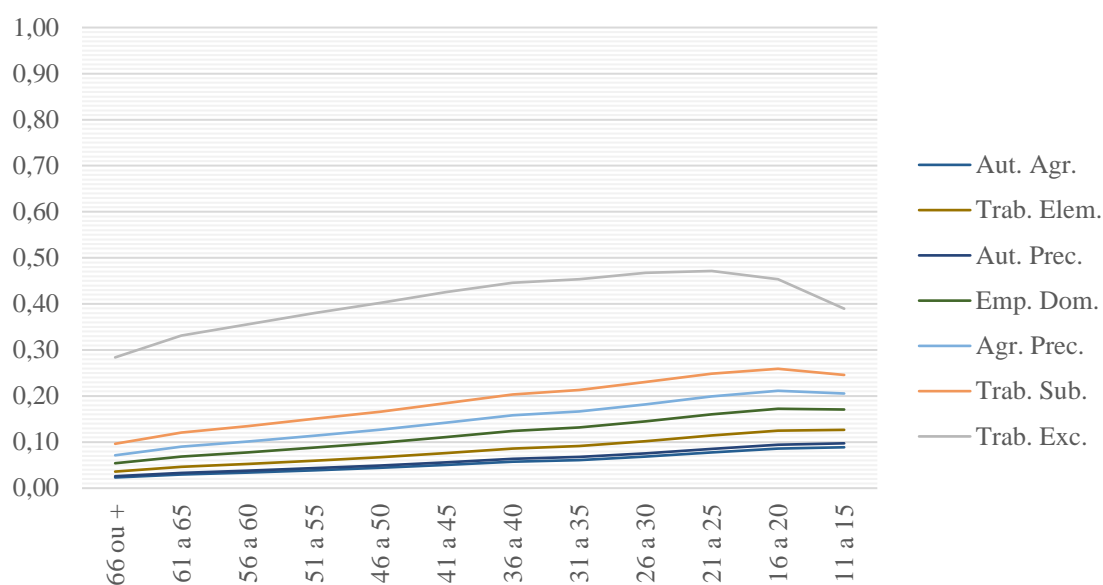
Gráfico 10 – Efeitos parciais médios negativos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

Gráfico 11 – Efeitos parciais médios positivos sobre a probabilidade de pobreza relativa por posições de classe da pessoa de referência e idade – Brasil – 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

A fim de verificarmos mais claramente o forte ponto de inflexão quando tratamos dos efeitos das coortes mais novas fizemos as mesmas análises apenas para aquelas pessoas que são consideradas filhos na família. Não apresentamos os gráficos porque o resultado é praticamente o mesmo. Para aquelas pessoas com menos de 25 anos, podemos dizer que o efeito da posição de classe da pessoa de referência na família afeta com mais desigualdade (entre as posições) os efeitos médios sobre as probabilidades de pobreza absoluta e relativa.

CONCLUSÕES PARCIAIS

A alteração do critério escolhido para identificação dos pobres altera em muito os resultados. Vimos como é diferente o nível e a tendência da incidência, da intensidade e da severidade de pobreza a depender da escolha da linha de pobreza. A relação entre os resultados dos índices da classe FGT encontrados para pobreza absoluta e relativa inverte-se no período analisado. Nos primeiros anos era a pobreza definida a partir das necessidades básicas que assolava a base da estrutura social, trazendo riscos mesmo para aqueles que tinham, em alguma

medida, um emprego que os garantisse proteção. Antes mesmo de a década virar os riscos da pobreza definida com base na noção de privação relativa tornam-se mais preocupantes. As linhas móveis passam a oferecer resultados muito mais proeminentes e, justamente, por acompanharem a distribuição, a tendência não é de queda, mas de manutenção dos níveis de pobreza.

Os resultados também mostraram como as divisões dadas pelo controle de ativos produtivos são estruturantes ao considerarmos os riscos de pobreza absoluta e relativa. Vimos que a queda do risco global, como é o caso da pobreza absoluta, diminui em muito a força protetiva desses fatores. Mas, mesmo na diminuição e ao fim, com baixo risco, temos diferenciais dados para as posições de classe. Quando o risco global é estável ao longo do tempo, pouco se modifica, e os riscos específicos de cada tipo de emprego praticamente “mantém as coisas no seu devido lugar”. Ao explorarmos a superfície de resposta dos modelos logísticos foi possível ver as dessemelhanças dentro das posições de classe, e como a época em que a pessoa se engajou na atividade econômica importa para compreender a estrutura diferenciada de riscos de pobreza.

Neste capítulo fixamos o espaço, o vetor e a unidade de análise para vermos as diferenças nos efeitos das posições de classe sobre dois critérios de identificação dos pobres. No próximo, para continuarmos explorando a relevância das clivagens de classe sobre os riscos de pobreza, nossa estratégia será um pouco diferente. Vamos olhar para a pobreza definida em diferentes espaços, contemplando não somente o fluxo de renda, mas o estoque de bens e a insegurança alimentar. Não se trata de uma estratégia multidimensional, mas olhamos para diferentes dimensões das quais a pobreza pode ser caracterizada, e assim buscamos pelos possíveis efeitos de classe.

CAPÍTULO TRÊS: POBREZA DOMICILIAR NO BRASIL

O conceito de pobreza tem atraído o interesse intelectual e político por mais de cem anos (TOWNSEND, 1993, p.29), mas consensos em torno de estratégias analíticas são escassos. Não há muito acordo em razão das implicações práticas que a fixação do significado traz para a distribuição de recursos, dentro e entre sociedades (LISTER, 2004, p.3). Os conceitos são mediados por definições e medidas – e assim são traduzidos em políticas públicas. Conceitos, definições e medidas são frequentemente confundidos, portanto, é importante diferenciá-los. Os conceitos fornecem o âmbito, os significados e os discursos sobre a pobreza (LISTER, 2004, p.4). As definições fornecem uma indicação mais precisa do que distingue o estado de pobreza (discrimina pobre/não pobre). As medidas representam formas de operacionalizar as definições para que seja possível determinar mais objetivamente a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza.

Muito da literatura sobre pobreza se restringe ao que é comumente chamado de “Paradigma da Pobreza de Renda”, no qual os pobres são conceituados como aqueles que não tem um fluxo de rendimento suficiente para sobreviver ou para cobrir os custos das necessidades básicas, são definidos como aqueles que estão abaixo da linha de pobreza estimada em relação ao critério escolhido, e a pobreza é mensurada a partir de índices que atendem aos axiomas criados por especialistas, como os da classe FGT, o índice de Sen ou o de Watts etc. Sob esse paradigma, muitos estudos foram conduzidos por acadêmicos e analistas de políticas públicas no intuito de diagnosticar problemas e sugerir saídas. Esse paradigma é considerado extremamente frutífero e por vezes até indispensável, mas perto de sua completude, começou a sofrer críticas, externas e internas, dizendo que ele não permite a análise satisfatória de todas as questões relevantes acerca da pobreza (BOURGUIGNON, 2006). A renda, ou o consumo, deve ser vista antes como o resultado de um processo decisório que depende tanto das preferências individuais quanto de fatores fora do controle delas (BOURGUIGNON, 2006). “A insuficiência básica que a pobreza acarreta é relativa a ter capacidades minimamente adequadas, mesmo que a pobreza também seja *inter alia* uma questão de inadequação dos meios econômicos (SEN, 2008, p.174)”. Amartya Sen explicita melhor seu argumento em relação à necessidade de se mudar o foco no estudo da pobreza da renda para as capacidades:

- 1) A pobreza pode ser sensatamente identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2010, p.120).

John Roemer (1996) também faz a sua crítica ao paradigma da renda, afirma a necessidade de olharmos para a estrutura das oportunidades e não para os resultados econômicos que as pessoas conseguem alcançar. François Bourguignon (2006) fala sobre a necessidade de se enfrentar os dilemas operacionais para que a pobreza seja caracterizada nos espaços das dotações. Outros autores levantaram a necessidade de se olhar para os recursos das famílias e dos indivíduos. Uma importante diferença entre os conceitos presentes no paradigma da renda e aqueles definidos com base nas capacidades, oportunidades ou recursos é que os mesmos devem ser operacionalizados em várias dimensões, ou de forma multidimensional.

A abordagem via capacidades de Sen ganhou grande aceitação nos últimos anos. Cresceu também o número de levantamentos que contêm informações sobre recursos, atributos e características das pessoas passíveis de funcionarem como indicadores para diversas dimensões do bem-estar. Além disso, vários governos, organizações internacionais e entidades não governamentais aumentaram as suas demandas por instrumentos que mensurem de forma multidimensional a pobreza. Esses fatores levaram a um crescente interesse em desenvolver e aplicar medidas de pobreza multidimensionais (FOSTER *et al*, 2013). Os relatórios do Banco Mundial sobre o desenvolvimento humano são exemplos dessa nova visão sobre a pobreza, a desigualdade e o bem-estar: *“The report accepts the now established view of poverty as encompassing not only low income and consumption but also low achievement in education, health, nutrition, and other areas of human development”* (BANCO MUNDIAL, 2000, p.V). Após esses primeiros ensaios, acompanhando algo que já havia estabelecido em 1990 quando começou a divulgar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida pioneira que se estendeu para além do rendimento, para refletir as condições de saúde e de educação, o Banco Mundial passou a divulgar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), medida sintética que contempla as privações sobrepostas sofridas por famílias na saúde, na educação e nos padrões de vida. Algo que desencadeou a construção de índices similares em nível nacional, construídos por institutos de pesquisa e por trabalhos acadêmicos.

Mais difícil do que admitir a natureza multidimensional da pobreza é estabelecer um consenso sobre quais dimensões a compõem (GRUSKY e KANBUR, 2006; BOURGUIGNON, 2006; SEN, 2006; FOSTER *et al*, 2013). E ainda, mesmo após chegar a um consenso sobre quais dimensões importam, é preciso acordar sobre a melhor forma de mensurá-las, agregá-las (ou não) e estabelecer parâmetros. A primeira estratégia pode ser criar um índice que combine de alguma maneira (pela média, seja ela aritmética, geométrica ou ponderada, por outro modelo) os indicadores, depois estabelecer um ponto de corte, similar ao que se faz ao estabelecer linhas de pobreza. Essa abordagem recebeu as críticas que qualquer índice, por ser composto, recebe, quando todos os indicadores variam na mesma direção há o que se diz sobre os níveis e a evolução, já quando eles variam em direções contrárias, fica difícil saber as conclusões que podem ser tiradas. Por essa razão, outra estratégia é considerar a gama de indicadores separadamente, mas outras questões se colocam, como a forma de se estabelecer os parâmetros mínimos, ou de como definir os pobres a partir das informações desagregadas. Linhas separadas podem ser criadas para cada indicador, ou outros modelos podem ser pensados. É possível definir alguém como pobre se ele é classificado em uma, duas ou mais dimensões; ou apenas considerar pobre aquelas pessoas que são pobres em todas. Estratégias diferentes, com várias decisões relativas à forma de agregação e estabelecimento de padrões que definem o ponto de corte, afetam os resultados, conseqüentemente o diagnóstico e, portanto, a política.

Segundo Foster *et al* (2013) a utilização de um índice composto é desejável justamente porque sintetiza a informação de várias dimensões, isso torna o monitoramento mais fácil, bem como garante uma melhor comparabilidade. Segundo os mesmos, esse tipo de operacionalização também deixa mais clara a mensagem de que estamos mais interessados no resultado geral do que nos específicos. E ainda, quando for necessária, a informação pode ser acessada de forma desagregada (FOSTER *et al*, 2013). No entanto, em meados da década passada, para muitos estudiosos, a dominância do paradigma da renda sobre as análises acerca da pobreza não havia permitido o debate amplo sobre a melhor forma de operacionalizar um conceito de pobreza multidimensional (GRUSKY e KANBUR, 2006; BOURGUIGNON, 2006). Isso ocorria muito em função da facilidade na compreensão e implementação das estratégias baseadas apenas em informações sobre a renda ou o consumo (BOURGUIGNON, 2006). Os estudos nessa área parecem estar mais difundidos entre especialistas da academia, de governos e outras instituições agora (FOSTER *et al*, 2013), e já começamos a ver medidas suplementares de pobreza com fundamento mais baseado pelo conceito multidimensional.

Por essa razão, achamos importante abordar o fenômeno da pobreza a partir de um ponto de vista que considere outras dimensões na análise. A renda é apenas uma dimensão que pode caracterizar o espaço em que se pretende analisar a pobreza. Espaço é um conceito emprestado da matemática para refletir a noção de que a pobreza pode possuir muitas dimensões, dentre elas a renda (MEDEIROS, 2012, p.154). No entanto,

Para o pesquisador aceitar que a pobreza é multidimensional não implica automaticamente analisar todas as dimensões da pobreza de forma simultânea. Em termos práticos, reconhecer que a pobreza é multidimensional não requer, necessariamente, o uso de medidas multidimensionais de pobreza. A depender do caso, cada dimensão da pobreza pode ser analisada separadamente para, em seguida, combinarem-se os resultados das diversas análises (MEDEIROS, 2012, p.154-5).

Assim, iremos trabalhar com as dimensões que podem representar a pobreza sob um ponto de vista material, fazendo a análise separadamente para cada uma. Com os bancos de dados que temos em mãos foi possível trabalhar no âmbito da renda, dos recursos do domicílio e da insegurança alimentar. Baseamos as escolhas das dimensões principalmente na disponibilidade de informações. Mais detalhes sobre elas será dado na subseção seguinte.

AS DIMENSÕES DA POBREZA DOMICILIAR

O conceito de pobreza tem uma ligação muito bem aceita com a privação causada por problemas econômicos (SEN, 2008, p.173). Onde quer que a privação ocorra por causa da falta de recursos materiais, pode-se dizer que as pessoas estão em situação de pobreza. Grande parte da produção acadêmica que trata da pobreza enquanto fenômeno socioeconômico apoia-se na definição dos pobres a partir de uma medida que expresse o padrão de vida dessas pessoas em termos monetários. Conforme argumentado acima, usualmente a renda (e/ou a despesa) dos indivíduos (e/ou famílias) é escolhida enquanto espaço de mensuração em razão da disponibilidade de informações. Porém, o levantamento de informações sobre as características, bens e serviços que guarnecem a moradia das pessoas é feita a partir da unidade de análise chamada de domicílio pelo IBGE¹⁸. Assim também é feita a coleta de informações sobre a

¹⁸ Segundo o Glossário da PNAD, o Domicílio é o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

segurança alimentar. Por essa razão, o domicílio é a unidade de análise “natural” para a abordagem da pobreza em dimensões que vão além do Paradigma da Renda.

Anteriormente (capítulo um), descrevemos os espaços de mensuração da pobreza e da riqueza, lá estão definidas as dimensões com as quais iremos trabalhar a pobreza domiciliar: a renda mensal do domicílio (total), o índice construído para representar os recursos do domicílio e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Como abordamos de maneira muito geral essas dimensões, destacamos elas com mais detalhe agora, especialmente o índice e a EBIA, pois em relação à renda não há grandes novidades. A renda mensal domiciliar é resultante da soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os de quem a condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico (IBGE, 2014). Trata-se, portanto, de um vetor que combina todo o fluxo de renda do domicílio

O índice de recursos do domicílio é uma medida sintética criada por nós por meio da soma de 19 indicadores dicotômicos ponderados pela própria escassez que contemplam: (1) o fato de o domicílio ser próprio, (2) ter seis cômodos ou mais, (3) ter até duas pessoas por dormitório, (4) ter dois banheiros ou mais, (5) ter banheiro exclusivo para o uso dos moradores, (6) ter água encanada proveniente da rede de distribuição, (7) ter esgoto ligado à rede de coleta, (8) ter coleta de lixo direta, (9) ter luz elétrica, (10) ter pelo menos um celular, (11) um telefone fixo, (12) ter um fogão, (13) ter uma TV a cores, (14) ter uma geladeira, (15) ter uma geladeira de duas portas, (16) ter freezer, (17) ter máquina de lavar, (18) ter computador, (19) ter acesso à internet. Experimentamos diversos métodos para a agregação, incluindo análises multivariadas, como a análise fatorial ou a análise de componentes principais. A matriz de correlação, de onde esses métodos derivam as informações para a construção dos fatores, ou componentes, apresenta claramente pelos menos cinco dimensões: propriedade do domicílio (1), características dos domicílios (2, 3, 4, 5), serviços que atendem ao domicílio (6, 7, 8, 9), bens de menor valor comercial que garantem o domicílio (10, 11, 12, 13, 14) e bens de maior valor presentes no domicílio (15, 16, 17, 18, 19). Conduzimos a análise do Alpha de Cronbach, em todos os anos, para verificar a consistência interna dos itens, e ela mostrou resultados superiores ao mínimo de 0,7 estabelecido pela literatura (FIELD, 2009). Como experimento, retiramos o primeiro fator e o primeiro componente, que dá uma carga maior para os bens de menor valor, e a correlação é sempre acima de 0,6 com o índice agregado pela média. Se combinamos pela média os diferentes fatores em uma única medida, retirando para cada uma das dimensões os fatores ou componentes que as análises multivariadas apontam, essa tem uma

correlação de 0,9 com o índice agregado pela soma. Assim, podemos dizer que independentemente do método, o índice representa as características, os serviços e os bens que compõem o domicílio. Preferimos a agregação pela soma ponderada, pois a achamos mais clara, e esse não é um método incomum, foi empregado em outros trabalhos (TOWNSEND, 1979), pois a retirada de fatores ou componentes padroniza os itens por seu *z-score*, o que afeta a desigualdade da distribuição dos indicadores individuais. Os dados das PNADs trazem informações gerais para a caracterização de domicílios pobres e não pobres nessa dimensão de acesso a bens e serviços, mas é necessário dizer que essa é uma abordagem apenas próxima daquela recomendada pela literatura (TOWNSEND, 1979; NOLAN e WHELAN, 1999; EGPS, 2006), pois estamos trabalhando com dados que não advêm de um *survey* próprio, em que se caracterizam as dimensões relevantes e se validam os indicadores com perguntas feitas especificamente para tanto. Ainda assim, achamos que essa será uma contribuição para a compreensão do fenômeno no país se trabalharmos com informações que vão além da renda.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, ou EBIA, é uma medida psicométrica construída para caracterizar o direito de todos a ter continuamente acesso a alimento de qualidade adequada em quantidade suficiente. Ela é uma adaptação da escala norte-americana, que mede diretamente a segurança alimentar de um domicílio (CORRÊA, 2007). Em 2004, 2009 e 2013, a PNAD contou com um instrumento complementar, que tinha 15 perguntas até 2010 e passou a 14 daí em diante (IBGE, 2014b), que permitem classificar a intensidade da insegurança alimentar existente no domicílio nos últimos três meses, em: ausente, leve, moderada e grave. De maneira geral, o domicílio com segurança alimentar é aquele em que, no período de referência, não ocorreu nenhuma das quatro situações:

a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; e d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou [...] (IBGE, 2014b)

O domicílio com insegurança alimentar é aquele em que, no período de referência, ocorreu pelo menos uma das quatro situações acima. Os graus de insegurança são dados pela quantidade de situações de insegurança que um domicílio pode ter passado no período de referência, com diferença nos números para aqueles que têm e os que não têm moradores

menores de 18 anos. Assim, além das quatro situações acima, temos as situações envolvendo moradores menores de idade:

[...] e) algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; f) algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; g) algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; h) algum morador de 18 anos ou mais de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida; i) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida; j) algum morador de menos de 18 anos de idade não comeu quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida; k) algum morador de menos de 18 anos de idade teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; l) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; m) algum morador de menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; ou n) algum morador de menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida (IBGE, 2014b).

A classificação de acordo com os graus de insegurança envolve mais situações quando o domicílio tem pelo menos um morador com menos de 18 anos de idade. A insegurança alimentar leve envolve ter passado por uma a cinco das situações em domicílios com menores e de uma a três nos sem menores, a insegurança moderada de seis a nove para os domicílios com menores e de quatro a cinco sem menores e a insegurança grave de dez a 14 ou seis a oito para com e para aqueles sem menores, respectivamente. Portanto, domicílios sem insegurança alimentar são aqueles com acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, que sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo (CORRÊA, 2007; CORRÊA e LEON, 2009; IBGE, 2014b). Domicílios com preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas têm insegurança moderada (CORRÊA, 2007; CORRÊA e LEON, 2009; IBGE, 2014b). Domicílios com insegurança moderada experienciam uma redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos (CORRÊA, 2007; CORRÊA e LEON, 2009; IBGE, 2014b). E, por fim, domicílios com insegurança grave apresentam redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças, e/ou privação de alimentos, bem como fome (CORRÊA, 2007; CORRÊA e LEON, 2009; IBGE, 2014b).

Como critério de identificação dos pobres escolhemos as linhas relativas a 60% da mediana no caso da renda domiciliar e do índice de recursos do domicílio. Na dimensão da segurança alimentar, qualquer seja o grau de insegurança alimentar, um domicílio onde isso aconteça pode ser considerado pobre, ainda mais em um cenário onde o problema não é dado

pela escassez de alimentos (SEN, 2010). Em valores (R\$) reais, deflacionados pelo INPC para 2014, as linhas de pobreza de renda domiciliar são 854, 803, 824, 872, 965, 1021, 1044, 1088, 1155, 1253, 1283 e 1320, respectivamente para os anos pesquisados. Notamos o aumento de R\$ 466 (55%) na comparação de 2014 com 2002. A análise de sensibilidade dos índices de pobreza pela escolha da linha mostrou resultados satisfatórios, não havendo uma grande variação nos resultados em razão de uma pequena alteração na linha. As linhas relativas para o índice de recursos do domicílio são, ao longo dos anos estudados: 1,635, 1,614, 1,634, 1,667, 1,679, 1,647, 1,660, 1,672, 1,738, 1,735, 1,762 e 1,740. A elevação da mediana, já constatada no capítulo um, fez com que a linha se movesse 0,105 (6%). A análise da sensibilidade dos índices de pobreza pela escolha das linhas é menos satisfatória do que a análise para as linhas no vetor de renda, muito em razão da distribuição mais truncada do índice. A seguir, apresentamos a análise dos resultados nas três dimensões.

INCIDÊNCIA DE POBREZA DOMICILIAR

Partindo da análise geral dos resultados, podemos ver que a incidência global de pobreza de renda domiciliar cai um pouco no período, 3 pontos percentuais (aproximadamente 10%). O resultado para os domicílios onde as pessoas de referência têm posição de classe é um pouco melhor, a queda é de 4 pontos percentuais (aproximadamente 11%). A linha relativa não regionalizada resulta resultados mais preocupantes do que os encontrados no capítulo anterior. Capitalistas e fazendeiros são a posição que menos apresenta o risco absoluto de pobreza, em 2004 não foi possível calcular a incidência, pois não havia casos de domicílios classificados como pobres para esse grupo. Os coeficientes são chegam a 1% quando arredondados em 2005, 2006 e 2012. Domicílios de autônomos especialistas vêm em seguida no *ranking* de menor exposição absoluta ao risco de pobreza, de forma arredondada, o percentual mostra uma piora ao longo do período, mas isso se dá de maneira muito restrita, em razão do nível desses coeficientes. O mesmo acontece para os empregados especialistas, com aumento de 1 ponto percentual no período, mas ainda assim a terceira posição a enfrentar os menores riscos de pobreza de renda domiciliar. Gerentes e pequenos empregadores apresentam coeficientes em torno de 5% no período, ao final, gerentes estão em uma melhor situação, pois o risco absoluto

cai 2 pontos percentuais, enquanto que o risco absoluto para pequenos empregadores cai 1 ponto percentual.

Tabela 36 – Incidência de pobreza de renda domiciliar por posição de classe da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0%	0%		1%	1%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%
	0,002	0,003		0,003	0,002	0,003	0,003	0,002	0,002	0,004	0,002	0,002
Aut. Esp.	1%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%
	0,004	0,005	0,005	0,003	0,004	0,003	0,003	0,004	0,004	0,004	0,004	0,005
Gerente	6%	4%	4%	4%	4%	4%	5%	4%	3%	4%	3%	4%
	0,005	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,005	0,004	0,005	0,004	0,004	0,004
Emp. Esp.	2%	2%	1%	2%	1%	2%	1%	2%	2%	3%	2%	3%
	0,003	0,003	0,002	0,003	0,002	0,003	0,002	0,002	0,003	0,003	0,003	0,003
Peq. Emp.	6%	5%	6%	5%	6%	5%	7%	5%	5%	5%	4%	5%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
Aut. Ativ.	19%	18%	16%	19%	19%	18%	18%	19%	17%	19%	18%	19%
	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Aut. Agr.	48%	42%	42%	43%	43%	42%	41%	39%	41%	39%	38%	37%
	0,008	0,008	0,007	0,008	0,008	0,008	0,008	0,009	0,009	0,01	0,01	0,01
Emp. Qual.	8%	8%	7%	8%	8%	9%	8%	10%	10%	11%	9%	11%
	0,005	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,005	0,005	0,005	0,004	0,005
Supervisor	13%	11%	10%	11%	12%	13%	7%	6%	6%	7%	5%	7%
	0,008	0,008	0,007	0,008	0,008	0,009	0,007	0,007	0,008	0,007	0,007	0,007
Trab. Típ.	23%	20%	19%	20%	22%	21%	21%	22%	21%	22%	21%	23%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
Trab. Elem.	59%	56%	53%	54%	54%	53%	53%	54%	50%	51%	50%	52%
	0,006	0,006	0,006	0,005	0,005	0,006	0,006	0,006	0,006	0,006	0,006	0,006
Aut. Prec.	36%	34%	34%	33%	35%	33%	34%	35%	30%	32%	30%	32%
	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,006	0,006	0,005
Emp. Dom.	53%	51%	47%	49%	47%	47%	43%	47%	43%	44%	43%	44%
	0,009	0,009	0,009	0,009	0,008	0,008	0,008	0,008	0,008	0,008	0,008	0,008
Agr. Prec.	65%	64%	64%	63%	65%	59%	59%	58%	59%	61%	59%	59%
	0,010	0,010	0,010	0,010	0,010	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011
Trab. Subis.	57%	42%	42%	43%	43%	51%	48%	50%	54%	53%	54%	48%
	0,012	0,012	0,011	0,011	0,01	0,01	0,01	0,01	0,011	0,011	0,01	0,01
Trab. Exd.	67%	66%	66%	63%	65%	64%	65%	68%	67%	69%	68%	67%
	0,008	0,007	0,008	0,008	0,008	0,008	0,008	0,008	0,009	0,009	0,009	0,008
Total (Clas.)	32%	30%	29%	29%	30%	29%	28%	30%	28%	28%	27%	28%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
	82	83	86	90	91	88	87	89	77	80	79	83
Total (Pop.)	33%	30%	29%	29%	30%	30%	29%	30%	29%	30%	29%	30%
	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,002	0,002	0,001	0,001
	104	106	110	115	116	115	115	118	106	111	111	115

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); até 2003, excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linha de pobreza relativa calculada a 60% da mediana; erro padrão em baixo do coeficiente, número de casos (mil) abaixo do erro padrão do total para classes e total para população.

Autônomos com ativos já apresentam um risco absoluto considerável, em 2002 é de 19% a incidência de pobreza domiciliar, esse valor oscila mas se mantém ao longo do período. A incidência é ainda maior para os domicílios onde a pessoa de referência é autônomo agrícola, em 2002 quase metade dos domicílios estava abaixo da linha de pobreza, mas a tendência é

bem favorável, com uma queda absoluta (relativa) de 11% (22%), chegando aos 37% em 2014. Empregados qualificados apresentam uma tendência de piora nos riscos absolutos, de 8% de incidência em 2002 vão para 11% em 2014, aumento de 3 pontos percentuais (31%). Supervisores apresentam níveis mais favoráveis ao final do período, com queda de 6 pontos percentuais na incidência, uma redução relativa de aproximadamente 50% no risco absoluto. A queda ocorre mesmo de 2007 para 2008, sem alteração brusca no erro padrão, ou no número de observações utilizadas para os cálculos. Para essa posição parece haver dois níveis de risco, uma até 2007 e outra a partir de 2008. Os coeficientes para os domicílios de trabalhadores típicos oscilam no período em torno dos 22%, mas ao final são os mesmos do início.

Dentre os destituídos, os autônomos precários são aqueles que apresentam os menores níveis de incidência, com queda de 4 pontos percentuais (11%) no período. Essa é a posição que apresenta os coeficientes mais próximos aos encontrados para a população como um todo. A melhor tendência, no entanto, é para os empregados domésticos, que iniciam o período com mais de 50% dos domicílios em situação de pobreza, mas a situação melhora e o risco cai (9 pontos percentuais, 17%), chegando ao final com o segundo menor valor, dentre os destituídos. Os domicílios de trabalhadores elementares, de agricultores precários e trabalhadores de subsistência também apresentam redução na incidência de pobreza, mas apenas os últimos chegam a estar abaixo do risco absoluto de 50% de pobreza domiciliar. Os valores mais altos são os dos trabalhadores excedentes, chegando a quase 70% de incidência, e sem grandes alterações no período. Uma linha relativa, não regionalizada, sob o fluxo total de renda nas unidades domiciliares, revela o quão arriscada é vida de pessoas em domicílios onde a pessoa de referência não conta com ativos produtivos relevantes.

Os domicílios apresentam diferentes níveis de incidência e tendência em razão das características de sexo, cor, idade e educação da pessoa de referência. Há uma clara vantagem para os domicílios onde o chefe é homem, e essa desvantagem cai pouco no período. Em relação à cor, há uma vantagem muito grande para os domicílios chefiados por pessoas brancas e amarelas em relação aos demais. Essa vantagem diminui um pouco em relação às pessoas de referência pardas e pretas no período, mas se mantém em relação às indígenas. Quanto à idade, domicílios chefiados por pessoas mais jovens estão em maior risco absoluto de pobreza de renda domiciliar. A vantagem categórica relativa é dada para os domicílios com indivíduos entre 46 e 65 anos, mas a forte tendência de queda (12 pontos percentuais, 32%) da incidência para os domicílios chefiados por pessoas mais velhas (66 anos ou mais) faz a distribuição dos riscos se darem em 2014 de forma ordinal para as faixas etárias, dos chefiados por mais velhos para

aqueles chefiados para os mais novos temos em termos de incidência: 25%, 26%, 27%, 30%, 36% e 49%. A desvantagem dos domicílios com pessoas mais novas à sua frente também cai, em razão da tendência de queda para estes, e da constância para aqueles com pessoa de referência entre 45 e 65 anos, mas ainda assim, uma forte assimetria pode ser vista ao final.

Tabela 37 – Incidência de pobreza de renda domiciliar por características individuais da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo												
<i>Masculino</i>	31%	28%	26%	27%	28%	27%	27%	28%	26%	27%	26%	27%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Feminino</i>	40%	36%	35%	34%	34%	35%	34%	35%	35%	35%	34%	35%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002
Cor ou raça												
<i>Indígena</i>	43%	42%	37%	38%	35%	36%	40%	32%	40%	41%	43%	43%
	0,034	0,034	0,033	0,03	0,025	0,025	0,027	0,028	0,024	0,026	0,025	0,024
<i>Branca</i>	25%	21%	20%	21%	21%	21%	21%	22%	22%	22%	21%	22%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Preta</i>	41%	39%	36%	35%	36%	36%	36%	37%	36%	37%	35%	36%
	0,006	0,006	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
<i>Amarela</i>	16%	15%	12%	11%	16%	21%	17%	18%	19%	17%	19%	13%
	0,019	0,018	0,016	0,014	0,016	0,018	0,016	0,019	0,017	0,017	0,019	0,016
<i>Parda</i>	44%	41%	39%	39%	39%	39%	38%	39%	37%	38%	36%	37%
	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
Faixa etária												
<i>0 a 25 anos</i>	53%	50%	49%	49%	52%	49%	49%	50%	47%	50%	47%	49%
	0,007	0,007	0,006	0,006	0,006	0,006	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007
<i>26 a 35 anos</i>	38%	37%	35%	36%	38%	36%	35%	38%	35%	35%	34%	36%
	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,004	0,004	0,004	0,004
<i>36 a 45 anos</i>	30%	29%	27%	28%	29%	29%	28%	30%	29%	30%	29%	30%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>46 a 55 anos</i>	26%	24%	24%	23%	25%	25%	25%	26%	26%	27%	27%	27%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>56 a 65 anos</i>	29%	25%	24%	23%	24%	24%	24%	25%	25%	26%	26%	26%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,003
<i>66 anos ou +</i>	37%	26%	25%	24%	24%	26%	24%	24%	25%	25%	25%	25%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,003
Anos de estudo												
<i>0 a 3 anos</i>	53%	47%	45%	45%	46%	46%	45%	45%	45%	45%	44%	44%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>4 a 7 anos</i>	34%	32%	31%	32%	33%	33%	33%	35%	33%	35%	35%	36%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>8 a 10 anos</i>	25%	24%	24%	25%	27%	27%	27%	29%	30%	32%	31%	33%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
<i>11 anos</i>	14%	13%	13%	14%	16%	17%	17%	19%	20%	21%	21%	24%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>12 a 14 anos</i>	5%	7%	6%	6%	7%	9%	9%	11%	12%	15%	14%	15%
	0,004	0,005	0,004	0,004	0,004	0,005	0,004	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
<i>15 anos ou +</i>	2%	1%	2%	2%	2%	3%	4%	4%	5%	5%	5%	5%
	0,002	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linha de pobreza relativa calculada a 60% da mediana; erro padrão em baixo do coeficiente.

Os grupos por anos de estudo mostram uma alteração na estrutura dos riscos absolutos relevante no período. Domicílios onde a pessoa de referência não tem escolaridade ou têm apenas o primeiro ciclo (até três anos) do ensino fundamental, apresentam uma tendência de queda de 9 pontos percentuais (17%). Todos os outros grupos apresentam aumento na incidência no período. A tendência desfavorece mais aqueles com o ensino médio completo (11 anos), que terminaram em 2014 com aumento absoluto (relativo) de 10 pontos percentuais (69%), e aqueles com ensino superior incompleto (12 a 14 anos, em que a diferença absoluta de incidência é maior em 10 pontos percentuais, mas a diferença relativa (210%) aponta para um coeficiente três vezes maior em 2014 do que em 2002. Domicílios onde a pessoa de referência tem ensino superior completo também apresentam aumento da incidência de pobreza (3 pontos percentuais, 179%), mas ainda mantém uma vantagem considerável em relação aos demais grupos.

Em razão da localização do domicílio é possível notar que aqueles situados em área rural tiveram uma tendência mais favorável (9 pontos percentuais, 16%) do que aqueles em área urbana (2 pontos percentuais, 7%), diminuindo um pouco a desvantagem relativa dada por essa característica, mas ainda com uma distância entre as incidências significativa em 2014 (22 pontos percentuais). O ordenamento dos riscos absolutos dado pela segmentação das macrorregiões se alterou um pouco no período. A região Norte é a única que apresenta aumento da incidência (1 ponto percentual), mas não parece ser devido à inclusão na amostra da PNAD dos domicílios da área rural, dado que isso ocorreu em 2004, e o coeficiente para esse ano é o segundo menor no recorte temporal. Esse pequeno aumento ocorre nos anos mais recentes. A região Nordeste apresenta uma queda absoluta (relativa) de 7 pontos percentuais (13%), a segunda maior, mas é aquela que ainda apresenta o maior nível de pobreza em 2014, com uma distância considerável em relação ao centro-sul do país. A região Sudeste apresenta um quadro de estabilidade, com pequena queda na incidência (1 ponto percentual). A região Sul apresenta uma queda absoluta (relativa) de 5 pontos percentuais (21%) e em 2014 é aquela com o menor risco absoluto, melhorando a sua posição relativa ao ultrapassar o Sudeste. A região Centro-Oeste apresenta a maior queda absoluta e relativa dos coeficientes, 8 pontos percentuais e 27%, respectivamente, eliminando a desvantagem para com o Sudeste. Quanto à localização pelo tamanho do município (área censitária), temos alteração apenas em relação aos domicílios localizados em municípios pequenos (não autorrepresentativos), a queda absoluta (relativa) da

incidência de pobreza é de 6 pontos percentuais (14%), diminuindo a desvantagem em relação aos municípios médios (autorrepresentativos) e grandes (região metropolitana).

Tabela 38 – Incidência de pobreza de renda domiciliar por características de localização do domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação												
<i>Urbana</i>	29%	26%	25%	25%	26%	26%	25%	27%	26%	27%	26%	27%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Rural</i>	58%	51%	49%	49%	50%	50%	49%	49%	49%	50%	49%	49%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
Macrorregião												
<i>Norte</i>	38%	34%	35%	36%	37%	38%	36%	38%	39%	39%	39%	39%
	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,004	0,004	0,004
<i>Nordeste</i>	53%	50%	49%	48%	49%	48%	48%	48%	48%	48%	47%	46%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>Sudeste</i>	24%	22%	20%	21%	21%	21%	21%	22%	21%	22%	21%	23%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Sul</i>	25%	20%	19%	19%	21%	20%	20%	20%	19%	20%	19%	20%
	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>Centro-oeste</i>	32%	28%	25%	27%	27%	27%	25%	26%	24%	24%	23%	23%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
Área Censitária												
<i>Reg. Metropol.</i>	24%	23%	22%	22%	23%	23%	23%	24%	22%	24%	22%	24%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Mun. Autor.</i>	26%	24%	22%	22%	23%	23%	23%	24%	25%	25%	24%	26%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>Mun. Não Aut.</i>	43%	38%	36%	37%	37%	37%	36%	37%	37%	38%	37%	37%
	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,003	0,003	0,002	0,002

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas calculadas a 60% da mediana; erro padrão em baixo do coeficiente.

A incidência de pobreza de recursos domiciliares mostra uma tendência geral oposta à de renda e à de segurança alimentar. Alguns dos itens que compõem o índice apresentam uma alteração considerável em sua distribuição, conforme relatamos no capítulo um. Vários deles, como acesso à energia elétrica, TV, geladeira, celular etc. são recursos quase universais nos domicílios brasileiros. A distribuição perde amplitude, já que os itens são ponderados pelo inverso de sua frequência relativa (escassez), o desvio padrão e os valores dos percentis mais altos diminuem. A média também diminui, já que essa é muito afetada pelos valores extremos, enquanto a mediana cresce. A incidência global de pobreza também se altera, por estar definida a partir de uma linha móvel, que acompanha a mediana. É preciso ter mais acesso a serviços e a mais bens para não ser considerado pobre. Para a população como um todo, temos uma incidência de 18% em 2002 que sobe para 24% em 2014. Considerando apenas os domicílios

onde a pessoa de referência tem posição de classe atribuída, o valor do risco absoluto vai de 19% para 24%. Nesse contexto, os grupos que aumentaram menos o seu acesso aos bens e serviços apresentam uma piora relativa. Os domicílios chefiados por capitalistas e fazendeiros apresentam os menores níveis de pobreza de recursos. Os valores estimados não chegam a 1% em 2002 e 2004, e esse é o valor máximo do risco absoluto nos outros anos. Assim também acontece para os domicílios de autônomos especialistas. Os domicílios de gerentes apresentam uma elevação na incidência até 2008 e depois queda, terminam o período com aumento de 1 ponto percentual. Empregados especialistas têm a mesma diferença, mas com valores oscilando entre 1% e 2% ao longo do período. Domicílios de pequenos empregadores apresentam uma tendência parecida com a de gerentes, mas com um nível 1 ponto percentual acima, aumento da incidência até 2008, com queda posterior e terminando com aumento de 1 ponto também. O aumento absoluto para as posições privilegiadas é, portanto, menor do que o para a população ou para todos aqueles domicílios onde as pessoas de referência têm posição de classe atribuída. Autônomos com ativos e agrícolas apresentam um aumento da incidência de 6 pontos percentuais, mas em níveis bem diferentes de risco absoluto de pobreza. Os primeiros saem de 10% para 16%, ou seja, aumento de 62%, e os últimos saem de 28% para 34%, aumento de 22%. A tendência é pior para o primeiro, mas ainda assim, ao final do período, temos o dobro de domicílios em situação de pobreza para o segundo no comparativo para o agrupamento de controladores de pequenos ativos. Dentre os trabalhadores não destituídos os empregados qualificados apresentam o menor nível de pobreza no período, os resultados oscilam e a diferença entre 2014 e 2002 é de 2 pontos percentuais, aumento de 22%. Os supervisores são a única posição para a qual os coeficientes caem, apresentam uma melhora de 3 pontos percentuais (19%) no período. A incidência para trabalhadores típicos é bem próxima daquela encontrada para a população como um todo, a tendência é um pouco melhor, com o aumento de 4 pontos percentuais (23%) e não 6 pontos percentuais (36%). Dentro do seu agrupamento de classe, no entanto, os trabalhadores típicos têm uma piora na sua posição relativa ao longo do tempo sob análise. Dentre os destituídos, os domicílios de trabalhadores elementares e agrícolas precários são os que apresentam os piores resultados no início do período, 44% e 43%, respectivamente. A pior tendência acomete os trabalhadores de subsistência, aumento de 27 pontos percentuais, fazendo o risco absoluto mais que dobrar no período, e assim se aproximar dos dois primeiros. A melhor tendência é a dos empregados domésticos, a incidência cresce menos (4 pontos percentuais, 13%) para esse grupo do que cresce para as demais posições destituídas e para a população. Os domicílios de autônomos precários são aqueles com o menor nível de pobreza no período analisado, com 22% em 2002 e terminando com 28% em 2014.

Não só o nível é pior para os destituídos, a tendência é a mais desfavorável, fazendo a desigualdade de risco absoluto de pobreza aumentar no período.

Tabela 39 – Incidência de pobreza de recursos domiciliares por posição de classe da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	0,002	0,004	0,002	0,004	0,002	0,004	0,004	0,004	0,003	0,004	0,003	0,004
Aut. Esp.	1%	1%	1%	0%	1%	0%	1%	0%	1%	1%	1%	1%
	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,003	0,003	0,004	0,003	0,002	0,003
Gerente	4%	4%	6%	5%	6%	5%	7%	6%	5%	5%	5%	5%
	0,004	0,005	0,005	0,004	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,005
Emp. Esp.	1%	2%	1%	1%	2%	2%	1%	2%	1%	2%	2%	2%
	0,002	0,003	0,002	0,002	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
Peq. Emp.	5%	6%	5%	6%	7%	6%	8%	8%	7%	7%	7%	6%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,005	0,004	0,005	0,004
Aut. Ativ.	10%	10%	10%	11%	13%	12%	14%	14%	14%	16%	16%	16%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Aut. Agr.	28%	29%	30%	30%	29%	32%	34%	33%	39%	35%	36%	34%
	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,01	0,01	0,01	0,01
Emp. Qual.	7%	7%	7%	6%	8%	8%	8%	9%	9%	8%	9%	8%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
Supervisor	13%	11%	14%	12%	15%	13%	9%	11%	11%	9%	10%	11%
	0,008	0,009	0,009	0,008	0,009	0,009	0,008	0,009	0,01	0,008	0,009	0,009
Trab. Típ.	18%	17%	18%	17%	21%	20%	22%	22%	22%	22%	22%	22%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
Trab. Elem.	44%	45%	45%	45%	46%	44%	49%	50%	51%	50%	52%	51%
	0,007	0,007	0,006	0,006	0,006	0,006	0,006	0,006	0,007	0,007	0,007	0,007
Aut. Prec.	22%	22%	24%	23%	25%	24%	26%	27%	28%	29%	28%	28%
	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Emp. Dom.	31%	30%	31%	29%	33%	31%	32%	34%	35%	33%	35%	35%
	0,009	0,009	0,009	0,008	0,008	0,008	0,008	0,007	0,008	0,008	0,008	0,007
Agr. Prec.	43%	43%	47%	46%	47%	51%	53%	53%	58%	58%	58%	56%
	0,017	0,016	0,016	0,015	0,015	0,015	0,015	0,014	0,015	0,014	0,014	0,014
Trab. Sub.	22%	26%	27%	27%	31%	36%	36%	44%	51%	51%	52%	49%
	0,012	0,012	0,013	0,012	0,011	0,013	0,012	0,012	0,013	0,013	0,012	0,011
Trab. Exd.	24%	26%	26%	26%	30%	27%	30%	33%	34%	34%	37%	34%
	0,007	0,007	0,008	0,007	0,008	0,007	0,008	0,008	0,009	0,009	0,009	0,008
Total (Clas.)	19%	19%	20%	19%	22%	21%	23%	24%	24%	24%	24%	24%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
	71	72	76	79	81	79	80	83	74	77	77	80
Total (Pop.)	18%	18%	18%	18%	20%	20%	21%	22%	24%	23%	24%	24%
	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
	91	93	98	102	105	105	107	110	103	107	108	112

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linha de pobreza relativa calculada a 60% da mediana; erro padrão em baixo do coeficiente, número de casos (mil) abaixo do erro padrão do total para classes e total para população.

Na dimensão dos recursos do domicílio também é possível ver uma vantagem para aqueles chefiados por homens em relação aos chefiados por mulheres. A tendência no período demonstra uma pequena aproximação entre os níveis, diminuindo um pouco (1 ponto percentual) a desvantagem categórica relativa. Em relação à cor ou raça declarada pela pessoa

de referência é possível notar que a tendência faz aumentar a desvantagem de indígenas, pardos e pretos em relação a brancos e amarelos. Para os indígenas há uma alta variação entre 2009 e 2011, sem alterações expressivas no número de domicílios ou no erro padrão, apesar desse último ser alto e ser necessário ver com cautela os resultados. Domicílios chefiados por pessoas que se autodeclararam amarelas têm o melhor nível (6%) e tendência (0 ponto percentual) no período, apesar de apresentarem também um erro padrão alto e, por isso, requerem mais cautela.

Assim como para a dimensão da renda, os domicílios chefiados por adultos na faixa dos 45 a 65 anos apresentam menor incidência do que aqueles chefiados por pessoas mais novas. Os domicílios onde a pessoa de referência tem até 25 anos apresentam o pior nível e a pior tendência para os coeficientes, em 2002 a incidência é de 36%, e ela aumenta no período, chegando a um patamar mais alto, 10 pontos percentuais em 2014. Essa é a pior tendência absoluta. Diferentemente do que acontece para a incidência de pobreza de renda, os domicílios de pessoas com 66 anos ou mais não apresentam uma tendência que os leva à melhor situação relativa no final do período. Há, ao final, ainda uma pequena desvantagem de 3 pontos percentuais em relação aos domicílios dos grupos de 46 a 55 anos e 56 a 65 anos.

Segundo a escolaridade do chefe, os domicílios também apresentam diferenças marcadas no risco absoluto de pobreza de recursos domiciliares. Para os domicílios chefiados por pessoas sem escolaridade com apenas com o primeiro ciclo temos uma incidência de quase 30% em 2002, valor que aumenta gradativamente ao longo do período de análise, alcançando pouco mais de 42%, resultando em uma diferença absoluta (relativa) de 13 pontos percentuais (44%). Essa é a pior tendência absoluta. Para os domicílios onde a pessoa de referência tem apenas o fundamental incompleto vemos uma piora de 9 pontos percentuais, atingindo quase 30% de pobreza de recursos em 2014. Para aqueles com ensino fundamental completo, mas ensino médio incompleto, temos o aumento de 11 pontos percentuais na incidência, a segunda pior tendência absoluta. Para os domicílios com chefe que concluiu o ensino médio temos um patamar significativamente menor do que aos correspondentes de categorias menos escolarizadas, especialmente no início do período, em que o nível é pouco menor do que a metade se comparada à categoria imediatamente abaixo, e ainda menor se comparada com as demais. A tendência absoluta é melhor, fazendo aumentar a distância em termos de pontos percentuais em relação aos grupos menos escolarizados. Os grupos mais escolarizados, com ensino superior incompleto e completo, apresentam os melhores níveis e tendência no período, fazendo com que a desigualdade nos riscos absolutos aumente.

Tabela 40 – Incidência de pobreza de recursos domiciliares por características individuais da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo												
<i>Masculino</i>	18%	19%	19%	19%	21%	21%	23%	23%	24%	24%	25%	25%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Feminino</i>	15%	15%	15%	15%	18%	17%	19%	20%	22%	22%	23%	23%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
Cor ou raça												
<i>Indígena</i>	22%	21%	21%	22%	20%	20%	23%	25%	37%	34%	37%	36%
	0,031	0,031	0,03	0,027	0,022	0,021	0,023	0,027	0,026	0,029	0,028	0,026
<i>Branca</i>	12%	12%	13%	12%	14%	13%	14%	14%	16%	15%	15%	15%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Preta</i>	23%	24%	23%	22%	26%	25%	27%	29%	30%	29%	30%	30%
	0,006	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
<i>Amarela</i>	6%	3%	4%	4%	5%	9%	9%	6%	13%	8%	10%	6%
	0,011	0,008	0,009	0,008	0,009	0,012	0,011	0,01	0,013	0,011	0,012	0,01
<i>Parda</i>	26%	26%	27%	27%	29%	28%	31%	32%	32%	32%	33%	32%
	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
Faixa etária												
<i>0 a 25 anos</i>	36%	38%	38%	36%	43%	41%	43%	43%	44%	46%	44%	46%
	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007
<i>26 a 35 anos</i>	25%	25%	26%	26%	29%	27%	31%	31%	31%	30%	30%	30%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,004	0,003	0,004	0,003
<i>36 a 45 anos</i>	16%	16%	17%	17%	20%	19%	21%	22%	23%	22%	23%	23%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>46 a 55 anos</i>	12%	12%	13%	12%	15%	14%	16%	17%	19%	19%	20%	20%
	0,003	0,003	0,003	0,002	0,003	0,002	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>56 a 65 anos</i>	12%	13%	13%	13%	13%	14%	15%	17%	19%	18%	20%	19%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>66 anos ou +</i>	14%	14%	14%	15%	16%	16%	17%	18%	21%	21%	23%	22%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
Anos de estudo												
<i>0 a 3 anos</i>	29%	31%	31%	31%	33%	33%	36%	38%	40%	42%	43%	42%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,004	0,004	0,004
<i>4 a 7 anos</i>	20%	20%	21%	20%	23%	22%	25%	26%	27%	28%	29%	29%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>8 a 10 anos</i>	15%	15%	16%	16%	20%	19%	21%	22%	25%	25%	25%	26%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,004	0,003	0,003	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
<i>11 anos</i>	7%	8%	8%	9%	12%	11%	13%	13%	15%	14%	16%	16%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>12 a 14 anos</i>	3%	3%	3%	3%	4%	4%	5%	6%	7%	7%	7%	7%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,004	0,004	0,004	0,003	0,003
<i>15 anos ou +</i>	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,002	0,001	0,001	0,001

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linha de pobreza relativa calculada a 60% da mediana; erro padrão em baixo do coeficiente.

A evolução dos riscos de pobreza em razão da localização dos domicílios mostra o aumento da desigualdade nos níveis de pobreza de recursos entre aqueles situados na área urbana e os situados na área rural. A distância entre os níveis era de 27 pontos percentuais em

2002, em 2014 essa distância é de 32 pontos percentuais. Algo semelhante ocorre quando olhamos para as diferenças dadas para as clivagens por macrorregiões. Enquanto as regiões do centro-sul do país ficam em níveis mais ou menos estáveis, a incidência piora para os domicílios do Norte e Nordeste, 16 pontos percentuais (57%) e 11 pontos percentuais (38%), respectivamente. A incidência de pobreza piora para todos os grupos de domicílios divididos em função do tamanho dos municípios, mas a piora é ordinal em razão do tamanho, 2 pontos percentuais (17%) para os de região metropolitana, 6 pontos percentuais (38%) para os médios e 10 pontos percentuais (42%) para os pequenos.

Tabela 41 – Incidência de pobreza de recursos domiciliares por características de localização do domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Situação												
<i>Urbana</i>	15%	16%	16%	15%	18%	17%	19%	19%	20%	20%	21%	20%
	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Rural</i>	42%	41%	42%	43%	43%	45%	47%	48%	54%	54%	54%	52%
	0,006	0,006	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Macrorregião												
<i>Norte</i>	29%	30%	33%	35%	37%	34%	38%	39%	40%	43%	44%	45%
	0,005	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,004
<i>Nordeste</i>	30%	32%	31%	32%	35%	34%	38%	40%	41%	41%	42%	41%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>Sudeste</i>	13%	12%	13%	11%	14%	12%	13%	14%	16%	14%	15%	15%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Sul</i>	14%	14%	13%	13%	14%	14%	16%	14%	15%	15%	15%	15%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>Centro-oeste</i>	22%	22%	21%	23%	25%	25%	26%	26%	25%	24%	25%	23%
	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
Área Censitária												
<i>Reg. Metrop.</i>	12%	12%	12%	11%	14%	12%	13%	15%	15%	14%	14%	15%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>Mun. Autor.</i>	15%	15%	14%	15%	17%	16%	18%	18%	21%	20%	21%	21%
	0,003	0,003	0,002	0,002	0,003	0,002	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002
<i>Mun. Não Aut.</i>	24%	25%	26%	26%	28%	27%	30%	31%	33%	33%	35%	34%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,003	0,003	0,003	0,002

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; linhas relativas calculadas a 60 da mediana; erro padrão em baixo do coeficiente.

A terceira dimensão da pobreza domiciliar é dada pelo grau de insegurança alimentar ao qual um domicílio, e seus componentes, está exposto. Assim como para as demais dimensões, iremos trabalhar com a unidade domicílios, e não pessoas. Os resultados para a população já foram apresentados no capítulo um, mas estamos colocando eles novamente aqui para facilitar a comparação com os resultados específicos. De forma geral é possível notar

claramente uma melhora na incidência de pobreza dada pela insegurança alimentar. A diminuição da incidência de qualquer grau de insegurança é da ordem de 12 pontos percentuais entre 2004 e 2013. Sendo que a maior parte dessa queda se dá entre 2009 e 2013 (7 pontos percentuais), o que é uma certa surpresa, pois como vimos no capítulo dois a melhora mais significativa parece se dar nos primeiros anos do período sob análise. Para os domicílios onde a pessoa de referência tem posição de classe atribuída a situação é muito parecida, com uma pequena diferença (1 ponto percentual) no nível no primeiro ano da coleta dessas informações.

A distribuição dos riscos de insegurança também é marcada pelas clivagens de ativos produtivos. É possível notar como capitalistas e fazendeiros experimentam apenas o grau mais leve e em nível muito baixo a insegurança captada pela EBIA. Para a categoria mais grave não há casos, por isso não foi possível calcular os coeficientes nos anos em que essa dimensão foi pesquisada. Apesar disso, a tendência para esse grupo é de piora em 2 pontos percentuais na comparação 2009 e 2004 e em 1 pontos percentuais na comparação 2013 e 2004. Os especialistas, autônomos e empregados, apresentam os melhores resultados após os capitalistas. A insegurança aumenta um pouco em 2009, mas cai em 2013, com um resultado positivo de 2 pontos percentuais para ambas na comparação de 2013 com 2004. Gerentes estão em uma situação também favorável, com queda de 2 pontos percentuais na incidência, permanecendo entre especialistas e pequenos empregadores dentre os privilegiados. Pequenos empregadores apresentam a melhor tendência dentre os privilegiados, diminuindo a situação de insegurança em 4 pontos percentuais (31%), sendo que em 2013 os casos com grau moderado ou leve não chegam a 1%.

Autônomos com ativos e agrícolas apresentam uma boa tendência de queda na comparação do primeiro com o último ano, para os domicílios dos últimos ela é até um pouco maior que para a população (14 pontos percentuais). A situação dos autônomos agrícolas, no entanto, ainda é pior não só em relação aos autônomos com ativos, privilegiados, e trabalhadores não destituídos, mas também em relação à população como um todo. Boa parte da insegurança alimentar, no entanto, está concentrada no menor grau, mostrando uma intensidade um pouco menor. A melhora para essa posição parece ter ocorrido mais no início do período, diferente do que ocorre para a população, já para os autônomos com ativos a melhora dá-se também no segundo momento.

Tabela 42 – Grau de (in) segurança alimentar domiciliar por posição de classe da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2004/2009/2013

Classe	Não tem			Leve			Moderada			Grave		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Cap. e Faz.	98%	96%	97%	2%	4%	3%	0%	0%	0%	-	-	-
	0,006	0,008	0,007	0,006	0,008	0,007	0,001	0,001	0,001	-	-	-
Esp. Aut.	93%	92%	95%	5%	7%	4%	2%	0%	0%	0%	0%	0%
	0,009	0,009	0,007	0,008	0,009	0,007	0,005	0,001	0,002	0,002	0,002	0,001
Gerente	91%	88%	93%	6%	10%	6%	2%	1%	0%	1%	0%	0%
	0,006	0,007	0,005	0,005	0,007	0,005	0,003	0,002	0,001	0,002	0,001	0,002
Emp. Esp.	93%	91%	95%	5%	8%	5%	1%	1%	0%	0%	0%	0%
	0,006	0,005	0,004	0,005	0,005	0,004	0,002	0,001	0,001	0,002	0,001	0,001
Peq. Emp.	88%	88%	92%	8%	10%	7%	3%	2%	1%	1%	1%	0%
	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,003	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001
Aut. c/ Ativ.	75%	77%	84%	14%	16%	12%	8%	4%	3%	3%	2%	2%
	0,005	0,006	0,005	0,004	0,005	0,004	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002
Aut. Agr.	59%	71%	72%	19%	19%	18%	16%	7%	6%	7%	4%	3%
	0,007	0,008	0,009	0,006	0,007	0,007	0,006	0,004	0,005	0,004	0,003	0,003
Emp. Qual.	82%	82%	87%	12%	15%	11%	5%	3%	2%	1%	1%	1%
	0,006	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
Supervisor	76%	84%	89%	14%	13%	10%	7%	2%	1%	3%	1%	1%
	0,011	0,011	0,009	0,009	0,010	0,009	0,006	0,003	0,003	0,004	0,003	0,002
Trab. Típ.	69%	72%	81%	18%	20%	14%	10%	5%	3%	4%	3%	2%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
Trab. Elem.	48%	56%	64%	22%	25%	22%	19%	11%	8%	11%	9%	6%
	0,005	0,006	0,006	0,005	0,005	0,005	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
Aut. Prec.	52%	61%	73%	21%	23%	17%	17%	8%	6%	10%	7%	4%
	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002
Emp. Dom.	49%	56%	68%	21%	25%	20%	18%	11%	7%	12%	9%	6%
	0,009	0,008	0,007	0,007	0,007	0,006	0,007	0,005	0,004	0,005	0,004	0,004
Aut. Agr.	39%	51%	55%	18%	25%	26%	26%	12%	12%	17%	12%	7%
	0,010	0,010	0,011	0,008	0,009	0,010	0,009	0,007	0,007	0,008	0,007	0,006
Trab. Sub.	55%	58%	54%	18%	21%	25%	17%	12%	12%	10%	10%	9%
	0,011	0,010	0,010	0,009	0,008	0,009	0,009	0,006	0,006	0,007	0,006	0,005
Trab. Exc.	37%	46%	55%	23%	27%	26%	23%	13%	10%	17%	14%	10%
	0,008	0,008	0,009	0,007	0,007	0,008	0,007	0,005	0,005	0,006	0,005	0,005
Total (Clas.)	64%	69%	77%	17%	19%	15%	12%	7%	5%	6%	5%	3%
	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
	88	92	83	88	92	83	88	92	83	88	92	83
Total (Pop.)	65%	70%	77%	16%	19%	15%	12%	7%	5%	7%	5%	3%
	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
	113	121	117	113	121	117	113	121	117	113	121	117

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); erro padrão em baixo do coeficiente, número de casos (mil) abaixo do erro padrão do total para classes e total para a população.

Dentre os trabalhadores não destituídos temos uma situação mais favorável par empregados qualificados e supervisores. A tendência favorece aos últimos, que em 2013 apresentaram o menor nível de insegurança dentro do agrupamento, quando em 2002 isso era

privilégio dos empregados qualificados. Trabalhadores típicos têm a mesma diferença que os supervisores, mas o seu nível de insegurança ainda se aproxima mais do global. A maior parte da queda da incidência para os supervisores acontece no primeiro período, enquanto para qualificados e típicos ocorre na segunda parte do recorte temporal. Algo que também é possível notar é que a insegurança de qualificados e supervisores está mais concentrada no grau leve do que a dos trabalhadores típicos.

Os destituídos apresentam, como esperávamos, os piores níveis de insegurança alimentar. Para eles, o grau também é mais intenso, dado os percentuais que encontramos nas categorias moderada e grave. A tendência, no entanto, é a melhor dentro da estrutura de classes. Temos apenas o caso dos trabalhadores de subsistência, a única posição que experimenta uma piora, que pode ser entendida melhor como estabilidade. O que acontece para essa posição é uma melhora significativa entre 2009 e 2004 e uma piora entre 2013 e 2004. As alterações são mais significativas nos graus mais baixos da escala, categorias leve e moderada, indicando pelo menos uma diminuição na intensidade da insegurança alimentar, mas com a manutenção de praticamente 10% dos domicílios em situação grave em todos os anos. Essa nível e grau de insegurança, com estabilidade, só acontece para essa posição. Os trabalhadores excedentes melhoram a sua posição relativa graças à tendência de melhora da incidência, os resultados em 2013 são mais similares aos dos trabalhadores de subsistência. Algo parecido ocorre para os agrícolas precários. Os melhores resultados da tendência de diminuição global da insegurança alimentar são mais bem sentidos por autônomos precários e empregados domésticos, com uma diminuição da insegurança em 21 e 19 pontos percentuais (43% e 37%), respectivamente. Trabalhadores elementares também, mas em menor grau do que esses dois (16 pontos percentuais, 31%).

As diferenças dos domicílios nos graus de insegurança alimentar também são marcadas por outras características das pessoas que os chefiam. Há uma clara desvantagem para aqueles domicílios que têm mulheres à sua frente. Essa desvantagem categórica relativa cai no período, especialmente no segundo momento, mas é possível ver o grau de insegurança diminuindo no primeiro momento, primeiro temos domicílios caminhando do grau grave e moderado para o leve e depois do leve para a segurança.

Tabela 43 – Grau de (in) segurança alimentar domiciliar por características individuais da pessoa de referência no domicílio – Brasil – 2004/2009/2013

Variáveis	Não tem			Leve			Moderada			Grave		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Sexo												
<i>Masculino</i>	67%	72%	79%	16%	18%	14%	12%	6%	4%	6%	4%	3%
	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Feminino</i>	60%	66%	75%	17%	20%	16%	15%	8%	5%	8%	6%	4%
	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,002	0,001	0,001
Cor/raça												
<i>Indígena</i>	53%	60%	61%	21%	26%	21%	18%	7%	9%	8%	7%	9%
	0,035	0,029	0,023	0,028	0,026	0,019	0,026	0,014	0,014	0,015	0,015	0,013
<i>Branca</i>	75%	79%	86%	13%	15%	10%	8%	4%	2%	4%	3%	2%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Preta</i>	53%	60%	69%	19%	23%	19%	18%	9%	7%	10%	8%	5%
	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,005	0,003	0,003	0,004	0,003	0,002
<i>Amarela</i>	85%	88%	86%	8%	8%	9%	4%	2%	3%	3%	2%	2%
	0,018	0,015	0,015	0,014	0,013	0,013	0,009	0,007	0,008	0,007	0,005	0,005
<i>Parda</i>	53%	61%	70%	20%	23%	19%	17%	9%	6%	10%	7%	4%
	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
Faixa Etária												
<i>0 a 25 anos</i>	59%	64%	72%	19%	22%	19%	15%	8%	5%	7%	6%	4%
	0,006	0,006	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003
<i>26 a 35 anos</i>	62%	66%	75%	18%	22%	18%	13%	7%	5%	6%	5%	3%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001
<i>36 a 45 anos</i>	64%	68%	76%	17%	20%	16%	12%	7%	4%	7%	5%	3%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,001	0,002	0,001	0,001
<i>46 a 55 anos</i>	66%	70%	77%	16%	18%	14%	12%	7%	5%	7%	5%	4%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,001	0,002	0,001	0,001
<i>56 a 65 anos</i>	67%	72%	79%	14%	16%	13%	13%	7%	5%	7%	5%	3%
	0,004	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
<i>66 anos ou +</i>	72%	76%	83%	13%	15%	11%	11%	5%	4%	5%	4%	3%
	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
Anos de Estudo												
<i>0 a 3 anos</i>	50%	57%	65%	18%	22%	20%	20%	11%	9%	12%	10%	7%
	0,003	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
<i>4 a 7 anos</i>	63%	67%	75%	18%	21%	17%	13%	7%	5%	6%	5%	4%
	0,003	0,003	0,003	0,002	0,003	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>8 a 10 anos</i>	69%	70%	77%	18%	20%	16%	10%	6%	4%	4%	4%	3%
	0,004	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
<i>11 anos</i>	80%	78%	83%	13%	17%	13%	6%	4%	3%	2%	2%	1%
	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>12 a 14 anos</i>	86%	83%	87%	9%	13%	10%	3%	2%	2%	1%	1%	1%
	0,007	0,006	0,005	0,006	0,005	0,004	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
<i>15 anos ou +</i>	94%	90%	94%	5%	8%	5%	1%	1%	1%	0%	0%	0%
	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); erro padrão em baixo do coeficiente, número de casos (mil) abaixo do erro padrão do total para classes e total para população.

As diferenças dadas pela cor da pessoa de referência aparecem mais marcadas também nessa dimensão do que as dadas pelo sexo. Domicílios chefiados por pessoas que se declararam indígenas, pardas ou pretas têm o mesmo nível de insegurança em 2004 (47%), o grau também é similar. A tendência favorece menos os indígenas, a distância em relação às brancas e amarelas fica maior por essa razão em 2013. Distância que diminui para os domicílios de pessoas pardas e pretas.

Em relação à faixa etária do chefe do domicílio, é possível ver uma clara vantagem para aqueles com mais idade. A tendência é um pouco parecida para os grupos, mas as desvantagens categóricas em relação aos graus de insegurança alimentar diminuem um pouco, algo que ocorre mais no segundo momento. A clivagem por educação, após a de classe, parece ser a mais significativa dentre as características da pessoa de referência a afetar a distribuição dos riscos absolutos de insegurança alimentar nos domicílios. A tendência, no entanto, mostra uma diminuição dos diferenciais dados a maior escolaridade. Enquanto a situação melhora consecutivamente para aqueles com baixo nível educacional (grupos até dez anos) ela parece oscilar para os com maior nível (11 ou mais anos). Na comparação da incidência de 2013 com a de 2004 temos estabilidade para os domicílios de graduados (15 anos ou mais), melhora absoluta (relativa) de 1 ponto percentual (8%) para aqueles com ensino superior incompleto (12 a 14 anos), de 4 pontos (19%) para ensino médio completo (11 anos), de 9 pontos (28%) para fundamental completo e médio incompleto (oito a dez anos), de 12 pontos (32%) para fundamental incompleto (quatro a sete anos) e de 15 pontos (30%) para os sem escolaridade ou apenas com o primeiro ciclo (até três anos). A tendência favorece, portanto, os grupos menos privilegiados. Ainda assim, em 2013 encontramos distâncias significativas entre os grupos por escolaridade.

Em razão da distribuição territorial dos domicílios é possível ver que a desvantagem dos domicílios rurais aumenta no período, apesar da tendência positiva de diminuição da insegurança alimentar (queda de 8 pontos percentuais, 19%). A insegurança nos domicílios rurais cai bem de 2004 para 2009, mas depois estaciona, praticamente não se alterando entre 2013 e 2009. As diferenças em razão das macrorregiões onde os domicílios se encontram mostram uma tendência não muito clara para as categorias desprivilegiadas. A insegurança cai 10 pontos percentuais (22%) para os domicílios da região Norte e 16 pontos (29%) para os do Nordeste na comparação entre 2013 e 2004. Essa queda é de 13 pontos percentuais (46%) para aqueles no Sudeste, de 9 pontos (36%) para os no Sul e 13 pontos (42%) para os no Centro-Oeste. Assim temos a diminuição da desvantagem para os domicílios da região Nordeste em

relação aos do centro-sul do país, enquanto os da região Norte só melhoram a sua posição relativa aos da região Sul. Os domicílios de municípios grandes melhoram a sua posição relativa frente aos riscos absolutos de pobreza por insegurança alimentar. Os domicílios em municípios médios melhoram a sua posição em relação aos situados em municípios pequenos, mas pioram a sua posição frente aos das regiões metropolitanas. A melhora, portanto, aumenta a desigualdade dos riscos absolutos de insegurança.

Tabela 44 – Grau de (in) segurança alimentar domiciliar por características de localização do domicílio – Brasil – 2004/2009/2013

Variáveis	Não tem			Leve			Moderada			Grave		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Situação												
<i>Urbana</i>	67%	71%	80%	16%	19%	14%	11%	6%	4%	6%	5%	3%
	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Rural</i>	56%	65%	65%	17%	20%	21%	17%	9%	8%	9%	7%	6%
	0,004	0,004	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
Macrorregião												
<i>Norte</i>	54%	60%	64%	18%	22%	22%	17%	9%	8%	11%	9%	7%
	0,005	0,005	0,004	0,004	0,004	0,003	0,004	0,003	0,002	0,003	0,003	0,002
<i>Nordeste</i>	46%	54%	62%	20%	25%	24%	22%	12%	9%	12%	9%	6%
	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
<i>Sudeste</i>	73%	77%	86%	15%	16%	10%	8%	4%	2%	4%	3%	2%
	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Sul</i>	77%	81%	85%	13%	13%	11%	7%	3%	2%	3%	2%	2%
	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Centro-Oeste</i>	69%	70%	82%	16%	20%	13%	10%	6%	3%	5%	4%	2%
	0,004	0,004	0,004	0,003	0,004	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001
Área Censitária												
<i>Reg. Met.</i>	11%	9%	7%	16%	18%	11%	11%	5%	3%	5%	4%	2%
	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
<i>Mun. Aut.</i>	12%	9%	6%	16%	19%	15%	10%	6%	4%	6%	4%	3%
	0,002	0,002	0,001	0,003	0,003	0,002	0,002	0,002	0,001	0,002	0,001	0,001
<i>Mun. ã Aut.</i>	4%	3%	2%	16%	19%	17%	15%	8%	6%	8%	6%	4%
	0,001	0,001	0,001	0,002	0,002	0,002	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4611 nos microdados); erro padrão em baixo do coeficiente, número de casos (mil) abaixo do erro padrão do total para classes e total para população.

É possível notar como as clivagens por grupos sociais de interesse atuam sobre a distribuição dos riscos absolutos de pobreza de renda, de recursos e por insegurança alimentar. Certamente essa relação não é estática, conforme é possível perceber ao analisar alterações ocorridas no período recortado. Essas mudanças certamente afetam as probabilidades de pobreza nessas dimensões, bem como a combinação dos fatores. A fim de averiguar o nível e

tendência do impacto, especialmente do controle sobre ativos produtivos, sobre a propensão à pobreza nesses espaços, é preciso equacionar os fatores. A intensidade e a severidade da pobreza não fornecem informações adicionais relevantes, confirmam a tendência e a estrutura dos resultados encontrados para incidência, por essa razão, passaremos direto ao exame dos efeitos médios dos fatores de interesse sobre as probabilidades de pobreza domiciliar nas três dimensões selecionadas.

EFEITOS MÉDIOS SOBRE AS PROBABILIDADES DE POBREZA DOMICILIAR

Em nossos modelos estimamos os efeitos médios sobre as probabilidades de pobreza das posições de classe, tendo como categoria base os trabalhadores típicos, por sua densidade e o fato de representar o que pode ser considerado a situação “mediana” da estrutura social. Como controles, consideramos o sexo, a cor e a idade da pessoa de referência, bem como a macrorregião, a área censitária e a situação do domicílio. Os valores são apresentados acima com marcadores indicando o p-valor. Abaixo dos coeficientes estão as estimativas com o controle extra pelo nível educacional da pessoa de referência utilizando o método Karlson, Holm e Breen (2011). O valor do pseudo R² e do número de domicílios considerados na análise estão expressos ao final das tabelas.

O ponto de partida são as probabilidades geral e que serviram de base para o cálculo dos efeitos. Em relação à pobreza de renda domiciliar em 2002 a probabilidade geral era de 0,319 com leve tendência de queda até 2004 e depois oscila até atingir 0,284 em 2014. Na comparação com o início do período, portanto, temos uma queda de 0,035 (11%). A probabilidade que serviu de base é a referente ao risco de pobreza para os trabalhadores típicos. Ela está um pouco abaixo do nível encontrado para a população como um todo, temos em 2002 a probabilidade de 0,235 para os típicos. A tendência é parecida com a geral, oscilação no período, terminando em queda de 0,010 (4%). Esses resultados mostram não só um maior nível de pobreza de renda quando comparamos com as estimativas feitas no capítulo dois, mas também uma maior resistência à queda do risco, tanto o geral como o da categoria base. Os resultados não são diretamente comparáveis pois temos aqui uma distribuição de domicílios, e não de pessoas em famílias, bem como, temos uma linha relativa para todo o país. Esse último fator é o que provoca tal resultado, o critério é rigoroso, mais do que a definição via necessidades básicas, ou mesmo via

privação relativa, mas de forma regionalizada. Cabe, ainda, a análise da situação dos domicílios das posições específicas nesse contexto.

A tendência de queda geral é praticamente a regra para as posições específicas da pessoa de referência, com claras diferenças, no entanto. Para capitalistas e fazendeiros não foi possível calcular os efeitos médios em 2004 pois não haviam casos classificados como pobres. Para as posições privilegiadas a tendência para os efeitos é acompanhar o que acontece com a probabilidade geral, se o risco cai os efeitos tendem a cair, se aumenta, os efeitos também se elevam. Essas posições diferem pouco em relação aos níveis, mas, ainda assim, encontramos diferenças entre capitalistas e fazendeiros, especialistas autônomos e empregados, gerentes e pequenos empregadores. Para os capitalistas temos uma diferença entre 2014 e 2002 de 0,013 (5%), para especialistas autônomos ela é de 0,021 (9%), para gerentes 0,003 (2%), para empregados especialistas 0,028 (12%), para pequenos empregadores 0,001 (1%). Resultados que revelam um pouco a relativa perda de força protetiva do ativo de qualificação. Se olharmos para os efeitos após o controle por classe, vemos que quem mais tem o *confounding* com educação é justamente a posição de especialista, autônomos ou empregados. Os efeitos médios após o controle (extra) por educação mostram o algo “a mais” que a posição oferece, e a queda, ao menos a absoluta, nas proteções é um pouco menor. Isso revela ser o que parece ter perdido força a escolaridade, algo que já é possível notar, especialmente em razão das alterações na distribuição desse bem.

Domicílios onde a pessoa de referência é autônoma com ativos apresentam uma vantagem relativa enquanto aqueles onde a pessoa de referência é autônoma agrícola sofrem uma desvantagem em relação aos domicílios de trabalhadores típicos. Essa vantagem e desvantagem caem no período, a proteção dos autônomos com ativos cai um pouco (0,002 7%), o risco dos autônomos agrícolas cai de forma mais significativa (0,028, 21%). Dentro do agrupamento esse resultado revela uma queda na desigualdade de riscos. O controle por educação não afeta muito o nível dos efeitos dessas posições. A tendência é praticamente a mesma também, ela fica um pouco mais acentuada no caso dos agrícolas.

Empregados qualificados e supervisores mostram uma vantagem em relação aos trabalhadores típicos. Os poucos ativos a mais controlados por essas posições de trabalhadores não destituídos são responsáveis por essa vantagem. A tendência para os qualificados, no entanto, é de queda (0,032, 20%), enquanto para os supervisores é de aumento (0,064, 72%). Novamente, a posição com o controle de ativos de qualificação parece mostrar uma piora na

sua posição relativa. Como esperado, o controle por educação afeta mais os qualificados do que os supervisores, já que para o primeiro esse é o ativo constituinte da posição. Os níveis dos efeitos são um pouco menores para ambas as posições, mas a tendência é bem parecida. No caso dos empregados qualificados, diferente para o que acontece para especialistas, autônomos ou empregados, os efeitos médios caem mais após o controle por educação. O fato de ter ensino superior ajuda então a controlar um pouco a queda das proteções dadas por essa posição.

É marcante a desvantagem relativa que os diversos tipos de destituição causam ao analisarmos os resultados das posições que compõem a base da estrutura social. A tendência, no entanto, é favorável para todas. Em todos os casos é possível notar um desconto dos efeitos médios negativos dessas posições. A menor distância é dada aos domicílios de autônomos precários, em torno dos 0,14 até 2009, com queda considerável ao passarmos a 2011. Os efeitos parecem divididos entre essas décadas para a posição. Ao final, temos uma diferença entre 2014 e 2002 de 0,032 (24%), algo que poderia ser muito maior se considerássemos os efeitos em 2004, quando a posição atingiu o maior valor para os efeitos médios (0,153). Trabalhadores elementares enfrentam os riscos em um outro patamar. Em 2002 a probabilidade de pobreza de renda para os domicílios dos elementares aumenta em 0,254, já em 2014 aumenta em 0,211, uma queda na desvantagem de 0,043 (17%). Empregados domésticos começam em um patamar um pouco acima desse, mas terminam em uma posição relativa melhor. Para eles, em 2002 a posição gera um acréscimo na probabilidade de pobreza de 0,273, mas em 2014 esse valor passa para 0,206, uma queda de 0,067 (25%). Agrícolas precários estão num patamar de desvantagem relativa parecida com a de trabalhadores elementares. No entanto, a tendência é mais favorável para esses últimos. A queda em relação a 2002 é de 0,022 (19%) para os agrícolas precários, em termos relativos até melhor, mas para os valores absolutos fica aquém. Trabalhadores de subsistência apresentam certa inconsistência, os efeitos caem muito de 2002 para 2003 (0,124 / 31%), sem explicação aparente, alteração brusca no número de casos ou aumento do erro padrão. Por essa razão preferimos a comparação dos efeitos de 2014 em relação aos de 2004 (queda de 0,070 / 18%). O maior nível de desvantagem fica com os trabalhadores excedentes, em patamares superiores a 0,4 em praticamente todo o período. A tendência também não é muito favorável, a diferença dos efeitos em 2014 e 2002 aponta para queda de 0,019 (5%), a menor dentre os destituídos. Para essas posições o controle por educação afeta muito pouco, indicando uma faixa muito pequena de *confounding* entre os efeitos de classe e educação na base da estrutura social. A tendência também se altera pouco.

Tabela 45 – Efeitos médios de classe sobre a probabilidade de pobreza de renda domiciliar – Brasil – 2002 a 2014

Classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	0,319	0,298	0,288	0,291	0,298	0,291
Cap. e Faz.	-0,2444*** -0,2290*** (0,006)	-0,2059*** -0,1901*** (0,008)		-0,2022*** -0,1832*** (0,009)	-0,2244*** -0,2077*** (0,007)	-0,2160*** -0,2020*** (0,007)
Esp. Aut.	-0,2273*** -0,1518*** (0,025)	-0,1907*** -0,1063*** (0,024)	-0,1859*** -0,1087*** (0,026)	-0,2022*** -0,1530*** (0,018)	-0,2120*** -0,1434*** (0,020)	-0,2085*** -0,1672*** (0,015)
Gerente	-0,1906*** -0,1446*** (0,007)	-0,1752*** -0,1384*** (0,007)	-0,1652*** -0,1308*** (0,007)	-0,1777*** -0,1421*** (0,006)	-0,1888*** -0,1511*** (0,007)	-0,1813*** -0,1496*** (0,007)
Emp. Esp.	-0,2311*** -0,1777*** (0,009)	-0,1950*** -0,1342*** (0,011)	-0,1988*** -0,1667*** (0,007)	-0,1971*** -0,1425*** (0,010)	-0,2182*** -0,1709*** (0,008)	-0,2027*** -0,1580*** (0,008)
Peq. Emp.	-0,1776*** -0,1567*** (0,005)	-0,1447*** -0,1252*** (0,005)	-0,1359*** -0,1190*** (0,006)	-0,1459*** -0,1275*** (0,005)	-0,1525*** -0,1337*** (0,005)	-0,1568*** -0,1408*** (0,006)
Aut. c/ Ativ.	-0,0232*** -0,0166** (0,006)	0,0043 0,0106 (0,006)	-0,0114* -0,0049 (0,005)	0,0064 0,0121* (0,006)	-0,0195*** -0,0113* (0,006)	-0,0155** -0,0088 (0,006)
Aut. Agr.	0,1296*** 0,1275*** (0,008)	0,1506*** 0,1455*** (0,008)	0,1428*** 0,1381*** (0,008)	0,1568*** 0,1520*** (0,008)	0,1370*** 0,1313*** (0,008)	0,1392*** 0,1341*** (0,008)
Emp. Qual.	-0,1623*** -0,1263*** (0,006)	-0,1354*** -0,1036*** (0,006)	-0,1375*** -0,1057*** (0,005)	-0,1337*** -0,1007*** (0,006)	-0,1521*** -0,1175*** (0,005)	-0,1307*** -0,0968*** (0,006)
Supervisor	-0,0896*** -0,0745*** (0,009)	-0,0750*** -0,0566*** (0,010)	-0,0868*** -0,0743*** (0,009)	-0,0761*** -0,0608*** (0,009)	-0,0901*** -0,0734*** (0,009)	-0,0751*** -0,0602*** (0,010)
Trab. Típ.	(base 0,235)	(base 0,201)	(base 0,198)	(base 0,202)	(base 0,221)	(base 0,213)
Trab. Elem.	0,2542*** 0,2466*** (0,006)	0,2563*** 0,2465*** (0,006)	0,2466*** 0,2367*** (0,006)	0,2376*** 0,2277*** (0,006)	0,2248*** 0,2148*** (0,006)	0,2242*** 0,2149*** (0,006)
Aut. Prec.	0,1359*** 0,1272*** (0,006)	0,1452*** 0,1357*** (0,006)	0,1532*** 0,1429*** (0,006)	0,1497*** 0,1391*** (0,006)	0,1431*** 0,1318*** (0,006)	0,1297*** 0,1204*** (0,006)
Emp. Dom.	0,2727*** 0,2507*** (0,010)	0,2798*** 0,2529*** (0,009)	0,2439*** 0,2195*** (0,009)	0,2764*** 0,2482*** (0,009)	0,2362*** 0,2119*** (0,009)	0,2413*** 0,2183*** (0,009)
Agr. Prec.	0,2402*** 0,2365*** (0,011)	0,2579*** 0,2534*** (0,011)	0,2785*** 0,2721*** (0,010)	0,2824*** 0,2763*** (0,010)	0,2712*** 0,2646*** (0,011)	0,2202*** 0,2141*** (0,011)
Trab. Sub.	0,3990*** 0,3855*** (0,013)	0,2750*** 0,2600*** (0,012)	0,2791*** 0,2635*** (0,012)	0,2943*** 0,2777*** (0,011)	0,2572*** 0,2419*** (0,011)	0,2844*** 0,2718*** (0,011)
Trab. Exd.	0,4212*** 0,4185*** (0,008)	0,4453*** 0,4364*** (0,007)	0,4374*** 0,4304*** (0,008)	0,4140*** 0,4050*** (0,008)	0,4024*** 0,3949*** (0,008)	0,3987*** 0,3936*** (0,008)
Pseudo R2	0,20	0,21	0,19	0,19	0,19	0,18
N (mil)	81	83	85	89	91	87

(continua)

(continuação da Tabela 45)

Classe	2008	2009	2011	2012	2013	2014
	0,284	0,298	0,277	0,282	0,273	0,284
Cap. e Faz.	-0,2135*** -0,2018*** (0,007)	-0,2251*** -0,2136*** (0,005)	-0,2109*** -0,2005*** (0,007)	-0,2194*** -0,2045*** (0,010)	-0,2134*** -0,2004*** (0,006)	-0,2315*** -0,2186*** (0,005)
Esp. Aut.	-0,2090*** -0,1807*** (0,014)	-0,2105*** -0,1676*** (0,016)	-0,1972*** -0,1617*** (0,014)	-0,2058*** -0,1602*** (0,014)	-0,1925*** -0,1412*** (0,017)	-0,2066*** -0,1549*** (0,017)
Gerente	-0,1701*** -0,1423*** (0,007)	-0,1882*** -0,1592*** (0,007)	-0,1770*** -0,1517*** (0,008)	-0,1911*** -0,1640*** (0,007)	-0,1832*** -0,1568*** (0,007)	-0,1874*** -0,1547*** (0,007)
Emp. Esp.	-0,2025*** -0,1683*** (0,007)	-0,2096*** -0,1691*** (0,008)	-0,1921*** -0,1541*** (0,008)	-0,2001*** -0,1530*** (0,008)	-0,1957*** -0,1536*** (0,008)	-0,2028*** -0,1528*** (0,008)
Peq. Emp.	-0,1416*** -0,1278*** (0,005)	-0,1665*** -0,1536*** (0,005)	-0,1544*** -0,1429*** (0,006)	-0,1697*** -0,1573*** (0,006)	-0,1597*** -0,1448*** (0,006)	-0,1762*** -0,1611*** (0,006)
Aut. c/ Ativ.	-0,0154** -0,0103 (0,006)	-0,0107 -0,0051 (0,006)	-0,0203*** -0,0156** (0,006)	-0,0148* -0,0101 (0,006)	-0,0134* -0,0082 (0,006)	-0,0215*** -0,0147** (0,006)
Aut. Agr.	0,1248*** 0,1211*** (0,008)	0,1175*** 0,1116*** (0,009)	0,1334*** 0,1278*** (0,009)	0,1019*** 0,0961*** (0,010)	0,1109*** 0,1049*** (0,009)	0,1021*** 0,0965*** (0,010)
Emp. Qual.	-0,1330*** -0,1066*** (0,006)	-0,1331*** -0,1031*** (0,006)	-0,1183*** -0,0898*** (0,006)	-0,1274*** -0,0943*** (0,006)	-0,1318*** -0,0967*** (0,006)	-0,1300*** -0,0896*** (0,006)
Supervisor	-0,1390*** -0,1228*** (0,009)	-0,1546*** -0,1391*** (0,009)	-0,1403*** -0,1265*** (0,010)	-0,1525*** -0,1386*** (0,009)	-0,1572*** -0,1418*** (0,009)	-0,1537*** -0,1379*** (0,009)
Trab. Típ.	(base 0,211)	(base 0,220)	(base 0,209)	(base 0,225)	(base 0,209)	(base 0,225)
Trab. Elem.	0,2292*** 0,2198*** (0,006)	0,2315*** 0,2207*** (0,006)	0,2227*** 0,2110*** (0,006)	0,2044*** 0,1931*** (0,006)	0,2193*** 0,2063*** (0,007)	0,2110*** 0,1986*** (0,007)
Aut. Prec.	0,1450*** 0,1363*** (0,006)	0,1457*** 0,1357*** (0,006)	0,1011*** 0,0929*** (0,006)	0,1013*** 0,0931*** (0,006)	0,1035*** 0,0936*** (0,006)	0,1035*** 0,0949*** (0,006)
Emp. Dom.	0,2178*** 0,2000*** (0,008)	0,2446*** 0,2227*** (0,008)	0,2137*** 0,1931*** (0,009)	0,2049*** 0,1853*** (0,009)	0,2026*** 0,1807*** (0,008)	0,2055*** 0,1849*** (0,008)
Agr. Prec.	0,2174*** 0,2118*** (0,011)	0,2260*** 0,2171*** (0,011)	0,2384*** 0,2291*** (0,012)	0,2205*** 0,2114*** (0,012)	0,2225*** 0,2137*** (0,011)	0,2183*** 0,2106*** (0,011)
Trab. Sub.	0,2530*** 0,2410*** (0,011)	0,2868*** 0,2705*** (0,010)	0,2734*** 0,2602*** (0,011)	0,2387*** 0,2264*** (0,011)	0,2514*** 0,2371*** (0,010)	0,2089*** 0,1957*** (0,010)
Trab. Exd.	0,4042*** 0,4005*** (0,009)	0,4239*** 0,4170*** (0,008)	0,4055*** 0,3973*** (0,010)	0,4117*** 0,4074*** (0,010)	0,4219*** 0,4132*** (0,009)	0,4021*** 0,3980*** (0,009)
Pseudo R2	0,18	0,19	0,18	0,19	0,21	0,19
N (mil)	86	89	77	79	78	82

Fonte: elaboração própria usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso dos domicílios (v4611); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; coeficiente do modelo com controle adicional de educação em baixo do coeficiente com os controles de sexo, cor, idade, situação, área censitária e macrorregião; erro padrão, referente ao modelo com todos os controles em baixo dos coeficientes; probabilidade base calculada a partir do modelo com todos os controles; células em branco indicam que os casos da categoria de classe foram retirados da análise por não haver pelo menos uma observação na categoria pobre; ***= $p > 0,001$, **= $p > 0,01$, *= $p > 0,05$.

A linha móvel baseada na mediana do índice de recursos do domicílio fornece um patamar cada vez mais elevado ao longo do período. Isso se reflete nos índices de pobreza como vimos, e agora é possível notar o impacto sobre as probabilidades gerais e base. Em 2002 a probabilidade geral é de 0,187 e se eleva, com algumas oscilações, até atingir em 2014 o patamar de 0,240, uma diferença de 0,053 (28%). Esse crescimento da probabilidade está só um pouco abaixo do crescimento da incidência para a população. A probabilidade base, ou seja, dos trabalhadores típicos, é ainda mais próxima do nível de incidência encontrado para a posição. Ela sobe de 0,168 para 0,214, considerando início e final, sendo que o maior valor é encontrado em 2013 (0,215). A diferença é de 0,046 (27%). Os níveis e a tendência são um pouco melhores para os trabalhadores típicos do que para a população como um todo.

O contexto de aumento do risco de pobreza mostra o crescente fator protetivo dos ativos controlados pelas posições privilegiadas. Na dimensão dos recursos do domicílio pouca é a diferença entre capitalistas e especialistas autônomos. Em alguns pontos é possível ver efeitos médios mais elevados para o segundo. Nesses casos o que podemos dizer é que os efeitos são praticamente os mesmos, já que há uma sobreposição dos intervalos de confiança. Para capitalistas temos os efeitos em torno de 0,174 em 2002, com queda em 2003 e recuperação em 2004. Nova queda em 2005, elevação em 2006, pequena retração em 2007, depois elevação até 2011, pequena retração em 2012, para atingir em 2013 o maior nível, depois uma pequena queda em 2014, terminando com o aumento de 0,036 (21%) dos efeitos médios. A trajetória das demais posições é similar. Para os empregados especialistas também temos um nível bem próximo ao dos capitalistas e autônomos, ao menos no início do período. A comparação entre início e final é muito semelhante para as posições privilegiadas, para especialistas autônomos temos uma diferença absoluta (relativa) de 0,043 (25%), a maior delas, para os gerentes é de 0,030 (21%), empregados especialistas 0,034 (20%) e pequenos empregadores 0,029 (23%). Se considerarmos os modelos após o controle por educação é possível ver que os efeitos entre capitalistas e os especialistas já não são tão próximos. Apenas a tendência para os especialistas autônomos é melhor, para as demais posições a diferença é pequena, mas sempre diminuindo as diferenças entre início e final.

Tabela 46 – Efeitos médios de classe sobre a probabilidade de pobreza de recursos domiciliares – Brasil – 2002 a 2014

Classe	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	0,187	0,190	0,196	0,193	0,217	0,208
Cap. Faz.	-0,1744*** -0,1578*** (0,006)	-0,1589*** -0,1352*** (0,009)	-0,1742*** -0,1573*** (0,005)	-0,1593*** -0,1402*** (0,009)	-0,1976*** -0,1813*** (0,006)	-0,1881*** -0,1716*** (0,008)
Esp. Aut.	-0,1707*** -0,1288*** (0,017)	-0,1659*** -0,1228*** (0,015)	-0,1709*** -0,1197*** (0,019)	-0,1670*** -0,1385*** (0,010)	-0,1947*** -0,1549*** (0,012)	-0,1895*** -0,1606*** (0,010)
Gerente	-0,1421*** -0,1068*** (0,006)	-0,1367*** -0,0970*** (0,006)	-0,1355*** -0,0927*** (0,006)	-0,1280*** -0,0916*** (0,006)	-0,1531*** -0,1137*** (0,007)	-0,1476*** -0,1080*** (0,007)
Emp. Esp.	-0,1669*** -0,1232*** (0,008)	-0,1569*** -0,0922*** (0,011)	-0,1664*** -0,1122*** (0,009)	-0,1587*** -0,1157*** (0,008)	-0,1831*** -0,1248*** (0,009)	-0,1780*** -0,1305*** (0,008)
Peq. Emp.	-0,1230*** -0,1044*** (0,005)	-0,1077*** -0,0872*** (0,005)	-0,1233*** -0,1041*** (0,005)	-0,1153*** -0,0997*** (0,005)	-0,1296*** -0,1118*** (0,005)	-0,1329*** -0,1153*** (0,005)
Aut. Ativ.	-0,0658*** -0,0584*** (0,005)	-0,0551*** -0,0473*** (0,005)	-0,0603*** -0,0520*** (0,005)	-0,0448*** -0,0388*** (0,005)	-0,0569*** -0,0489*** (0,005)	-0,0573*** -0,0490*** (0,005)
Aut. Agr.	0,0117 0,0123 (0,008)	0,0360*** 0,0332*** (0,008)	0,0286*** 0,0265*** (0,008)	0,0320*** 0,0306*** (0,007)	0,0191* 0,0169* (0,008)	0,0356*** 0,0329*** (0,008)
Emp. Qual.	-0,1110*** -0,0808*** (0,006)	-0,1099*** -0,0799*** (0,005)	-0,1169*** -0,0817*** (0,005)	-0,1099*** -0,0844*** (0,005)	-0,1260*** -0,0947*** (0,005)	-0,1172*** -0,0837*** (0,005)
Supervisor	-0,0443*** -0,0310*** (0,009)	-0,0619*** -0,0447*** (0,009)	-0,0327*** -0,0187* (0,009)	-0,0433*** -0,0305*** (0,008)	-0,0485*** -0,0331*** (0,009)	-0,0637*** -0,0482*** (0,009)
Trab. Típ.	(base 0,168)	(base 0,161)	(base 0,167)	(base 0,163)	(base 0,195)	(base 0,185)
Trab. Elem.	0,1791*** 0,1695*** (0,006)	0,1917*** 0,1797*** (0,006)	0,1949*** 0,1821*** (0,006)	0,1824*** 0,1718*** (0,006)	0,1718*** 0,1616*** (0,006)	0,1551*** 0,1447*** (0,006)
Aut. Prec.	0,0585*** 0,0518*** (0,005)	0,0663*** 0,0589*** (0,005)	0,0805*** 0,0706*** (0,005)	0,0758*** 0,0681*** (0,005)	0,0619*** 0,0539*** (0,005)	0,0611*** 0,0530*** (0,005)
Emp. Dom.	0,1880*** 0,1651*** (0,010)	0,1998*** 0,1716*** (0,010)	0,2088*** 0,1791*** (0,010)	0,1995*** 0,1742*** (0,009)	0,1807*** 0,1582*** (0,009)	0,1737*** 0,1491*** (0,008)
Agr. Prec.	0,1473*** 0,1410*** (0,015)	0,1247*** 0,1196*** (0,014)	0,1488*** 0,1420*** (0,014)	0,1360*** 0,1307*** (0,013)	0,1369*** 0,1312*** (0,013)	0,1606*** 0,1525*** (0,014)
Trab. Sub.	0,1572*** 0,1441*** (0,016)	0,1853*** 0,1677*** (0,014)	0,1878*** 0,1677*** (0,014)	0,1711*** 0,1560*** (0,013)	0,2043*** 0,1881*** (0,013)	0,2052*** 0,1889*** (0,013)
Trab. Exd.	0,0798*** 0,0819*** (0,007)	0,1081*** 0,1051*** (0,007)	0,0973*** 0,0956*** (0,008)	0,1125*** 0,1093*** (0,007)	0,0997*** 0,0980*** (0,007)	0,0766*** 0,0769*** (0,007)
Pseudo R2	0,20	0,21	0,19	0,19	0,19	0,18
N (mil)	70	72	74	78	81	79

(continua)

(continuação da Tabela 46)

Classe	2008	2009	2011	2012	2013	2014
	0,228	0,236	0,242	0,237	0,244	0,240
Cap. Faz.	-0,2028*** -0,1854*** (0,008)	-0,2061*** -0,1900*** (0,009)	-0,2156*** -0,1995*** (0,009)	-0,2043*** -0,1849*** (0,010)	-0,2193*** -0,2020*** (0,007)	-0,2102*** -0,1876*** (0,009)
Esp. Aut.	-0,2046*** -0,1697*** (0,013)	-0,2106*** -0,1875*** (0,013)	-0,2060*** -0,1603*** (0,015)	-0,1999*** -0,1535*** (0,014)	-0,2161*** -0,1826*** (0,012)	-0,2138*** -0,1761*** (0,014)
Gerente	-0,1555*** -0,1213*** (0,007)	-0,1614*** -0,1272*** (0,007)	-0,1704*** -0,1316*** (0,008)	-0,1674*** -0,1304*** (0,008)	-0,1785*** -0,1419*** (0,007)	-0,1722*** -0,1297*** (0,007)
Emp. Esp.	-0,1986*** -0,1590*** (0,007)	-0,1934*** -0,1480*** (0,008)	-0,2071*** -0,1679*** (0,007)	-0,1952*** -0,1471*** (0,007)	-0,2007*** -0,1472*** (0,008)	-0,2008*** -0,1478*** (0,008)
Peq. Emp.	-0,1296*** -0,1136*** (0,005)	-0,1318*** -0,1179*** (0,005)	-0,1449*** -0,1291*** (0,006)	-0,1407*** -0,1250*** (0,006)	-0,1391*** -0,1199*** (0,006)	-0,1517*** -0,1327*** (0,006)
Aut. Ativ.	-0,0596*** -0,0529*** (0,005)	-0,0580*** -0,0520*** (0,005)	-0,0624*** -0,0555*** (0,005)	-0,0479*** -0,0414*** (0,005)	-0,0501*** -0,0430*** (0,005)	-0,0512*** -0,0420*** (0,005)
Aut. Agr.	0,0341*** 0,0322*** (0,008)	0,0289*** 0,0261** (0,008)	0,0509*** 0,0466*** (0,009)	0,0180* 0,0149 (0,009)	0,0325*** 0,0290** (0,009)	0,0271** 0,0241** (0,009)
Emp. Qual.	-0,1297*** -0,1015*** (0,005)	-0,1293*** -0,1020*** (0,005)	-0,1315*** -0,0980*** (0,006)	-0,1371*** -0,1042*** (0,006)	-0,1385*** -0,0990*** (0,006)	-0,1412*** -0,0997*** (0,006)
Supervisor	-0,1138*** -0,0949*** (0,009)	-0,0933*** -0,0764*** (0,010)	-0,1107*** -0,0911*** (0,011)	-0,1215*** -0,1052*** (0,010)	-0,1130*** -0,0920*** (0,010)	-0,1067*** -0,0864*** (0,010)
Trab. Típ.	(base 0,207)	(base 0,209)	(base 0,216)	(base 0,212)	(base 0,215)	(base 0,214)
Trab. Elem.	0,1810*** 0,1709*** (0,006)	0,1858*** 0,1749*** (0,006)	0,1965*** 0,1822*** (0,007)	0,1853*** 0,1723*** (0,006)	0,2018*** 0,1872*** (0,007)	0,1880*** 0,1731*** (0,006)
Aut. Prec.	0,0694*** 0,0626*** (0,005)	0,0727*** 0,0650*** (0,005)	0,0664*** 0,0576*** (0,006)	0,0826*** 0,0738*** (0,006)	0,0674*** 0,0581*** (0,006)	0,0672*** 0,0587*** (0,005)
Emp. Dom.	0,1673*** 0,1490*** (0,008)	0,1797*** 0,1591*** (0,008)	0,1752*** 0,1511*** (0,008)	0,1637*** 0,1425*** (0,008)	0,1754*** 0,1518*** (0,008)	0,1739*** 0,1505*** (0,008)
Agr. Prec.	0,1488*** 0,1427*** (0,013)	0,1420*** 0,1341*** (0,013)	0,1781*** 0,1674*** (0,014)	0,1591*** 0,1501*** (0,013)	0,1593*** 0,1514*** (0,013)	0,1452*** 0,1380*** (0,012)
Trab. Sub.	0,1796*** 0,1660*** (0,013)	0,2260*** 0,2088*** (0,012)	0,2208*** 0,2043*** (0,013)	0,2221*** 0,2066*** (0,013)	0,2207*** 0,2046*** (0,012)	0,2004*** 0,1840*** (0,011)
Trab. Exd.	0,0777*** 0,0801*** (0,008)	0,1026*** 0,1008*** (0,007)	0,0984*** 0,0952*** (0,008)	0,0920*** 0,0931*** (0,008)	0,1192*** 0,1166*** (0,008)	0,0922*** 0,0938*** (0,008)
Pseudo R2	0,18	0,19	0,18	0,19	0,21	0,19
N (mil)	79	82	74	76	76	80

Fonte: elaboração própria usando dados das PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso dos domicílios (v4611); até 2003, exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; coeficiente do modelo com controle adicional de educação em baixo do coeficiente com os controles de sexo, cor, idade, situação, área censitária e macrorregião; erro padrão, referente ao modelo com todos os controles em baixo dos coeficientes; probabilidade base calculada a partir do modelo com todos os controles; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

Os autônomos com ativos veem a proteção da sua posição de classe para o domicílio diminuída no período, entre 2014 e 2002 os efeitos médios diminuem em 0,015 (22%). Os autônomos agrícolas aumentam a sua desvantagem em relação aos trabalhadores típicos, os efeitos médios aumentam 0,015 (132%) na comparação entre início e fim. Não há grandes diferenças nos patamares dos efeitos ao adicionarmos o controle (extra) por educação, mas certamente isso afeta mais aos autônomos com ativos do que os agrícolas. Empregados qualificados e supervisores veem as proteções aumentarem ao longo do período. Para o primeiro os efeitos médios aumentam em 0,030 (27%), para o último o aumento é de 0,062 (141%), boa parte desse aumento se deve ao salto ocorrido de 2007 para 2008. Como são esperados, os efeitos dos qualificados são mais afetados pelo controle por educação.

A análise da destituição em outras dimensões que não a renda traz alguma novidade para o trabalho. Nessa dimensão a posição de trabalhador excedente não é aquela que mostra os piores resultados. Em todo o período a desvantagem para os domicílios onde a pessoa de referência está desempregada é a segunda menor, atrás apenas dos autônomos precários. Para ambas a tendência não é favorável, os efeitos médios dos excedentes aumentam em 0,012 (16%) na comparação entre 2002 e 2014, para os autônomos precários essa diferença é de 0,009 (15%). Apenas os trabalhadores de subsistência têm tendência pior, com uma diferença de 0,043 (27%), piorando em muito a sua posição relativa na distribuição dos riscos. Trabalhadores elementares também veem a sua desvantagem crescer (0,009, 5%). Empregados domésticos e agrícolas precários são as posições que veem a sua desvantagem diminuir no período. Para os primeiros a diferença entre início e fim é de 0,014 (8%), para os últimos é de 0,002 (1%), um cenário de mais estabilidade do que de queda. Ao final temos uma alteração nos patamares de desvantagem dada pelo tipo de destituição. Autônomos precários, trabalhadores excedentes e agrícolas precários permanecem onde estão, já os empregados domésticos, que tinham a pior situação relativa até 2005, estão agora em melhor situação do que trabalhadores elementares e de subsistência. Esse último grupo perde para os outros dois em razão da tendência que encontrou no período, passando já em 2006 para a posição de pior desvantagem em relação aos típicos.

A dimensão da insegurança alimentar apresenta uma tendência de redução do risco total. Em 2004 a probabilidade geral de um domicílio estar em uma situação de segurança alimentar, ainda que leve, é de 0,355. Já em 2009 esse risco diminui para 0,308, e em 2013 para 0,229. A primeira diferença aponta a diminuição das probabilidades gerais (2009-2004) de 0,036 (12%), a segunda (2013-2009) de 0,077 (28%), ao final (2013-2004) resultando em uma diminuição de 0,113 (37%). A maior parte da queda acontece então no segundo período. O mesmo ocorre

com a probabilidade base, para o trabalhador típico, apresentando uma queda absoluta (relativa) entre 2009 e 2004 de 0,047 (13%), entre 2013 e 2009 de 0,079 (26%), e entre início e fim de 0,126 (35%). Se tomarmos as diferenças entre esses mesmos anos nas outras dimensões é possível notar que o segundo período é mesmo favorável. No caso da renda, as probabilidades gerais diminuem mais entre 2013 e 2009 do que entre 2009 e 2004, já para o caso dos recursos do domicílio, as probabilidades aumentam muito mais entre 2009 e 2004 do que entre 2013 e 2009.

Sob essa tendência de diminuição dos riscos, especialmente no segundo período, é provável encontrarmos o mesmo padrão para os efeitos médios sobre as probabilidades, no entanto, encontramos diferenças significativas a depender da posição de classe da pessoa de referência no domicílio. Para os domicílios onde temos capitalistas como chefes o efeito médio diminuiu no mesmo montante nos dois períodos (0,066, 23% e 29%), resultando em uma queda total de 0,131 (45%). Para os domicílios de especialistas autônomos encontramos um resultado parecido. É possível notar certa desvantagem relativa aos capitalistas, que diminui em função da menor queda dos efeitos dessa posição no período. Para eles os efeitos caem um pouco mais entre 2009 e 2004 (0,056), do que entre 2013 e 2009 (0,049), ao final vemos uma diminuição de 0,106 (45%). Gerentes e empregados especialistas têm sua maior queda no primeiro período (0,079, 35% e 0,070, 28%, respectivamente) e não no segundo (0,027, 18% e 0,037, 21%), mas ambas mostrando uma tendência, ao final, semelhante ao dos especialistas autônomos (0,105, 46% e 0,107, 43%). Pequenos empregadores têm seus efeitos diminuídos um pouco mais no primeiro período (0,041, 23%) do que no segundo (0,038, 27%), com a menor queda absoluta dentre os privilegiados ao final (0,079), mas praticamente o mesmo nível relativo de diminuição dos efeitos (44%). Em termos relativos, inclusive, ao final a diminuição dos efeitos médios das posições privilegiadas é praticamente a mesma, em termos absolutos, temos um grau um pouco maior para capitalistas, outro muito parecido para gerentes e especialistas, e um pouco menor para os pequenos empregadores. O ordenamento ao final mantém-se, com as posições de especialistas muito próximas, sendo que em 2004 e 2013 há uma pequena vantagem relativa para os empregados. Como é de se esperar, o controle por educação afeta muito os resultados para os especialistas, mais, inclusive, para os autônomos. A tendência de queda para ambas após o controle é, no entanto, menos acentuada, indicando que o que mais perdeu força é o ativo de qualificação, e não tanto o que vem além dele com a posição de especialista.

**Tabela 47 – Efeitos médios de classe sobre a probabilidade insegurança alimentar –
Brasil – 2002 a 2014**

Classe	2004	2009	2013
	0,355	0,308	0,229
Cap. Faz.	-0,2912*** -0,2690*** (0,011)	-0,2256*** -0,2057*** (0,013)	-0,1601*** -0,1435*** (0,013)
Esp. Aut.	-0,2345*** -0,1175*** (0,024)	-0,1782*** -0,1126*** (0,018)	-0,1290*** -0,0817*** (0,016)
Gerente	-0,2277*** -0,1874*** (0,009)	-0,1490*** -0,1170*** (0,009)	-0,1223*** -0,1002*** (0,008)
Emp. Esp.	-0,2460*** -0,1581*** (0,012)	-0,1764*** -0,1148*** (0,010)	-0,1394*** -0,1008*** (0,008)
Peq. Emp.	-0,1792*** -0,1604*** (0,007)	-0,1379*** -0,1279*** (0,007)	-0,1003*** -0,0910*** (0,007)
Aut. Ativ.	-0,0501*** -0,0434*** (0,006)	-0,0444*** -0,0406*** (0,006)	-0,0336*** -0,0304*** (0,005)
Aut. Agr.	0,0906*** 0,0888*** (0,009)	0,0490*** 0,0470*** (0,009)	0,0545*** 0,0523*** (0,009)
Emp. Qual.	-0,1443*** -0,1051*** (0,007)	-0,0952*** -0,0718*** (0,007)	-0,0666*** -0,0435*** (0,006)
Supervisor	-0,0590*** -0,0468*** (0,012)	-0,1019*** -0,0900*** (0,012)	-0,0703*** -0,0601*** (0,011)
Trab. Típ.	(base 0,309)	(base 0,273)	(base 0,196)
Trab. Elem.	0,1734*** 0,1683*** (0,006)	0,1415*** 0,1368*** (0,006)	0,1244*** 0,1187*** (0,006)
Aut. Prec.	0,1431*** 0,1360*** (0,006)	0,0970*** 0,0920*** (0,006)	0,0676*** 0,0631*** (0,006)
Emp. Dom.	0,1491*** 0,1337*** (0,009)	0,1307*** 0,1201*** (0,008)	0,0961*** 0,0867*** (0,007)
Agr. Prec.	0,1995*** 0,1971*** (0,011)	0,1666*** 0,1625*** (0,011)	0,1369*** 0,1329*** (0,010)
Trab. Sub.	0,1425*** 0,1341*** (0,012)	0,1524*** 0,1450*** (0,011)	0,1728*** 0,1658*** (0,010)
Trab. Exd.	0,2852*** 0,2827*** (0,009)	0,2262*** 0,2241*** (0,008)	0,2101*** 0,2067*** (0,009)
Pseudo R2	0,20	0,21	0,19
N (mil)	88	91	83

Fonte: PNADs/IBGE.

Notas: Expansão da amostra feita com o peso dos domicílios (v4611); coeficiente do modelo com controle adicional de educação em baixo do coeficiente com os controles de sexo, cor, idade, situação, área censitária e macrorregião; erro padrão, referente ao modelo com todos os controles em baixo dos coeficientes; probabilidade base calculada a partir do modelo com todos os controles; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

Também na dimensão da insegurança alimentar temos os domicílios de autônomos com ativos com uma pequena vantagem em relação aos dos trabalhadores típicos e os autônomos agrícolas com uma desvantagem. Os efeitos médios sobre as probabilidades mostram que os primeiros não se distinguem tanto da categoria base, mas em todos os anos os valores são estatisticamente significativos. No caso dos autônomos com ativos a queda acompanha a queda do risco geral de insegurança, sendo que a maior parcela ocorre no segundo período, entre 2009 e 2004 temos a queda de 0,006 (11%) e entre 2013 e 2009 ela é de 0,011 (24%), na diferença entre início e fim temos então a queda de 0,017 (33%). Para os autônomos agrícolas encontramos a diminuição de sua desvantagem entre 2009 e 2004 (0,042, 46%), mas ela volta a crescer um pouco entre 2013 e 2009 (0,006, 11%), limitando a queda total da desvantagem (0,036, 40%). Não há grandes diferenças para essas posições ao adicionarmos o controle por educação, os valores são um pouco menores, mas nível e tendência são praticamente os mesmos. Tomando as posições no mesmo agrupamento de classe da categoria base é possível notar que empregados qualificados apresentam uma tendência de queda nos dois períodos, enquanto supervisores veem a sua vantagem aumentar no primeiro e depois cair no segundo. Entre 2009 e 2004 os efeitos dos qualificados caem 0,049 (34%), e entre 2013 e 2009 a queda é de 0,029 (30%), ao final temos, portanto, uma queda de 0,078 (54%). Os efeitos médios dos supervisores aumentam 0,043 (73%) e depois diminuem 0,032 (31%), ao final temos então um aumento de 0,011 (19%). O controle por educação afeta mais os efeitos médios dos empregados qualificados, como é esperado, a tendência é a mesma, mas os níveis absolutos são menores.

Voltando nossa atenção agora para as posições destituídas é possível notar que apenas os trabalhadores de subsistência apresentam uma tendência desfavorável, as demais posições diminuem a sua desvantagem em relação aos trabalhadores típicos. Os domicílios de trabalhadores elementares são aqueles que têm a menor queda da desvantagem (0,049, 28%), e boa parte dela ocorre no primeiro período (0,032, 18%) ao invés do segundo (0,017, 12%). Os domicílios de autônomos precários apresentam os menores níveis de desvantagem em todo o período, em 2004 é o mesmo de trabalhadores de subsistência, mas a tendência desses últimos acaba piorando a posição relativa deles. Os domicílios dos autônomos precários também apresentam a melhor tendência, com queda entre 2009 e 2004 de 0,046 (32%) e entre 2013 e 2009 de 0,029 (30%), ao todo temos então a diminuição de 0,076 (53%). Os domicílios de empregados domésticos também veem a sua desvantagem em relação aos típicos diminuir, e isso ocorre mais entre 2013 e 2009 (0,035, 26%) do que entre 2009 e 2004 (0,018, 12%), algo

que só ocorre para essa posição, as demais têm a maior diferença no primeiro período. Ao final, domésticos apresentam uma queda absoluta (relativa) de 0,053 (36%). Domicílios de agricultores precários tiveram uma queda em sua desvantagem entre 2009 e 2004 de 0,033 (16%) e entre 2013 e 2009 de 0,030 (18%), ao final então de 0,063 (31%), a terceira melhor tendência absoluta e relativa. A situação dos domicílios dos trabalhadores de subsistência piora mais no segundo período, aumentando a desvantagem em 0,020 (13%) e antes em 0,010 (7%), ao todo temos 0,030 (21%), o que os move de uma situação bem menos desvantajosa dentre os destituídos em 2004 para a segunda pior em 2013. Os domicílios de trabalhadores excedentes apresentam os piores níveis nos três anos, no entanto, sua tendência é a segunda melhor e muito próxima da melhor, com queda de 0,075 (26%). A maior parte dessa tendência favorável ocorre entre 2009 e 2004 (0,059, 21%), valor bem superior à da queda entre 2013 e 2009 (0,016, 7%). O controle por educação não afeta muito os níveis dos efeitos médios das posições destituídas e a diferença é praticamente nula quando olhamos para os valores das tendências. Algo que já havíamos observado para as demais dimensões.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Os resultados mostram que mesmo tomando outra unidade de análise e outros espaços para se medir a pobreza encontramos a situação de privação altamente estruturada pelo controle de ativos produtivos importantes. As posições privilegiadas mostram o quanto a posse de capital, autoridade ou qualificação em alto grau podem proteger os domicílios das situações de pobreza de renda, de recursos domiciliares e da insegurança alimentar. Na medida em que o risco global cai a tendência é esses fatores protetivos também diminuïrem, se, ao contrário, o risco global crescer, o controle sobre os ativos mostra sua importância.

Os níveis de pobreza, global ou específica, estão muito atrelados à forma como essa é concebida e como se traça a estratégia de identificação dos pobres. É possível notar, por exemplo, como no espaço da renda, uma linha relativa para todo o país resulta em níveis mais altos do que linhas relativas regionalizadas. O fato de a linha relativa ser móvel, ou seja, alterar-se de acordo com a distribuição, traz também consequências para os níveis e para as tendências. Interessante notar para os resultados de incidência de pobreza de recursos é a diferença em relação à tendência para o que acontece nas outras dimensões. Os recursos dos domicílios ficam

menos escassos, a mediana sobe, com ela a linha de pobreza também, e isso acontece acarretando desvantagem para os grupos menos privilegiados. A melhoria do nível de renda, por meio de políticas de valorização do salário mínimo e ampliação dos programas de transferência de renda, parece ter afetado positivamente os resultados encontrados para a base da estrutura social. A diminuição no risco global de pobreza, ao menos para o espaço da renda e da insegurança alimentar, favorece boa parte das posições destituídas. No caso dos recursos domiciliares o que parece ter acontecido é a ressignificação do próprio espaço de mensuração a partir da forte alteração na distribuição dos bens.

CAPÍTULO QUATRO: RIQUEZA DE RENDA NO BRASIL

Diferentemente dos estudos sobre pobreza, encontramos uma tradição pouco densa de estudos sobre riqueza no Brasil. Diagnóstico feito por vários autores (MEDEIROS, 2004; MEDEIROS, 2005; PIÇON e PIÇON-CHARLOT, 2007; CATTANI, 2007a; CATTANI, 2007b; MEDEIROS *et al*, 2015), Cattani (2007a), inclusive, tenta compreender a razão para tanto e revelar a dificuldade de se arregimentar cérebros nas ciências sociais para a pesquisa sobre os ricos. Mas o estudo sobre os ricos e sobre a riqueza parece ter um novo impulso, especialmente após o sucesso de obras estrangeiras (MEDEIROS *et al*, 2015), como o livro de Piketty, “O capital no século XXI”, além de diversos artigos publicados por ele e outros (PIKETTY e SAEZ, 2006; ATKINSON e PIKETTY, 2010; PIKETTY e ZUCMAN, 2013). Por aqui, temos o esforço de Medeiros na última década (2004; 2005) e um ou outro dossiê sobre desigualdade que toca no ponto, como o da revista Sociologias n.18 de 2007. Nesta década, temos ainda Medeiros, mas agora com diversos colaboradores (MEDEIROS e SOUZA, 2014; MEDEIROS e SOUZA, 2015; MEDEIROS e GALVÃO, 2015; ROCHA, 2015), trazendo à tona a discussão sobre os ricos no Brasil, em um momento de crescente interesse pelo tema, tanto na academia quanto nos veículos da imprensa. Espaço cavado no debate público, especialmente nas discussões sobre a recente queda da desigualdade no Brasil.

Assim como fizemos para a pobreza, nossa contribuição para esse debate é dada dentro da tradição da análise de classes, em que o controle de ativos produtivos importantes é a chave explicativa. Os esquemas de classe criados por José Alcides Figueiredo Santos (2005), inspirado no de Erik Olin Wright, são o ponto de partida para o estudo da riqueza no Brasil. Para trabalhar dentro dessa tradição precisamos estar cientes das limitações que ela impõe à pesquisa. A clara vantagem é lidar com os determinantes dos resultados econômicos e não com esses últimos em si, mas, para tanto, é preciso ao mesmo tempo ter em mãos dados sobre os ativos de capital, de autoridade e de qualificação das pessoas, bem como sobre a renda ou outros tipos de recompensas, de signos de bem-estar. De posse dessas informações é possível construir, ou adotar, como é nosso caso, uma tipologia que expresse o impacto das condições das posições sobre a situação das pessoas. Para tanto, os levantamentos amostrais por domicílios, como a PNAD, são as fontes mais adequadas, apesar da sua demonstrada (MEDEIROS e SOUZA, 2015) desvantagem para o estudo dos ricos, qual seja, a subestimação das rendas dos estratos

mais altos da distribuição. Utilizar dados tributários, ou mesmo metodologias de encaixe para unir a distribuição da PNAD aos primeiros, seria uma forma de superar o problema da subestimação das altas rendas, mas traria o problema de ausência de informação, ou difícil compatibilização, sobre os ativos produtivos controlados pelas pessoas.

ESCOLHAS METODOLÓGICAS E DEFINIÇÕES INICIAIS

Existem diversas maneiras de se conceituar e definir os ricos, esse é um problema semelhante ao que encontramos para a pobreza, envolve tanto a escolha do espaço de mensuração quanto a estratégia de identificação. Grande parte dos estudos sobre riqueza utiliza a abordagem de cunho estatístico, nos quais os ricos são definidos como o topo “X%” da população, com pouca consideração acerca de critérios sociológicos para usar qualquer nível específico (SCOTT, 1994). Os ricos são, dessa maneira, uma proporção da população total. Comumente são utilizadas como linhas de riqueza os percentis 90, 95 e 99 da distribuição de renda, de valores das propriedades etc. Outra forma, similar, é utilizar a proporção de alguma medida síntese da distribuição, como 200% da mediana (PEICHL *et al*, 2010), ou a proporção de medidas oficiais, como dez vezes a linha oficial de pobreza (SCOTT, 1994). Essas formas de categorização sofrem as mesmas críticas que as linhas relativas de pobreza, especialmente pela arbitrariedade na definição dos pontos de corte. Apesar dessa arbitrariedade, o topo da distribuição ainda é um indicador muito útil para a definição da riqueza. Outra forma de definir os ricos é considerando questões distributivas, especialmente conectadas a teorias de justiça, como fez Medeiros (2004; 2005) ao utilizar a estratégia “Robin Hood” na definição da linha de riqueza. Essa estratégia nos é especialmente cara, pela conexão com a teoria da justiça de John Rawls, mas as dificuldades de operacionalização e menor clareza da metodologia para não especialistas foram importantes para a decisão de não a escolher.

Aqui, nosso interesse está no que os autores usualmente chamam de o “1% mais rico”, dado que esse segmento da população que é central para compreender estratificação social (KEISTER, 2014) e para o qual a solução de operacionalização é relativamente clara e simples: os ricos são aqueles com renda acima do percentil 99 da renda. No entanto, por vezes, olhamos também para os 5% mais ricos e os 10% mais ricos, isso nos ajuda a ver o que acontece nos estratos nos quais temos linhas menos subestimadas. Escolhemos o espaço da renda porque ela

se converte facilmente riqueza, após pagar as despesas ordinárias (com moradia, saúde, educação etc.), caras ao bem-estar físico e psicológico, ela pode ser poupada, investida, ou seja, a renda converte-se em estoque. Ela é garantia de segurança econômica, a poupança, por exemplo, protege contra o desemprego ocasional, prejuízos dados a desastres naturais, ou alguma emergência médica que sobrevenha. Além disso, altas rendas são também signos de alto poder econômico. Mas, o motivo primordial para a escolha de mensurar riqueza no espaço das rendas é a grande dificuldade em termos informações sobre outros recursos. Nem mesmo o índice de recursos do domicílio que construímos mostrou-se eficiente. A distribuição é muito truncada no topo, por isso, fica difícil encontrar um valor no qual poderíamos encontrar o 1% mais rico em recursos. Além disso, pouca informação ele traz sobre recursos importantes, como o controle sobre ações, terra, ou outros ativos financeiros. Nele condensamos apenas informações sobre a propriedade, as características da habitação, os bens que a guarnecem e os serviços que a atendem, é o que estava disponível nas PNADs.

Quanto ao tipo específico de renda, escolhemos a renda mensal de todas as fontes. Ela é um fluxo específico, individualizado e que traz um pouco mais de informação do que as rendas provenientes do trabalho. Não obstante, grande parte da distribuição é formada pela renda do trabalho. Fato já constatado em outros trabalhos, e testado em nossos bancos: a razão entre o total da renda principal do trabalho principal e o total da renda de todas as fontes é praticamente constante no período, aproximadamente 90%, já a razão do total entre a renda mensal de todos os trabalhos e o total da renda de todas as fontes gira em torno dos 93%. Realizamos alguns testes também com a renda domiciliar *per capita*, mas os resultados não diferem significativamente, ficamos com a renda individual ao invés da individualizada, pois a primeira não traz ruídos ao analisarmos fatores como sexo, idade, experiência etc., no caso das rendas compostas, domiciliar e familiar, a desigualdade dadas a características das pessoas fica um pouco constrangida.

Quanto aos valores das linhas que definem o 1% mais rico em renda mensal de todas as fontes temos em 2002 o p99 definido pelo valor R\$ 8.974 em reais de 2014, deflacionado pelo INPC. Em 2003 o limiar está em R\$ 8.190, em 2004, R\$ 8.476, em 2005, R\$ 8.071, em 2006, R\$ 8.946, em 2007, R\$ 9.198, em 2008, R\$ 8.964, em 2009, R\$ 9.366, em 2011, R\$ 9.557, em 2012, R\$ 9.636, em 2013, R\$ 10.688 e em 2014, R\$ 10.000, todos em valores deflacionados para reais de 2014. Esses valores dividem as pessoas com informação para renda em 1% e 99%, destacamos também os valores para as linhas dos 5% mais ricos e 10% mais ricos, esses outros grupos servem como base de comparação para o nível e a tendência das linhas e do percentual

da renda total apropriado pelo 1% mais rico. Os casos com informação para renda são 81% nas PNADs de 2002, 2003 e 2004, 82% em 2005 e 2006, de 2007 a 2011 são 83%, em 2012 e 2013 são 84% e em 2014 são 85%, aumento de 4 pontos percentuais no número de casos válidos, próximo ao da taxa de ocupação no período (2 pontos percentuais, de 91% para 93% na semana de referência). A linha de riqueza para o 1% mais rico aumentou R\$ 1.096 na comparação entre os extremos da série, crescimento de 11%. O taxa de apropriação da renda total pelo grupo do 1% mais rico caiu 5 pontos percentuais, queda um pouco menor que para o grupo dos 5% mais ricos e dos 10 % mais ricos (-9 e -10 p. p. respectivamente). Tendência e níveis encontrados em outros trabalhos, mas que estão subestimados em razão das características da PNAD, conforme alertam Medeiros *et al* (2015).

Tabela 48 – Linhas e percentual da renda total apropriada pelos 1%, 5% e 10% mais rico – Brasil – 2002 a 2014

	Ricos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
10%	Linha p90 (R\$ 2014)	2018	1808	1831	1937	2040	2269	2096	2170	2389	2324	2565	2520
	% Renda Total	58%	55%	55%	53%	54%	53%	52%	51%	47%	49%	49%	48%
5%	Linha p95 (R\$ 2014)	3200	3073	3119	3229	3296	3526	3493	3613	3584	3911	4061	4000
	% Renda Total	43%	41%	40%	38%	39%	38%	37%	37%	35%	36%	36%	34%
1%	Linha p99 (R\$ 2014)	8974	8190	8476	8071	8946	9198	8964	9366	9557	9636	10688	10000
	% Renda Total	18%	17%	15%	17%	17%	15%	16%	15%	14%	16%	13%	13%
	Válidos (mil)	311	312	324	334	338	331	326	333	298	304	303	307
	Válidos (%)	81%	81%	81%	82%	82%	83%	83%	83%	83%	84%	84%	85%

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; valores das linhas em reais (R\$) de 2014 deflacionados pelo INPC.

Para o estudo dos 1% mais rico também foi necessário repensar o critério de alocação das ocupações nas posições de classe, especialmente no que se refere às posições privilegiadas de especialistas: autônomos, gerentes e empregados. A tipologia criada por Figueiredo Santos (2005) adotou uma estratégia um tanto aberta para a classificação das ocupações nas posições dos profissionais que controlam autoridade e qualificação. Solução operacional aberta ao crivo de investigações futuras, que levou em conta o valor relativo dos ativos de qualificação, em um contexto de baixo nível educacional absoluto e alto grau de desigualdade educacional (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p.44).

Tabela 49 – Distribuição (%) das pessoas pelas posições de classe, com destaque para as posições que sofreram alteração no critério de alocação – Brasil – 2002 a 2014

Posições	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. e Faz.	0,51	0,50	0,49	0,49	0,56	0,45	0,53	0,48	0,50	0,50	0,57	0,58
Esp. Aut.	0,87	0,92	0,84	0,84	0,91	0,85	0,88	0,98	1,02	1,08	1,09	1,11
<i>% anterior</i>	<i>0,91</i>	<i>0,96</i>	<i>0,88</i>	<i>0,88</i>	<i>0,94</i>	<i>0,9</i>	<i>0,92</i>	<i>1,02</i>	<i>1,09</i>	<i>1,16</i>	<i>1,13</i>	<i>1,16</i>
<i>Dif. N obs.</i>	<i>-81</i>	<i>-75</i>	<i>-72</i>	<i>-79</i>	<i>-77</i>	<i>-97</i>	<i>-89</i>	<i>-75</i>	<i>-104</i>	<i>-164</i>	<i>-69</i>	<i>-84</i>
Gerente	1,84	1,77	1,75	1,88	1,83	1,95	1,97	1,79	1,8	2,02	2,07	2,07
<i>% anterior</i>	<i>2,25</i>	<i>2,19</i>	<i>2,15</i>	<i>2,26</i>	<i>2,21</i>	<i>2,36</i>	<i>2,41</i>	<i>2,24</i>	<i>2,14</i>	<i>2,46</i>	<i>2,57</i>	<i>2,53</i>
<i>Dif. N obs.</i>	<i>-734</i>	<i>-779</i>	<i>-765</i>	<i>-753</i>	<i>-779</i>	<i>-852</i>	<i>-859</i>	<i>-906</i>	<i>-610</i>	<i>-796</i>	<i>-927</i>	<i>-889</i>
Emp. Esp.	2,05	2,08	2,13	2,12	2,31	2,39	2,47	2,72	2,87	2,98	3,08	3,3
<i>% anterior</i>	<i>2,97</i>	<i>2,98</i>	<i>2,99</i>	<i>3,01</i>	<i>3,31</i>	<i>3,41</i>	<i>3,64</i>	<i>4,07</i>	<i>4,37</i>	<i>4,59</i>	<i>4,69</i>	<i>4,89</i>
<i>Dif. N obs.</i>	<i>-1769</i>	<i>-1721</i>	<i>-1785</i>	<i>-1926</i>	<i>-2115</i>	<i>-2135</i>	<i>-2386</i>	<i>-2820</i>	<i>-2809</i>	<i>-2994</i>	<i>-3018</i>	<i>-3095</i>
Peq. Emp.	3,30	3,22	3,23	3,30	3,41	2,92	3,47	3,27	2,55	2,85	2,72	2,71
Aut. c/ Ativ.	6,26	6,18	6,12	5,99	5,92	5,99	5,58	5,45	6,37	6,52	6,28	6,66
<i>% anterior</i>	<i>6,22</i>	<i>6,13</i>	<i>6,08</i>	<i>5,95</i>	<i>5,89</i>	<i>5,94</i>	<i>5,54</i>	<i>5,41</i>	<i>6,31</i>	<i>6,44</i>	<i>6,24</i>	<i>6,6</i>
<i>Dif. N obs.</i>	<i>81</i>	<i>75</i>	<i>72</i>	<i>79</i>	<i>77</i>	<i>97</i>	<i>89</i>	<i>75</i>	<i>104</i>	<i>164</i>	<i>69</i>	<i>84</i>
Aut. Agr.	3,16	3,11	3,28	2,96	2,93	2,72	2,55	2,38	2,72	2,22	2,21	2,19
Emp. Qual.	7,01	6,98	7,09	7,14	7,37	7,85	7,72	7,84	8,21	8,31	8,48	8,44
<i>% anterior</i>	<i>6,09</i>	<i>6,08</i>	<i>6,22</i>	<i>6,25</i>	<i>6,37</i>	<i>6,82</i>	<i>6,56</i>	<i>6,49</i>	<i>6,7</i>	<i>6,71</i>	<i>6,87</i>	<i>6,85</i>
<i>Dif. N obs.</i>	<i>1769</i>	<i>1721</i>	<i>1785</i>	<i>1926</i>	<i>2115</i>	<i>2135</i>	<i>2386</i>	<i>2820</i>	<i>2809</i>	<i>2994</i>	<i>3018</i>	<i>3095</i>
Supervisor	1,96	1,73	1,78	1,94	1,75	1,94	1,76	1,66	1,58	1,73	1,76	1,68
<i>% anterior</i>	<i>1,55</i>	<i>1,31</i>	<i>1,38</i>	<i>1,55</i>	<i>1,37</i>	<i>1,53</i>	<i>1,31</i>	<i>1,22</i>	<i>1,24</i>	<i>1,29</i>	<i>1,26</i>	<i>1,22</i>
<i>Dif. N obs.</i>	<i>734</i>	<i>779</i>	<i>765</i>	<i>753</i>	<i>779</i>	<i>852</i>	<i>859</i>	<i>906</i>	<i>610</i>	<i>796</i>	<i>927</i>	<i>889</i>
Trab. Típ.	28,24	28,46	29,24	28,76	29,35	29,99	31,73	31,15	34,18	34,38	34,28	33,39
Trab. Elem.	9,84	9,70	10,14	9,75	9,72	9,72	9,79	9,47	8,86	8,94	8,47	8,18
Aut. Prec.	9,01	9,08	8,90	8,92	8,69	9,03	8,86	8,96	8,31	8,31	8,48	8,53
Emp. Dom.	7,31	7,21	7,28	7,20	7,14	7,00	6,81	7,30	6,75	6,44	6,33	6,15
Agr. Prec.	1,92	1,92	2,00	1,90	1,73	1,62	1,65	1,74	1,68	1,72	1,65	1,80
Trab. Sub.	3,74	3,94	3,84	4,26	4,30	4,11	4,19	3,84	3,81	3,70	4,14	4,19
Trab. Exc.	12,99	13,22	11,92	12,54	12,09	11,48	10,04	10,95	8,78	8,30	8,38	9,03
N (mil)	186	186	195	204	207	202	200	206	180	184	183	188

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; valores percentuais anteriores em baixo em itálico; diferença do número de observações em baixo em itálico.

O valor econômico dos ativos depende das estruturas de oportunidade, e no caso do 1% mais rico, por exemplo, elas são bem raras. Por isso, foi preciso recalibrar o “grau” necessário para a entrada das ocupações nas posições privilegiadas. Por essa razão, fizemos um *downgrade* para determinadas ocupações com pouco poder profissional, ou que controlam de forma muito limitada esses ativos, elevando um pouco a linha que separa posições privilegiadas daquelas com algum controle sobre autoridade e qualificação. Assim, especialistas autônomos nessa situação foram reclassificados para autônomos com ativos, gerentes passaram a supervisores e empregados especialistas agora são empregados qualificados. A mais relevante mudança foi dada pela realocação do segmento de professores, grupo ocupacional denso na sociedade brasileira, o que afetou consideravelmente a composição da posição de empregados

especialistas e qualificados. Destacamos a distribuição da população e as alterações onde elas ocorreram. As diferenças percentuais demonstram o quanto o critério mais rigoroso afetou a composição e o número de observações permite visualizar as alterações.

Com essa tipologia mais ajustada para o estudo dos ricos começamos nossa análise traçando o perfil das pessoas no grupo do 1%, comparando as características desse grupo com a população e com os pobres. Passamos depois à análise de índices de riqueza, similares aos índices de pobreza. Logo após, analisamos as saídas dos modelos construídos para determinar as propensões à riqueza no Brasil. Exploramos a superfície de respostas dos modelos em busca pelos fatores determinantes da riqueza, com especial interesse no impacto da posição de classe das pessoas sobre as probabilidades de riqueza.

O PERFIL DO 1% MAIS RICO

Antes de entrar em análises de incidência, intensidade ou de construir modelos para avaliar as probabilidades de estar no grupo do 1% mais rico em renda mensal de todas as fontes, gostaríamos de destacar as características desse grupo. Para termos uma noção contextualizada, vamos comparar as características dessas pessoas com as da população como um todo e também com as pessoas que podemos considerar como pobres, ou seja, aquelas com renda inferior à 60% da mediana. Por vezes, compararemos também com o grupo de pessoas menos ricas (5% e 10% mais ricos). Isso pode nos ajudar a compreender melhor quem são os ricos, na maneira como os definimos.

Enquanto a proporção de homens e mulheres se mantém constante ao longo de todo o período no país, em torno de 52% de brasileiras, podemos notar uma alta representação dos homens no grupo do 1% mais rico, eles são 77% em 2002 e 72% em 2014. A tendência é de queda, mas ainda assim as mulheres não chegam nem a um terço dentro desse grupo. Enquanto no grupo com renda mensal de todas as fontes abaixo dos 60% da mediana a relação se inverte, mulheres são cerca de 63% dos componentes ao longo de todo o período em análise.

Em relação à cor/raça autodeclarada, há maior participação das pessoas que se autodeclararam brancas no grupo do 1% mais rico, a diferença é de aproximadamente 33 pontos percentuais a mais quando comparamos com a população como um todo, 53% se autodeclararam

brancos em 2002 e 45% em 2014. A tendência é de queda do grupo de pessoas brancas, tanto no 1% mais rico quanto na população brasileira. Dentre os mais pobres, brancos estão um pouco menos presentes, em torno de 4 pontos percentuais a menos do que na população, em 2002 são 49% e 39% em 2014, uma queda em pontos percentuais um pouco maior do que a ocorrida na população. O percentual de pretos dentre os pobres é praticamente o mesmo do que o encontrado na população, pardos são mais presentes, 45% em 2002 e 51% em 2014. Pardos e pretos estão pouco representados no grupo dos mais ricos, apesar de uma tendência de aumento das pessoas com essas características dentre os ricos ao longo do período, pretos de 1% vão para 3% e pardos de 11% vão para 17%.

A proporção de pessoas com nenhuma ou pouca escolaridade (até três anos completos de estudo) diminuiu bem na última década, esse grupo passa de 28% para 19%, entre os ricos esse percentual é constante e ainda mais baixo, entre 1% e 2%, dentre os pobres de 30% em 2002 vão para 21% em 2014. Uma parcela um pouco maior da população agora forma-se no ensino médio e acessa o ensino superior (19% em 2002 e 33% em 2014 com pelo menos o ensino médio completo), algo que já não era muito raro entre os ricos (93% em 2002 já tinha pelo menos o ensino médio completo), mas que ainda é uma questão importante para os mais pobres, apesar da considerável melhora, dentre os pobres temos 12% em 2002 e 23% em 2014 com pelo menos o ensino médio completo. Aquelas pessoas que obtêm a certificação superior crescem no país, no geral, eram 4% no início do período, em 2014 são 9%. Entre os ricos a proporção de pessoas com um diploma também cresce 5 pontos percentuais, mas o nível é bem superior entre eles, se comparado ao da população como um todo, 68% e 73%, em 2002 e 2014, respectivamente,. Já entre os pobres, temos apenas 1% de pessoas com ensino superior em 2002, percentual que cresce dois pontos.

A maioria das pessoas ricas em renda possui uma posição de classe privilegiada, em torno de 82%, e isso não muda muito ao longo do tempo. No entanto, se abrirmos essa categoria e olharmos para as posições específicas, podemos notar que capitalistas e fazendeiros mantêm sua proporção em torno de 12% ao longo dos anos, especialistas autônomos oscilam em torno de 12% e gerentes em torno de 15%. As alterações ocorrem para empregado especialista, que aumentam a sua participação no grupo dos ricos em 5 pontos percentuais, 25% e 30%; e para pequenos empregadores, que têm a sua parcela diminuída no grupo, de 18% para 14%. Se tomarmos o grupo dos 5% mais rico em renda mensal de todas as fontes, temos ao longo do período 55% e 58% de privilegiados. Se baixarmos a linha ainda mais, pegando os 10% mais ricos, posições privilegiadas são em torno de 41%, enquanto na população temos de 9% a 10%

nessas classes. Ao baixarmos a linha de riqueza, o peso relativo de capitalistas diminui e de especialistas, gerentes e pequenos empregadores aumenta. Abaixo da linha de pobreza, não encontramos nem 1% de pessoas em posições privilegiadas.

A distribuição da população pelo território é praticamente a mesma no período, tomando as macrorregiões brasileiras, temos uma população constante, sendo 8% residentes no Norte (esse percentual a partir de 2004, há um aumento de 2 pontos percentuais após a inclusão da área rural na pesquisa), 28% no Nordeste, 42% no Sudeste, 14% no Sul e 8% no Centro-Oeste. Considerando a divisão pelo tamanho dos municípios, temos aumento da participação das pessoas de municípios autorrepresentativos (médios), de 21% para 26%, e diminuição das pessoas em municípios não autorrepresentativos (pequenos), de 47% para 43%, quando a presença de pessoas de áreas metropolitanas permanece constante. Pouca alteração na divisão urbano-rural, residentes na área urbana eram 84% em 2002 e são 85% em 2014.

Dentre os ricos, a distribuição da população é constante no período, com pequenas oscilações e, claro, a maior densidade de pessoas é da região Sudeste, onde reside mais da metade desse grupo. Assim também é percebido ao olharmos para a área censitária, mais da metade mora em alguma região metropolitana, com aumento da concentração no período, em torno de 5 pontos percentuais. Majoritariamente, os ricos moram em áreas urbanas (98%). A distribuição de pessoas pobres pelo território vai no sentido oposto ao dos ricos, temos mais pessoas da região Norte (10%) e Nordeste (35%), residentes em municípios pequenos são 50%, quando os de área rural em torno de 20%.

A idade média da população aumenta um pouco no período, em torno de dois anos. Os ricos têm idade média superior à da população em uns 14 anos, que tem em média 34 anos. Já em comparação com os pobres, os ricos são em média 20 anos mais velhos. Os ricos em renda são também um pouco mais experientes, estão engajados em alguma atividade econômica há oito anos a mais do que a população e há 13 anos a mais do que os pobres, em média. O esforço, medido com base nas horas totais trabalhadas na semana declaradas pelas pessoas, é um pouco maior no grupo dos ricos, em geral eles trabalham cinco a seis horas a mais do que a população, e bem a mais do que os pobres, em torno de 20 horas a mais, em média.

Tabela 50 – Características do grupo de pessoas na posição de 1% mais rico em renda mensal de todas as fontes por ano – Brasil – 2002 a 2014

Características	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sexo												
<i>Masculino</i>	77%	76%	76%	75%	75%	75%	73%	75%	72%	74%	73%	72%
<i>Feminino</i>	23%	24%	24%	25%	25%	25%	27%	25%	28%	26%	27%	28%
Cor/Raça												
<i>Indígena</i>	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<i>Branca</i>	86%	86%	83%	84%	83%	84%	82%	80%	80%	80%	81%	78%
<i>Preta</i>	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	3%
<i>Amarela</i>	2%	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
<i>Parda</i>	11%	10%	12%	12%	12%	13%	14%	16%	16%	16%	15%	17%
Estudo												
<i>0 a 3 anos</i>	1%	1%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	2%	1%
<i>4 a 7 anos</i>	5%	5%	5%	5%	4%	5%	4%	3%	4%	4%	3%	3%
<i>8 a 10 anos</i>	4%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	3%
<i>11 anos</i>	14%	15%	14%	14%	13%	13%	14%	14%	13%	12%	10%	12%
<i>12 a 14 anos</i>	8%	7%	7%	8%	8%	6%	7%	6%	6%	8%	8%	8%
<i>15 anos ou +</i>	68%	67%	69%	67%	70%	70%	69%	72%	72%	71%	74%	73%
Classe												
<i>Cape Faz.</i>	12%	12%	12%	11%	13%	10%	11%	12%	11%	10%	11%	12%
<i>Esp. Aut.</i>	12%	14%	13%	12%	12%	12%	11%	13%	11%	11%	12%	12%
<i>Gerente</i>	15%	14%	13%	14%	14%	15%	13%	11%	13%	13%	14%	15%
<i>Emp. Esp.</i>	25%	25%	26%	27%	26%	26%	28%	33%	31%	30%	31%	30%
<i>Peq. Emp.</i>	18%	17%	16%	17%	18%	16%	16%	14%	12%	13%	15%	14%
<i>Privilegiados</i>	82%	82%	81%	80%	82%	78%	80%	82%	78%	78%	83%	82%
<i>Cont. Peq. Atv.</i>	6%	7%	7%	7%	6%	9%	6%	7%	8%	9%	7%	7%
<i>Trab. Ñ Dest.</i>	10%	9%	11%	11%	11%	12%	12%	10%	12%	12%	9%	10%
<i>Destituídos</i>	2%	2%	1%	1%	2%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	2%
Região												
<i>Norte</i>	3%	3%	4%	4%	3%	4%	3%	4%	4%	4%	4%	3%
<i>Nordeste</i>	13%	12%	14%	11%	13%	13%	13%	15%	13%	14%	14%	13%
<i>Sudeste</i>	58%	58%	53%	59%	57%	54%	52%	52%	53%	54%	55%	56%
<i>Sul</i>	16%	17%	18%	17%	16%	17%	18%	17%	15%	16%	14%	16%
<i>Centro-Oeste</i>	10%	10%	11%	10%	10%	13%	13%	13%	14%	12%	13%	12%
Área												
<i>Metropol.</i>	52%	51%	48%	54%	52%	53%	52%	54%	55%	54%	57%	57%
<i>Autorepr.</i>	31%	31%	32%	27%	29%	29%	29%	30%	28%	30%	26%	27%
<i>Não Autor.</i>	16%	18%	20%	19%	19%	18%	19%	16%	16%	16%	16%	16%
Situação												
<i>Urbana</i>	98%	98%	97%	97%	98%	97%	98%	98%	97%	98%	97%	98%
<i>Rural</i>	2%	2%	3%	3%	2%	3%	2%	2%	3%	2%	3%	2%
Idade	49	49	50	50	50	51	51	52	51	51	52	51
Experiência	30	30	30	31	31	32	31	31	31	31	32	32
Esforço	47	48	48	47	47	48	47	47	47	45	46	46
Renda média	15.212	13.695	14.825	14.492	15.282	16.345	15.365	16.602	16.793	17.774	19.329	17.851
Renda mediana	12.748	11.028	11.867	11.623	12.556	13.797	12.576	13.380	13.428	13.603	16.031	15.000
Índ. Rec. Dom.	6,9	6,8	6,8	6,7	6,5	6,3	6,1	6,0	5,5	5,3	5,2	5,1

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, excluiu-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; idade e experiência pela média de anos; esforço pela média de horas totais trabalhadas na semana; renda média e mediana em valores reais (R\$) de 2014 deflacionados pelo INPC.

A renda média e mediana de todas as fontes dos ricos é bem superior à da população (média de R\$ 850 em 2002 e R\$ 1.196 em 2014, mediana de R\$ 425 em 2002 e R\$ 724 em 2014), que, por sua vez, está bem à frente quando consideramos a renda média (R\$ 20 em 2002 e R\$ 53 em 2014) e mediana (R\$ 0, em todo o período) dos mais pobres. Os valores são reais, corrigidos pelo INPC/IBGE. Podemos afirmar que a renda dos ricos cresce menos de 20%, enquanto a dos não ricos cresce quase 50%, a renda média dos pobres quase dobra, mas em termos absolutos, não chega nem a 10% do salário mínimo vigente no país em 2014. Assim também é o escore no índice de recursos do domicílio, que só mostra diminuição para o grupo dos ricos em razão das alterações na distribuição dos itens que o compõem – alguns serviços e bens tornaram-se menos escassos. Escores para os ricos são quase o dobro da média da população, e também da média dos pobres.

Como síntese, podemos dizer que a população de ricos é altamente masculina, mais branca e mais velha do que a população, em geral, possui um maior grau de escolarização, está mais densamente localizada no centro-sul do país, especialmente residente em áreas urbanas de regiões metropolitanas. São, em sua maioria, pessoas com maior experiência e trabalham um pouco mais do que a média da população. Possuem domicílios bem mais equipados e rendas muito mais elevadas do que as da população. Em relação à estrutura de empregos, ocupam em sua maioria posições privilegiadas, sendo detentores de capital, ou profissionais, trabalhando para si ou para outros, com a possibilidade mais elevada de ganhos.

ÍNDICES DE RIQUEZA

Anos de debates e trabalhos sobre as formas mais adequadas para se mensurar a pobreza resultaram em uma gama de estratégias de identificação dos pobres e agregação dos resultados em índices que contemplam diferentes visões sobre o fenômeno. A classe de índices FGT é um exemplo da variedade de abordagens que podemos dar à pobreza. Além desses temos os índices criados por Watts (1967), Sen (1976), Clark, Hemming e Ulph (1981), Chakravarty (1983) etc. Cada qual possui propriedades desejáveis e limitações a serem consideradas. Essas medidas são criadas observando axiomas definidos pela literatura especializada. Enquanto esses índices são

bem conhecidos e os axiomas bem aceitos entre os especialistas, para as medidas de riqueza o caso é diferente. A esparsa literatura e a ausência de debates aprofundados sobre as propriedades desejáveis para os índices de riqueza fizeram com que a adoção de estratégias de agregação seja ainda um pouco experimental. Recentemente, com o intuito de ampliar as possibilidades de mensuração, Peichl *et al* (2010) desenvolveram uma classe de índices de riqueza análoga à família de índices de pobreza definidas por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A vantagem dessa ampliação do escopo dos índices de riqueza é trazer simultaneamente considerações sobre a incidência e a intensidade do fenômeno.

Em boa parte dos estudos sobre riqueza de renda apenas a proporção de ricos é utilizada como medida de riqueza em determinada população (Peichl *et al*, 2010, p.600). Medeiros (2006), ao propor uma nova forma de identificar os ricos, a linha de riqueza “Robin Hood”, estabeleceu uma medida para o fenômeno que considera a intensidade por meio do hiato absoluto entre a mais alta renda e o limiar. Esse índice não é invariante à escala e também não é afetado pela transferência de rendas entre os ricos (PEICHL *et al*, 2010, p.600). A fim de superar esses problemas e de endereçar as propriedades desejáveis para as medidas de riqueza é que Peichl *et al* (2010) criaram sua família de índices. De forma geral, essa classe obedece ao axioma do foco, ou seja, os índices são independentes das rendas dos não ricos. Ela também satisfaz o axioma da continuidade: os índices são uma função contínua das rendas e pequenas mudanças no vetor não geram grandes alterações nos índices. A classe corresponde o axioma da monotonicidade, em que, mantido todo o resto constante, o aumento da renda de uma pessoa rica gera um incremento nos índices. A família de índices é adicionalmente decomponível, propriedade muito importante para nosso trabalho, já que nosso estudo envolve os subgrupos dados pelas diferentes posições de classe. Uma bifurcação é gerada ao considerarem o axioma da transferência, isso resulta em uma decisão a ser tomada. No caso da pobreza, o axioma da transferência é obedecido se um índice aumenta quando a renda de uma pessoa mais pobre é transferida para uma pessoa menos pobre, ou diminui quando a renda de uma pessoa menos pobre é transferida para uma menos pobre. No caso da riqueza, essa decisão implica em um julgamento moral mais complexo. A questão que os autores colocam é: quando um bilionário transfere renda para um milionário, o índice de riqueza deve aumentar ou diminuir? Ao responder a essa questão, devemos estar atentos ao que dizem os autores.

A more equal distribution of the rich will lead to a more homogenous group with probably more equal interests and, therefore, more influence on decisions affecting society; hence, the concerns that the rich are more visible and important in that population. If one is interested in this internal homogeneity of the rich, the concave approach is more suitable. This view can be somehow seen as the “polarization view,”

i.e. richness increases when the homogeneity of the top of the distribution increases and, therefore, also the polarization, *ceteris paribus*. This is in contrast to the “inequality view,” which would be satisfied if richness increased when inequality (among the rich) increased. This view is satisfied with the convex transfer axiom (T2), which is more appropriate if one is worried about the concentration of richness in the hands of a few (PEICHL *et al*, 2010, p.604).

Em nosso caso, essa não é uma decisão tão difícil. Consideramos mais desigualdade pior e menos desigualdade melhor, especialmente no caso da sociedade brasileira que é marcada por uma alta concentração de renda no topo. Essa posição compartilha a aversão aos altos graus de desigualdade de Anthony Atkinson, Joseph Stiglitz, Thomas Piketty, Richard Wilkinson e muitos outros pesquisadores estrangeiros e brasileiros. Além disso, há uma séria desvantagem em adotar a estratégia côncava para o índice de riqueza, conforme segue.

However, there is a serious drawback to the concave approach: it is not compatible with the weak transfer axiom, i.e. how a progressive transfer from a rich individual to another person (rich or non-rich) will change the affluence index. It is only compatible with the minimal transfer axiom (concerning progressive transfers between two rich people). For poverty analysis, both axioms are almost equivalent because minimal transfer and weak monotonicity imply weak transfer (see, e.g. Donaldson and Weymark, 1986; Zheng, 1997). However, this is not the case for a concave affluence index. It is only true for the convex case. As the weak transfer axiom is considered to be one of the core axioms in poverty analysis (Zheng, 1997), this is a tremendous drawback of the concave approach (PEICHL *et al*, 2010, p.605).

Para ilustrar esse problema, os autores dão o exemplo de uma transferência progressiva dividida em duas etapas. Essa transferência dá-se entre uma pessoa rica e uma pessoa não rica, que se torna rica com duas transferências. A primeira transferência diminui o índice de riqueza (se tomamos a forma côncava) por causa do axioma de monotonicidade, dado que o índice não considera a pessoa não rica por causa do axioma do foco. A segunda transferência aumenta o índice de riqueza. No total, para uma transferência progressiva com uma mudança de pessoa não rica para rica, não está claro se a riqueza aumenta ou diminui. Isso é diferente para as medidas de pobreza, que diminuem em ambas as etapas. Apesar disso tudo, há um pequeno problema nos índices convexos de riqueza, apontado por um trabalho recente (BRZEZIŃSKI, 2013). Nesse trabalho o autor usa um método de linearização para derivar as variâncias de amostras complexas em pesquisas de levantamento para as medidas de riqueza desenvolvidas por Peichl *et al* (2010) e os resultados, calculados para quando a linha de riqueza fixa (absoluta) e móvel (relativa), as simulações de Monte Carlo sugerem que a inferência é confiável quando adotamos índices de riqueza côncavos, mas que não são satisfatórias no caso dos índices de riqueza convexos. Como as soluções estatísticas para a correção dessa falta de confiabilidade são difíceis de implementar, o autor apenas sugere cautela ao utilizar esses índices. Assim, com

cautela, seguimos nossa análise, começando pela incidência e passando à análise da intensidade de riqueza, estratificada por classe, no período selecionado.

O primeiro aspecto para a caracterização da riqueza é a sua incidência. Por definição temos os ricos como o topo, 1% da distribuição de renda mensal de todas as fontes ao longo dos anos. O total da população está ao final da respectiva tabela apenas para mostrar que a definição está adequadamente identificada em nossas bases de dados. O total para as classes indica as diferenças entre a população como um todo e o grupo de pessoas que possui ocupação. O percentual arredondado mostra diferença apenas em 2005 e 2011, quando temos 2% de ricos dentre as pessoas com posição de classe. As lacunas na tabela com a incidência de riqueza por posições de classe dizem respeito à ausência de casos classificados como ricos, e por essa razão, não foi possível calcular a proporção e o erro padrão.

É possível destacar que apenas as posições privilegiadas apresentam um grau de incidência significativamente maior do que a população como um todo. Isso, por si, já revela o quanto estratificada é a distribuição das chances absolutas de ser rico. No topo, estão os capitalistas e fazendeiros, pessoas que detêm o controle sobre ativos de capital e que contratam força de trabalho. A tendência para essas pessoas é de aumento da incidência de riqueza no grupo até 2005, com posterior queda até 2007, recuperação dos valores do início do período entre 2008 e 2008, nova queda de 2009 a 2013 e recuperação parcial em 2014, retornando ao patamar de 2007. Especialistas autônomos são a posição com maior incidência após o topo da classificação. O nível e a tendência para essa posição são um pouco mais suaves que para capitalistas, revelam um padrão parecido.

Aliás, todas as posições privilegiadas demonstram uma evolução parecida da incidência de riqueza no período analisado. Capitalistas dentro dos 25% a 42%, especialistas autônomos de 24% a 14%, gerentes entre 13% e 8%, empregados especialistas entre 21% a 12% e pequenos empregadores vão de 10% a 6%. A mais alta incidência para todas as posições privilegiadas é encontrada em 2005, a pior em 2013, exceto para os pequenos empregadores, quem têm seu menor valor em 2009. A maior queda absoluta da incidência é para os capitalistas, 8 pontos percentuais, em seguida para os especialistas autônomos (-7 pontos), após empregados especialistas (-1 ponto), gerentes (-1 ponto) e pequenos empregadores (-1 ponto). Em termos relativos, considerando a razão entre a diferença e o valor de 2002, temos a maior queda para empregados especialistas (-34%), seguidos por especialistas autônomos (-32%), gerentes (-23%), capitalistas (-21%) e pequenos empregadores (-15%). Não encontramos incidência de

riqueza relevante para as demais posições. Autônomos com ativos oscilam entre 1% e 2%, autônomos agrícolas entre 0% e 1%, empregados qualificados mantêm praticamente em todo o período 1% e supervisores oscilam entre 1% e 2%. Trabalhadores típicos e todas as posições destituídas não alcançam o 1% de incidência no período analisado.

Tabela 51 – Incidência de riqueza por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	36% 0,02	36% 0,02	30% 0,02	31% 0,02	35% 0,02	28% 0,02	32% 0,02	31% 0,02	33% 0,02	32% 0,02	25% 0,02	28% 0,02
Aut. Esp.	22% 0,01	23% 0,01	19% 0,01	20% 0,01	19% 0,01	18% 0,01	19% 0,01	17% 0,01	16% 0,01	16% 0,01	14% 0,01	15% 0,01
Gerente	12% 0,01	12% 0,01	9% 0,01	11% 0,01	11% 0,01	10% 0,01	10% 0,01	8% 0,01	10% 0,01	10% 0,01	8% 0,01	10% 0,01
Emp. Esp.	19% 0,01	19% 0,01	15% 0,01	18% 0,01	16% 0,01	14% 0,01	17% 0,01	15% 0,01	15% 0,01	15% 0,01	12% 0,01	12% 0,01
Peq. Emp.	8% 0,00	8% 0,00	6% 0,00	7% 0,00	8% 0,00	7% 0,00	7% 0,00	6% 0,00	7% 0,00	7% 0,00	7% 0,00	7% 0,00
Aut. Ativ.	1% 0,00	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00
Aut. Agr.	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	0% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00
Emp. Qual.	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00
Supervisor	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00
Trab. Típ.	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00
Trab. Elem.	0% 0,00			0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00		0% 0,00
Aut. Prec.	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00
Emp. Dom.		0% 0,00	0% 0,00		0% 0,00	0% 0,00			0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00
Agr. Prec.	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00
Trab. Subis.	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00
Trab. Exd.	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00	0% 0,00
Total (Classe)	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	2% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00
Total (População)	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00	1% 0,00

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Notas: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; proporção em percentuais da população; erro padrão abaixo do coeficiente.

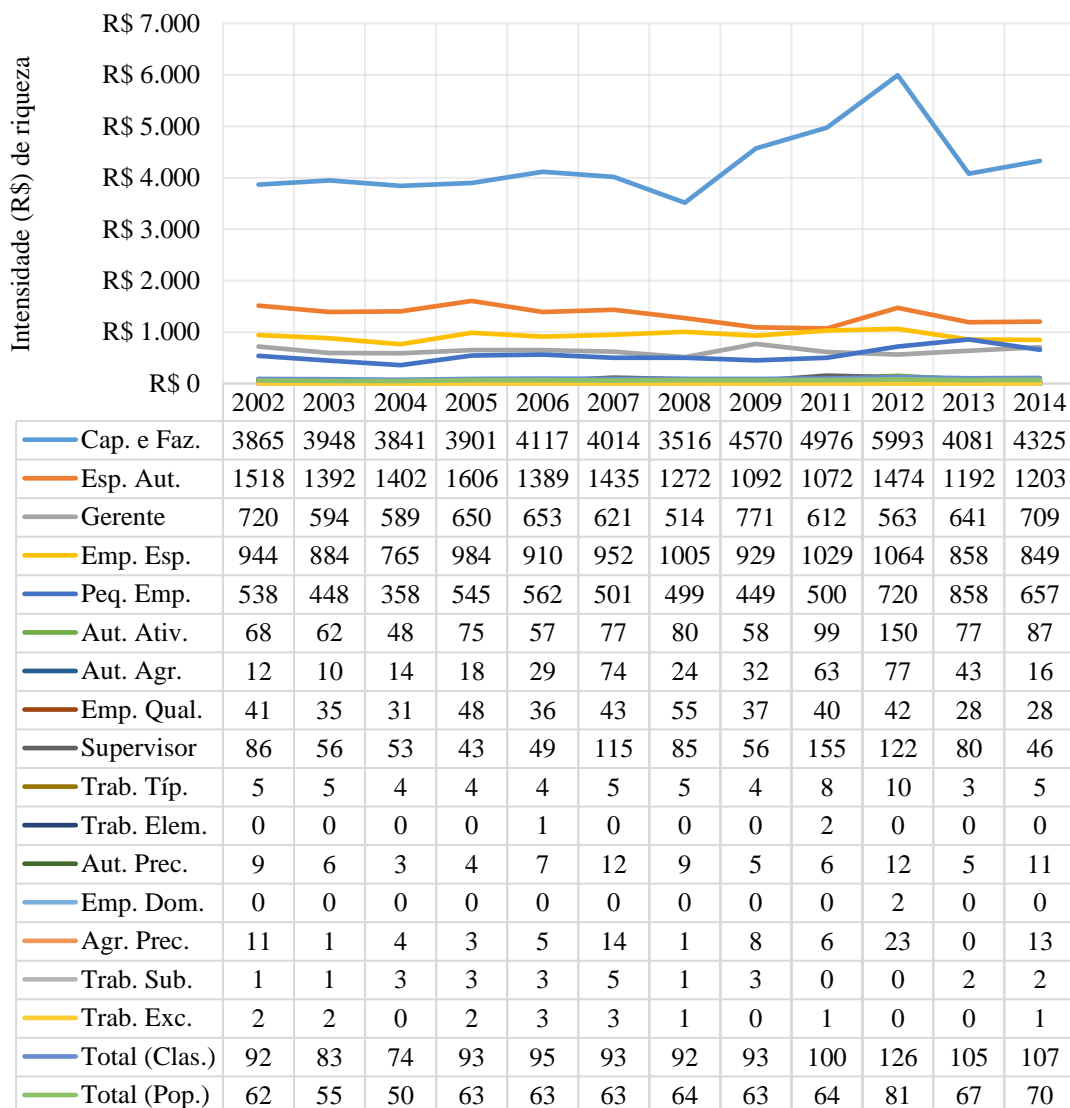
A tendência para a intensidade absoluta da riqueza apresenta um padrão um pouco diferente da incidência. Essa diferença já demonstra a necessidade de índices que proporcionem

diferentes visões sobre a evolução do fenômeno. A intensidade absoluta é representada em reais de 2014, com valores deflacionados pelo INPC. Foi calculada através do programa *richness* desenvolvido por Peichl *et al* (2010) para o Stata, e trata-se do que os autores chamam de “RMedeiros”, o índice de riqueza de Medeiros (2006). Infelizmente o programa desenvolvido não fornece o cálculo de medidas de ajuste, como o erro padrão, estatística “t” ou outras. Como não há essa possibilidade, aproveitamos para expor os coeficientes em um gráfico, assim a tendência fica mais clara.

Tomando os valores da população como ponto de partida, é possível notar que, em geral, a afluência não é muito intensa, ao menos para os dados das PNADs, o valor médio do hiato ponderado pela proporção é de R\$ 62 em 2002, cai para R\$ 55 em 2003 e R\$ 50 em 2004, aumenta em 2005 para R\$ 63 e se mantém praticamente constante até 2011. Em 2012, há um salto para R\$ 81, crescimento de 27% em relação ao início e a todos os anos anteriores, dada a estabilidade em torno dos R\$ 63. Em 2013, o valor cai para R\$ 67, queda aproximada de 17% em relação ao ano anterior, mas, ainda assim, é superior à média dos valores da década anterior. Em 2014, há um pequeno aumento, e a intensidade absoluta de riqueza da população fecha o período de análise em R\$ 70, superior em 13% se considerarmos a diferença em relação a 2002, se tomarmos para comparação 2004, o valor da diferença entre 2014 e 2004 (R\$ 20) é superior em quase 40% em relação ao valor de 2004 (R\$ 50). Quando comparamos o nível e a tendência apenas das pessoas que possuem posição de classe é possível notar o mesmo padrão de evolução da intensidade absoluta, mas os níveis e as diferenças entre os anos são um pouco mais pronunciados.

Olhando para os resultados das posições específicas é possível reparar a relevante discrepância entre os resultados dos capitalistas e as demais posições privilegiadas, e entre essas e as posições não privilegiadas. Isolados no topo estão os capitalistas, com um valor maior do que o dobro da intensidade absoluta de riqueza dos especialistas autônomos, a posição que mais se aproxima. Essa diferença aumenta ao longo do período. Até 2007 a intensidade absoluta de riqueza para capitalistas e fazendeiros gira em torno dos R\$ 4.000, há uma queda em 2008 para aproximadamente R\$ 3.500, um salto no próximo ano para pouco mais de R\$ 4.500, novo aumento em 2011 para quase R\$ 5.000, outro salto no ano seguinte para quase R\$ 6.000, maior valor da série, queda em 2013 para aproximadamente R\$ 4.100, e um pequeno aumento em 2014 para pouco mais de R\$ 4.300. Ao final temos uma diferença entre o último ano da série e os primeiros em torno dos quase R\$ 500, ou, em termos relativos, de 12%. Padrão de evolução muito semelhante aos gerais para a população e para aqueles com posição de classe.

Gráfico 12 – Intensidade absoluta de riqueza (RMedeiros) por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; cálculo do *RMedeiros* realizado pelo módulo *richness* no programa Stata; coeficientes expressos em valores reais (R\$) de 2014 deflacionados pelo INPC.

As demais posições privilegiadas têm uma tendência um pouco diferente. Os valores oscilam mais entre 2002 e 2007, uma estabilidade só pode ser encontrada para os gerentes. A queda em 2008 só não acontece para os empregados especialistas. Os aumentos consecutivos em 2009, 2011 e 2012 só não acontecem para os gerentes. Os especialistas, autônomos e empregados, sofrem a queda de intensidade absoluta em 2013, com uma pequena recuperação em 2014 para os autônomos. Gerentes apresentam uma tendência um pouco inversa, sobem

quando os outros estão caindo e caem quando os outros estão subindo. A melhora para os pequenos empregadores se prolonga até 2013, o que faz esses superarem os gerentes e encostarem-se aos empregados especialistas, mas a posterior queda em 2014 faz retornarem à sua posição relativa no início do período, com a menor intensidade dentre os privilegiados. Autônomos com ativos apresentam uma tendência muito parecida com a da população, mas com maior oscilação no período 2002-2007. Autônomos agrícolas apresentam mais oscilação em todo o período, mas a um nível bem abaixo do encontrado para a população, exceto em 2007, 2011 e 2012. Empregados qualificados e supervisores oscilam bastante no período, por vezes superando, no caso dos últimos, a intensidade geral de riqueza, mas terminando em níveis abaixo do geral. Trabalhadores típicos e as posições destituídas estão bem abaixo do patamar geral, próximos a R\$ 0, e poucos são os pontos em que algum deles supera os R\$ 10.

Além da medida de intensidade absoluta de riqueza o módulo *richness* criado por Peichl *et al* (2010) permite calcular o índice convexo de intensidade de riqueza padronizado. Basicamente, é a intensidade relativa à linha de riqueza. A tendência encontrada é a mesma para a medida absoluta de riqueza. Os níveis representados na escala de 0 a 1 acabam por variar somente na terceira casa decimal para a população, para todas as classes e para as posições de classe não privilegiadas. Com apenas duas casas decimais, forma apresentada na tabela, vemos uma constante ao longo do tempo para a população e total de quem tem posição de classe em 0,01. Para a população, trata-se do arredondamento de coeficientes que variam entre 0,006 e 0,008; já o total para as pessoas que têm posição de classe é o arredondamento de coeficientes que variam entre 0,009 e 0,013. Mesmo aumentando o número de casas decimais não seria possível visualizar variações para trabalhadores típicos e as posições destituídas, no máximo o coeficiente se apresenta como 0,001 para essas posições. As demais posições de trabalhadores não destituídos e controladores de pequenos ativos apresentam coeficientes próximos aos do total para quem tem posição, em 2011 temos 0,02 para supervisores e em 2012 temos o mesmo coeficiente para autônomos com ativos. Fora esses pontos no tempo, a intensidade não ultrapassa o 0,01.

Esses valores revelam a utilidade de se medir a intensidade medida em relação à linha de riqueza, é possível visualizar como ela é praticamente inexpressiva para posições não privilegiadas de classe. A maior intensidade é encontrada para capitalistas e fazendeiros, com o menor coeficiente em 2013 (0,38), relativa estabilidade ao longo do tempo em torno de 0,40, terminando o período com o mesmo coeficiente do início. Exceção ocorre na escalada de 2009 (0,49), 2011 (0,52) e 2012 (0,62), com os maiores aumentos de 2008 para 2009 e 2011 para

2012 (+0,10). A diferença dessa posição de classe para as demais privilegiadas não está só no nível, mas também na tendência dos valores. Especialistas autônomos apresentam uma tendência geral de queda, com pontos de recuperação em 2005 e 2012, mas ao final, com uma diferença negativa de quase 30%. Empregados especialista apresentam o terceiro maior nível de intensidade, oscilando entre 0,09 e 0,12 até 2012, e ao final os coeficientes caem para 0,08, uma queda de quase 20% em relação ao início. Gerentes apresentam também uma tendência de queda, com recuperação em 2005, 2009 e 2014, ao final, temos aproximadamente -10% na diferença de intensidade em relação ao início. Ao contrário das posições profissionais, para as quais a tendência é de queda, e capitalistas, para os quais temos estabilidade, a tendência para pequenos empregadores é de crescimento da intensidade. Vemos queda até 2004, recuperação em 2005, nova queda até 2011, recuperação em 2012 e 2013, e queda em 2014, mas mantendo uma diferença 10% maior em relação ao início.

Tabela 52 – Índice convexo de intensidade de riqueza padronizado (RFGTT2 α 1) por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	0,43	0,48	0,45	0,48	0,46	0,44	0,39	0,49	0,52	0,62	0,38	0,43
Esp. Aut.	0,17	0,17	0,17	0,20	0,16	0,16	0,14	0,12	0,11	0,15	0,11	0,12
Gerente	0,08	0,07	0,07	0,08	0,07	0,07	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07
Emp. Esp.	0,11	0,11	0,09	0,12	0,10	0,10	0,11	0,10	0,11	0,11	0,08	0,08
Peq. Emp.	0,06	0,05	0,04	0,07	0,06	0,05	0,06	0,05	0,05	0,07	0,08	0,07
Aut. Ativ.	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01
Aut. Agr.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
Emp. Qual.	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Supervisor	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,00
Trab. Típ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trab. Elem.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aut. Prec.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emp. Dom.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agr. Prec.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trab. Sub.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trab. Exc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (Clas.)	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Total (Pop.)	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; cálculo do RFGTT2 ($\alpha=1$) realizado pelo módulo *richness* no programa Stata.

Por fim, assim como para as medidas de pobreza, o pacote desenvolvido por Peichl *et al* (2010) permite o cálculo da intensidade exponenciada, sob a mesma lógica do índice de severidade FGT, com o valor do $\alpha > 1$ temos os hiatos longos “estressados”. Tanto para a população como um todo quanto para as pessoas que têm posição de classe, vemos uma

tendência de estabilidade com picos em 2009 e 2012, mas os últimos anos terminam em uma situação um pouco melhor em relação ao começo. Os coeficientes das posições destituídas não alcançam valores superiores a 0 quando nos restringimos em analisar até duas casas decimais. Dentre os trabalhadores não destituídos temos pontos fora da curva para o empregado qualificado em 2008, para o supervisor em 2007 e 2011 e para o típico em 2012. Há estabilidade também para os controladores de pequenos ativos, autônomos com ativos saem do padrão em 2008 e 2012 e agrícolas em 2006, 2007 e 2012.

Tabela 53 – Índice convexo de intensidade de riqueza exponenciado (RFGTT2 α 2) por posições de classe – Brasil – 2002 a 2014

Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Cap. Faz.	1,38	1,69	2,93	3,35	2,03	2,17	1,72	4,51	3,31	8,13	1,87	2,60
Esp. Aut.	0,28	0,29	0,31	0,40	0,29	0,27	0,26	0,19	0,19	0,51	0,23	0,24
Gerente	0,13	0,09	0,25	0,14	0,29	0,09	0,07	1,54	0,09	0,09	0,09	0,15
Emp. Esp.	0,16	0,13	0,12	0,17	0,14	0,15	0,16	0,12	0,15	0,62	0,10	0,13
Peq. Emp.	0,13	0,10	0,07	0,20	0,14	0,13	0,16	0,19	0,11	0,31	0,36	0,17
Aut. Ativ.	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,01	0,02	0,12	0,01	0,02
Aut. Agr.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	0,00	0,01	0,02	0,03	0,01	0,00
Emp. Qual.	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,03	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
Supervisor	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,11	0,01	0,01	0,16	0,03	0,01	0,00
Trab. Típ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00
Trab. Elem.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aut. Prec.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emp. Dom.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agr. Prec.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trab. Sub.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trab. Exc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (Clas.)	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,06	0,03	0,09	0,03	0,03
Total (Pop.)	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	0,02	0,05	0,02	0,02

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; cálculo do RFGTT2 ($\alpha=2$) realizado pelo módulo *richness* no programa Stata.

Como acontece para as outras medidas, capitalistas apresentam os maiores valores, com crescimento de 2002 a 2005, posterior queda até 2008, grande crescimento para 2009, queda em 2011 e o maior salto para 2012, queda em 2013 e recuperação em 2014. Coeficientes bem superiores aos das demais posições de classe, com tendência de aumento no período. A tendência para especialistas autônomos é de crescimento até 2005, depois queda até 2011, pequeno pico em 2012, queda em 2013 e leve recuperação em 2014. Os valores para gerentes oscilam até 2008, têm pequeno pico em 2009, queda, estabilidade e pequeno aumento em 2014. Padrão semelhante ao encontrado para empregados especialistas, mas nesse caso oscilação até 2011, pico em 2012, queda e leve recuperação no ponto final. Apesar da diferença no nível, a

tendência para pequenos empregadores é mais próxima da dos capitalistas do que da dos profissionais, com tendência de elevação no período, pico em 2012, com leve aumento ainda em 2013 e depois queda em 2014.

Esses resultados apontam para uma diminuição na incidência de riqueza nas posições privilegiadas, mas com aumento da intensidade da mesma quando tomamos especialmente as posições definidas pelo controle da força de trabalho alheia, capitalistas e pequenos empregadores. Os picos no final da última década e início dessa merecem um olhar mais cuidadoso. Os valores absolutos do hiato já foram expostos até aqui, portanto, olhamos agora para o número de observações nos bancos com altas rendas (mensais de todas as fontes deflacionadas), especialmente acima dos 10, 25, 50 e 100 mil reais.

Tabela 54 – Número de observações por grupos de renda – Brasil – 2002 a 2014

Renda (R\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
> 10	2745	1962	2178	2184	2681	2715	2762	3010	2705	3052	3341	2802
> 25	243	165	209	228	256	287	309	306	267	312	343	292
> 50	33	22	24	26	34	45	36	39	38	61	62	35
> 100	3	0	4	6	6	7	7	10	7	23	9	7

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; cálculos feitos com valores reais (R\$) de 2014 deflacionados pelo INPC.

É possível notar um aumento no número dessas observações, e o pico para todos os grupos por faixa de renda em 2012, diferenças relativas notadamente elevadas no grupo com renda acima de 100 mil. Ao longo de todo o período é possível notar a consistência da presença de capitalistas e fazendeiros, especialmente nos grupos com renda mais alta. Tomando por exemplo o ano de 2012, cuja PNAD foi capaz de captar um maior número de altas rendas, dentre as 23 observações com renda maior que 100 mil, 11 são capitalistas, dentre as 61 com renda acima de 50 mil, 21 são capitalistas. Seguidos deles temos os pequenos empregadores, são seis e 15 observações, respectivamente. Quando diminuimos a linha é que vemos as demais posições privilegiadas (profissionais) aparecerem com mais peso. Esses resultados já mostram parcialmente que as subestimações das altas rendas por pesquisas domiciliares como as PNADs não alterariam significativamente a direção de nossas conclusões sobre o efeito de classe em relação à incidência e intensidade da riqueza de renda.

OS EFEITOS SOBRE AS PROBABILIDADES DE RIQUEZA

Para determinar os diferenciais de propensão à riqueza, escolhemos modelar as chances de riqueza a partir de regressões logísticas. Como saída para o problema da comparabilidade entre amostras e entre grupos dentro de uma mesma amostra, fazemos isso olhando para os efeitos dos fatores de interesse e controle sobre as probabilidades de ser rico, ou seja, de estar no grupo do 1% mais rico em renda mensal de todas as fontes. Tomar as pessoas com informações para as variáveis incluídas no modelo é uma estratégia bem menos abrangente, limitando-nos basicamente à população adulta, com posição de classe e informações sobre escolaridade, sexo, cor/raça, tempo total de trabalho (experiência), horas totais trabalhadas na semana (esforço), além, claro, das informações sobre localização do domicílio dessas pessoas, macrorregião, área censitária e situação. Para simplificar um pouco os modelos, criamos binárias para as variáveis de escolaridade, cor e localização. Dicotomizar esses atributos não apenas simplifica a análise, mas também cria contrastes mais relevantes e ajustados, na medida em que as categorias base e interesse traduzem melhor o desnível visto na seção sobre o perfil do 1% mais rico. Para a tipologia de classes, o contraste será entre as posições privilegiadas específicas e as posições não privilegiadas como um todo, o que também atende ao desnível que conseguimos demonstrar nas seções anteriores.

O ponto de partida será a probabilidade geral, conforme prescreve a literatura especializada sobre modelos com variáveis dependentes categóricas (LONG, 1997; LONG e CHENG, 2009; LONG e FREESE, 2014). Ela oscila entre 0,01 e 0,02 ao longo do período, com o menor valor em 2004 e 2013 (0,013) e maior valor em 2002 e 2003 (0,017). No entanto, os efeitos das variáveis são dadas com base na categoria base, ou, para o caso das variáveis contínuas, por uma unidade a mais. As posições privilegiadas específicas têm como base as posições de classe não privilegiadas, a escolaridade é dada pelo contraste entre quem tem e quem não tem ensino superior, para sexo a base são as mulheres, para cor os negros (pardos, pretos e indígenas), experiência e esforço têm uma unidade a mais representando o acréscimo de +10 anos/+10 horas respectivamente, para macrorregião temos o contraste entre norte-nordeste e centro-sul, área censitária (*proxy* para tamanho do município) entre região metropolitana e municípios auto e não autorrepresentativos e, finalmente, situação, temos área urbana *versus* rural. Os efeitos das posições privilegiadas de classe partem de 0,003 em 2013, de 0,004 em 2002, 2004, 2006, 2009 e 2014 e de 0,005 em 2005, 2007, 2008 e 2011. Esses

valores dizem respeito aos modelos completos, já com o controle (extra) por educação. Para escolaridade, a probabilidade base (sem ensino superior) varia entre 0,005 e 0,008 no período, para sexo e para cor a probabilidade base fica entre 0,008 e 0,011, para experiência, esforço e macrorregião entre 0,013 e 0,017, área censitária entre 0,012 e 0,017, situação entre 0,007 e 0,010. Apenas para classe as probabilidades base terminam no mesmo patamar de 2002.

Tabela 55 – Efeitos sobre as probabilidades médias de ser rico (1% + rico em renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	0,017	0,017	0,013	0,016	0,016	0,014
Cap. e Faz.	0,1933*** 0,1231*** 0,010	0,1742*** 0,1177*** 0,009	0,1522*** 0,0973*** 0,009	0,1403*** 0,0959*** 0,008	0,1773*** 0,1203*** 0,009	0,1251*** 0,0778*** 0,007
Esp. Aut.	0,1428*** 0,0375*** 0,003	0,1434*** 0,0401*** 0,003	0,1341*** 0,0295*** 0,003	0,1256*** 0,0320*** 0,003	0,1174*** 0,0313*** 0,003	0,1127*** 0,0283*** 0,003
Gerente	0,0681*** 0,0415*** 0,003	0,0683*** 0,0412*** 0,003	0,0477*** 0,0273*** 0,002	0,0602*** 0,0359*** 0,002	0,0618*** 0,0372*** 0,003	0,0541*** 0,0304*** 0,002
Emp. Esp.	0,1280*** 0,0427*** 0,003	0,1291*** 0,0452*** 0,003	0,1101*** 0,0332*** 0,002	0,1331*** 0,0461*** 0,003	0,1142*** 0,0382*** 0,002	0,1006*** 0,0332*** 0,002
Peq. Emp.	0,0391*** 0,0373*** 0,002	0,0356*** 0,0342*** 0,002	0,0239*** 0,0230*** 0,002	0,0335*** 0,0324*** 0,002	0,0345*** 0,0335*** 0,002	0,0293*** 0,0278*** 0,002
Não priv.	0,004	0,005	0,004	0,005	0,004	0,005
Ens. Sup.	0,0388*** 0,002	0,0374*** 0,002	0,0345*** 0,002	0,0362*** 0,002	0,0358*** 0,002	0,0355*** 0,002
Sem En. Sup.	0,007	0,008	0,005	0,007	0,007	0,006
Homem	0,0097*** 0,001	0,0095*** 0,001	0,0076*** 0,001	0,0085*** 0,001	0,0089*** 0,001	0,0082*** 0,001
Mulher	0,011	0,011	0,008	0,011	0,011	0,009
Branca/amar.	0,0077*** 0,001	0,0094*** 0,001	0,0057*** 0,001	0,0075*** 0,001	0,0079*** 0,001	0,0065*** 0,001
Par./Pre./Ind.	0,011	0,010	0,009	0,010	0,010	0,010
Experiência	0,0053*** 0,000	0,0052*** 0,000	0,0043*** 0,000	0,0057*** 0,000	0,0051*** 0,000	0,0057*** 0,000
Esforço	0,0018*** 0,000	0,0025*** 0,000	0,0022*** 0,000	0,0027*** 0,000	0,0023*** 0,000	0,0027*** 0,000
Centro-Sul	0,0013 0,001	-0,0002 0,001	-0,0001 0,001	0,0021** 0,001	-0,0003 0,001	0,0004 0,001
N/NE	0,016	0,017	0,013	0,014	0,016	0,014
Reg. Met.	0,0056*** 0,001	0,0052*** 0,001	0,0026*** 0,001	0,0070*** 0,001	0,0051*** 0,001	0,0069*** 0,001
Não Met.	0,015	0,015	0,012	0,013	0,014	0,012
Urbano	0,0111*** 0,001	0,0100*** 0,001	0,0048*** 0,001	0,0065*** 0,001	0,0093*** 0,001	0,0061*** 0,001
Rural	0,007	0,008	0,008	0,010	0,007	0,009
Pseudo R2	0,44	0,43	0,42	0,42	0,42	0,41
N	156785	156840	166552	173656	177312	173361

(continua)

(continuação da Tabela 55)

Variáveis	2008 0,016	2009 0,014	2011 0,015	2012 0,016	2013 0,013	2014 0,015
Cap. e Faz.	0,1630*** 0,1095*** 0,009	0,1568*** 0,0988*** 0,008	0,1639*** 0,1098*** 0,010	0,1659*** 0,1158*** 0,009	0,1161*** 0,0763*** 0,007	0,1338*** 0,0890*** 0,008
Esp. Aut.	0,1284*** 0,0331*** 0,003	0,1125*** 0,0316*** 0,003	0,1046*** 0,0299*** 0,003	0,1058*** 0,0311*** 0,003	0,0888*** 0,0295*** 0,003	0,1008*** 0,0324*** 0,003
Gerente	0,0583*** 0,0354*** 0,002	0,0447*** 0,0258*** 0,002	0,0629*** 0,0360*** 0,003	0,0578*** 0,0333*** 0,003	0,0514*** 0,0319*** 0,003	0,0601*** 0,0366*** 0,003
Emp. Esp.	0,1286*** 0,0438*** 0,003	0,1192*** 0,0423*** 0,003	0,1189*** 0,0421*** 0,003	0,1205*** 0,0430*** 0,003	0,1021*** 0,0396*** 0,003	0,1012*** 0,0422*** 0,003
Peq. Emp.	0,0320*** 0,0312*** 0,002	0,0252*** 0,0253*** 0,002	0,0313*** 0,0305*** 0,002	0,0335*** 0,0325*** 0,002	0,0315*** 0,0304*** 0,002	0,0321*** 0,0310*** 0,002
Não priv.	0,005	0,004	0,005	0,005	0,003	0,004
Ens. Sup.	0,0336*** 0,002	0,0280*** 0,001	0,0297*** 0,002	0,0319*** 0,002	0,0213*** 0,001	0,0240*** 0,001
Sem En. Sup.	0,007	0,005	0,006	0,007	0,005	0,006
Homem	0,0084*** 0,001	0,0076*** 0,001	0,0064*** 0,001	0,0096*** 0,001	0,0067*** 0,001	0,0070*** 0,001
Mulher	0,011	0,009	0,011	0,010	0,009	0,010
Branca/amar	0,0063*** 0,001	0,0053*** 0,001	0,0061*** 0,001	0,0081*** 0,001	0,0065*** 0,001	0,0059*** 0,001
Par./Pre./Ind.	0,011	0,010	0,010	0,011	0,008	0,010
Experiência	0,0054*** 0,000	0,0054*** 0,000	0,0054*** 0,000	0,0060*** 0,000	0,0050*** 0,000	0,0054*** 0,000
Esforço	0,0026*** 0,000	0,0028*** 0,000	0,0032*** 0,000	0,0028*** 0,000	0,0024*** 0,000	0,0033*** 0,000
Centro-Sul	0,0007 0,001	-0,0003 0,001	-0,0003 0,001	-0,0003 0,001	-0,0007 0,001	0,0002 0,001
N/NE	0,015	0,014	0,015	0,016	0,013	0,014
Reg. Met.	0,0049*** 0,001	0,0063*** 0,001	0,0069*** 0,001	0,0069*** 0,001	0,0067*** 0,001	0,0079*** 0,001
Não Met.	0,014	0,011	0,012	0,013	0,010	0,011
Urbano	0,0087*** 0,001	0,0072*** 0,001	0,0054*** 0,001	0,0074*** 0,001	0,0046*** 0,001	0,0061*** 0,001
Rural	0,008	0,007	0,010	0,009	0,008	0,009
Pseudo R2	0,41	0,42	0,40	0,39	0,40	0,39
N	174734	177615	156899	161774	160531	165906

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; para classe apresentamos os resultados dos modelos sem e com o controle extra por educação, calculados com o programa khb no Stata, os valores finais estão em baixo dos resultados dos modelos sem esse controle; para as demais variáveis os coeficientes são apresentados para os modelos completos, com o controle extra por educação; erro padrão em baixo dos coeficientes do modelo completo; probabilidade base abaixo dos coeficientes e respectivos erros-padrão; probabilidade geral abaixo do ano; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

Os efeitos médios das posições privilegiadas de classe são estatisticamente significativos em todos os modelos, com ou sem o controle por educação. O efeito discreto de ter posição de capitalista é o mais forte em todos os anos, apesar da tendência geral de queda. Sem o controle por educação o efeito médio discreto de ser capitalista é de 0,193 em 2002, cai

gradualmente até 2005 atingindo 0,140, recupera-se parcialmente em 2006 (0,177), cai em 2007 para 0,125, sobe em 2008, fica estável até 2011, cai para o menor nível em 2012 e 2013 e tem pequena recuperação em 2014. Com o controle por educação, o efeito dessa posição é de 0,128 em 2002, cai em 2003 e 2004, fica estável em 2005, recupera quase toda sua magnitude em 2006, tem sua maior queda em 2007, tem sua maior alta em 2008, cai um pouco em 2009, sobe consecutivamente em 2011 e 2012, cai bruscamente em 2013 e atinge o menor patamar e se recupera parcialmente em 2014. Para os especialistas, autônomo e empregado, é possível notar que o controle extra por educação diminui muito fortemente os efeitos do ativo produtivo definidor, a qualificação escassa, a diferença é mais forte para os autônomos. Os efeitos médios da posição de especialistas autônomos caem até 2007 (de 0,143 até 0,113), recupera-se parcialmente em 2008 e depois retoma a tendência de queda até 2013, com pequena recuperação em 2014. Considerando os modelos com controle (extra) por educação vemos a queda do efeito no início do período, depois oscila até o final, sem recuperar completamente sua força. O efeito da posição de empregado especialista oscila bastante até 2008, especialmente nos modelos sem o controle por educação, depois oscila com menor intensidade, termina com uma queda em relação ao início, menor quando consideramos educação. O efeito dos gerentes, tanto no modelo com educação quanto no sem educação, cai fortemente nos primeiros anos, recupera-se parcialmente em 2005 e 2006, oscila com bastante intensidade até o final, terminando próximo aos patamares dos anos de recuperação. Padrão muito semelhante ao dos gerentes é o dos pequenos empregadores, com uma pequena desvantagem no nível, e pouca diferença tomando os modelos com e sem controle por educação.

Em termos absolutos e relativos (a 2002), quem mais perde é a posição de capitalistas (0,060/31% e 0,034/28%), ainda assim supera em magnitude todos os outros efeitos médios, é pelo menos o dobro dos demais. Especialistas autônomos e gerentes têm uma diferença absoluta de -0,005 e relativa de -14% e -12%, respectivamente, se considerarmos os efeitos já com o controle por educação. Quando não temos esse controle, o efeito dos autônomos especialistas cai mais, tanto no absoluto quanto no relativo. A queda relativa para gerentes é a mesma, mas é menor no absoluto quando consideramos os modelos com educação. Empregados especialistas são a posição que menos perde a força no período após o controle por educação (0,001/1%), já quando consideramos os modelos sem esse controle temos uma queda absoluta de 0,027/21%. Pequenos empregadores têm uma queda absoluta e uma relativa muito próximas nos modelos sem e com o controle por educação, 0,007 e 18% e 0,006 e 17%, respectivamente.

Entre os privilegiados o *ranking* dos efeitos médios mantém-se, mas o controle por educação parece atrapalhar bem a força da posição e especialistas autônomos, chegando a ficar abaixo das demais posições em 2006, 2011, 2012 e 2013. Esse *confounding* entre os efeitos de classe e de educação afeta menos os pequenos empregadores e capitalistas. No caso dos pequenos empregadores ele não ultrapassa 5%, já para os capitalistas, diferentemente do que vimos nos capítulos anteriores, a confusão de efeitos gira em torno dos 35%. A interpretação dos efeitos após o controle (extra) e o cálculo do percentual de confusão remedeia em parte o problema de endogenia entre classe e educação, mas após inserirmos esse controle, não podemos dizer que os valores são devidos ao ativo controlado pelos especialistas. O efeito após o controle é algo a mais que essas posições oferecem, além da posse de perícia. Assim como o efeito de ter ensino superior deve ter descontado o fato de levar a essas posições. Por isso preferimos os efeitos sem o controle por educação, mas, deixamos os dois visíveis, deduzindo o percentual de confusão.

Os efeitos médios de ter ensino superior estão no patamar dos efeitos das posições de classe, claro, à parte dos de capitalistas. Por estarem incluídos em um modelo com classe, esses efeitos podem ser interpretados como aqueles dados pelo grau educacional em si, e não o acesso a melhores empregos. Dentre as características das pessoas eles são os mais fortes, mas apresentam também a maior tendência de queda no período. As quedas de 2008 para 2009 e depois de 2012 para 2013 deixam a força sobre as probabilidades abaixo dos 0,025 em 2014. Essa última queda afasta de vez a força da escolaridade da força das posições de profissionais e pequenos empregadores. O efeito discreto médio de ter ensino superior no início do período está em quase 0,04, cai gradualmente até 2008, tem queda mais abrupta em 2009, apresenta recuperação parcial em 2011 e 2012 e forte queda em 2013 e leve aumento em 2014. Em termos absolutos, o efeito médio cai 0,015, há perda em relação a 2002 de 38%.

Apesar do claro desbalanço na composição por sexo e cor do grupo do 1% mais rico, com clara vantagem para homens brancos/amarelos, em detrimento de mulheres negras, o efeito sobre as probabilidades de riqueza, apesar de ser significativo, está em outro patamar, bem abaixo do efeito médio de capitalistas, outras posições privilegiadas e ensino superior. Os efeitos discretos médios de ser homem variam entre 0,010 e 0,006, de ser branco(a)/amarelo(a) variam entre 0,009 e 0,005. Ao final, a queda absoluta é de 0,003 e de 0,002, e a relativa (à 2002) de 30% e 25%, respectivamente. Acerca da experiência os valores dos efeitos médios são dados a cada 10 anos a mais de tempo de engajamento na atividade econômica. Esses valores oscilam entre 0,005 e 0,007 e terminam no mesmo patamar do início 0,006. Para o esforço

temos os valores dos efeitos médios a cada 10 horas a mais trabalhadas na semana. Eles elevam de 0,002 para 0,004 no período, com oscilação no início, estabilidade entre 2007 e 2013 e aumento em 2014.

Dentre as variáveis relacionadas à localização dos domicílios das pessoas os maiores efeitos médios discretos são dados pela dicotomia entre urbano e rural, seguidos de metropolitano e não metropolitano, e só então centro-sul e norte-nordeste. Essa última dicotomia só é estatisticamente significativa em 2005. Os efeitos médios aumentam no período para quem mora em grandes municípios, e diminui para aqueles que estão nas áreas urbanas e no centro-sul do país. Proporcionalmente a 2002 essas alterações são grandes, mas em termos absolutos, assim como o nível dos efeitos, as alterações são pequenas. Para os efeitos de morar no centro-sul do país temos uma diferença de -0,001 (-85%), por morar em alguma região metropolitana temos +0,002 (+41%), e por ter domicílio na área urbana temos -0,005 (-45%).

Os efeitos médios sobre as probabilidades revelaram três patamares, o primeiro, certamente é a mudança discreta para a posição de capitalistas e fazendeiros. Em média, os efeitos dessa mudança ficam entre 0,09 e 0,12. Outro patamar é dado pelas mudanças discretas das posições de classe média e do ensino superior, esses ficam entre 0,02 e 0,04. As demais características das pessoas e dos seus domicílios revelam efeitos que ficam entre 0,00 e 0,01. Para a maioria dos fatores considerados nos modelos a tendência é de queda da influência no período, exceção são os casos da experiência, do esforço e do fato de morar em regiões metropolitanas. O ajuste dos modelos para determinar as probabilidades de riqueza é melhor do que o dos modelos criados para pobreza, nos capítulos anteriores. O alvo aqui é bem menor (1%) e ainda assim eles se mostram mais ajustados, apesar de sabermos que a interpretação do pseudo R² ser difícil e conter muita arbitrariedade, eles são praticamente o dobro dos encontrados para os modelos de pobreza e bem superiores aos que encontramos em nossa experiência com a análise via regressões logísticas.

Achamos necessário neste ponto da análise o estudo dos efeitos médios aditivos, olhar para o que acontece no grupo dos 5% e 10% mais ricos da população. A estrutura dos resultados é a mesma, com os efeitos de ser capitalista os mais altos encontrados, logo depois dos efeitos das posições privilegiadas. Mas, aqui é possível ver também os efeitos das variáveis de controle mais significativas. O efeito de ter ensino superior, por exemplo, é maior do que o de ser pequeno empregador, o efeito de morar no centro-sul do país é estatisticamente significativo, a

tendência de queda para os efeitos de classe é bem menor, o ajuste dos modelos também é um pouco menor.

Começamos pelos efeitos médios de estar no grupo de brasileiros 5% mais ricos em renda mensal de todas as fontes. A probabilidade média de estar no grupo dos 5% começa em 0,084, cai gradualmente até 2004, apresenta forte queda em 2005, atingindo seu menor valor, recupera-se parcialmente em 2006 e 2007, torna a cair em 2008, aumenta em 2009, cai em 2011, eleva-se em 2012 para cair novamente só em 2014. A tendência ao final é de oscilação com queda de 0,009 (11%). A tendência é a mesma para a probabilidade base de classe, apenas o nível calculado para as posições não destituídas é um pouco menor. O mesmo vale para as probabilidades base das variáveis de controle, com exceção para a área rural, que termina com elevação no período.

Aqui também os maiores efeitos aditivos médios são para a posição de capitalista e fazendeiro, seguidos dos efeitos de especialistas autônomos e empregados, gerentes, o efeito de ter ensino superior e então o efeito de ser pequeno empregador. Isso, claro, considerando os efeitos sem o controle por educação. Ao considerarmos o modelo completo, os efeitos de todas as posições privilegiadas, exceto capitalistas, são menores do que o de ter ensino superior, mas a tendência é a mesma, de queda. Considerando o modelo com ou sem esse controle a queda ainda é menor do que a encontrada para o 1%, e a queda dos efeitos de todas as posições privilegiadas é menor do que a de educação. Nos modelos sem o controle por educação os efeitos de capitalistas caem 19% em relação a 2002, de especialistas autônomos a queda é de 21%, gerentes 20%, empregados especialistas 23% e pequenos empregadores 18%. Nos modelos com o controle a queda é de 22% para capitalistas, de 18% para autônomos especialistas, de 24% para gerentes, de 19% para empregados especialistas, de 16% para pequenos empregadores e de 28% para pessoas com ensino superior.

Apesar de mais aparentes ao estimarmos os efeitos médios para os 5% mais ricos, os efeitos das demais variáveis não chega a superar o patamar de 0,05, e ainda assim, apenas o fato de morar em área urbana aproxima-se disso no início do período, ele mesmo ao final do tempo e os demais efeitos estão um pouco longe desse limiar. A tendência é de queda para a maioria dos fatores considerados, apenas experiência e esforço aumentam seu impacto sobre as probabilidades no período analisado. Algo que ocorre de maneira bem gradual e relativamente é considerável, mas em termos absolutos nem tanto. A variável de localização que mais perde força é a *dummy* para macrorregião centro-sul, queda de 0,010 (48%). Algo que vimos também

para as estimativas do 1% mais rico, aqui ela fica mais clara, mas os efeitos não chegam a perder significância estatística como no caso anterior. O efeito da cor perde mais que o do sexo (masculino), o primeiro chegando ao final do período a um patamar menor do que o do segundo.

Tabela 56 – Efeitos médios sobre as probabilidades médias de ser rico (5% + rico em renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	0,084	0,083	0,082	0,072	0,079	0,080
Cap. e Faz.	0,5574*** 0,4020*** 0,021	0,5534*** 0,4167*** 0,021	0,6329*** 0,4966*** 0,022	0,4694*** 0,3450*** 0,018	0,4838*** 0,3509*** 0,018	0,5296*** 0,3879*** 0,022
Esp. Aut.	0,4538*** 0,1396*** 0,010	0,4478*** 0,1438*** 0,010	0,4811*** 0,1488*** 0,010	0,3892*** 0,1092*** 0,008	0,4031*** 0,1218*** 0,008	0,4341*** 0,1476*** 0,009
Gerente	0,3003*** 0,1830*** 0,007	0,2932*** 0,1759*** 0,007	0,2774*** 0,1655*** 0,007	0,2496*** 0,1471*** 0,006	0,2641*** 0,1563*** 0,006	0,2606*** 0,1523*** 0,006
Emp. Esp.	0,4539*** 0,1802*** 0,008	0,4465*** 0,1823*** 0,007	0,4529*** 0,1813*** 0,007	0,3988*** 0,1528*** 0,006	0,4026*** 0,1529*** 0,006	0,3937*** 0,1610*** 0,006
Peq. Emp.	0,1934*** 0,1684*** 0,005	0,1946*** 0,1712*** 0,005	0,2060*** 0,1827*** 0,005	0,1584*** 0,1414*** 0,005	0,1741*** 0,1540*** 0,005	0,1882*** 0,1660*** 0,005
Não priv.	0,054	0,053	0,052	0,044	0,050	0,051
Ens. Sup.	0,2268*** 0,005	0,2156*** 0,005	0,2228*** 0,005	0,1893*** 0,004	0,2051*** 0,004	0,1972*** 0,004
Sem En. Sup.	0,056	0,056	0,055	0,045	0,050	0,051
Homem	0,0315*** 0,001	0,0333*** 0,001	0,0367*** 0,001	0,0299*** 0,001	0,0315*** 0,001	0,0323*** 0,001
Mulher	0,065	0,063	0,060	0,054	0,061	0,061
Branca/amar.	0,0347*** 0,001	0,0377*** 0,001	0,0339*** 0,001	0,0296*** 0,001	0,0327*** 0,001	0,0327*** 0,001
Par./Pre./Ind.	0,061	0,059	0,060	0,053	0,058	0,059
Experiência	0,0175*** 0,000	0,0177*** 0,000	0,0174*** 0,000	0,0169*** 0,000	0,0181*** 0,000	0,0188*** 0,000
Esforço	0,0090*** 0,000	0,0096*** 0,000	0,0090*** 0,000	0,0083*** 0,000	0,0094*** 0,000	0,0107*** 0,000
Centro-Sul	0,0210*** 0,001	0,0184*** 0,001	0,0165*** 0,001	0,0143*** 0,001	0,0140*** 0,001	0,0155*** 0,001
N/NE	0,068	0,069	0,070	0,061	0,069	0,068
Reg. Met.	0,0278*** 0,001	0,0231*** 0,001	0,0256*** 0,001	0,0224*** 0,001	0,0194*** 0,001	0,0252*** 0,001
Não Met.	0,074	0,075	0,073	0,064	0,072	0,071
Urbano	0,0487*** 0,002	0,0441*** 0,002	0,0390*** 0,002	0,0387*** 0,002	0,0437*** 0,002	0,0370*** 0,002
Rural	0,040	0,044	0,048	0,037	0,040	0,047
Pseudo R2	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	0,37
N	156785	156840	166552	173656	177312	173361

(continua)

(continuação da Tabela 56)

Variáveis	2008 0,076	2009 0,078	2011 0,075	2012 0,080	2013 0,080	2014 0,075
Cap. e Faz.	0,5632*** 0,4302*** 0,020	0,5460*** 0,3927*** 0,020	0,5073*** 0,3761*** 0,021	0,5384*** 0,4146*** 0,021	0,5162*** 0,3748*** 0,020	0,4501*** 0,3132*** 0,017
Esp. Aut.	0,4212*** 0,1305*** 0,008	0,3727*** 0,1120*** 0,007	0,3906*** 0,1345*** 0,009	0,3963*** 0,1387*** 0,008	0,4079*** 0,1515*** 0,009	0,3584*** 0,1144*** 0,007
Gerente	0,2450*** 0,1478*** 0,006	0,2506*** 0,1452*** 0,006	0,2816*** 0,1676*** 0,007	0,2785*** 0,1661*** 0,007	0,2631*** 0,1586*** 0,006	0,2413*** 0,1387*** 0,006
Emp. Esp.	0,4053*** 0,1587*** 0,006	0,4011*** 0,1592*** 0,006	0,3871*** 0,1570*** 0,006	0,3948*** 0,1601*** 0,006	0,4014*** 0,1676*** 0,006	0,3512*** 0,1468*** 0,005
Peq. Emp.	0,1636*** 0,1475*** 0,005	0,1716*** 0,1584*** 0,005	0,1688*** 0,1534*** 0,006	0,1851*** 0,1675*** 0,006	0,1843*** 0,1649*** 0,006	0,1580*** 0,1417*** 0,005
Não priv.	0,047	0,048	0,048	0,050	0,049	0,045
Ens. Sup.	0,1833*** 0,004	0,1876*** 0,004	0,1746*** 0,004	0,1778*** 0,004	0,1709*** 0,004	0,1628*** 0,003
Sem En. Sup.	0,047	0,047	0,045	0,048	0,047	0,042
Homem	0,0307*** 0,001	0,0319*** 0,001	0,0295*** 0,001	0,0330*** 0,001	0,0312*** 0,001	0,0282*** 0,001
Mulher	0,058	0,059	0,058	0,062	0,063	0,059
Branca/amar.	0,0299*** 0,001	0,0289*** 0,001	0,0262*** 0,001	0,0274*** 0,001	0,0307*** 0,001	0,0261*** 0,001
Par./Pre./Ind.	0,057	0,060	0,059	0,064	0,062	0,059
Experiência	0,0186*** 0,000	0,0194*** 0,000	0,0193*** 0,000	0,0200*** 0,000	0,0197*** 0,000	0,0192*** 0,000
Esforço	0,0103*** 0,000	0,0106*** 0,000	0,0108*** 0,001	0,0112*** 0,001	0,0107*** 0,001	0,0121*** 0,001
Centro-Sul	0,0111*** 0,001	0,0109*** 0,001	0,0120*** 0,001	0,0124*** 0,001	0,0100*** 0,001	0,0107*** 0,001
N/NE	0,068	0,070	0,066	0,071	0,072	0,066
Reg. Met.	0,0218*** 0,001	0,0234*** 0,001	0,0195*** 0,001	0,0227*** 0,001	0,0250*** 0,001	0,0228*** 0,001
Não Met.	0,068	0,070	0,068	0,072	0,071	0,066
Urbano	0,0387*** 0,002	0,0370*** 0,002	0,0365*** 0,002	0,0375*** 0,002	0,0328*** 0,002	0,0282*** 0,002
Rural	0,041	0,045	0,042	0,046	0,050	0,049
Pseudo R2	0,38	0,37	0,35	0,36	0,37	0,36
N	174734	177615	156899	161774	160531	165906

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; os coeficientes são apresentados para os modelos completos, já com o controle extra por educação; para classe apresentamos os resultados dos modelos sem e com o controle extra por educação, calculados com o programa khb no Stata, os valores finais estão em baixo dos resultados dos modelos sem esse controle; erro padrão em baixo dos coeficientes do modelo completo; probabilidade base abaixo dos coeficientes e respectivos erros padrão; probabilidade geral abaixo do ano; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

As linhas definidas para os 10% mais ricos são as que menos sofrem com a subestimação característica das pesquisas domiciliares, por isso a importância de se destacar também os efeitos médios de estar nesse grupo. A probabilidade geral de estar acima do p90 é de 0,165 em 2002, a maior em todo o período, ela oscila em queda até 2005, recupera-se parcialmente em

2006 e 2007, torna a oscilar em queda até atingir seu menor patamar 0,139 em 2011, recupera-se parcialmente em 2012, mantém-se em 2013 e termina em 2014 a 0,157, com uma tendência final de queda em 0,008 (5%). A tendência é praticamente a mesma para as probabilidades base de classe, apenas o nível é um pouco diferente nas probabilidades dos não privilegiados, e termina com uma queda de 8%. A tendência de queda para as probabilidades base de ter ensino superior (não ter esse grau de escolaridade) é mais acentuada, com queda de 18%. Para as probabilidades base de sexo a tendência é a mesma da geral, para cor a tendência é inversa, as probabilidades base crescem 5%. No caso das variáveis de localização há também certa divergência na tendência e nos níveis das probabilidades base, para macrorregião centro-sul temos estabilidade, para área metropolitana uma queda menor do que a geral e para área urbana aumento de 15% no período. O ajuste dos modelos é um pouco menor do que para os anteriores (5% e 1%), ainda assim, superior aos de pobreza.

Novamente os efeitos de classe são os mais altos dentre o rol de variáveis incluídas nas regressões logísticas. Se consideramos os valores após o controle por educação, isso só é verdadeiro para a posição de capitalistas e fazendeiros. Considerando os modelos sem o controle por educação os efeitos médios aditivos de ser capitalista ficam em torno dos 0,7, com exceção para 2005, 2011 e 2012, quando se aproximam mais dos 0,6. A tendência é de queda, mas em menor grau do que encontrado anteriormente (para 5% e 1%), com diferença absoluta de -0,07 e relativa de -9%. As demais posições privilegiadas além de um nível um pouco menor apresentam também tendências de queda um pouco maiores do que as de capitalistas, mas com certeza menores do que as para o grupo de 1% e 5%. No *ranking* de efeitos, logo após capitalistas vemos especialistas, autônomos e empregados, gerentes e depois pequenos empregadores. Novamente, se consideramos os modelos após o controle por educação, há uma excessiva diminuição dos efeitos em especialistas, já que esse controle “rouba” muito do que pode ser considerado o efeito intrínseco dessas posições.

Dentre as demais variáveis consideradas, há o ensino superior, que apresenta efeitos um pouco maiores no pequeno empregador e uma queda de aproximadamente 0,4 até 0,3, -25% em termos relativos. Os efeitos das demais variáveis são um pouco mais consideráveis, mas não ultrapassam o patamar de 0,1. Temos aumento dos efeitos de experiência e esforço, estabilidade do efeito do sexo, queda para todos os demais. O mais significativo deles é o de morar em área urbana, logo após vem o fato de ser homem e ter cor branca/amarela. Entre esses dois últimos a relação se inverte justamente pela tendência de queda do efeito de cor (-0,019/ 29%) e de estabilidade do efeito de sexo (+0,001/ 2%). Nesses modelos também é possível notar a forte

tendência de queda das variáveis ligadas à localização do domicílio das pessoas, para a macrorregião centro-sul a queda absoluta (relativa) é de 0,011 (22%), para a área metropolitana de 0,021 (42%) e para a urbana de 0,025 (27%).

Tabela 57 – Efeitos médios sobre as probabilidades médias de ser rico (10% + rico em renda mensal de todas as fontes – Brasil – 2002 a 2014

Variáveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	0,165	0,154	0,159	0,147	0,157	0,161
Cap. e Faz.	0,7253*** 0,5937*** 0,023	0,6561*** 0,5239*** 0,023	0,7102*** 0,5901*** 0,022	0,6334*** 0,5037*** 0,022	0,6843*** 0,5591*** 0,022	0,6707*** 0,5372*** 0,025
Esp. Aut.	0,6403*** 0,2520*** 0,019	0,5436*** 0,1766*** 0,014	0,5820*** 0,1868*** 0,015	0,5567*** 0,1819*** 0,014	0,5758*** 0,2098*** 0,015	0,5952*** 0,2428*** 0,017
Gerente	0,4812*** 0,3142*** 0,010	0,4526*** 0,2903*** 0,010	0,4538*** 0,2924*** 0,009	0,4394*** 0,2804*** 0,009	0,4372*** 0,2765*** 0,009	0,4258*** 0,2650*** 0,009
Emp. Esp.	0,6326*** 0,3067*** 0,012	0,5948*** 0,2835*** 0,011	0,6080*** 0,2885*** 0,011	0,5546*** 0,2403*** 0,009	0,5563*** 0,2398*** 0,009	0,5457*** 0,2516*** 0,009
Peq. Emp.	0,3629*** 0,3138*** 0,007	0,2938*** 0,2526*** 0,007	0,3028*** 0,2620*** 0,006	0,3051*** 0,2670*** 0,006	0,3230*** 0,2814*** 0,006	0,3382*** 0,2953*** 0,007
Não priv.	0,132	0,123	0,128	0,114	0,123	0,129
Ens. Sup.	0,4088*** 0,006	0,3703*** 0,006	0,3944*** 0,006	0,3539*** 0,005	0,3677*** 0,005	0,3602*** 0,005
Sem Ens. Sup.	0,133	0,121	0,125	0,113	0,120	0,123
Homem	0,0575*** 0,002	0,0556*** 0,002	0,0629*** 0,002	0,0536*** 0,002	0,0562*** 0,002	0,0637*** 0,002
Mulher	0,130	0,121	0,121	0,115	0,124	0,123
Branca/amar.	0,0662*** 0,002	0,0627*** 0,002	0,0605*** 0,002	0,0542*** 0,002	0,0608*** 0,002	0,0595*** 0,002
Par./Pre./Ind.	0,125	0,116	0,123	0,115	0,121	0,127
Experiência	0,0254*** 0,001	0,0281*** 0,001	0,0281*** 0,001	0,0276*** 0,001	0,0285*** 0,001	0,0291*** 0,001
Esforço	0,0185*** 0,001	0,0176*** 0,001	0,0180*** 0,001	0,0166*** 0,001	0,0172*** 0,001	0,0195*** 0,001
Centro-Sul	0,0506*** 0,002	0,0472*** 0,002	0,0457*** 0,002	0,0427*** 0,002	0,0387*** 0,002	0,0436*** 0,002
N/NE	0,127	0,119	0,125	0,115	0,128	0,128
Reg. Met.	0,0497*** 0,002	0,0395*** 0,002	0,0421*** 0,002	0,0375*** 0,002	0,0358*** 0,002	0,0399*** 0,002
Não Met.	0,148	0,141	0,145	0,134	0,145	0,147
Urbano	0,0910*** 0,002	0,0793*** 0,002	0,0758*** 0,002	0,0760*** 0,002	0,0775*** 0,002	0,0761*** 0,002
Rural	0,085	0,085	0,093	0,081	0,089	0,094
Pseudo R2	0,35	0,33	0,32	0,34	0,34	0,33
N	156785	156840	166552	173656	177312	173361

(continua)

(continuação da Tabela 57)

Variáveis	2008	2009	2011	2012	2013	2014
	0,153	0,157	0,139	0,159	0,159	0,157
Cap. e Faz.	0,6918*** 0,5703*** 0,022	0,6831*** 0,5468*** 0,023	0,6335*** 0,5048*** 0,025	0,6490*** 0,5326*** 0,023	0,6581*** 0,5249*** 0,023	0,6565*** 0,5207*** 0,023
Esp. Aut.	0,5693*** 0,2016*** 0,014	0,5447*** 0,2076*** 0,013	0,5223*** 0,2071*** 0,013	0,5425*** 0,2250*** 0,013	0,5737*** 0,2624*** 0,015	0,5399*** 0,2150*** 0,012
Gerente	0,4042*** 0,2556*** 0,008	0,4244*** 0,2703*** 0,009	0,4083*** 0,2560*** 0,009	0,4364*** 0,2812*** 0,009	0,4211*** 0,2718*** 0,009	0,3908*** 0,2369*** 0,008
Emp. Esp.	0,5664*** 0,2566*** 0,009	0,5518*** 0,2600*** 0,008	0,5095*** 0,2303*** 0,008	0,5333*** 0,2484*** 0,008	0,5366*** 0,2542*** 0,008	0,4789*** 0,2160*** 0,007
Peq. Emp.	0,2919*** 0,2568*** 0,006	0,2969*** 0,2679*** 0,006	0,2916*** 0,2610*** 0,008	0,3002*** 0,2659*** 0,007	0,3237*** 0,2852*** 0,008	0,3079*** 0,2708*** 0,007
Não priv.	0,119	0,122	0,108	0,125	0,124	0,122
Ens. Sup.	0,3390*** 0,005	0,3252*** 0,005	0,2930*** 0,005	0,3133*** 0,005	0,3062*** 0,004	0,3059*** 0,004
Sem Ens. Sup.	0,114	0,117	0,099	0,116	0,115	0,109
Homem	0,0574*** 0,002	0,0573*** 0,002	0,0520*** 0,002	0,0618*** 0,002	0,0641*** 0,002	0,0588*** 0,002
Mulher	0,119	0,123	0,109	0,123	0,123	0,123
Branca/amar.	0,0530*** 0,002	0,0543*** 0,002	0,0447*** 0,002	0,0459*** 0,002	0,0513*** 0,002	0,0472*** 0,002
Par./Pre./Ind.	0,123	0,126	0,114	0,134	0,132	0,131
Experiência	0,0284*** 0,001	0,0308*** 0,001	0,0291*** 0,001	0,0316*** 0,001	0,0299*** 0,001	0,0312*** 0,001
Esforço	0,0196*** 0,001	0,0212*** 0,001	0,0193*** 0,001	0,0222*** 0,001	0,0219*** 0,001	0,0237*** 0,001
Centro-Sul	0,0372*** 0,002	0,0357*** 0,002	0,0315*** 0,002	0,0381*** 0,002	0,0363*** 0,002	0,0399*** 0,002
N/NE	0,125	0,130	0,115	0,131	0,132	0,127
Reg. Met.	0,0332*** 0,002	0,0353*** 0,002	0,0287*** 0,002	0,0285*** 0,002	0,0310*** 0,002	0,0292*** 0,002
Não Met.	0,141	0,145	0,129	0,149	0,149	0,146
Urbano	0,0723*** 0,002	0,0717*** 0,002	0,0671*** 0,002	0,0727*** 0,002	0,0687*** 0,002	0,0657*** 0,002
Rural	0,089	0,094	0,079	0,095	0,098	0,098
Pseudo R2	0,32	0,32	0,31	0,31	0,32	0,32
N	174734	177615	156899	161774	160531	165906

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; os coeficientes são apresentados para os modelos completos, já com o controle extra por educação; para classe apresentamos os resultados dos modelos sem e com o controle extra por educação, calculados com o programa khb no Stata, os valores finais estão em baixo dos resultados dos modelos sem esse controle; erro padrão em baixo dos coeficientes do modelo completo; probabilidade base abaixo dos coeficientes e respectivos erros padrão; probabilidade geral abaixo do ano; ***=p>0,001, **=p>0,01, *=p>0,05.

Apesar de serem uma boa forma de sintetizar os resultados dos modelos logísticos, os efeitos médios dão apenas a noção geral da influência de determinados fatores de interesse quando os fatores de controle são mantidos constantes (LONG e CHENG, 2009). Como os coeficientes podem mudar de acordo com o nível das outras variáveis nos modelos o ideal é

também explorar a superfície de resposta para saber o que acontece com os efeitos de interesse. Em nosso caso, é importante desvendar o que acontece com os efeitos das posições específicas em diferentes circunstâncias de vida, como o grupo o qual as pessoas pertencem, o local onde moram, a sua experiência ou o seu esforço individual. Começamos por olhar para as demais características das pessoas, assim podemos saber os efeitos médios (seu nível e tendência) a depender em qual grupo estão inseridos capitalistas, especialistas autônomos e empregados, gerentes e pequenos empregadores.

EXPLORANDO A SUPERFÍCIE DE RESPOSTA DOS MODELOS

Dividindo a população em dois grupos segundo a escolaridade, os que possuem e aqueles que não possuem ensino superior, é possível notar o claro desnível entre os efeitos médios sobre as probabilidades de riqueza, favorecendo claramente o primeiro grupo. Essa vantagem, no entanto, cai ao longo do tempo, a distância entre os efeitos médios era de 0,363 em 2002, em 2014 é de 0,200, uma diminuição de 45%. Acontece o mesmo para as demais posições privilegiadas, especialistas autônomos apresentam uma diminuição de 46% na distância entre os grupos, gerentes 44%, empregados especialistas 38% e pequenos empregadores 47%. Essas são as maiores quedas, considerando todas as outras variáveis categóricas que compuseram os modelos. Isso ocorre porque a queda do efeito médio é maior para o grupo com ensino superior completo do que para o grupo sem esse grau de escolaridade. A clivagem por sexo também mostra uma vantagem para os homens em relação aos efeitos médios que cai ao longo do tempo. Para capitalistas e fazendeiros a distância entre os efeitos médios de homens e mulheres era de 0,070 em 2002 e cai para 0,043 em 2014, uma diminuição de 38%. Considerando especialistas autônomos a queda é de 27%, gerentes 26%, empregados especialistas 18% e pequenos empregadores 30%. Isso ocorre também porque os efeitos médios caem mais no grupo dos homens do que no grupo das mulheres. No caso dos empregados especialistas, os efeitos médios no grupo dos homens caem, e no grupo das mulheres esses efeitos aumentam. O desnível dos efeitos médios também cai no período considerando os grupos por cor. Para capitalistas a distância entre pessoas brancas/amarelas e negras (pardas/pretas/índigenas) era de 0,095 em 2002, em 2014 é de 0,067, uma diminuição de 29%.

Especialistas autônomos apresentam uma queda da discrepância de 20%, gerentes de 18%, empregados especialistas de 9% e pequenos empregadores de 23%.

Tabela 58 – Efeitos médios sobre as probabilidades de riqueza por posição de classe e grupos de escolaridade, sexo e cor – Brasil – 2002 a 2014

Classe		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
<i>Ensino Superior</i>													
Cap. Faz.	Não	0,095	0,090	0,071	0,072	0,089	0,054	0,080	0,071	0,079	0,083	0,053	0,062
	Sim	0,458	0,430	0,393	0,361	0,434	0,307	0,373	0,331	0,349	0,353	0,236	0,263
Esp. Aut.	Não	0,025	0,027	0,019	0,021	0,020	0,017	0,021	0,020	0,019	0,019	0,019	0,021
	Sim	0,188	0,189	0,153	0,150	0,151	0,134	0,141	0,129	0,117	0,118	0,103	0,109
Gerente	Não	0,028	0,028	0,017	0,024	0,024	0,019	0,023	0,016	0,023	0,021	0,020	0,023
	Sim	0,204	0,194	0,143	0,166	0,175	0,142	0,149	0,107	0,138	0,125	0,110	0,122
Emp. Esp.	Não	0,029	0,031	0,021	0,032	0,024	0,021	0,029	0,027	0,027	0,027	0,026	0,027
	Sim	0,209	0,209	0,169	0,205	0,179	0,154	0,180	0,166	0,159	0,157	0,134	0,138
Peq. Emp.	Não	0,025	0,023	0,014	0,022	0,021	0,017	0,020	0,016	0,019	0,020	0,019	0,020
	Sim	0,187	0,165	0,123	0,152	0,160	0,132	0,134	0,106	0,119	0,123	0,106	0,105
<i>Sexo Masculino</i>													
Cap. Faz.	Não	0,082	0,078	0,063	0,064	0,083	0,051	0,076	0,067	0,083	0,080	0,054	0,064
	Sim	0,151	0,145	0,122	0,118	0,147	0,097	0,133	0,122	0,129	0,142	0,093	0,108
Esp. Aut.	Não	0,023	0,025	0,018	0,020	0,020	0,018	0,021	0,020	0,021	0,020	0,020	0,022
	Sim	0,048	0,051	0,038	0,040	0,039	0,036	0,041	0,040	0,036	0,039	0,037	0,040
Gerente	Não	0,026	0,025	0,016	0,023	0,024	0,019	0,023	0,016	0,026	0,021	0,021	0,025
	Sim	0,052	0,052	0,035	0,045	0,047	0,039	0,044	0,033	0,043	0,042	0,040	0,045
Emp. Esp.	Não	0,026	0,028	0,020	0,030	0,025	0,021	0,029	0,027	0,030	0,028	0,027	0,029
	Sim	0,054	0,057	0,042	0,058	0,048	0,042	0,055	0,054	0,051	0,054	0,049	0,052
Peq. Emp.	Não	0,023	0,021	0,014	0,020	0,021	0,017	0,020	0,016	0,022	0,021	0,020	0,021
	Sim	0,047	0,043	0,030	0,041	0,042	0,035	0,039	0,032	0,037	0,041	0,038	0,038
<i>Cor/Raça Branca/Amarela</i>													
Cap. Faz.	Não	0,071	0,063	0,058	0,055	0,070	0,044	0,070	0,064	0,072	0,072	0,046	0,058
	Sim	0,166	0,165	0,132	0,135	0,168	0,110	0,150	0,134	0,149	0,164	0,110	0,125
Esp. Aut.	Não	0,018	0,018	0,015	0,016	0,015	0,014	0,019	0,019	0,018	0,017	0,016	0,020
	Sim	0,053	0,059	0,042	0,047	0,046	0,042	0,048	0,045	0,043	0,047	0,044	0,047
Gerente	Não	0,021	0,019	0,014	0,018	0,019	0,016	0,020	0,015	0,021	0,018	0,018	0,022
	Sim	0,059	0,060	0,039	0,053	0,055	0,045	0,051	0,037	0,051	0,050	0,048	0,053
Emp. Esp.	Não	0,021	0,021	0,018	0,024	0,019	0,017	0,025	0,025	0,025	0,024	0,022	0,026
	Sim	0,060	0,066	0,047	0,067	0,056	0,049	0,062	0,060	0,060	0,064	0,059	0,061
Peq. Emp.	Não	0,018	0,015	0,012	0,016	0,017	0,014	0,018	0,015	0,018	0,018	0,017	0,019
	Sim	0,053	0,050	0,033	0,048	0,049	0,041	0,045	0,036	0,044	0,049	0,045	0,045

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; os coeficientes são apresentados para os modelos completos, já com o controle extra por educação.

Outro grupo de variáveis nos modelos diz respeito à localização do domicílio das pessoas. As diferenças entre os grupos dados pela macrorregião, centro-sul e norte-nordeste, são as menores encontradas ao separarmos os efeitos médios das posições privilegiadas de classe. A distância entre os dois grupos para capitalistas era de 0,059 em 2002 e cai para 0,042 em 2014, 29%. Para especialistas autônomos a queda relativa é de 19%, gerentes 18%,

empregados especialistas 9% e pequenos empregadores 22%. A divisão entre grandes municípios (região metropolitana), médios e pequenos (não metropolitanos) é a que apresenta um padrão diferente dos demais. Só ocorre queda da diferença para capitalistas, em 2002 a vantagem para metropolitanos era de 0,068, em 2014 é de 0,067 (-0,001/ -2%). Para as demais posições as diferenças aumentam entre os dois grupos. Especialistas autônomos têm um aumento de 8% na diferença, gerentes 11%, empregados especialistas 23% e pequenos empregadores 5%. Para a dicotomia urbano-rural, temos a vantagem de 0,096 em 2002 para capitalistas, 0,056 em 2014, queda de 41%. A queda é de 31%, 29%, 22% e 33%, respectivamente, para as demais posições. Em termos relativos, essas são a segunda maior diminuição das discrepâncias entre os grupos no período.

De maneira geral, portanto, vemos queda dos efeitos médios para as posições privilegiadas em quase todos os grupos por características das pessoas e dos seus domicílios. A queda é mais acentuada para os grupos com maior vantagem, com exceção da clivagem por área censitária (*proxy* para tamanho do município). Os maiores valores absolutos são sempre os de capitalistas e fazendeiros, isso também rende as maiores distâncias entre os grupos das covariáveis e as menores diminuições nessas discrepâncias. Não importando, porém, qual seja a clivagem, capitalistas se sobrepõem às demais posições de classe em termos dos efeitos médios, o que denota a consistência da vantagem de controlar capital em maior grau sobre a vantagem de ter esse ativo em menor grau, ou possuir outros, como qualificação escassa e autoridade. Os contrastes entre os efeitos médios das posições privilegiadas demonstram isso também. No período, no entanto, é possível notar que empregados especialistas têm a menor diminuição nos efeitos médios, seja nos grupos com maior vantagem (ensino superior completo, homem, brancas/amarelas etc.) ou com menor vantagem. Mesmo no curto período analisado (12 anos) é possível notar uma tendência de queda e recuperação. Temos, em geral, queda de 2002 até 2004, recuperação até 2008, nova queda até 2012 e nova recuperação em 2014. Encontramos esse padrão de evolução mesmo quando fizemos a análise para os 5% mais ricos e os 10% mais ricos, não reportados aqui. É claro que o nível se altera bem, pois o acesso a esse grupo se mostra mais fácil. O padrão encontrado para as posições de classe também é o mesmo, sempre com grande vantagem para capitalistas e fazendeiros em relação às demais posições privilegiadas. A vantagem do topo da tipologia, contudo, cai no período, e mais para as análises do 1% mais rico. A vantagem diminui relativamente menos se fôssemos considerar o 5% mais rico, e até aumenta ao considerarmos o acesso ao grupo dos 10% mais ricos.

Tabela 59 – Efeitos médios sobre as probabilidades de riqueza por posição de classe e grupos de localização do domicílio – Brasil – 2002 a 2014

Classe		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
<i>Macrorregião Centro-Sul</i>													
Cap. Faz.	Não	0,083	0,081	0,072	0,060	0,085	0,052	0,077	0,072	0,081	0,084	0,055	0,061
	Sim	0,141	0,134	0,110	0,113	0,137	0,090	0,126	0,112	0,124	0,132	0,087	0,103
Esp. Aut.	Não	0,023	0,026	0,020	0,019	0,020	0,018	0,022	0,022	0,021	0,021	0,020	0,021
	Sim	0,044	0,047	0,034	0,039	0,037	0,034	0,039	0,037	0,034	0,036	0,034	0,038
Gerente	Não	0,026	0,026	0,019	0,021	0,024	0,019	0,023	0,018	0,025	0,022	0,022	0,024
	Sim	0,049	0,048	0,031	0,043	0,044	0,036	0,041	0,030	0,041	0,039	0,037	0,043
Emp. Esp.	Não	0,027	0,029	0,023	0,027	0,025	0,021	0,029	0,029	0,029	0,029	0,028	0,028
	Sim	0,050	0,053	0,038	0,055	0,045	0,039	0,051	0,049	0,048	0,050	0,046	0,049
Peq. Emp.	Não	0,023	0,022	0,016	0,019	0,022	0,017	0,020	0,017	0,021	0,022	0,021	0,020
	Sim	0,044	0,040	0,027	0,039	0,039	0,033	0,037	0,029	0,035	0,038	0,035	0,036
<i>Região Metropolitana</i>													
Cap. Faz.	Não	0,102	0,099	0,087	0,077	0,101	0,062	0,092	0,080	0,089	0,095	0,060	0,068
	Sim	0,169	0,158	0,121	0,138	0,164	0,114	0,147	0,141	0,155	0,162	0,114	0,135
Esp. Aut.	Não	0,029	0,032	0,025	0,024	0,025	0,021	0,027	0,024	0,023	0,024	0,022	0,024
	Sim	0,055	0,057	0,039	0,049	0,046	0,044	0,047	0,048	0,045	0,047	0,046	0,052
Gerente	Não	0,033	0,033	0,023	0,028	0,030	0,023	0,029	0,020	0,028	0,026	0,024	0,027
	Sim	0,061	0,059	0,036	0,055	0,054	0,047	0,050	0,039	0,054	0,050	0,050	0,058
Emp. Esp.	Não	0,033	0,037	0,029	0,036	0,030	0,025	0,036	0,033	0,033	0,034	0,030	0,031
	Sim	0,063	0,064	0,044	0,069	0,056	0,051	0,062	0,063	0,063	0,064	0,061	0,067
Peq. Emp.	Não	0,029	0,027	0,020	0,025	0,027	0,021	0,025	0,019	0,023	0,025	0,023	0,023
	Sim	0,055	0,049	0,031	0,050	0,049	0,043	0,045	0,039	0,046	0,049	0,048	0,050
<i>Situação Urbana</i>													
Cap. e Faz.	Não	0,042	0,047	0,057	0,048	0,047	0,037	0,046	0,043	0,060	0,056	0,040	0,041
	Sim	0,138	0,131	0,105	0,106	0,135	0,086	0,122	0,109	0,118	0,126	0,083	0,097
Esp. Aut.	Não	0,010	0,013	0,015	0,014	0,010	0,012	0,012	0,012	0,014	0,013	0,014	0,013
	Sim	0,043	0,045	0,033	0,036	0,036	0,032	0,037	0,035	0,033	0,034	0,032	0,036
Gerente	Não	0,011	0,014	0,014	0,016	0,012	0,012	0,013	0,009	0,017	0,014	0,016	0,015
	Sim	0,047	0,046	0,030	0,040	0,042	0,034	0,040	0,029	0,039	0,037	0,035	0,040
Emp. Esp.	Não	0,012	0,015	0,017	0,021	0,012	0,014	0,016	0,016	0,020	0,018	0,020	0,018
	Sim	0,048	0,051	0,036	0,051	0,043	0,037	0,049	0,047	0,046	0,047	0,043	0,046
Peq. Emp.	Não	0,010	0,011	0,011	0,014	0,010	0,011	0,011	0,009	0,014	0,013	0,015	0,013
	Sim	0,042	0,038	0,025	0,036	0,038	0,031	0,035	0,028	0,033	0,036	0,033	0,034

Fonte: elaboração própria com base nos dados das PNADs/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados); até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; os coeficientes são apresentados para os modelos completos, já com o controle extra por educação.

Diferentemente das covariáveis que indicam o pertencimento a um grupo específico, as diferenças em relação à experiência e ao esforço são melhor trabalhadas se pensamos num contínuo de acúmulo de determinadas propriedades, de atributos, de características, que geram maior vantagem. O tempo de engajamento na atividade econômica (experiência) reflete o acúmulo de habilidades (mesmo que indiretamente) apreendidas com as inúmeras situações pelas quais o indivíduo passou (maior série de tentativas e erros, resolução de problemas, transições, possíveis capacitações etc.), bem como o acúmulo de oportunidades (aproveitadas ou não) as quais foi apresentado ao longo dos anos, e também a formação de redes sociais (acúmulo de contatos em um mesmo, ou em vários empregos). As horas trabalhadas na semana

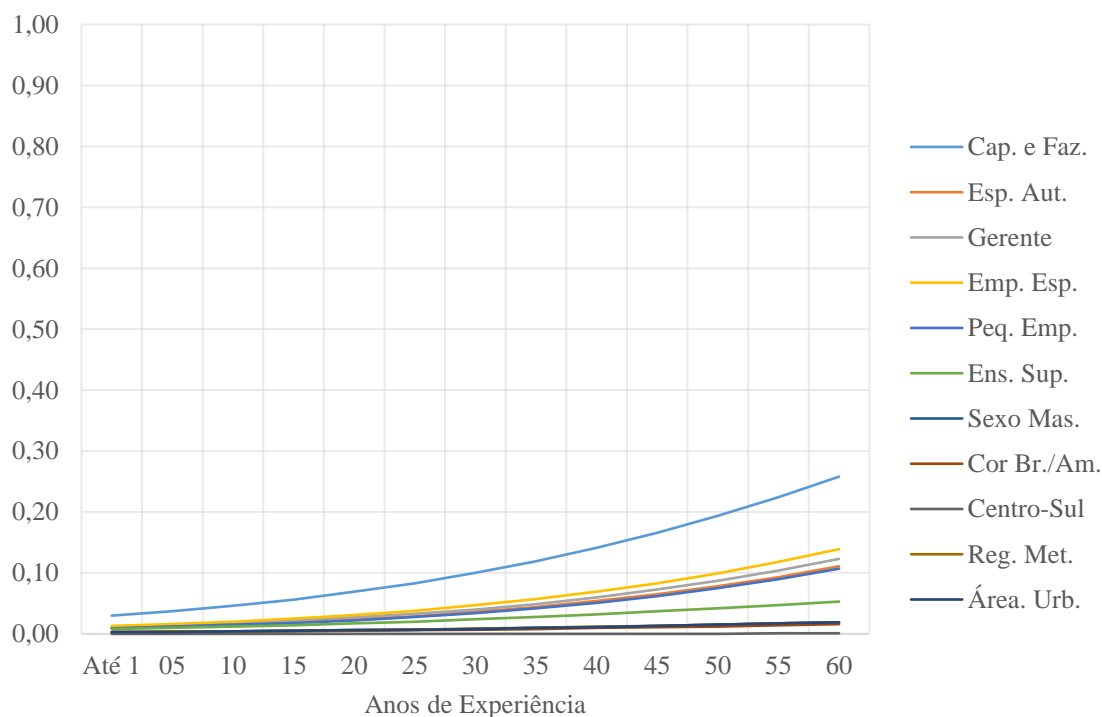
(esforço) podem revelar tanto o regime de trabalho ao qual o indivíduo está submetido quanto o grau de comprometimento com a atividade desenvolvida pelo mesmo. Por se tratarem de muitas dimensões para representarmos em um gráfico, optamos primeiro por tomar apenas 2014 e demonstrar a informação mais recente, e depois, de forma reduzida, apresentar a evolução no tempo para as posições específicas. Começamos pela experiência e passamos ao esforço. Limitamos a análise sobre a experiência em 60 anos e sobre o esforço em 60 horas, pois a partir desses pontos os casos são muito rarefeitos, o que retorna um erro padrão e intervalos muito amplos para as estimativas.

Aproximamos o gráfico alterando o limite superior (de 1,000) para 0,300 para que não fique apenas aparente o da posição específica de capitalistas e fazendeiros. De forma geral é possível notar como os efeitos discretos diferem consideravelmente se tomamos as posições específicas e escolaridade. Não há diferenças significativas quando tomamos a localização do domicílio, o sexo ou a cor das pessoas. Em relação ao efeito de morar no centro-sul do país, o efeito praticamente não descola de 0,000, chega a 0,001 quando temos 60 anos ou mais de experiência. Com efeitos que variam entre 0,000 até quase 0,020 temos o fato de morar na área urbana e na região metropolitana (0,019 para ambas no ponto dos 60 anos ou mais). Tomando o efeito de ser homem, vemos que com nenhuma experiência ele é de 0,003 e no último ponto é de 0,019. O efeito da cor branca é de 0,002 quando a pessoa não tem experiência, já quando está com 70 anos ou mais ele aumenta para 0,016. Mesmo no nível mais alto de experiência esses são valores que não diferem tanto do encontrado para as probabilidades mais gerais de riqueza (em 2014 de 0,015). Ao tomarmos o efeito de ter ensino superior já conseguimos ver mudanças mais relevantes. Sem nenhuma experiência o fato de ter a graduação ou licenciatura completa aumenta em 0,008 a probabilidade de ser rico, até os 15 anos (de cinco em cinco) temos um acréscimo de 0,002, com 20 anos a mudança é de 0,017, 25 anos igual a 0,020, acréscimo de 0,004 a cada cinco anos a mais até os 40 anos; com 45 anos temos um aumento nas probabilidades de 0,037, depois 0,042, 0,047 e por fim chegamos a 0,053 com 60 anos ou mais de experiência.

Os efeitos das posições privilegiadas, exceto capitalistas, partem de um ponto muito próximo do de ensino superior. Com menos de um ano de experiência, temos o pequeno empregador aumentando as probabilidades de riqueza em 0,009, empregados especialistas em 0,013, gerentes 0,011 e especialistas autônomos em 0,010. Claramente no gráfico é possível notar a tendência exponencial dos efeitos, o que significa maiores aumentos à direita do eixo que representa a medida de experiência. Os efeitos discretos específicos das posições, que não

a de capitalista, sobre as probabilidades são em torno de 0,004 nos primeiros pontos. Com 20 anos de experiência, o fato de acessar esses tipos de empregos já garante maior efeito sobre as probabilidades de riqueza do que ser do sexo masculino, ter cor branca, morar em alguma região metropolitana ou na área urbana. Com 40 anos de experiência, o fato de ser pequeno empregador ou especialista autônomo já é bem próximo do efeito máximo encontrado para escolaridade em si, empregados especialistas e gerentes se aproximam antes, com 35 anos. A partir de então, nada exerce tanta força sobre as probabilidades de riqueza quanto acessar essas posições, a não ser o efeito de ser capitalista. Ao final, temos efeitos muito próximos de ser especialista autônomo e pequeno empregador (aproximadamente 0,11), um pouco maiores são os de ser gerente (aproximadamente 0,12), e pouco acima ser empregado especialista (aproximadamente 0,14).

Gráfico 13 – Efeitos sobre a probabilidade de riqueza em pontos específicos do contínuo de experiência das pessoas – Brasil - 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

Sem dúvida, os maiores efeitos sobre as probabilidades ao longo de toda a dimensão é o de ser capitalista. Outros fatores, que não escolaridade ou demais posições privilegiadas, não

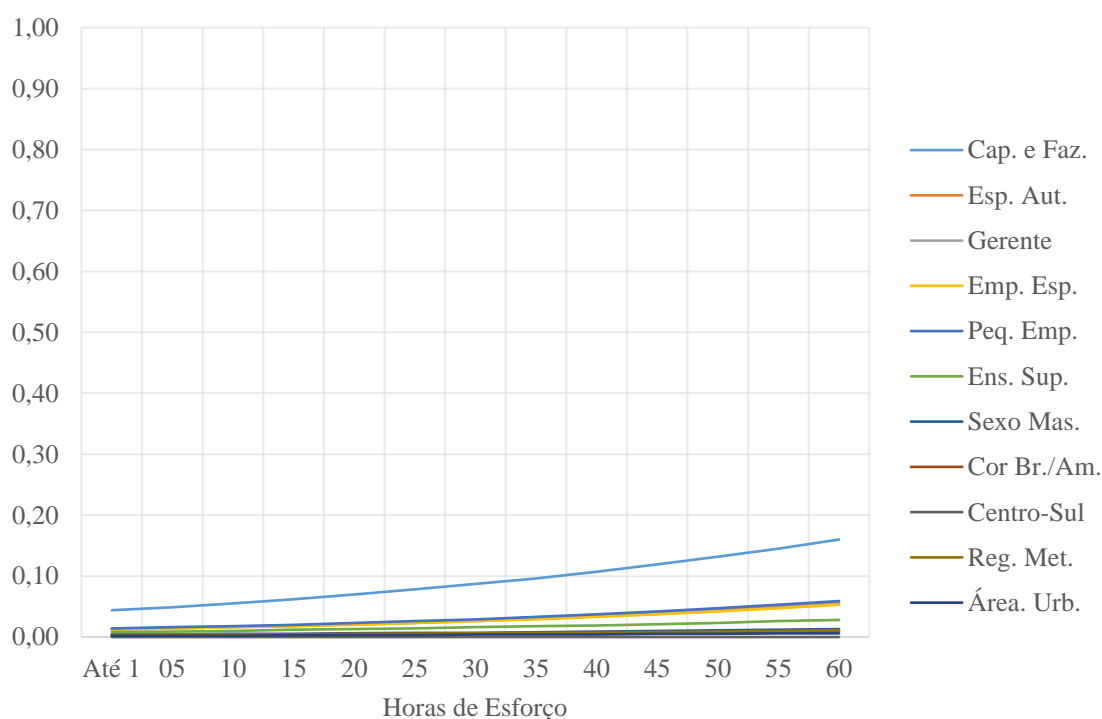
alcançam o efeito inicial dado por essa posição. Com 35 anos de experiência o fato de ter ensino superior aumenta as probabilidades na mesma magnitude do que o fato de ser capitalista com menos de um ano de experiência. Empregados especialistas e gerentes alcançam esse patamar com 20 anos de experiência, especialistas autônomos e pequenos empregadores com 25 anos de experiência. Com 40 anos de experiência, os efeitos de ser capitalista já superam os efeitos máximos encontrados para as demais posições privilegiadas. Ao fim de nosso recorte da dimensão experiência, ser capitalista aumenta as probabilidades em 0,258, valor bem superior ao médio em 2014 (0,089).

A dimensão de esforço, medido em horas totais trabalhadas na semana (cinco em cinco), apresenta a mesma estrutura, mas com diferenças relevantes nos níveis. Aproximamos os resultados aqui também, para melhor visualização, alterando o limite superior para 0,200. Aqui também o efeito discreto de morar no centro-sul do país não é diferente de 0,000, em qualquer ponto do eixo que representa o esforço. O efeito de morar na área urbana é de 0,002 se a pessoa não trabalha, aumenta gradualmente até 0,006. O efeito de morar em uma região metropolitana é de 0,003, aumenta gradualmente (0,001) até atingir 0,011 com 60 horas ou mais. A vantagem de ser uma pessoa branca sobre as probabilidades é de 0,003 quando a pessoa não trabalha, aumenta 0,001 a cada cinco horas a mais trabalhadas, mas em vários pontos, os efeitos são os mesmos. Ser homem gera uma vantagem de 0,004 quando a pessoa não trabalha, efeito que aumenta 0,001 também, com valores repetidos em alguns pontos. Com 60 horas trabalhadas, ser homem aumenta a probabilidade em 0,013 e ser uma pessoa branca em 0,009. Dentre as características que não envolvem classe, aqui também é o grau de escolaridade superior que demonstra o maior efeito sobre as probabilidades de riqueza ao longo da dimensão de esforço. Com menos de uma hora de trabalho na semana, uma pessoa com pelo menos a faculdade tem uma vantagem de 0,008 em termos de probabilidades sobre aquelas que não atingiram esse grau. Essa vantagem aumenta ponto a ponto até o nível de 25 horas trabalhadas, depois aumenta um pouco mais a cada ponto do esforço, 0,002, 0,003, chegando ao final a aumentar em 0,028 as probabilidades de riqueza.

Aqui também são os efeitos das posições de classe os mais sobressalentes. O padrão, no entanto, parece mais linear, os valores dos efeitos não crescem tanto ao nos aproximarmos do limite direito do gráfico. Eles são também menos pronunciados do que para experiência. As diferenças entre capitalistas e demais posições privilegiadas, entre essas e escolaridade, entre última e demais é mais visível, mesmo no ponto inicial. Não há diferenças significativas entre as posições de classe, exceto entre capitalistas e demais, mas aqui os ativos de capital parecem

prevalecer na medida em que as pessoas empregam mais esforço. Temos, na ordem, os efeitos de capitalistas, pequenos empregadores, especialistas autônomos, gerentes e empregados especialistas. Com menos de uma hora de trabalho, o efeito de ser capitalista é da ordem de 0,044, enquanto é em torno de 0,013 para as demais posições privilegiadas. De fato, as demais só alcançam esse patamar ao trabalharem 50 horas por semana. Com apenas 15 horas de trabalho o efeito de ser capitalista já é maior do que para as demais posições de classe, e qualquer outro fator considerado aqui.

Gráfico 14 – Efeitos sobre a probabilidade de riqueza em pontos específicos do contínuo de esforço das pessoas – Brasil - 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014/IBGE.

Nota: expansão da amostra feita com o peso das pessoas (v4729 nos microdados).

CONCLUSÕES PARCIAIS

Apesar da incipiência da pesquisa sobre os ricos, foi possível ver uma mudança no quadro. O cenário internacional passou a se preocupar mais e reinaugura uma teoria das elites sem clichês e com maior poder de inferência em razão do mais fácil acesso às informações

sobre esse grupo e novas metodologias para abordar o tema. Nesse esteio, a análise de classes também deve seguir preocupada com a análise do topo da estrutura social, claro, sob a abordagem característica, baseada na ideia de controle de ativos como chave explicativa e na crítica ao sistema em si, não apenas a graus intoleráveis ou a resultados não esperados.

Foi possível notar com a estratégia de se construir um perfil para os ricos como as pessoas pertencentes a esse grupo possuem características muito próprias, revelando de alguma maneira os fatores que podem ser importantes para alcançar o topo. Muitas dessas características, no entanto, têm pouco potencial de alavancar uma pessoa ao topo em razão de sua potência e também de sua distribuição. Tomemos o sexo masculino como exemplo, apesar de ser marcante a presença de homens no topo, e de mulheres na base, ser homem é algo que está distribuído de maneira quase equitativa na população, quase 50% possui esse atributo. A falta de escassez diminui em muito o impacto disso sobre a propensão à riqueza. Estratégias migratórias também não renderiam um aumento considerável das probabilidades de riqueza. As características ligadas à localização e, portanto, à segmentação do mercado de trabalho e oportunidades de riqueza não demonstraram tanta força sobre a propensão de ser rico. Acumular experiência e se esforçar mais rende bons frutos, mas para tanto é preciso controlar os ativos “certos”, já que o retorno em termos de probabilidades de riqueza é bem diferente a depender da posição que a pessoa ocupa. Escolaridade, em especial, adquirir nível superior em um contexto onde esse ainda é um bem consideravelmente escasso é uma boa estratégia, e demonstra a força que um investimento de alto custo e risco (em termos financeiros, de tempo etc.) podem trazer de recompensa.

No entanto, o que ficou claro é o poder sobre a propensão à riqueza que ocupar posições privilegiadas de classe tem. Nos modelos que estimamos, o que vimos é a prevalência dos ativos de capital sobre os demais fatores ao explicarmos o que aumenta as probabilidades de riqueza. O efeito médio sobre as probabilidades de se estar no grupo dos 10% mais ricos é em torno de 0,7 para os capitalistas em praticamente todo o período, enquanto para especialistas esse valor está em torno de 0,6 e gerentes em torno de 0,5. Considerando que a probabilidade dos não privilegiados gira em torno dos 0,12, capitalistas ficam com uma probabilidade média de aproximadamente 0,8, especialistas atingem 0,7 e gerentes 0,6. O efeito dos capitalistas sobre as probabilidades de estar no grupo dos 5% mais ricos está em torno de 0,5, para os especialistas isso gira em torno de 0,4 e gerentes em torno de 0,3. A probabilidade média dos não privilegiados é cerca de 0,05 em todo o período. Sendo assim, a probabilidade média de capitalistas alcança 0,6 aproximadamente, especialistas 0,5 e gerentes 0,4. Quando tratamos dos

efeitos sobre as probabilidades de estarem no grupo do 1% mais rico, os valores mais trabalhados no capítulo 4, vimos que o efeito médio dos capitalistas fica em torno de 0,15, enquanto para os especialistas temos efeitos próximos a 0,12 e gerentes ficam em 0,06. A probabilidade média dos não privilegiados é de aproximadamente 0,005 ao longo do período. Assim, capitalistas chegam a uma probabilidade média de 0,16, especialistas de 0,13 e gerentes de 0,07.

Nos modelos sem o controle por educação as posições de especialistas são as que mais perdem, após o controle não. Isso indica duas coisas. As posições de especialistas possuem um algo a mais, não só dado ao conhecimento perito, intrínseco às mesmas. Controlar por educação remove parte do efeito intrínseco dos empregos de especialistas. Estimativas ajustadas são uma simulação e por isso seria irrealista estimar um efeito de ser especialista removendo o fato de a pessoa ter curso superior. Isso deixa claro que os efeitos no mundo nunca são completamente independentes um do outro, e os controles podem ser úteis mesmo nesse quadro complicado. A questão é como interpretar. Preferimos dizer que esse é o efeito do emprego que independe da escolaridade, algo que revela mais do que o poder do conhecimento perito, da qualificação escassa, sobre a propensão à riqueza. Assim, nos modelos sem o controle por educação achamos ser o que é estimado o efeito da posição, de ter a qualificação escassa, o conhecimento perito. Já quando temos o controle por educação, o que vemos é o “algo a mais” que a posição de especialistas garante.

Por fim, apesar de saber que as estatísticas de ajustes para os modelos logísticos não têm um significado tão claro, cabe comentar apenas que achamos eles altos e bons, ao menos pela nossa experiência em estudos utilizando essa metodologia. Os valores do pseudo R² são praticamente o dobro dos encontrados para os modelos estimando as probabilidades de pobreza, em um contexto em que temos um alvo bem menor (1%). Não apresentamos os percentuais de acerto dos modelos, outra forma de considerar o ajuste, mas eles são altos, maiores do que 90% em todos os casos. Acreditamos que esse seja um ponto forte para o argumento em favor do estudo dos ricos utilizando esquemas de classe, por isso deixamos aqui o comentário anotado.

CONCLUSÃO

Após todo o exposto, podemos dizer que o país mudou consideravelmente, podemos notar isso mesmo em nosso recorte temporal, que não foi tão amplo. A mudança que saltou aos olhos foi a demográfica. Vimos que, a população brasileira está envelhecendo, as famílias estão diminuindo e há alterações significativas na sua composição. Mulheres superaram os homens em 2 pontos percentuais, pessoas com idade na faixa de 0 a 25 anos eram 49% da população em 2002 e passam a ser 40% em 2014, já as pessoas com mais de 65 anos eram 6% e passam a ser 9%; pessoas que se declaram amarelas ou indígenas ainda não chegam a 1% do todo, já as brancas de 53% passam a 45%, as pardas de 41% sobem para 45% e as pretas de 6% a 9%. Em relação à distribuição pelo território as alterações não são tão marcantes. A mudança significativa é o aumento de 5 pontos percentuais de pessoas vivendo em municípios de porte médio (de 21% para 26%), em detrimento, principalmente dos municípios pequenos (de 47% para 43%); pessoas vivendo na região Norte aumentam o seu peso em 3 pontos percentuais (de 6% para 9%), Nordeste, Sudeste e Sul perdem 1 ponto percentual (de 29%, 43% e 15% para 28%, 42% e 14%, respectivamente); já aquelas pessoas vivendo em domicílios urbanos aumentam a sua participação em 1 ponto percentual (para 85%). A distribuição de escolaridade altera-se expressivamente. O quadro de baixa qualificação diminui, pessoas sem escolaridade ou com apenas o fundamental incompleto passam de 68% para 52%. Aquelas com fundamental completo, mas ainda sem o ensino médio eram 13% no início e ao final chegam a 15%, já aquelas com o ensino médio completo saem de 12% para 20%. O percentual de pessoas com ensino superior completo dobra (de 4% para 8%).

Essa alteração na distribuição de qualificação tem um impacto sobre a estrutura de classes. Como observamos, pessoas com posições privilegiadas saem de 10% para 12%, controladores de pequenos ativos permanecem em 9%, trabalhadores não destituídos vão de 36% para 41%, enquanto pessoas em localizações destituídas diminuem de 45% para 38%. O aumento dentro dos privilegiados dá-se principalmente pela alteração de 2 pontos percentuais para os empregados especialistas. Dentre os trabalhadores não destituídos temos diminuição dos supervisores, mas empregados qualificados passam de 6% para 7% e típicos de 28% para 33%. Dentre os destituídos, temos diminuição dos trabalhadores elementares em 2 pontos percentuais (de 10% para 8%), para os empregados domésticos em 1 ponto percentual (de 7%

para 6%) e para os trabalhadores excedentes em 4 pontos percentuais (de 13% para 9%); os demais destituídos apresentam um quadro de estabilidade. Essas alterações, no entanto, são um pouco menores se olharmos para a distribuição segundo a posição atribuída da pessoa de referência (na família ou no domicílio), o percentual de privilegiados aumenta em 1 ponto percentual, o de controladores de pequenos ativos diminui de 15% para 12%, o de trabalhadores não destituídos aumenta de 35% para 38% e o de destituídos diminui de 38% para 37%. Essas alterações refletem uma estrutura que não é fechada, apesar de muito resistente às alterações substanciais em sua composição. A distribuição das pessoas pelas posições mostra um mercado de trabalho que ainda é densamente composto por situações de destituição.

Alterações demográficas, na localização, na escolaridade e na estrutura de empregos são importantes, pois a distribuição desses fatores afeta os resultados que encontramos para a pobreza e a riqueza. A renda das pessoas, como vimos, demonstrou ganhos reais no período, a composição dos domicílios segundo características da moradia, bens e serviços presentes também apontou uma melhora de bem-estar. O grau de insegurança alimentar também decresceu ao longo do tempo. O que foi possível notarmos nas evidências recolhidas é, em geral, uma melhora para as categorias desprivilegiadas em consequência da diminuição dos riscos globais de pobreza. Tomando a pobreza definida por linhas regionalizadas absolutas, a diminuição dos efeitos médios positivos e negativos está diretamente relacionada à contração que ocorre para a probabilidade geral e para a da categoria base (trabalhadores típicos). Ainda assim, os efeitos caíram de forma estruturada, obedecendo a hierarquia dada pelos ativos que constituem as posições. Foi possível notar, por exemplo, a vantagem do capital sobre autoridade ou qualificação: no contraste dos efeitos sobre as probabilidades de pobreza nos capítulos dois e três, os efeitos dos capitalistas sempre se sobressaem aos das demais posições privilegiadas. Por menor que sejam, especialmente em um cenário de diminuição dos riscos, a vantagem ser sempre para o topo da classificação, é significativo (em termos teóricos e estatísticos). A exceção nesse caso é apenas para a pobreza caracterizada no espaço dos recursos do domicílio, mas isso acontece porque o índice criado não diferencia muito bem o topo de sua distribuição¹⁹.

Outra constatação foi de que a melhora nos indicadores de pobreza depende muito da forma como o fenômeno é operacionalizado. Em termos absolutos, os resultados melhoram, a população sofre menos com os riscos de insuficiência de renda para a sobrevivência e necessidades básicas, e de insegurança alimentar. Claro que isso é mais relevante para a base

¹⁹ Por essa mesma razão descartamos a possibilidade de utilizá-lo no estudo sobre a riqueza.

da estrutura social, pois entre os privilegiados, seja o critério absoluto, seja o relativo, capitalistas não sofrem nem com 0,01 de probabilidade de pobreza, especialistas no máximo chegam a 0,05, gerentes e pequenos empregadores no máximo a 0,09. Tomando outro espaço de mensuração, os recursos do domicílio, vimos uma melhora no acesso a serviços públicos e bens de consumo, mas, mesmo assim, o problema da pobreza ainda persiste. Isso se dá por que tomamos uma concepção mais rigorosa para a definição dos pobres: as linhas relativas nacionais. Na medida em que temos aumento na renda e no acesso a determinados bens e serviços, os mesmos passam a ter peso cada vez menor, e é preciso ter cada vez mais para não ser considerado pobre sob a concepção relativa. Assim também para os fatores explicativos. Na medida em que podemos notar uma melhora no nível educacional, as credenciais perdem um pouco de sua força protetiva. Especialmente em relação às posições de classe, essas alterações são importantes, pois, como vimos, a situação de destituição é o elemento que mais aumenta as probabilidades de pobreza. O combate ao desemprego é essencial para a melhoria da situação dos brasileiros, afinal, a posição de trabalhador excedente mostrou o quanto não estar engajado em alguma atividade econômica é muito prejudicial. Situações em que a atividade é muito pouco valorizada, ou que não garantem retornos financeiros adequados, como o caso dos destituídos, são danosas para as pessoas e suas famílias.

A análise categórica, considerando aspectos demográficos, de localização e concernentes às distribuições dos ativos produtivos também se mostraram relevantes para o estudo do topo da distribuição de renda. Foi possível observarmos que os grupos dos ricos (10%, 5% e 1%) têm um perfil bem específico, com participação desproporcional das categorias privilegiadas em cada uma das dimensões consideradas. Essa desproporção aumenta na medida em que o grupo é mais seletivo. Elas também podem ser vistas como o contraponto das características daquelas pessoas que estão na base da distribuição de renda. Apesar disso, nos resultados dos modelos que construímos, há pouca relevância para características individuais e de localização. O efeito que se destaca quando olhamos para as probabilidades de riqueza é o dado pelas posições de classe. Controlar qualificações escassas, autoridade e uma pequena quantidade de capital garante chances bem maiores do que simplesmente se educar mais, migrar ou possuir atributos individuais que deixam as pessoas livres do preconceito. Essas posições – especialistas, gerentes e pequenos empregadores – normalmente tratadas como a classe média, revelam o poder que ocupações mais bem recompensadas podem exercer. Mas, elas também se mostram limitadas, especialmente quando olhamos para o 1%. Ao calcularmos os índices de riqueza, foi possível notar como a intensidade exponenciada revela uma discrepância enorme

do capitalista em relação às demais pessoas privilegiadas. O potencial de possuir capital revela como a maioria das pessoas em posições privilegiadas ganha bem, mas alguns (capitalistas) ganham extraordinariamente bem, ou seja, o teto tem um estiramento muito maior. Isso é o que garante chances desproporcionais de riqueza para quem tem capital. Cabe ressaltar ainda que, no caso dos capitalistas estarem no grupo do 1% ou dos 5%, os efeitos médios podem estar subestimados, afinal a pesquisa domiciliar subestima as rendas mais elevadas. A conversão de experiência e esforço em recompensas deixa a vantagem dos ativos de capital ainda mais clara. Trabalhando menos e há menos tempo, capitalistas já possuem probabilidades maiores de riqueza do que a de especialistas ou gerentes, mesmo em 2014, após a trajetória de queda dos efeitos do topo. Se tomarmos as diferenças das posições nas superfícies de respostas dos modelos no início do período, a vantagem de capitalistas é ainda maior.

Apesar desses resultados contemplarem nossas expectativas, devemos dizer que o estudo dos ricos foi mais desafiador, em parte por nossa pouca experiência com o tema, e de outro lado pela própria dificuldade analítica imposta pelo estudo de um segmento para o qual não há informações suficientes na PNAD. Essas dificuldades fazem com que nossa contribuição para o estudo da riqueza seja apenas parcial. Apesar do estudo por meio da tradição de análise de classes ter se mostrado mais adequado ao olharmos para o topo (as melhores estatísticas de ajuste são evidência disso), a lacuna de mais informações sobre esse segmento restringe muito as possíveis conclusões. É premente a necessidade de mais informações sobre o patrimônio das pessoas para o estudo dos ricos, para isso é necessário repensar o instrumento. Melhorar a amostra dos domicílios, incorporando no desenho estratégias para captar melhor os dados de pessoas ricas, pode também ajudar bastante as pesquisas futuras. Os estudos com base nos dados fiscais podem ajudar a compreender melhor, mas devido ao seu caráter ainda inicial, pouco podemos saber sobre as vantagens analíticas para a tradição de pesquisa com foco em classes. Ao mesmo tempo em que devemos avançar na utilização dos dados tributários é preciso pensar a operacionalização do conceito de classe para esse tipo de informação. Outra ideia a se perseguir é a coleta de informações por meio de uma amostra de empresas, pois é nelas que “o valor é criado e dividido entre as várias gradações de funcionários” (WILKINSON e PICKETT, 2009, p.301).

Por fim, quanto à desigualdade, escrutinada olhando-se para os polos (pobreza e riqueza), o país parece não ter melhorado significativamente. Ainda é muito presente a distância entre aqueles com ativos produtivos importantes e aqueles que estão em uma situação de destituição. Ao excluir e apropriar-se dos frutos da atividade econômica de trabalhadores,

capitalistas garantem o risco de pobreza seja extremamente improvável para eles, suas famílias e domicílios. Em menor grau, isso também é verdadeiro para os pequenos empregadores, especialmente se tomarmos os contrastes entre eles e os trabalhadores destituídos. A exclusão da maioria das pessoas ao acesso a conhecimento perito escasso e posições de autoridade no processo de trabalho garante a especialistas e gerentes grande proteção contra a pobreza e chances muito mais factíveis de riqueza. Isso contempla nossas expectativas, mas diminui um pouco o otimismo. A queda geral do risco comprime os efeitos sobre as probabilidades, mas se tudo se mantém no lugar, como é o caso da pobreza relativa e da riqueza de renda definida a 1%, 5% ou 10%, as coisas permanecem em seu lugar, ao menos em grande parte dos casos. O entusiasmo que diversos pesquisadores e políticos, nacionais e internacionais, com os resultados do Brasil fica minado, em parte. Podemos dizer que superamos, ao menos por enquanto, os altos níveis de insegurança quanto à sobrevivência e às necessidades básicas, mas a estruturação social das recompensas materiais praticamente não mudou.

O argumento mais comum entre aqueles que defendem a vantagem relativa de empregadores na apropriação dos resultados refere-se ao risco suportado por eles em sua atividade econômica. Pelos nossos resultados, é possível mostrar que esse risco é inexistente, ou muito pequeno. Pequenos ou grandes empregadores, assim como os empregados que detém autoridade ou qualificação escassa, suportam riscos muito pequenos e possuem vantagens muito relevantes em termos das chances de riqueza. Os resultados podem sempre ser interpretados de várias maneiras, mas há geralmente boas razões para preferir uma explicação em detrimento de outras. Há quem diga, as posições no topo da estrutura social são merecedoras em razão do talento, do esforço e da contribuição para a economia, pois em sua atividade eles fazem o produto crescer, gerando uma “maré que levanta todos os navios”, bem como seria em consequência da sua atividade que outras pessoas têm emprego, algo que garante proteção e oportunidades para todos. Mas, além de serem argumentos difíceis de serem provados, há também o que Atkinson, Stiglitz, Piketty, Wilkinson e outros costumam colocar, o grau das desigualdades importa. Para autores na tradição marxista o problema é ainda mais grave, não se deve apenas ao grau, mas à forma como os privilegiados garantem maior proteção ou chances econômicas: via opressão ou exploração de pessoas em outras posições de classe. Essa injustiça, do nosso ponto de vista, é demasiadamente grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOCK, A. C. (2014). **A Gentle Introduction to Stata**. College Station: Stata Press.
- ALLISON, P. D. (1999). Comparing Logit and Probit Coefficients Across Groups. **Sociological Methods & Research**, 28, pp. 186-208.
- ANESHENSEL, C. S. (2013). **Theory-Based Data Analysis for the Social Sciences**. Thousand Oaks: SAGE.
- ATKINSON, A. B. (1987). On the Measurement of Poverty. **Econometrica**, 55(4), pp. 749-764. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/1911028>.
- ATKINSON, A. B. (2015). **Desigualdade: O que pode ser feito?** São Paulo: LeYa.
- BARG, K. (2013). **Social class differentials at the transition from lower to upper secondary education in France: School track choices, parental involvement and grade retention**. Grades eines Doktors der Sozialwissenschaften der Universität Mannheim, Fakultät für Sozialwissenschaften, Universität Mannheim.
- BARROS, R. P., HENRIQUES, R., & MENDONÇA, R. (2000). A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. Em R. HENRIQUES, **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea.
- BARTUS, T. (2005). Estimation of marginal effects using margeff. **The Stata Journal**, 5, pp. 309-329. Acesso em 15 de 07 de 2015, disponível em <http://www.stata-journal.com/sjpdf.html?articlenum=st0086>
- BEST, H., & WOLF, C. (2015). **Regression Analysis and Causal Inference**. Thousand Oaks: SAGE.
- BHASKAR, R. (1993). **Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy**. Londres: Verso.
- BIHAGEN, E., NERMO, M., & STERN, C. (2012). Class Origin and Elite Position of Men in Business Firms in Sweden, 1993–2007: The Importance of Education, Cognitive Ability, and Personality. **European Sociological Review**, pp. 1-16. doi:10.1093/esr/jcs070
- BLAIKIE, N. (2010). **Designing Social Research**. Malden: Polity Press.
- BOURGUIGNON, F. (2006). From Income to Endowments: The difficult task of expanding the Income Poverty Paradigm. Em D. B. GRUSKY, & R. KANBUR, **Poverty and Inequality**. Stanford: Stanford University Press.
- BOURGUIGNON, F., & FIELDS, G. S. (1990). Poverty Measures and Anti-Poverty Policy. **Louvain Economic Review**, 56(3/4), pp. 409-427. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/40723935>

- BRADY, D. (2003). Rethinking the Sociological Measurement of Poverty. **Social Forces**, 81(3), pp. 715-751. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/3598174>
- BRADY, D. (2009). **Rich Democracies, Poor People: How Politics Explain Poverty**. New York: Oxford University Press.
- BRANTE, T. (2001). Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. **Sociologia**, pp. 9-38. Fonte: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000200002&lng=pt&nrm=iso
- BREEN, R., HOLM, A., & KARLSON, K. B. (2014). Correlations and Nonlinear Probability Models. **Sociological Methods & Research**, 43(4), pp. 571-605. doi:10.1177/0049124114544224
- BREEN, R., KARLSON, K. B., & HOLM, A. (2013). Total, Direct, and Indirect Effects in Logit and Probit Models. **Sociological Methods & Research**, 00(0), pp. 1-28. doi:10.1177/0049124113494572
- CAMPELLO, T., & NERI, M. C. (2013). **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea.
- CARVALHAES, F. A., BARBOSA, R. J., SOUZA, P. H., & RIBEIRO, C. A. (2014). Os Impactos da Geração de Empregos sobre as Desigualdades de Renda: Uma análise da década de 2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 29(85), pp. 79-98.
- CHAKRAVARTY, S. R., KANBUR, R., & MUKHERJEE, D. (2006). Population growth and poverty measurement. **Social Choice and Welfare**, 26(3), pp. 471-483. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/41106746>
- CONVERSE, J. M., & PRESSER, S. (1986). **Survey Questions: Handcrafting the Standardized Questionnaire**. Thousand Oaks: SAGE.
- CORD, L., GENONI, M. E., & RODRÍGUEZ-CASTELÁN, C. (2015). **Shared Prosperity and Poverty Eradication in Latin America and the Caribbean**. Washington: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0357-4
- COSER, L. A. (1965). The Sociology of Poverty: To the Memory of Georg Simmel. **Social Problems**, 13(2), pp. 140-148. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/798899>
- DE LA TORRE, A., YEYATI, E. L., BEYLIS, G., DIDIER, T., CASTELÁN, C. R., & SCHMUKLER, S. (2014). Inequality in a Lower Growth Latin America. **LAC Semiannual Report**. Washington, DC: World Bank.
- FERREIRA, F. H., LEITE, P. G., & RAVALLION, M. (2007). Poverty Reduction without Economic Growth? . **Policy Research Working Paper**.
- FIELD, A. (2009). **Descobrimos a Estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2002). **Estrutura de Posições de Classe no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG.

- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2005). Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, 48(1), pp. 21-65.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2005). Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20(58), pp. 27-45.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2008). Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, 51(2), pp. 353-402.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2009). A Interação Estrutural entre a Desigualdade de Raça e Gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 24(70), pp. 38-60.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2011). Classe Social e Desigualdade de Saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 26(75), pp. 28-55.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2011). Desigualdade Racial de Saúde e Contexto de Classe no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, 54(1), pp. 5-40.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2015). Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, 58(1), pp. 79-110.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2015). Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social. **Revista Sociedade e Estado**, 30(3), pp. 749-772.
- FOSTER, J., SETH, S., LOKSHIN, M., & SAJAIA, Z. (2013). **A Unified Approach to Measuring Poverty and Inequality**. Washington: World Bank. doi:10.1596/978-0-8213-8461-9
- FOWLER, F. (1995). **Improving Survey Questions: Design and Evaluation**. Thousand Oaks: SAGE.
- GERRING, J. (2012). **Social Science Methodology: a unified framework**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOLDTHORPE, J. H. (2010). Class analysis and the reorientation of class theory: the case of persisting differentials in educational attainment. **The British Journal of Sociology**, 47(3), pp. 311-335.
- GROSH, M., BUSSOLO, M., & FREIJE, S. (2014). **Understanding the Poverty Impact of the Global Financial Crisis in Latin America and the Caribbean**. Washington: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0241-6
- GRUSKY, D. B., & KANBUR, R. (2006). **Poverty and Inequality**. Stanford: Stanford University Press.
- HARDY, M., & BRYMAN, A. (2004). **Handbook of Data Analysis**. Thousand Oaks: Sage.
- HAUGHTON, J., & KHANDKER, S. R. (2009). **Handbook on Poverty and Inequality**. Washington: The World Bank.
- HELFAND, S. M., MOREIRA, A. R., & FIGUEIREDO, A. M. (2011). Explicando as Diferenças de Pobreza entre Produtores Agrícolas no Brasil: simulações contrafactuais com o censo agropecuário 1995-96. **RESR**, 49(2), pp. 391-418. Acesso em 18 de 12 de 2014

- HENRIQUES, R. (2000). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea.
- HOFFMAN, R. (2000). Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. Em R. HENRIQUES, **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea.
- HOFFMANN, R. (2005). Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. **EconomiA**, 6(2), pp. 255-289.
- HOSMER, D. W., LEMESHOW, S., & STURDVANT, R. X. (2013). **Applied Logistic Regression**. New York: Wiley.
- HUPPI, M., & RAVALLION, M. (1990). **The Sectoral Structure of Poverty During An Adjustment Period: Evidence for Indonesia in the Mid-1980**. Washington: World Bank.
- IBGE. (2014). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013: Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro.
- JENCKS, C., SMITH, M., & ACLAND, H. (1972). **Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America**. New York: Basic Books.
- KARLSON, K. B., & ANDERS, H. (2011). Decomposing primary and secondary effects: A new decomposition method. **Research in Social Stratification and Mobility**, 29, pp. 221-237. doi:10.1016/j.rssm.2010.12.005
- KEISTER, L. A. (2014). The One Percent. **Annual Review of Sociology**, 40, pp. 347–67. doi:10.1146/annurev-soc-070513-075314
- KERSTENETZKY, C. L. (2012). **O Estado do Bem-Estar Social na Era da Razão**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- KING, G., TOMZ, M., & WITTENBERG, J. (2000). Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. **American Journal of Political Science**, pp. 341-355. Acesso em 05 de 02 de 2014, disponível em <http://gking.harvard.edu/files/making.pdf>
- KLEINBAUM, D. G., & KLEIN, M. (2010). **Logistic Regression: A Self-Learning Text**. New York: Springer. doi:10.1007/978-1-4419-1742-3
- KLIKSBERG, B. (2002). **América Latina: uma região de risco - pobreza, desigualdade e institucionalidade social**. Brasília: UNESCO.
- KOHLER, U., & KREUTER, F. (2012). **Data Analysis Using Stata**. College Station: Stata Press.
- KOHLER, U., KARLSON, K. B., & HOLM, A. (2011). Comparing coefficients of nested nonlinear probability models. **The Stata Journal**, 11(3), pp. 420–438. Acesso em 20 de 09 de 2015, disponível em <http://www.stata-journal.com/sjpdf.html?articlenum=st0236>
- LAVINAS, L., COBO, B., WALTENBERG, F., VEIGA, A., & MÉNDEZ, Y. S. (2014). **Percepções sobre Desigualdade e Pobreza: O que pensam os brasileiros da política social?** Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

- LAYTE, R., & WHELAN, C. T. (2002). Cumulative disadvantage or individualization? A comparative analysis of poverty risk and incidence. **European Societies**, 4(2), pp. 209-233.
- LAYTE, R., & WHELAN, C. T. (2003). Moving in and out of poverty. **European Societies**, 5(2), pp. 209-233.
- LAYTE, R., WHELAN, C. T., MAÎTRE, B., & NOLAN, B. (2001). Explaining levels of deprivation in the European Union. **Acta Sociologica**, 44(2), pp. 105-121.
- LEVINE, R. F. (2006). **Social Class and Stratification**. Lanham: Rowman & Littlefield.
- LISTER, R. (2004). **Poverty**. Malden: Polity Press.
- LOKSHIN, M., RADYAKIN, S., SAJAIA, Z., & CREITZ, W. (2013). **ADePT User Guide**. Washington: The World Bank.
- LONG, J. S. (1997). **Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables**. Thousand Oaks: Sage.
- LONG, J. S., & CHENG, S. (2004). Regression Models for Categorical Outcomes. Em M. Hardy, & A. Bryman, **Handbook of Data Analysis**. Thousand Oaks: Sage.
- LONG, J. S., & CHENG, S. (2009). Regression Models for Categorical Outcomes. Em M. Hardy, & A. Bryman, **Handbook of Data Analysis**. Thousand Oaks: Sage.
- LONG, J. S., & FREESE, J. (2014). **Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata**. College Station: Stata.
- LOPEZ-CALVA, L. F., & ROCHA, S. (2012). **Exiting Belindia? Lesson from the recent decline in income inequality in Brazil**. Washington: The World Bank.
- MABUGHI, N., & SELIM, T. (2006). Poverty as Social Deprivation: A Survey. **Review of Social Economy**, 64(2), pp. 181-204. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/29770366>
- MARTINS, C. B., & MARTINS, H. T. (2010). **Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia**. São Paulo: Anpocs.
- MCNAMEE, S. J., & MILLER JR, R. K. (2014). **The Meritocracy Myth**. Lanham: Rowman & Littlefield.
- MEDEIROS, M. (2004). A construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha de Pobreza. **I Congresso da Associação Latino Americana de População**, pp. 1-13. Caxambu.
- MEDEIROS, M. (2006). Poverty, Inequality and Redistribution: A methodology to define the rich. **International Poverty Centre Working Paper**.
- MEDEIROS, M., & GALVÃO, J. C. (2015). Educação e o Rendimento dos Ricos no Brasil. **IPEA – Textos para Discussão** .
- MEDEIROS, M., & SOUZA, P. H. (2014). The rich, the affluent and the top incomes. **Current Sociology**, pp. 1-27. doi:10.1177/0011392114551651

- MEDEIROS, M., SOUZA, P. H., & CASTRO, F. Á. (2015). O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, 58(1), pp. 7-36. doi:10.1590/00115258201537
- MOOD, C. (2009). Logistic Regression: Why We Cannot Do What We Think We Can Do, and What We Can Do About It. **European Sociological Review**, pp. 67-82. doi:10.1093/esr/jcp006
- MULLER, C. (2006). Defining Poverty Lines as a Fraction of Central Tendency. **Southern Economic Journal**, 72(3), pp. 720-729. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/20111843>
- NALLARI, R., & GRIFFITH, B. (2011). **Understanding Growth and Poverty**. Washington: The World Bank. doi:10.1596/978-0-8213-6953-1
- NARAYAN, D., & PETESCH, P. (2007). **Moving Out of Poverty: Cross-Disciplinary Perspectives on Mobility**. Washington: The World Bank. doi:10.1596/978-0-8213-6991-3
- NOLAN, B., & WHELAN, C. (1999). **Loading the dice?: A study of cumulative disadvantage**. Dublin: Oak Tree Press.
- PEICHL, A., SCHAEFER, T., & SCHEICHER, C. (2010). Measuring Richness and Poverty: A micro data application to Europe and Germany. **Review of Income and Wealth**, pp. 597-619. Acesso em 07 de 06 de 2014, disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.654.2991&rep=rep1&type=pdf>
- PIKETTY, T. (2014). **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PINTO, M. S., & OLIVEIRA, J. C. (2010). Crescimento Pró-Pobre: Análise dos estados brasileiros entre 1995 e 2007. **Economia Contemporânea**, 14(2), pp. 327-358.
- RAVALLION, M. (2009). **A Comparative Perspective on Poverty Reduction in Brazil, China and India**. Washington: World Bank.
- RAVALLION, M., & HUPPI, M. (1991). Measuring Changes in Poverty: A Methodological Case Study of Indonesia during an Adjustment Period. **The World Bank Economic Review**, pp. 57-82. Acesso em 07 de 06 de 2015, disponível em <http://www.jstor.org/stable/3989969>
- RIO GROUP. (2006). **Compendium of best practices in poverty measurement**. Rio de Janeiro.
- ROCHA, S. (1997). Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 27(2), pp. 313-352.
- ROCHA, S. (2000). Estimacão de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. Em R. HENRIQUES, **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea.
- ROCHA, S. (2006). **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV.

- ROCHA, S. (2013). Pobreza no Brasil: A evolução de longo prazo (1970-2011). **XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade**, pp. 1-31. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos.
- ROCHA, S. (2013). **Trânsferências de Renda no Brasil: O fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier.
- ROEMER, J. (1982). New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class. **Politics & Society**, 11(3), pp. 253-287. doi:10.1177/003232928201100302
- ROEMER, J. (1996). **Theories of Distributive Justice**. Cambridge: Harvard University Press.
- ROEMER, J. (1998). **Equality of Opportunity**. Cambridge: Harvard University Press.
- ROSE, D., & HARRINSON. (2010). **Social Class in Europe**. New York: Routledge.
- ROSENBERG, F. J. (2013). Classes Sociais, Território e Saúde: Questões Metodológicas e Políticas. **Cadernos do Itaboraí**. Petrópolis: Fiocruz.
- ROYCE, E. (2009). **Poverty and Power: The problem of structural inequality**. Lanham: Rowman & Littlefield.
- RUGGLES, P. (2008). Poverty Measurement and Politics: Why Is It so Hard to Change the Way We Measure Poverty? **Review of Agricultural Economics**, 30(3), pp. 591-599. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/30225902>
- SANDEL, M. J. (2015). **Justiça: O que é fazer a coisa certa?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SAVAGE, M., & Williams, K. (2008). Elites: remembered in capitalism and forgotten by social sciences. **The Sociological Review**, 56, pp. 1-24. doi:10.1111/j.1467-954X.2008.00759.x
- SCALON, C. (2004). **Imagens da Desigualdade**. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- SCALON, C. (2007). Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, 18, pp. 126-149.
- SCALON, C., & FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2010). Desigualdades, Classes e Estratificação Social. Em C. B. Martins, & H. H. Matins, **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS.
- SCHLUTER, C., & TREDE, M. (2002). Statistical Inference for Inequality and Poverty Measurement with Dependent Data. **International Economic Review**, 43(2), pp. 93-508. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/826997>
- SCOTT, J. (1994). **Poverty and Wealth: Citizenship, Deprivation and Privilege**. London: Longman.
- SCOTT, J. (2008). Modes of power and the re-conceptualization of elites. **The Sociological Review**, 56, pp. 25-43. doi:10.1111/j.1467-954X.2008.00760.x
- SEN, A. K. (1985). A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: A Reply to Professor Peter Townsend. **Oxford Economic Papers**, 37(4), pp. 669-676. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2663049> .

- SEN, A. K. (2006). Conceptualizing and Measuring Poverty. Em D. B. GRUSKY, & R. KANBUR, **Poverty and Inequality**. Stanford: Stanford University Press.
- SEN, A. K. (2008). **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record.
- SEN, A. K. (2009). **A ideia de justiça**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- SEN, A. K. (2010). **Desigualdade como Liberdade**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso.
- SIMMEL, G., & JACOBSON, C. (1965). The Poor. **Social Problems**, 13(2), pp. 118-140. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/798898>
- SOUZA, J. (2006). **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG.
- SOUZA, J. (2009). **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG.
- SOUZA, J. (2010). **Os batalhadores brasileiros: A nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG.
- STIGLITZ, J. E. (2012). **The Price of Inequality**. New York: Penguin Books.
- STREDTEN, P. (1990). Poverty Concepts and Measurement. **The Bangladesh Development Studies**, 18(3), pp. 1-18. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/41968775>
- THUROW, L. C. (1967). The Causes of Poverty. **The Quarterly Journal of Economics**, 81(1), pp. 39-57. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/1879672>
- THUROW, L. C. (1975). **Generating Inequality: Mechanisms of Distribution in the U.S. Economy**. New York: Basic Books.
- TILLY, C. (1998). **Durable Inequality**. Berkeley: University of California Press.
- TILLY, C. (2006). O acesso desigual ao conhecimento científico. **Tempo Social**, 18(2), pp. 47-63. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000200003>
- TILLY, C. (2007). Poverty and the Politics of Exclusion. Em D. Narayan, & P. Petesch, **Moving Out of Poverty: Cross-Disciplinary Perspectives on Mobility**, pp. 45-76. Washington: The World Bank. doi:10.1596/978-0-8213-6991-3
- TOWNSEND, P. (1979). **Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living**. Harmondsworth: Penguin Books.
- TOWNSEND, P. (1985). A Sociological Approach to the Measurement of Poverty - A Rejoinder to Professor Amartya Sen. **Oxford Economic Papers**, 37(4), pp. 659-668. Acesso em 18 de 12 de 2014, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2663048>
- TOWNSEND, P. (1993). **The international analysis of poverty**. London: Harvester Wheatsheaf.
- WESTERGAARD, J. (1995). **Who Gets What? The Hardening of Class Inequality in the Late Twentieth Century**. Cambridge: Polity.

- WHELAN, C. T., & MAÎTRE, B. (2005). Economic vulnerability, multi-dimensional deprivation and social cohesion in an enlarged European Union. **International Journal of Comparative Sociology**, 46(3), pp. 215-239.
- WHELAN, C. T., & MAÎTRE, B. (2005). Vulnerability and multiple deprivation perspectives on economic exclusion in Europe: a latent class analysis. **European Societies**, 7(3), pp. 425-450.
- WHELAN, C. T., & MAÎTRE, B. (2008). Social class variation in risk: a comparative analysis of the dynamics of economic vulnerability. **British Journal of Sociology**, 59(4), pp. 637-659.
- WHELAN, C. T., & MAÎTRE, B. (2009). **Welfare Regime and Social Class Variation in Poverty and Economic Vulnerability in Europe: An Analysis of EU-SILC**. Dublin: Economic and Social Research Institute Working Paper 286.
- WHELAN, C. T., & MAÎTRE, B. (2014). The Great Recession and the changing distribution of economic vulnerability by social class: The Irish case. **Journal of European Social Policy**, 24(5), pp. 470-485. doi:10.1177/0958928714545444
- WHELAN, C. T., & NOLAN, B. (2011). **Poverty and Deprivation in Europe**. Oxford: Oxford University Press.
- WHELAN, C. T., MAÎTRE, B., & NOLAN, B. (2016). Polarization or “Squeezed Middle” in the Great Recession?: A Comparative European Analysis of the Distribution of Economic Stress. **Social Indicators Research**. doi:10.1007/s11205-016-1350-1
- WHELAN, C. T., NOLAN, B., & MAÎTRE, B. (2008). The Great Recession and the changing intergenerational distribution of economic stress across income classes in Ireland: A comparative perspective. **British Journal of Sociology**, 59(4), pp. 215-239.
- WILKINSON, R., & PICKETT, K. (2015). **O Nível: Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- WILSON, W. J. (2006). Social Theory and the Concept “Underclass”. Em D. B. Grusky, & R. Kanbur, **Poverty and Inequality**. Stanford: Stanford University Press.
- WILSON, W. J. (2012). **The Truly Disadvantaged**. Chicago: The University of Chicago Press.
- WOOLDRIDGE, J. M. (2002). **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. Cambridge: MIT Press.
- WRIGHT, E. O. (1994). **Interrogating Inequality**. London: Verso.
- WRIGHT, E. O. (2005). **Approaches to Class Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press.
- WRIGHT, E. O. (2015). **Understanding Class**. London: Verso.
- WRIGHT, E. O., LEVINE, A., & SOBER, E. (1993). **Reconstruindo o Marxismo: Ensaio sobre explicação e teoria da história**. Petrópolis: Vozes.